UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Associação Plena em Rede

UFPI UFC UFRN UFPB UFPE UFS UESC

PLÍNIO GUIMARÃES DE SOUSA

TURISMO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE DO BRASIL

RECIFE
2017

PLÍNIO GUIMARÃES DE SOUSA

TURISMO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE DO BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Vanice Santiago Fragoso Selva
Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Lira Monteiro

RECIFE
2017

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S725t Sousa, Plínio Guimarães de.
Turismo em assentamentos de reforma agrária no Nordeste do Brasil / Plínio Guimarães de Sousa. – 2017.
236 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Vanice Santiago Fragoso Selva.
Coorientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro Lira Monteiro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.
Inclui referências e apêndices.

1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Comunidades - Desenvolvimento. 3. Turismo. 4. Reforma agrária – Brasil, Nordeste. I. Selva, Vanice Santiago Fragoso (Orientadora). II. Monteiro, Maria do Socorro Lira (Coorientadora). III. Título

363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-019)

PLÍNIO GUIMARÃES DE SOUSA

TURISMO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE DO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Data de aprovação: 10/11/2017.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Vanice Santiago Fragoso Selva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

_____

Profª. Drª Maristela Oliveira de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

_____

Prof.ª Dr.ª Renata Paes de Barros Câmara (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

_____

Prof.ª Dr.ª Patrícia Alves Ramiro (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

_____

Prof.º Dr.º Esdras Matheus Mathias (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Ao meu pai, Genésio (*in memorian*) e a minha mãe, Ângela,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as contribuições para que este trabalho pudesse chegar ao seu final com êxito. Porém, nenhuma destas valiosas colaborações teriam se tornado possível se acima de tudo não houvesse a vontade soberana de Deus. Nada é possível sem que haja um propósito Dele em nossas vidas.

Ao meu pai, Genésio de Sousa (*in memorian*), e a minha mãe, Ângela Guimarães, que me proporcionaram a base sólida para enfrentar os desígnios da vida com dignidade e amor ao semelhante.

Às minhas filhas Ana Raquel, Ana Eduarda e Sofia, e aos meus filhos Gabriel e Miguel, pelas vezes em que tive que abrir mão dos momentos de atenção e do carinho familiar por conta desta empreitada. À minha esposa, Poliana, pela compreensão e amor dedicados, e pelas tantas vezes em que tive que me ausentar por conta das tarefas desta pesquisa.

Ao meu irmão, Toni Genésio, companheiro de todos os momentos, e aos demais irmãos, Marcone, Marcos, Marcelo, Genésio, Bruno e Ângelo, por fazerem parte dessa família maravilhosa. Ao meu sobrinho, Matheus, pelas inúmeras contribuições, sugestões, dicas e revisões.

Ao amigo e companheiro de trabalho, Wilson Vicente, pelo apoio pessoal e profissional na condução do IFPE Campus Palmares nos momentos em que me ausentei para dedicar-me às atividades da pesquisa.

A Magnífica Reitora do IFPE, Profª Anália Keila, epla compreensão, apoio e por garantir as condições necessárias ao meu afastamento em virtude da finalização da pesquisa.

A minha orientadora, Profª Vanice Selva, por acreditar no projeto, pela confiança, paciência e amizade; e principalmente, pelo apoio e orientação nos momentos mais difíceis desta jornada.

Ao amigo, Alberto Viana, por sua valorosa contribuição, abrindo e mostrando caminhos, dando dicas e sugestões, e principalmente, compartilhando conhecimentos.

Aos assentados dos 16 assentamentos visitados pelas inestimáveis colaborações. Sem estas pessoas este trabalho não faria sentido. A todas as outras pessoas que, de uma forma ou de outra, deram sua contribuição para a realização deste trabalho.

A colega e Doutora, Lívia Machado, pela amizade, pelo convívio, pelo apoio e pelas inúmeras lutas travadas juntos. Sem o apoio mútuo não teríamos enfrentado e vencido tantos desafios.

RESUMO

As contradições e conflitos relativos às questões agrárias no Brasil não são recentes. Desde a época da colonização que a estrutura fundiária em nosso país se desenvolve de forma injusta e concentradora de terras. Hoje, estes conflitos e contradições se materializaram através da antagonia entre o latifúndio, representado principalmente pelo agronegócio, e a agricultura familiar, representada por pequenos proprietários rurais, assentados, posseiros, meeiros, dentre outras categorias de camponeses, provocando o enfraquecimento da reforma agrária. Esse enfraquecimento implica não apenas na paralização do processo de criação de novos assentamentos, mas principalmente no aumento das dificuldades de manutenção dos atuais. Contudo, têm surgido formas alternativas de desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis ao modelo hegemônico capitalista, baseadas em princípios de fato sustentáveis. Dentre estas formas, o turismo, enquanto atividade não agrícola, ou uma pluriatividade, tem sido experimentado em vários assentamentos da reforma agrária no Nordeste brasileiro, como uma alternativa à promoção do desenvolvimento local nestas comunidades. Sendo assim, o estudo se propôs analisar a importância do turismo, associado às atividades agrícolas, no processo de desenvolvimento local em assentamentos da reforma agrária no Nordeste brasileiro. A partir de uma abordagem mista, utilizando os métodos da pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, apoiadas nas técnicas da pesquisa bibliográfica e documental, da entrevista semiestruturada, da observação assistemática e de registros de foto e áudio, foram identificados 19 assentamentos para visitas *in loco* e coletados dados. Os dados foram analisados com auxílio da técnica da análise de conteúdo. O estudo concluiu que o turismo é uma alternativa não agrícola para contribuir com o desenvolvimento local dos assentamentos da reforma agrária, contanto que ele seja comunitário, solidário e responsável.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Turismo. Turismo de base comunitária. Reforma agrária.

ABSTRACT

The contradictions and conflicts concerning agrarian issues in Brazil are not recent. Since the time of colonization, the land structure in our country has developed unfairly and concentrates land. Today, these conflicts and contradictions have materialized through the antagonism between the latifundia, represented mainly by agribusiness, and family agriculture, represented by small landowners, settlers, squatters, sharecroppers, among other categories of peasants, thus weakening agrarian reform. This weakening implies not only the paralysis of the process of creation of new settlements, but mainly the increase of the maintenance difficulties of the current ones. However, alternative forms of development have emerged from the communities most vulnerable to the capitalist hegemonic model, based on truly sustainable principles. Among these forms, tourism, as a non-agricultural activity, or pluriactivity, has been experimented in several agrarian reform settlements in the Brazilian Northeast, as an alternative to the promotion of local development in these communities. Thus, the study aimed to analyze the importance of tourism, associated to agricultural activities, in the process of local development in agrarian reform settlements in the Brazilian Northeast. Based on a mixed approach, using exploratory, descriptive and explanatory research methods, based on bibliographic and documentary research techniques, semi-structured interviews, asystematic observation, and photo and audio records, 19 settlements were identified for on-site visits and collected data. The data were analyzed using the content analysis technique. The study concluded that tourism is a non-agricultural alternative to contribute to the local development of agrarian reform settlements, provided that it is community-based, supportive and responsible.

Keywords: Local development. Tourism. Community-based tourism. Agrarian reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases da Análise de Conteúdo.....67

Figura 2 - Mapa Geral dos Assentamentos Identificados.....73

Figura 3 - Mapa dos Assentamentos Selecionados.....73

Figura 4 - Mapa Assentamento Água Fria.....74

Figura 5 - Mapa Assentamento Bom Jesus.....80

Figura 6 – Mapa do Assentamento Duas Barras II.....84

Figura 7 - Mapa Assentamento Andaraí I.....92

Figura 8 - Mapa Assentamento Baixão.....99

Figura 9 - Mapa Assentamento Rosely Nunes.....109

Figura 10 - Mapa Assentamento Mocambo.....116

Figura 11 - Mapa Assentamento Salobrinho.....119

Figura 12 - Mapa Assentamento Coqueirinho.....121

Figura 13 - Mapa Assentamento Tijuca/Boa Vista.....136

Figura 14 - Mapa Assentamento Sabiaguaba.....143

Figura 15 - Mapa Assentamento Maceió.....151

Figura 16 - Mapa Assentamento Tambaba.....155

Figura 17 - Mapa Assentamento Gurugi II.....159

Figura 18 - Mapa Assentamento Santa Catarina.....169

Figura 19 - Mapa Assentamento Ronda.....171

Figura 20 - Mapa Assentamento Barra Azul.....177

Figura 21 - Mapa Assentamento Amaraji.....182

Figura 22 - Mapa Assentamento Bom Jardim.....188

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Sede da COOPEAGRO.....76

Foto 2 – Trilha do Visgueiro.....78

Foto 3 – Placa de sinalização.....78

Foto 4 - Grupo de turistas no Assentamento Bom Jesus.....83

Foto 5 - Produção orgânica do Assentamento Duas Barras II.....86

Foto 6 – Produtos comercializados no Assentamento Duas Barras II.....88

Foto 7 – Turistas na trilha.....90

Foto 8 – Sr. Manoel, assentado e condutor da trilha.....90

Foto 9 – Agrovila Peruca, no Assentamento Andaraí I.....93

Foto 10 - Acesso ao Poço Azul.....95

Foto 11 - Ponto de comercialização da Família Braga.....95

Foto 12 - Agrovila do Assentamento Baixão.....101

Foto 13 - Eco Pousada Rural, do Assentamento Baixão.....107

Foto 14 - Agrovila do Assentamento Rosely Nunes.....110

Foto 15 - Acesso ao Poço Encantado.....115

Foto 16 - Agrovila do Assentamento Mocambo.....117

Foto 17 - Agrovila do Assentamento Salobrinho.....119

Foto 18 - Centro de Artesanato do Assentamento Salobrinho.....120

Foto 19 – Agrovila do Assentamento Coqueirinho e Chalés para hospedagem.....122

Foto 20 - Guia Messias e grupo de estudantes na horta.....131

Foto 21 – Grupo de estudantes no restaurante do Assentamento Coqueirinho.....131

Foto 22 – Apresentação cultural do grupo de jovens do Assentamento Coqueirinho.....134

Foto 23 - Entrada do Assentamento Tijuca Boa Vista.....137

Foto 24 - Visão panorâmica da Pousada Rural Comunitária Boa Vista.....141

Foto 25 - Pousada Rural Comunitária Boa Vista.....142

Foto 26 – Área de refeição e lazer da Pousada Rural Comunitária Boa Vista.....142

Foto 27 - Empreendimento familiar no Assentamento Tambaba.....156

Foto 28 - Área para recepção de turistas no Assentamento Tambaba.....158

Foto 29 – Ponto de venda aos turistas no Assentamento Tambaba.....158

Foto 30 - Cruzeiro no Assentamento Gurugi II em homenagem a Zé de Lela.....160

Foto 31 - Sede do grupo "Mulheres Negras do Campo", do Assentamento Gurugi II 164

Foto 32 – Cozinha Industrial do grupo "Mulheres Negras do Campo".....164

Foto 33 - Restaurante da Tia Nice no Assentamento Gurugi II 167

Foto 34 - Áreas para o turismo no Assentamento Gurugi II 168

Foto 35 – Espaço para recepção dos turistas no Assentamento Gurugi II 168

Foto 36 - Vista panorâmica do Assentamento Ronda.....172

Foto 37 – Produção orgânica do Assentamento Ronda.....173

Foto 38 – Casa Grande do Assentamento Barra Azul.....179

Foto 39 – Cachoeira Barra Azul.....180

Foto 40 – Agrovila do Assentamento Amaraji.....183

Foto 41 - Unidade de beneficiamento de frutas e entreposto de mel do Assentamento Amaraji.....184

Foto 42 – Hotel Fazenda Amaraji.....187

Foto 43 – Agrovila do Assentamento Bom Jardim.....189

Foto 44 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim.....193

Foto 45 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim.....193

Foto 46 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim.....194

Foto 47 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim.....194

Foto 48 – Grupo de estudantes de Turismo da UFPE em visita ao Assentamento Bom Jardim.....194

Foto 49 – Palestra do líder do Assentamento Bom Jardim aos estudantes de Turismo da UFPE.....194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Crédito Agropecuário nos Governos Lula e Dilma.....50

Gráfico 2 - Distribuição de respostas *on line* por segmento.....61

Gráfico 3 - Distribuição de assentamentos por Estados/NE.....73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assentamentos no Nordeste com ocorrência de turismo.....62

Quadro 2 – Assentamentos selecionados e entrevistas realizadas.....63

Quadro 3 – Classificação das entrevistas.....68

Quadro 4 – Quadro matricial da categoria – Paraíba.....69

Quadro 5 – Projetos do Terra Sol – Bahia.....210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reforma Agrária na América Latina - um índice comparativo.....31

Tabela 2 - Luta pela Terra – Reforma Agrária – 1995 a 2002.....39

Tabela 3 - Evolução do Índice de *Gini* – 1985/2006.....44

Tabela 4 - Luta pela Terra – Reforma Agrária – 2003 a 2006.....46

Tabela 5 - Comparativo ocupações, famílias envolvidas e conflitos nos governos FHC e Lula.....48

Tabela 6 - Participação por período – 1985 a 2015.....48

Tabela 7 - Projetos desenvolvidos no Assentamento Coqueirinho.....128

Tabela 8 - Investimentos Terra Sol Total / Terra Sol Bahia Turismo.....212

Tabela 9 - Projetos desenvolvidos no Assentamento Coqueirinho.....214

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AADB-II	Associação dos Agricultores e Artesãos do Assentamento Duas Barras II
AASP	Associação dos Advogados de São Paulo
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACALMA	Associação dos Cultivadores de Algas do Assentamento Maceió
ACOOPAC	Associação Cooperativista da PA Coqueirinho
ACVA	Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí
ACVI	Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê
ACVL	Associação dos Condutores de Visitantes de Lençóis
AEFACI	Associação Escola Família Agrícola de Colônia – Itaetê
AGRICONDE	Cooperativa dos Agricultores e Avicultores do Conde/PB
AHMAJA	Assoc. dos Hotéis, Pousadas e Trade Turístico do Litoral Norte de Alagoas
AMG II	Associação dos Moradores de Gurugi II
APA	Áreas de Preservação Ambiental
APACC	Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais
APAEA	Associação Produtiva do Engenho Amaraji
APAPAIS	Assoc.de Peq. Agricultores e Pescadores Assentados no Imóvel Sabiaguaba
APIAC	Associação dos Produtores Individuais do Assentamento Coqueirinho
APL	Arranjos Produtivos Locais
ASCOTRUGI	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Gurugi
ASSECO	Associação de Serviços Comunitários de Bom Jardim
ASSOCENE	Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste
ATABZUL	Associação Turística Agrícola do Assentamento de Barra Azul
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CALMA	Cultivo de Algas de Maceió

CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CEASA/PE	Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador
CIPE-CHAPADA	Companhia Independente de Policiamento Especializado
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COASP	Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSPLAN	Consultoria e Planejamento de Projetos Agropecuários
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOATES	Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços
COOPEAGRO	Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados
COOPERAFER	Cooperativa da Agricultura Familiar e Empreendedorismo Rural
COPAGRO	Cooperativa de Produção Agropecuária, Turismo e Indústria de Rio Formoso
COPAIM	Coop. Agropecuária de Prod. e Comerc. do Imóvel Maceió Ltda.
COPRACD	Cooperativa Regional de Reforma Agraria da Chapada Diamantina
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER/PB	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FETAG	Federação do Trabalhadores na Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento para o Ensino Fundamental
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
IARCs	International Agricultural Research Centers
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
II PNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
IMA	Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
IPA	Instituto de Pesquisa Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MINC	Ministério da Cultura
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTB	Movimento dos Trabalhadores Brasileiro

MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTur	Ministério do Turismo
NUAC	Núcleo Audiovisual do Coqueirinho
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACRA	Projeto de Arte e Cultura na Reforma Agrária
PAIS	Projeto Agroecológico Integrada Sustentável
PAT	Província Autônoma de Trento
PCR	Companhia Progresso Rural
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PEAGRO	Pequenos Agricultores Organizados
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PONDERI	Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado
PREVFOGO	Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de PE
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável

PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAM	Reforma Agrária de Mercado
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF	Sistema Agroflorestal
SARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria da Cultura do Ceará
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agraria
SITS	Seminário Internacional de Turismo Sustentável
STR	Sindicato do Trabalhadores Rurais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TBC	Turismo de Base Comunitária
TRC	Turismo Rural Comunitário
TUCUM	Rede de Turismo Comunitário
UAF	Unidade Agrícola Familiar
UDR	União Democrática Ruralista
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....21

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....24

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL – DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS AO AGRONEGÓCIO, UM PROCESSO PERMANENTE DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E EXCLUSÃO SOCIAL.....24

2.2 A REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO.....29

2.3 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....31

2.3.1 A Nova República e a Reforma Agrária.....32

2.3.2 A Reforma Agrária no Governo Collor.....34

2.3.3 O Governo Itamar Franco e a Retomada da Reforma Agrária.....35

2.3.4 A Era FHC ï O Plano Real, a Força dos Movimentos Sociais e a Reforma Agrária de Mercado......36

2.3.4.1 A Reforma Agrária de Mercado (RAM).....40

2.3.5 A Reforma Agrária na Era Lula.....44

2.3.6 A Estagnação da Reforma Agrária no Governo Dilma.....48

2.4 TURISMO.....51

2.4.1 O Turismo de Base Comunitária.....53

2.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....56

3 METODOLOGIA.....59

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....59

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....60

3.2.1 Identificar os assentamentos da reforma agrária onde há ocorrência da atividade turística. 60

3.2.2 Selecionar assentamentos para o trabalho de campo e coleta de dados, identificando nos mesmos as práticas e os resultados relacionados ao turismo......63

3.2.3 Identificar as principais políticas públicas de turismo desenvolvidas nos assentamentos selecionados......65

3.2.4 Compreender o processo de desenvolvimento do turismo associado às atividades agrícolas nos assentamentos selecionados......65

4 O TURISMO E REFORMA AGRÁRIA: É POSSÍVEL?.....70

4.1 O TURISMO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE.....72

4.1.1 Alagoas.....74

4.1.1.1 Assentamento Água Fria.....74

4.1.1.2 Assentamento Bom Jesus.....79

4.1.1.3 Assentamento Duas Barras II.....84

4.1.2 Bahia.....91
4.1.2.1 Assentamento Andarai I 91
4.1.2.2 Assentamento Baixão 99
4.1.2.3 Assentamento Rosely Nunes.....108
4.1.2.4 Assentamento Mocambo 116
4.1.2.5 Assentamento Salobrinho 118
4.1.3 Ceará.....121
4.1.3.1 Assentamento Coqueirinho.....121
4.1.3.2 Assentamento Tijuca/Boa Vista.....135
4.1.3.3 Assentamento Sabiaguaba – Comunidade Caetanos de Cima.....143
4.1.3.4 Assentamento Maceió 151
4.1.4 Paraíba.....155
4.1.4.1 Assentamento Tambaba.....155
4.1.4.2 Assentamento Gurugi II.....158
4.1.4.3 Assentamento Santa Catarina 168
4.1.5 Pernambuco.....170
4.1.5.1 Assentamento Ronda.....170
4.1.5.2 Assentamento Barra Azul.....177
4.1.5.3 Assentamento Amaraji 181
4.1.5.4 Assentamento Bom Jardim 188
4.2 A RELEVÂNCIA DO TURISMO NOS ASSENTAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE ATORES EXTERNOS 195
4.3 A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DO TURISMO PARA A COMUNIDADE.....202
4.4 O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE COM A ATIVIDADE TURÍSTICA....204
4.5 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS ASSENTAMENTOS.....207
5 CONCLUSÕES.....218
REFERÊNCIAS.....222
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SURVEY MONKEY 230
APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA ASSENTADO.....231
APÊNDICE C - ROTEIRO ENTREVISTA GESTOR TURISMO.....232
APÊNDICE D - ROTEIRO ENTREVISTA SINDICATO/CMDRS 233
APÊNDICE E - ROTEIRO ENTREVISTA REPRES. DE ÓRGÃO/ONG.....234
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO - ENTREVISTADO 235
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO - UFPE 236

1 INTRODUÇÃO

As contradições e conflitos relativos às questões agrárias no Brasil não são recentes. Desde a época da colonização que a estrutura fundiária em nosso país se desenvolve de forma injusta e concentradora de terras. Hoje, estes conflitos e contradições se materializaram através da antagonia entre o latifúndio, representado principalmente pelo agronegócio, e a agricultura familiar, representada por pequenos proprietários rurais, assentados, posseiros, meeiros, dentre outras categorias de camponeses.

A história demonstra que uma das formas mais eficazes para diminuir os conflitos agrários e reduzir as desigualdades no meio rural é a reforma agrária. Entretanto, o atual estágio da questão agrária no Brasil é desalentador. Após séculos de convivência com uma estrutura agrária extremamente concentradora de terras e excludente, a redemocratização do país, em 1985, fez renascer, com a Nova República, as esperanças do surgimento de um novo Brasil, mais justo e inclusivo. Diversas demandas sociais que se encontravam adormecidas, renasceram com a nova Constituição Federal de 1988.

A reforma agrária, efervescente na década de 1950 com o surgimento das Ligas Camponesas e dos movimentos de resistência às expropriações e expulsões do homem do campo pela modernização da agropecuária (GOMES, 2012), e abafada com o golpe militar de 1964, havia voltado a cena política do país e ganhado espaço nos programas governamentais. Entretanto, nos últimos anos a crescente importância do agronegócio para balança comercial brasileira, o aumento da influência dos segmentos mais conservadores na política nacional e as recentes mudanças ocorridas no país com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a chegada de Michel Temer ao poder central, apontam para o agravamento da questão agrária brasileira.

Os resultados cada vez mais insignificantes nas ações de redistribuição de terras via reforma agrária nos últimos anos do governo Lula e a total estagnação nos mandatos de Dilma Rousseff, e mais recentemente, no governo Michel Temer, a extinção do MDA, a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) à Casa Civil da Presidência da República, dentre outras medidas, sinalizam um enfraquecimento ainda maior da reforma agrária e da agricultura familiar, e o fortalecimento e expansão do agronegócio, que já detém 23,49% do PIB brasileiro (IBGE, 2016).

O enfraquecimento da reforma agrária implica não apenas na paralização do processo de criação de novos assentamentos, mas principalmente no aumento das dificuldades de

manutenção dos atuais. Esse quadro pode ampliar a situação de vulnerabilidade sob as quais os assentados já se encontram, permanentemente sujeitos às intempéries climáticas, às dificuldades de gestão da terra, de acesso ao credito rural, à migração dos jovens atraídos pela cidade, dentre outras.

A ampliação da vulnerabilidade, aliada a pressão do atual governo em agilizar os processos de titulação das terras da reforma agrária, abre um perigoso precedente. Para solucionar as dificuldades pelas quais passam, os assentados, tornando-se proprietários dos lotes, poderão optar por transferir o domínio do título para bancos, para obter empréstimos ou quitar dívidas, ou mesmo vendê-los a outros proprietários. As consequências poderão ser desastrosas e promover um aumento ainda maior da concentração fundiária brasileira e dos graves problemas sociais que o país já enfrenta.

Contudo, paralelamente a este movimento de desenvolvimento forjado a partir da lógica capitalista, surgem em diversas partes do mundo, e em todas as regiões brasileiras, formas alternativas de desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis ao modelo hegemônico capitalista, baseadas em princípios de fato sustentáveis. Dentre estas formas, o turismo, enquanto atividade não agrícola, ou uma pluriatividade, tem sido experimentado em vários assentamentos da reforma agrária no Nordeste brasileiro, como uma alternativa a promoção do desenvolvimento local nestas comunidades.

Sendo assim, diante do atual cenário agrário brasileiro e da possibilidade real de inviabilização dos assentamentos da reforma agrária já implantados no país, o estudo buscou responder ao seguinte questionamento: *O turismo associado às atividades agrícolas tradicionais pode contribuir com o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agraria no nordeste do Brasil?*

Diante deste questionamento o estudo, buscando atender ao seu objetivo geral, se propõe *analisar a importância do turismo, associado às atividades agrícolas, no processo de desenvolvimento local em Assentamentos da reforma agrária no Nordeste brasileiro*. Para que esta análise pudesse ser realizada, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1) Identificar os assentamentos da reforma agrária onde há ocorrência da atividade turística no nordeste brasileiro;
2) Selecionar assentamentos para trabalho de campo e coleta de dados, identificando nos mesmos as práticas e os resultados relacionados ao turismo;
3) Identificar as principais políticas públicas de turismo desenvolvidas nos assentamentos selecionados;

4) Compreender o processo de desenvolvimento do turismo associado às atividades agrícolas nos assentamentos selecionados.

Assim sendo, dois pontos principais justificam a realização deste estudo. O primeiro refere-se à urgência que há no país de produção cientifica que amplie o debate em torno dos problemas fundiários brasileiros, contribuindo com políticas públicas que contemplem a conflitualidade da questão agrária do país, e possibilite a redução das desigualdades sociais que tornam o Brasil um dos países mais contraditórios do mundo. Rico em diversidade natural e cultural, mais pobre em equidade e justiça social.

O segundo ponto diz respeito as possibilidades criadas através dos resultados do estudo, com a construção de um modelo alternativo de viabilização dos assentamentos da reforma agrária, em especial do Nordeste do Brasil, por meio do desenvolvimento do turismo. Não como uma atividade hegemônica, consumidora do espaço rural, mas como uma importante pluriatividade para agricultura familiar. Conforme Schneider (2009, p. 103), "a pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura (por exemplo minimizando risco), maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra".

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Richardson (2009, p. 60), é nesta etapa do estudo que o pesquisador deverá "realizar uma interpretação do fenômeno, historicamente ou apenas na fase atual, analisando criticamente as diversas concepções e perspectivas apresentadas". Desta forma, diante da problematização da pesquisa, a revisão de literatura foi fundamentada a partir de três temas centrais: reforma agrária, turismo e desenvolvimento local.

A primeira categoria é a reforma agrária. Entretanto, conforme sugere Martins (1999), para que se possa compreender e discutir a reforma agrária, é necessário que antes se conheça a questão agrária para qual ela será uma resposta. Assim sendo, a primeira seção deste capítulo foi dedicada a uma discussão sobre a questão agrária no Brasil.

A segunda seção, contempla uma contextualização da reforma agrária tendo como base a realidade fundiária brasileira discutida na primeira seção. Essa contextualização ocorreu através de uma cronologia que se iniciou com as primeiras referências de redistribuição de terras via reforma agrária que se tem conhecimento, por meio de um recorte mundial, latino americano e, por fim, brasileiro. Na terceira seção, foi desenvolvida uma discussão sobre o turismo como categoria conceitual, todavia, haja vista a focalização do turismo em assentamentos da reforma agrária, procedeu-se, também, uma breve discussão sobre o turismo rural e o turismo de base comunitária, duas formas pelas quais a atividade turística tem se desenvolvido nos assentamentos da reforma agrária no Nordeste do Brasil.

A última seção deste capítulo é dedicada a uma breve discussão sobre a desenvolvimento local.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL – DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS AO AGRONEGÓCIO, UM PROCESSO PERMANENTE DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E EXCLUSÃO SOCIAL.

A implantação das capitanias hereditárias e a utilização do sistema de sesmarias no período em que foi iniciada a colonização do Brasil, foram fundamentais para a formação dos grandes latifúndios brasileiros, tendo, naquela época, sido produzidos os primeiros conflitos com os verdadeiros "donos" da terra, os cerca de cinco milhões de indígenas que habitavam o Brasil, dizimados ou transformados em escravos pelos colonizadores (GOMES, 2012).

> A origem dos conflitos agrários está aí, confundindo-se com a própria ideia de princípios de Brasil. Os cerca de cinco milhões de indígenas que habitavam o território brasileiro, aglutinados em mais de 200 povos, foram dizimados ou transformados em escravos, e destituídos de suas terras – que utilizavam de forma comunal. Um processo necessariamente conflitual: a resistência indígena manteve-se presente em toda a história da colonização, como atestam a formação da Confederação dos Tamoios e as

> Guerras dos Bárbaros e dos Guaranis: guerras contra os bandeirantes, fugas para novas áreas ou ataques diretos às cidades eram as principais formas de resistir à apropriação de suas terras ou ao cativeiro (GOMES, 2012, p. 41).

A partir do século XVII, com a vinda para o Brasil colônia do negro africano, ocorreu a introdução de mais um tipo de mão de obra escravizada, fundamental para a significativa expansão da monocultura da cana-de-açúcar, tornando a então colônia portuguesa o maior produtor mundial de açúcar (GALEANO, 2014). Além da exploração desumana da mão de obra escravizada, esse processo ocorreu às custas da devastação de terras (GALEANO, 2014).

Todavia, a concentração de terras necessária para a exploração de monoculturas não liquidava apenas os solos das regiões onde elas se expandiam. Para Galeano (2014), "como de costume, a abundância e a prosperidade eram simétricas à miséria da maioria da população, que vivia em estado de crônica subnutrição" (GALEAN0, 2014, p. 96). Com os latifúndios voltados quase que exclusivamente para exploração da cana-de-açúcar, os engenhos praticamente não cultivavam alimentos, sendo boa parte importada junto com artigos de luxo, escravos e bolsas de sal (GALEANO, 2014).

No período do Império, as profundas transformações provocadas pela Revolução Industrial contribuíram para a modernização da indústria açucareira. A construção de grandes moinhos centrais proporcionou uma absorção ainda maior e mais alarmante de terras pelos latifúndios, ao tempo em que ocorreu um processo de intensificação das pressões internas e externas pelo fim do tráfico de negros e da escravidão (GALEANO, 2014). Contudo, o eminente fim da escravidão não foi garantia da redução das desigualdades e da exclusão social que imperavam naquela época. A promulgação, em 1850, da primeira legislação que tratava do processo de posse da terra, a Lei nº. 601, a Lei de Terras, não ocorreu apenas para tratar do ordenamento legal da questão fundiária. Com a nova lei, institucionalizou-se a propriedade privada da terra no Brasil, "que só se constituiria através da sua legalização nos cartórios, mediante pagamento em dinheiro para a Coroa" (GOMES, 2012, p. 42). Criou-se, portanto, um bloqueio de acesso à terra aos trabalhadores não escravizados, inclusive aos negros prestes a se tornarem livres, já que os mesmos "não dispunham de capital suficiente para comprar terras ou poder econômico e político para a grilagem" (RAMOS FILHO, 2008, p. 348). A nova lei assegurou a consolidação legal da concentração fundiária e acentuou a miséria alimentar (GALEANO, 2014).

Segundo Galeano (2014), foi esse processo que converteu o homem do campo em trabalhador rural. O homem do campo, que até então vivia do cultivo de sua pequena parcela, tornou-se mão de obra assalariada, não ganhando o suficiente para comprar os alimentos que

antes produzia. Disseminou-se uma estrutura fundiária cada vez mais injusta no país. Conforme Freire (1977), essa condição levou Joaquim Nabuco, naquela época, a tratar da necessidade da democratização do solo, e discutir a urgência do processo abolicionista e a redenção das populações nativas.

> Durante o processo de crise da escravidão e do modelo agroexportador, levantaram-se algumas poucas vozes, da própria elite, como Joaquim Nabuco, que defendiam a necessidade de democratizar o acesso às terras públicas (acesso impedido pela lei de terras de 1850) como forma de criar as bases para uma verdadeira república. Ouviram-se alguns discursos aqui e ali, algumas manifestações culturais, como foi a expressão maior de Castro Alves, condenando aquele modelo, mas não existiram programas claros de mudanças na estrutura fundiária do país. (STÉDILE, 2012, p. 13)

Embora o século XX tenha sido marcado por profundas transformações e expressivos avanços tecnológicos, ele chega trazendo os mesmos conflitos e dilemas relativos a questão agrária do século anterior, todavia, agravados. O fim da escravidão no final do século XIX, que marca o fim do modelo *plantation*[1], e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que interrompe o comércio entre as Américas e a Europa, põem fim a hegemonia do modelo agroexportador, ao tempo em que contribuem para o surgimento do campesinato[2] no campo brasileiro (STEDILE, 2012). O campesinato foi um primeiro e importante passo para o surgimento de movimentos sociais organizados que iriam, nas décadas seguintes, influenciar decisivamente na questão agrária brasileira, através do aumento da pressão social por reforma agrária. Duas foram as vertentes que contribuíram para o surgimento do campesinato no Brasil. A primeira com a chegada de quase dois milhões de camponeses pobres, vindos da Europa, e que foram habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sul e Sudeste (STEDILE, 2012). A segunda vertente teve origem com a miscigenação ocorrida ao longo dos 400 anos de colonização, entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes (STEDILE, 2012).

Após a Revolução de 1930[3], um novo modelo econômico foi implantado no Brasil por Getúlio Vargas[4], "baseado na industrialização do país, fruto da crise resultante, dentre outros fatores, da incapacidade do modelo agroexportador até então implementado em sustentar o desenvolvimento brasileiro" (GOMES, 2012, p. 44). Foi um período "no qual setores industriais das burguesias nacionais superaram a hegemonia agroexportadora, dando início a um período

---

1 Sistema baseado no latifúndio monocultor com trabalho escravo.

2 Categoria constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo (Welch *et al*, 2009).

3 A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado.

4 Foi Presidente do Brasil nos períodos de 1930/1945 e 1951/1954.

conhecido como nacional desenvolvimentista" (MAGGI, 2013, pg. 47), ou "Era Vargas". Do ponto de vista da questão agrária, esse período foi caracterizado pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria (STEDILE, 2012).

Neste novo cenário, os latifúndios passaram à condição de problema. A necessidade de industrialização do país encontrou um empecilho na excessiva concentração da população brasileira na zona rural. Em 1940, 68,8% da população brasileira residia na zona rural (CAMARANO e BELTRÃO, 2000), sendo que cerca de 80% das terras brasileiras eram dominadas pelos latifúndios (POMAR, 2009). Entretanto, conforme Stedile (2012), os latifúndios continuaram nas mãos das oligarquias rurais, produzindo para exportação, todavia, agora como classe social subordinada ao poder político da emergente burguesia

> As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (STEDILE, 2012, p. 30).

O período pós-Segunda Guerra Mundial não foi diferente. Extraordinários avanços tecnológicos, sem impactos importantes que mudassem significativamente a estrutura fundiária brasileira e reduzisse o modelo concentrador de terra e excludente. O novo modelo emergente burguês industrial tirou poder da tradicional oligarquia rural, porém, também fez surgir uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que procuraram modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno (STEDILE, 2012).

Esse processo de modernização capitalista, do qual emergiu a industrialização do país e a adequação das propriedades rurais a uma nova lógica, não poderia ser efetivado sem que o componente mão de obra estivesse contemplado. É nesse cenário que os camponeses "são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem à indústria" (STEDILE, 2012, p. 31). Assim, surgiram, em 1955, as Ligas Camponesas[5] em oposição ao intenso processo de expropriação e expulsão do homem do campo provocado pelo modelo modernizante capitalista (GOMES, 2012).

> No Nordeste, a crise da cana levara muitos senhores de engenho a arrendar suas terras a pequenos produtores. Porém, a nova valorização do açúcar, durante a Segunda Guerra Mundial, levou os grandes proprietários a requisitarem novamente as terras

5 Associação criada pelos moradores e foreiros do Engenho Galiléia, no município pernambucano de Vitória de Santo Antão, na década de 1950. Posteriormente foi legalizada pelo advogado e Deputado Francisco Julião, que veio a tornar-se o seu principal líder e uma referência na luta em defesa dos camponeses.

> para o plantio da cana. Com isso, muitas famílias foram expulsas ou forçadas a destruir outras lavouras para concentrar-se no plantio da cana. Foi nesse contexto que surgiu, em 1955, um dos movimentos mais marcantes da história de lutas dos camponeses: as Ligas Camponesas (POLI, 1999, p.47).

A década de 1960 chegou com a agricultura modernizada e capitalista, e com os camponeses completamente subordinados aos interesses do capital industrial. Entretanto, foi esse cenário que possibilitou o início da construção do discurso teórico e político a favor da reforma agrária, contraposto pelo discurso da modernização da agropecuária (DELGADO, 2010).

Nas décadas de 1970 e 1980, teve início um novo processo envolvendo a questão agrária, tão ou mais excludente que os anteriores. Esse processo, sob a influência dos Estados Unidos, surgiu como a solução para resolver os problemas da fome e da pobreza no meio rural, ficando conhecido como "modernização conservadora" ou "revolução verde" (STEDILE, 2013). Contanto, a pretensa redução ou extinção da fome fracassou, resultando, na verdade, no agravamento do processo de exclusão social. Esse modelo foi difundido e financiado por fundações americanas, como *Rockefeller* e *Ford*.

> Kloppenburg (1988) descreve os impactos da "revolução verde" em nível internacional e também identifica as fundações Rockefeller e Ford como promotoras desta política. O autor revela que estas fundações financiaram os centros internacionais de pesquisa agrícola (International Agricultural Research Centers – IARCs) durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo de produção difundido por estas instituições gerou a expansão de monocultivos, a especialização da produção, a migração de trabalhadores e camponeses, causando uma mudança significativa na estrutura fundiária e na forma de uso da terra em vários países (MENDONÇA, 2013, p. 101).

No Brasil, a política agrícola baseada nos moldes da "revolução verde" foi disseminada através da promoção do conceito de agronegócio[6], relacionado à ideia de progresso e evolução tecnológica, baseado na agricultura extensiva, monocultivo, alta dependência de insumos químicos, industriais e do consumo de grande quantidade de terra e água (MENDONÇA, 2013). Para Gomes (2012), o agronegócio, responsável pelas exportações de *commodities,* que resultam num "espetacular" *superávit* na balança comercial, simboliza a mundialização da economia brasileira. Os altos níveis de competitividade, produtividade e emprego tecnológico do agronegócio brasileiro resultam em ataque à soberania alimentar, degradação ambiental, pobreza e, consequentemente, intensificação dos conflitos, migração e subemprego. Para Gomes (2012), "expressam-se, assim, no desenvolvimento contraditório e

---

6 "O total de operações envolvendo desde a manufatura até a distribuição de produtos agrícolas; produção nas fazendas; e armazenamento, processamento e distribuição de commodities agrícolas e itens feitos a partir destes" (CRAMER; JENSEN e SOUTHGATE *apud* MENDONÇA, 2013, p. 82)

desigual do capitalismo no campo, as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito" (GOMES, 2012, p. 65).

2.2 A REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO

A questão da redistribuição de terras através de reformas agrárias é uma temática global e histórica. Desde a antiguidade a reforma agrária é um instrumento utilizado para redistribuição de riqueza. Entre os séculos VII e II a.C., hebreus, gregos e romanos já promoviam a redistribuição fundiária (CARTER, 2010). Entretanto, os casos que realmente retratam ações de reordenamento agrário com objetivos similares aos que encontramos na atualidade, ou seja, com preocupações voltadas também para o desenvolvimento social, começaram a ocorrer em meados do século XVIII, nos períodos posteriores à Revolução Industrial Inglesa e à Revolução Francesa (FILIPPI, 2008).

O rápido crescimento da população mundial, a modernização econômica e a redução gradual do isolamento rural, por conta dos avanços nas comunicações e nos transportes ocorridos a partir da segunda metade do século XVIII, produziram um contexto diferente em relação a estrutura fundiária em todo o mundo. Estas transformações se aprofundaram no século XIX, e chegaram ao século XX tornando-o a “era da reforma agrária” (CARTER, 2010, p. 46).

> O século XX também marcou uma era de difusão de novas configurações de poder no campo com a maior presença do Estado, a incursão de vários agentes externos promovendo novas ideias e o desenvolvimento de formas inéditas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais (CARTER, 2010, p. 46,47).

Ocorreram de forma plural ações de redistribuição de terra, no século XX, em diversas regiões do mundo. Vários países de orientação socialista, por meio de esquemas estatais de coletivização, tais como União Soviética, China, a maior parte do Leste Europeu, Coréia do Norte, Vietnã, Cuba, Etiópia, promoveram reformas fundiárias (CARTER, 2010).

> Em outras regiões, diversos governos nacionalistas, influenciados por ideias socialistas, expropriaram grandes latifúndios em benefício dos trabalhadores rurais como, por exemplo, México, Bolívia, Guatemala (por um breve lapso), Egito, Indonésia, Argélia, Síria, Iraque, Líbia, Portugal e Peru. Sob influências de fortes partidos políticos da esquerda, os governos democráticos da Itália, durante o final da década de 1940, e do Chile, depois de meados da década de 1960, também redistribuíram suas terras. Outros países latino-americanos, como Venezuela, Colômbia e Equador, deram início a tímidos esforços nessa direção após a revolução cubana de 1959 e a transformação radical da estrutura fundiária naquela ilha. Na década de 1980, a Nicarágua, após a revolução sandinista, e El Salvador, em meio de uma guerra civil com insurgentes de esquerda, também implementaram variados programas de transferência de terra (CARTER, 2010, p. 47).

Por outro lado, países como Japão, Coréia do Sul e Taiwan promoveram suas reformas com apoio dos EUA (GOMES, 2012). Diversos cenários políticos, principalmente os mais

conflituosos, foram decisivos para as transformações das estruturas fundiárias ocorridas no século XX.

> De forma geral, Ásia e África, em um período marcado pelas guerras de libertação nacional, implementaram processos de reforma agrária em vários países. Destaque-se, na Ásia, o movimento de independência vietnamita, que confiscou terras e as distribuiu entre os camponeses. Na África, as guerras de libertação da Argélia, da Tunísia e Marrocos foram acompanhadas por políticas de redistribuição de terra. Angola e Moçambique receberam apoio técnico e logístico de Cuba, nas décadas de 1960 e 1970 (…) Em diversas regiões do mundo, governos nacionalistas expropriaram grandes extensões de terra em favor dos trabalhadores rurais: Bolívia, Guatemala, Egito, Indonésia, Síria, Iraque, Líbia, Portugal, Peru, Itália, Chile, dentre outros (GOMES, 2012, p. 33).

Desta forma, observa-se que essas redistribuições de terras que marcaram o século XX como a "era da reforma agrária", ocorreram através de modelos variados de reordenamento fundiário, e como reflexo da diversidade de acontecimentos nacionais e internacionais característicos daquela época (FILLIPI, 2008). Contudo, segundo Carter (2010), em todos os processos de redistribuição de terras via reforma agrária o envolvimento do Estado foi fundamental. A necessidade da reestruturação das relações de direito de propriedade bem como da regulamentação dos termos de posse no campo, só podem ocorrer com a participação do Estado no processo. Sem o Estado essas ações só ocorreriam "por meio de guerras, apropriações de terra e outras expressões de força bruta" (CARTER, 2010, p. 48). Ao mesmo tempo em que a participação do Estado é fundamental nos processos de reforma agrária, as pressões vindas da sociedade tornam-se imprescindíveis, pois, sem elas, a necessidade de mudanças na estrutura fundiária via reforma agrária não se tornaria um problema a ser resolvido pelo Estado. Sem expectativas e demandas da sociedade por reforma agrária, a mesma não se materializaria.

> A intensidade, a extensão e a forma na qual essas reivindicações podem ser acionadas podem variar muito. Sem essa demanda, contudo, a reforma agrária não seria um problema, como o é na atualidade nos países mais desenvolvidos do mundo. O pontapé inicial de qualquer programa de distribuição fundiária, portanto, depende da demanda da sociedade. Desse modo, a execução de reformas agrárias implica uma combinação de impulsos por parte do Estado e da sociedade (CARTER, 2010, p. 49).

Situando a questão da reforma agrária no âmbito da América Latina, observa-se que apenas três das dez mais importantes reformas ocorridas nos países latino-americanos foram conduzidas por líderes eleitos de forma democrática, como foram os casos da Guatemala, Chile e Venezuela (CARTER, 2010). Todavia, tanto na Guatemala quanto no Chile, elas foram revertidas após a democracia ter sido usurpada através de golpes militares com apoio dos Estados Unidos (CARTER, 2010). Por outro lado, quatro das mais significativas reformas agrárias realizadas em países latino-americanos foram implementadas após revoluções sociais, como foram os casos do México, em 1910, da Bolívia, em 1952, de Cuba, em 1959, e da Nicarágua, em 1979 (CARTER, 2010).

2.3 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Ao comparar as experiências de implementação da reforma agrária no Brasil com as experiências em outros países latino-americanos, Carter (2010), afirma que o processo brasileiro, entre os anos de 1985 e 2002, foi um dos mais insignificantes do hemisfério (Tabela 1).

Tabela 1 - Reforma Agrária na America Latina - um índice comparativo

	País	Período	Indice da Ref. Agrária	Terras distribuidas (%)	Camponeses beneficiados (%)	Anos de Reforma	Regime Democrático
1	Bolívia	1959-1955	34,17	29,9	52,7	2,4	Na maior parte nao
2	Cuba	1959-1963	34,08	81,2	75	4,6	Não
3	Guatemala	1952-1954	18	17	19	2	Sim
4	Chile	1967-1973	9,86	40	20	6,1	Sim
5	El Salvador	1980-1984	7,45	19,6	12,7	4,3	Não
6	Nicarágua	1979-1988	5,63	29,9	23,1	9,4	Na maior parte nao
7	Perú	1964-1977	4,45	35,4	25,1	13,6	Na maior parte nao
8	Venezuela	1960-1973	3,92	29,1	24,8	13,8	Sim
9	Panamá	1968-1978	3,52	21,9	13,3	10	Não
10	México	1917-1940	3,21	22,5	54,1	23,8	Não
11	Colombia	1962-1979	1,72	17,1	13,8	18	Sim
12	Honduras	1967-1984	1,14	11,2	8,8	17,5	Na maior parte nao
13	Equador	1964-1983	1,11	9	10,4	17,5	Na maior parte nao
14	Paraguai	1989-2002	0,78	2,3	8,3	13,7	Na maior parte sim
15	República Dominicana	1962-1982	0,75	8,7	6,9	20,7	Na maior parte sim
16	Costa Rica	1962-1980	0,68	7,1	5,4	18,3	Sim
17	Brasil	1985-2002	0,63	7,6	3,4	17,6	Sim
	Classificação do Brasil		17°	15°	17°	13°	

Fonte: CARTER (2010).

Contudo, vale ressaltar que foi a partir da redemocratização do país, em 1985, que a reforma agrária voltou a agenda política do Brasil, tendo em vista que o golpe militar de 1964[7] havia sufocado o efervescente debate em torno da reforma agrária no país. As reformas de base, dentre elas o plano de reforma agrária, propostas pelo governo de João Goulart[8], haviam sido o estopim para a eclosão do golpe militar (RAMOS FILHO, 2008). Cabe destacar que, paradoxalmente, no primeiro mandato do governo ditatorial de Castelo Branco[9], em 30 de novembro de 1964, ocorreu a promulgação da primeira lei da reforma agrária, a Lei nº. 4.504, o Estatuto da Terra. "Uma lei agrária que contemplava o que anteriormente fora motivação para a derrubada de João Goulart" (RAMOS FILHO, 2008, p. 373).

7 Foi deflagrado na noite do dia 31 de março, marcando a deposição do presidente João Goulart.
8 João Belchior Marques Goulart, conhecido também pelo apelido de Jango, foi presidente do Brasil entre os anos de 1961 e 1964, quando foi deposto pelo Golpe Militar de 1964.
9 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, assumiu a presidência do Brasil com o Golpe Militar de 1964. Governou até 1967.

O lapso temporal do processo de reforma agrária brasileiro analisado comparativamente por Carter (2010), compreende quatro períodos políticos importantes do país. O primeiro período, que marca o início da Nova República, de 1985 a 1989, ocorreu quando José Sarney assumiu a Presidência da República, substituindo Tancredo Neves[10], eleito via Colégio Eleitoral[11]. O segundo período, que ficou conhecido como a "Era Collor", de 1990 a 1992, foi marcado pelo primeiro impeachment de um presidente da república no Brasil. O terceiro período, de 1993 a 1994, teve início quando Itamar Franco, então vice-presidente, assumiu a presidência da república em virtude do afastamento de Collor. O último período, compreendeu os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002. Estenderemos nossa análise aos períodos posteriores ao governo FHC, incluindo, portanto, os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff.

2.3.1 A Nova República e a Reforma Agrária

O período do Governo José Sarney teve início trazendo grande expectativa em relação a reforma agrária. A criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com o anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), sugeria que, enfim, a reforma agrária entraria na pauta das políticas públicas.

> Num contexto desalentador com a ocorrência de conflitos e mortes no campo e com uma considerável parcela da população no meio rural subsistindo com baixos níveis de renda, a decisão do governo de implementar um plano de reforma agrária indicava que esse processo era fundamental à reorientação do País e como condição indispensável à redemocratização política, econômica social da nação" (MONTE, 2013, p. 28).

O I PNRA se propunha a assentar 1,4 milhões de famílias, com metas anuais progressivas, iniciando com uma previsão de 150 mil famílias assentadas em 1985, chegando a 500 mil famílias, em 1989 (MONTE, 2013). Visava, inicialmente, eliminar tanto o latifúndio quanto o minifúndio, e assegurar a realização socioeconômica do trabalhador rural através da modificação do regime e posse do uso da terra no país (GOMES, 2012).

A elaboração da proposta inicial contou com a participação ativa de importantes defensores da reforma agrária, como dirigentes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e sindicalistas vinculados a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Quando a proposta foi publicamente anunciada, durante o IV Congresso Nacional

---

10 Tancredo de Almeida Neves era advogado, empresário e político. Participou ativamente do processo de redemocratização do país, tendo sido eleito presidente da república através de eleição indireta por meio do Colégio Eleitoral. Por problemas de saúde não chegou a tomar posse, tendo falecido em 21 de abril de 1985.

11 Criado após o Golpe Militar de 1964, através do Ato Institucional nº1, de 9 de abril, para eleger o novo Presidente da República.

dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, os seus principais pontos evidenciaram que a reforma agrária teria prioridade na Nova República (MEDEIROS, 1993).

> Entre os seus pontos de destaque, mencionamos:
> a) a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de reforma agrária, marcando uma ruptura com todos as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-lo como último recurso;
> b) a indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a Proposta assumia, de forma explícita, a concepção de penalização dos proprietários fundiários pelo não cumprimento da função social da terra;
> c) o programa básico da Proposta era o de assentamentos (colonização, regularização fundiária, mecanismos tributários, apareciam como complementares). Propunha-se o reconhecimento das formas de organização da produção e o sistema de apossamento preexistentes, o estímulo à exploração cooperativa, condominial ou comunitária da terra, da produção, da comercialização e da transformação agroindustrial e assumia-se a necessidade de evitar o deslocamento dos beneficiários de seus lugares de origem;
> d) dever-se-ia assentar, no prazo de quinze anos, sete dos dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (número estimado). Os restantes estariam empregados no setor empresarial da agricultura, como assalariados;
> e) estava prevista a participação das organizações representativas dos trabalhadores em todas as fases do processo;
> f) embora com objetivos econômicos, a Proposta era considerada como um programa da área social do governo (MEDEIROS, 1993, p. 21)

Entretanto, o anúncio da proposta inicial do PNRA e o aumento das ocupações de áreas em diversos pontos do país despertaram a atenção dos proprietários rurais, que atualizaram suas práticas e promoveram várias ações a nível nacional, com o intuito de arregimentar forças políticas e arrecadar fundos para uma campanha antirreformista. Nesta época foi criada a União Democrática Ruralista (UDR)[12].

No anúncio, em forma de proposta, o PNRA era um instrumento de política pública carregado de expectativas, que pretendia dar início a um processo que transcenderia governos, e até o ano 2000, assentaria 7,1 milhões de trabalhadores rurais, dos cerca de 10,6 milhões de trabalhadores sem terra, ou com pouca terra, existentes no Brasil, naquela época (GOMES, 2012). Quando o I PNRA foi aprovado, em 10 de outubro de 1985, através do Decreto nº 91.766, ficou evidente o recuo do governo Sarney em relação a proposta inicial, principalmente por conta das concessões de natureza política, aberrações jurídicas, subversão legal, mudança de estratégia e dificuldades operacionais claras (MEDEIROS, 1993).

Contribuíram para o esvaziamento tanto do I PNRA quanto da própria reforma agrária no governo Sarney, conforme Ramos Filho (2008), a criação de projetos paralelos com finalidades diversas, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado

12 Criada em maio de 1985 por grandes proprietários de terras como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no governo de José Sarney.

(PONDERI), que buscava subordinar a reforma agrária à política agrícola; o Programa Interministerial de Fluxo Migratório, que tinha como principal finalidade desarticular os pontos de conflito no território nacional; e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que retirava recursos da reforma agrária para projetos de irrigação voltados a grande projetos.

> Considerando como um fracasso do Plano, Graziano da Silva (1996) aponta vários elementos que reproduzidos aqui podem servir de base explicativa. O primeiro, o autor relaciona-o à maior capacidade de articulação da burguesia agrária em relação à organização dos trabalhadores rurais. O segundo vincula-o às prescrições da legislação vigente (Estatuto da Terra) que impunha a desapropriação "caso a caso", abrindo espaço para o emperramento do processo pelo Poder Judiciário e pela máquina burocrática. O terceiro relaciona-o à diferença da luta pela terra e da luta contra o latifúndio que para o autor é uma bandeira muito mais ampla do ponto de vista político e da mobilização dentre os próprios trabalhadores rurais; e, finalmente, a inviabilização de um programa amplo de reforma agrária no País, com a mudança introduzida na Constituição de 1988, que voltou a exigir a "prévia e justa" indenização e proibiu a desapropriação de propriedades produtivas (MONTE, 2013, p. 29)

A citação de Monte (2013) aponta também para um outro problema enfrentado pela reforma agrária durante o governo Sarney. Como a elaboração da nova Constituição Federal ocorreu ao longo do governo Sarney, a atuação da UDR, representando setores patronais e conservadores da sociedade, resultou na introdução de dispositivos constitucionais, como o inciso II, do artigo 185, que tornou a propriedade produtiva insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária ao não definir claramente o que deveria ser compreendido como propriedade produtiva. Tal dispositivo, como se previa, deu margem a infindáveis disputas judiciais (PINTO, 1995).

Ao final do governo Sarney, apenas 505 novos assentamentos haviam sido criados e 88.059 famílias haviam sido assentadas (DATALUTA, 2016). O resultado representa apenas 6,29% da previsão inicial de 1,4 milhões de famílias a serem beneficiadas. Os resultados obtidos com o I PNRA do Governo Sarney demonstraram, portanto, o fracasso da reforma agrária no início da Nova República. Enfim, o governo Sarney encerrava-se de forma melancólica para a reforma agrária.

2.3.2 A Reforma Agrária no Governo Collor

O período de 1990 a 1992 trazia o alento de representar, de fato, a retomada da democracia no país, haja vista Fernando Collor de Mello ter sido o primeiro presidente eleito pelo voto popular direto, após quase 30 anos. Contudo, o governo Collor foi marcado pela estagnação e por retrocessos da reforma agrária e uma relativa desmobilização dos trabalhadores do campo (MONTE, 2013).

> Durante esse interregno, período que correspondeu aos mandatos de Collor de Mello (1990-1992), a reforma agrária ficou paralisada com as desapropriações e a criação dos assentamentos rurais sobrestadas, e uma relativa desmobilização dos

> trabalhadores do campo. Implicações de ordem econômica e político-administrativa foram a tônica do governo culminando com o desmonte do aparelho do Estado e desmantelamento da máquina pública (MONTE, 2013, p. 33).

O governo Collor, embora eleito com a apelação para o novo, era marcadamente conservador, tendo como base parlamentar de apoio as bancadas que votaram contra a reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte (SILVA, 2013). A plataforma de campanha anunciava o assentamento de 500 mil famílias ao longo do mandato. Todavia, no período do governo Collor, foram criados apenas 259 novos assentamentos e tão somente 41.070 famílias foram assentadas (DATALUTA, 2016). Ou seja, apenas 8,21% do que havia sido anunciado como meta.

No entanto, o que marcou o curto mandato de Collor foi o desmantelamento da administração pública. Especificamente em relação a reforma agrária, o MIRAD foi extinto, o INCRA foi desaparelhado e teve sua força de trabalho reduzida em 40%, através de disponibilizações e demissões de servidores (MONTE, 2013), passando a ser vinculado ao Ministério da Agricultura, tradicional reduto político dos grandes proprietários de terra vinculados à UDR, e opositores à reforma agrária. A questão agrária voltou a subordinação do Ministério da Agricultura, que tinha a frente o ministro Antônio Cabrera, "conhecido publicamente como um porta-voz dos interesses dos produtores rurais e com vinculações à UDR" (MONTE, 2013, p. 33).

Em resumo, no governo Collor manteve-se a tendência de manutenção do *status quo* em relação a reforma agrária. Todavia, a queda de Collor contribuiu para animar as forças simpatizantes da reforma agrária quanto ao governo que se iniciaria com Itamar Franco.

2.3.3 O Governo Itamar Franco e a Retomada da Reforma Agrária

A chegada de Itamar Franco a presidência da república trouxe, surpreendentemente, um novo alento à reforma agrária. A nomeação de Osvaldo Russo de Azevedo, um conhecido defensor da reforma agrária e ex-assessor da CONTAG, para a presidência do INCRA (MEDEIROS, 1993), foi um sinal de que os retrocessos do governo Collor poderiam ser revertidos. Outra importante ação do novo governo foram os vetos a chamada "Lei Agrária" (lei 8629, de 25 de fevereiro de 1993), que foi promulgada com a finalidade de regulamentar dispositivos constitucionais que tratavam da reforma agrária e que tramitava a cinco anos no Legislativo. Os vetos foram importantes instrumentos de redução dos danos que a reforma agrária havia sofrido em virtude do *lobby* realizado pelo "bloco ruralista", durante a elaboração da Constituição de 1988.

> Na disputa pela regulamentação, travada nos estreitos termos da Constituição de 1988, as entidades representativas dos trabalhadores conseguiram que o Presidente da República vetasse alguns artigos mantidos pela Câmara e que oporiam óbices ainda maiores a processos desapropriatórios. Referimo-nos em especial do artigo 17, que estabelecia uma escala de desapropriação segundo critérios de produtividade a nível nacional. O veto restabelece a escala de microrregião, mesorregião e grande região, alegando que, nos termos da lei, a imposição legal de que "a ordem vocacional das propriedades eleitas para assentamento não pode ferir a preferência de localização na região dos beneficiários". Um outro veto refere-se ao artigo que determinava que o proprietário teria a posse do imóvel desapropriado até o trânsito em julgado da sentença proferida nos autos da ação de desapropriação (MEDEIROS, 1993, p. 35).

No início do mandato, antes, portanto, da regulamentação da Lei Agrária, o governo Itamar Franco, identificou na reforma agrária uma oportunidade de geração de emprego e renda a custos inferiores aos que seriam gerados na área urbana, utilizando o fortalecimento da agricultura camponesa como estratégia para tal empreitada (MONTE, 2013). Nasceu dessa visão de avançar nos assentamentos o “Programa Emergencial da Reforma Agrária” com a finalidade de atender as demandas mais urgentes dentro das possibilidades do comprimido Orçamento Geral da União (MONTE, 2013, p. 34).

Segundo Medeiros (1993), o “Programa Emergencial da Reforma Agrária” do governo Itamar Franco previa o assentamento de 100 mil famílias. Entretanto, tanto Monte (2013) quanto Gomes (2012) afirmam que a previsão inicial era, na verdade, de 80 mil famílias a serem assentadas por meio de assentamentos federais, e mais 40 mil famílias através de assentamentos estaduais. Tais previsões, se confrontadas com as demandas das entidades de representação dos trabalhadores, eram modestas. Entretanto, ao serem confrontadas com os resultados obtidos até então pelos governos Sarney e Collor, eram razoáveis. Contudo, até o final do governo Itamar Franco, o programa emergencial conseguiu assentar apenas 15.581 famílias, 12,98% do que havia sido proposto, com a criação de apenas 104 novos assentamentos (DATALUTA, 2016).

2.3.4 A Era FHC ï O Plano Real, a Força dos Movimentos Sociais e a Reforma Agrária de Mercado.

O governo FHC teve início em um momento em que as políticas econômicas em diversos países no mundo eram influenciadas pelo modelo neoliberal, respaldadas nas indicações e orientações do chamado Consenso de Washington[13]. No Brasil, onde o modelo neoliberal foi adotado com entusiasmo, as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) tiveram forte impacto sobre as políticas agrárias e agrícolas (TEIXEIRA, 1997). A

13 Reunião realizada em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos, com a participação de funcionários do governo norte-americano, FMI, Banco Mundial e BID, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da região, sob a égide da disciplina fiscal e monetária, liberalização, privatização e desregulamentação. Como resultado, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru (BATISTA, 1994).

agricultura foi inserida no processo de liberalização comercial, se "desnacionalizando o poder de regulação sobre a economia agrícola brasileira e transferindo, para o plano externo (...) parte considerável dos determinantes de sua dinâmica" (GOMES, 2013, p. 69).

A política de estabilização da economia e combate à inflação, iniciada no governo Itamar Franco, do qual FHC foi o Ministro da Fazenda, dominou tanto a agenda política do primeiro mandato do governo FHC quanto do processo eleitoral que o elegeu (MONTE, 2013). O Plano Real[14] tornou-se o principal cabo eleitoral de FHC nas eleições presidenciais de 1994.

Até FHC ser escolhido Ministro da Fazenda, em apenas sete meses, já haviam passado por aquele ministério três ministros, a saber: Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende (NETO, 2005). O histórico dos desencontros de Itamar Franco com os ministros que antecederam FHC e a inflação alta, eram prenúncios de um novo fracasso. Entretanto, embora não sendo economista, a liderança política de FHC e uma conjunção de interesses o levaram a se transformar no "homem forte" do governo Itamar Franco, e a "terceira via" para as eleições presidenciais de 1994, tornando-se "uma alternativa de centro à polarização esquerda-direita, em razão do provável confronto que ocorreria entre Lula e Maluf, segundo as projeções das pesquisas de opinião" (IANONI, 2009, p. 165).

Com o sucesso do Plano Real e a vitória de FHC, tanto no âmbito do governo quanto dos partidos que formaram sua base de sustentação, a reforma agrária voltou a ser tratada como um tema secundário (MONTE, 2013). O recém-criado Programa Comunidade Solidária[15], passou a ser praticamente a única possibilidade da implantação de novos assentamentos da reforma agrária, já que esse programa era o principal instrumento de organização das políticas sociais do governo FHC (MONTE, 2013). Na campanha eleitoral, o discurso de FHC deixava evidente que a reforma agrária teria uma política de novos assentamentos modesta, principalmente quando comparada ao I PNRA, propondo "o assentamento de 40 mil famílias no primeiro ano; 60 mil, no segundo ano; 80 mil no terceiro ano e 100 mil famílias no quarto ano" (CARDOSO, 2008, p. 45).

Em contrapartida, as tensões no campo aumentaram em todo país. A forma encontrada pelos movimentos sociais para incluir novamente a reforma agrária na pauta do governo foi o aumento das ocupações. Conforme Ramos Filho (2008), desde o início, o governo FHC foi marcado por uma intensa luta pela terra, principalmente por parte do Movimento dos

14 Plano econômico lançado em 28 de fevereiro de 1994, durante o governo Itamar Franco, com a finalidade de estabilizar a economia nacional e controlar a hiperinflação.
15 Foi instituído no Governo FHC, em janeiro de 1995, tendo como principal finalidade centralizar as políticas de enfrentamento da fome e da miséria do governo. Foi presidido pela então primeira-dama do país, Ruth Cardoso, e era vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que já havia se tornando o principal movimento social de luta pela terra no país. Para Ramos Filho (2008), "a história lhes havia ensinado que a RA somente se realizaria através da pressão política, cujo principal instrumento de luta eram as ocupações de terras e a construção de acampamentos rurais" (RAMOS FILHO, 2008, p. 213).

Na tabela 2, que apresenta os dados referentes as ocupações, conflitos, famílias envolvidas, assentamentos criados e famílias assentadas, no período de 1995 a 2002, constata-se que a estratégia utilizada pelos movimentos sociais surtiu efeito. Diferentemente dos governos anteriores, com a pressão através das ocupações, com o consequente aumento no número de conflitos no campo, o governo FHC intensificou a implantação de assentamentos, e encerrou o primeiro mandato, de 1995 a 1998, com 2.345 assentamentos criados e 300.817 famílias assentadas (DATALUTA, 2016). Comparando-se o resultado com a meta oficial anunciada de assentar 280 mil famílias até final do primeiro mandato, observa-se que o resultado obtido pelo governo, 107,43% da meta, é o melhor da história da reforma agrária no Brasil. Entretanto, Ramos Filho (2008) alerta para o fato de que 60% dos assentamentos implantados no período de 1995 a 1998, tenham ocorrido na Amazônia Legal[16], região com a maior concentração de terras públicas, concluindo, portanto, que estariam incluídas nas estatísticas da reforma agrária as terras públicas ocupadas há anos por posseiros (RAMOS FILHO, 2008).

Tabela 2 - Luta pela Terra – Reforma Agrária – 1995 a 2002

Ano	Ocupações	Conflitos	Famílias Envolvidas	Assentamentos	Familias Assentadas	% Assentamentos X Ocupações	% F.Assentadas X F.Envolvidas
1995	186	554	42.746	392	61.382	210,75%	143,60%
1996	450	750	74.965	468	62.688	104,00%	83,62%
1997	500	736	63.110	719	95.528	143,80%	151,37%
1998	792	1.100	106.481	766	81.219	96,72%	76,28%
1999	856	983	113.909	669	56.064	78,15%	49,22%
2000	519	660	81.640	424	39.108	81,70%	47,90%
2001	273	880	44.927	483	38.330	176,92%	85,32%
2002	269	925	40.146	386	29.855	143,49%	74,37%
Total	3.845	6.588	567.924	4.307	464.174	112,02%	81,73%

Fontes: (1) Dados publicados pela CPT, 2016; (2) Dados publicados pelo DATALUTA, 2016.

Porém, mesmo diante da maquiagem nos dados oficiais, as estatísticas do governo FHC relativas à reforma agrária foram expressivas. Contudo, a análise da Tabela 2 demonstra que o

16 A Amazônia Legal é uma área de 5,0 milhões de km², que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

resultado positivo ocorreu muito mais pela pressão dos movimentos sociais, do que pela iniciativa espontânea do governo.

Em 1995, foram 186 ocupações, com 392 assentamentos criados e 61.382 famílias assentadas. O número de ocupações continuou crescente, chegando ao ápice em 1999, quando ocorreram 856 ocupações em todo território nacional (DATALUTA, 2016). Da mesma forma, a criação de novos assentamentos e o número de famílias assentadas também continuaram crescendo. Em 1997, foram assentadas 95.528 famílias e, em 1998, foram criados 766 novos assentamentos (DATALUTA, 2016). Entretanto, em 1998, teve início uma redução gradual do número de famílias assentadas, e em 1999, no número de assentamentos criados, seguida pela redução do número de ocupações, a partir de 2000. Se observarmos as últimas colunas da Tabela 3, que relacionam a quantidade de ocupações *versus* assentamentos criados e a quantidade de famílias envolvidas *versus* famílias assentadas, podemos constatar que, na média dos oito anos do Governo FHC, há uma relação importante entre essas variáveis. Sendo assim, podemos inferir que as ocupações ocorridas resultaram em 112,02% assentamentos criados, e que das famílias envolvidas nas ocupações 81,73% foram assentadas. Tal situação reforça a hipótese de que a pressão dos movimentos sociais foi fundamental para os resultados obtidos na gestão FHC.

É importante destacar que a pressão exercida pelos movimentos sociais, principalmente através do aumento das ocupações, não foi um processo simples. Os conflitos foram, em muitas ocasiões, reprimidos com violência, como as ocorrências no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e, principalmente, os massacres de Corumbiara, no estado de Rondônia, e de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará[17].

A repercussão nacional e, em especial, internacional dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás obrigaram o governo FHC a adotar medidas de impacto para reverter o imenso desgaste causado a imagem do Brasil. Como resposta, em 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), que posteriormente foi transformado em

17 "Na região mais desenvolvida do país, no Pontal do Paranapanema, São Paulo, a violência psicológica, através da perseguição política, aprofundou-se; mas foi na Amazônia que a violência física da eliminação chegou a seu ponto máximo, em agosto de 1995, com o Massacre de Corumbiara, no estado de Rondônia. E, no dia 17 de abril de 1996, com o Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Nestes episódios, respectivamente, foram assassinados pela polícia militar (que atuava na defesa da propriedade privada) 11 posseiros e 19 trabalhadores sem-terra e outros tantos foram torturados e/ou feridos. Passados 12 meses dos massacres, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego e Justiça, que chegou a Brasília, em abril de 1997. A violência praticada pelos latifundiários e a resistência dos sem-terra recolocaram, na agenda política da sociedade, a questão agrária e a urgência de uma RA no país" (RAMOS FILHO, 2008, p. 214).

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deixando o INCRA de ser vinculado ao Ministério da Agricultura e passando a integrar a estrutura do MDA (RAMOS FILHO, 2008).

Para a reforma agrária brasileira, o ano de 1996 ficou marcado também por outro fato muito importante. O governo FHC, ainda dentro das medidas adotadas para reverter a posição desfavorável em que ficou, por conta do imenso desgaste causado com a repercussão internacional dos massacres ocorridos no Pará e em Rondônia, "deu início a uma política" amiga do mercado", em cujo topo estava a aplicação do modelo de reforma agrária de mercado do BIRD" (SAUER e PEREIRA, 2006, p. 175).

2.3.4.1 A Reforma Agrária de Mercado (RAM)

O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), encontrou no Brasil o ambiente propício para implantação da chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM). Havia uma enorme demanda por terra, tendência de queda relativa do preço dos imóveis em algumas regiões e "sobretudo, um governo estreitamente alinhado a plataforma neoliberal" (SAUER e PEREIRA, 2006, P. 176).

> Já em 1995, à luz das experiências colombiana e sul-africana, o BIRD preconizava ao governo brasileiro a transação mercantil entre trabalhadores e proprietários como mecanismo mais eficiente para distribuir terra, aliviar a pobreza rural e dinamizar os mercados fundiários (BANCO, 1995, *apud* SAUER e PEREIRA, 2006, P. 176).

O modelo de reforma agrária proposto pelo BIRD atendia ao contexto daquela época, pois, conforme mencionado anteriormente, a regulamentação de dispositivos constitucionais, através da promulgação da Lei Agrária, dificultara um amplo programa de reforma agrária a partir apenas de desapropriações.

> A situação brasileira em meados da década de 1990 era ideal para o BIRD testar o seu novo modelo de "reforma agrária de mercado", pois havia aqui uma enorme "demanda" por terra, uma tendência de queda relativa do preço dos imóveis rurais em algumas regiões e, sobretudo, um governo estreitamente alinhado a plataforma neoliberal" (SAUER e PEREIRA, 2006, P. 176).

Conforme Sauer e Pereira (2006), o governo brasileiro utilizou três argumentos básicos para adotar o modelo de reforma agrária de mercado sugerido pelo BIRD. Em primeiro lugar, para o governo, o modelo baseado nas desapropriações para fins de reforma agrária era inadequado por ser "um modelo de ação fundiária centralizador, arbitrário, propenso à corrupção e lento" (SAUER e PEREIRA, 2006, p. 176), devendo, portanto, ser substituído por mecanismos baseados na livre transação de mercado. A segunda argumentação complementava a primeira, ou seja, para o governo, o orçamento da União, em virtude de elevadas indenizações arbitradas pelo Judiciário, não teria como financiar programas como o da reforma agrária (SAUER e PEREIRA, 2006). Por fim, para o governo federal, as suas ações ficavam a reboque

dos movimentos sociais, haja vista que os assentamentos criados eram resultado, em sua maioria, das ocupações e acampamentos promovidos e organizados pelos mesmos (SAUER e PEREIRA, 2006).

Então, em 1996, começou a ser implementada, no Ceará, a primeira experiência brasileira inspirada no modelo de RAM, através de um projeto denominado "Reforma Agrária Solidária". A experiência ocorreu pela introdução de um componente fundiário em um projeto já existente, denominado de Projeto São José[18] (SAUER e PEREIRA, 2006). Foram alocados no projeto recursos do governo do Ceará, através de um aporte de pouco mais de R$ 4 milhões, complementados por um empréstimo do BIRD de R$ 6 milhões (SAUER e PEREIRA, 2006).

Da primeira experiência, sem que a mesma tivesse sido avaliada sobre o desempenho da RAM, nasceu o "Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza". Uma nova experiência com a RAM estendida para mais quatro estados, além do próprio Ceará. Iniciou-se, portanto, a experiência conhecida como "Cédula da Terra"[19], nos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. A meta inicial era financiar a compra de terras por 15 mil famílias durante quatro anos, ao tempo em que se criava condições políticas para extensão do modelo no restante do país (SAUER e PEREIRA, 2006). Segundo Ramos Filho (2008), finalizado o projeto-piloto, haviam sido implantados 144 empreendimentos, em uma área total de 131.348 hectares, adquirida por 5.552 famílias.

Não há dúvidas que no primeiro mandato de FHC os resultados obtidos na reforma agrária, quando comparados com os governos anteriores, foram expressivos. A opção pela RAM foi decisiva para o governo, pois, diante da pressão cada vez maior dos movimentos sociais e a escassez de recursos para a reforma agrária, em virtude da política econômica neoliberal adotada, o governo foi abrindo mão do processo tradicional de incorporação de terras via a desapropriação social, e aumentando o foco nas transações mercantis entre trabalhadores e proprietários, ou seja, o mecanismo de mercado. Essa opção, de fato, permitiu ao governo obter resultados numéricos importantes, embora muitas vezes supervalorizados, ou "maquiados", e omitindo a importância da pressão exercida pelas ocupações. Ancorado no discurso de superação da meta da campanha eleitoral de 1994, o governo buscava despolitizar a luta camponesa (RAMOS FILHO, 2008).

---

18 Anteriormente denominado de Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), passou a denominar-se Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), sucedendo ao PAPP e vários outros projetos financiados pelo BIRD no Nordeste, desde 1975 (SAUER e PEREIRA, 2006).

19 O Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Rural – Projeto Cédula da Terra (PCT), foi criado a partir de proposta do BIRD, e viabilizado pelo Governo Federal por meio do MEPF e do INCRA (MONTE, 2013).

> (…) diante da situação alarmante, o governo construiu, através da mídia, um território imaterial com intenção de confundir/capturar a opinião pública a seu favor, divulgando os controversos números da maior reforma agrária do mundo contemporâneo, que estava em curso no Brasil. FHC ancorava o seu discurso na superação das metas estabelecidas, durante a campanha eleitoral de 1994. Porém, como demonstrei, anteriormente, o governo somente agia a reboque da luta dos trabalhadores, promovendo uma política de assentamentos rurais e não ação sistemática, ampla e massiva, com planejamento de início e final, com centralidade no ataque à estrutura fundiária concentradora, características inerentes a um verdadeiro programa de reforma agrária. Buscava-se, com este conjunto de medidas, despolitizar a luta camponesa (RAMOS FILHO, 2008, p. 217-218).

Para Monte (2013), a decisão do governo de abrir mão do processo tradicional de redistribuição de terra através da desapropriação social, em troca do mecanismo de mercado, descaracterizava a natureza política da reforma agrária, e "culminaria na balcanização do processo (...) onde os gestores do INCRA ficariam à mercê do poder de pressão política dos proprietários rurais, e de seus representantes nos parlamentos, no tocante a equalização de valores indenizatórios" (MONTE, 2013, p. 43).

FHC encerrou o seu primeiro mandato com alta popularidade, conseguido se reeleger em 1º turno nas eleições presidenciais de 1998. Todavia, em uma escalada crescente de conflitos com os movimentos sociais, insatisfeitos com o desvio do governo das verdadeiras características de um programa de reforma agrária, bem como por conta das constantes medidas adotadas no sentido de despolitizar a luta camponesa (RAMOS FILHO, 2008).

> A luta pela terra assume aqui uma tendência crescente, em número de ocupações, famílias envolvidas e movimentos sociais atuantes. Frente à intensidade da luta, o governo passa a incorporar, de forma mais incisiva, as diretrizes fundiárias do Banco Mundial que, grosso modo, objetivavam a eliminação dos conflitos fundiários mediante o financiamento de terras integrado ao mercado (GOMES, 2012, p. 71).

Assim sendo, o início do segundo mandato de FHC foi marcado pelo acirramento das relações entre os movimentos sociais e o governo. Foram intensificadas as ações de ocupação de propriedades e prédios públicos, de realização de marchas, bloqueios de estradas, destruição de cultivos de transgênicos, dentre outras formas de mobilização, fazendo com que, em 1999, ocorressem 856 ocupações, tornando aquele ano o que houve o maior número de ocupações de terras no Brasil (DATALUTA, 2016).

Pressionado pelos movimentos sociais, e ao mesmo tempo pelos ruralistas, mas apoiado na alta popularidade decorrente do Plano Real, o governo "editou duas medidas provisórias com o intuito de eliminar os conflitos mediante a judiciarização[20] da reforma

20 Segundo Fernandes (1996, p. 36), "Esse processo possui três dimensões: o uso indevido da ação possessória, por exemplo a grilagem de terras; em caso de ocupação, a realização do despejo em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos trabalhadores; o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito".

agrária, bem como, criminalizar e deslegitimar os movimentos camponeses" (RAMOS FILHO, 2008, p. 222). Em 27 de fevereiro de 2001, foram editadas as medidas provisórias 2.109-48 e 2.109-49, sendo reeditadas em 24 de agosto de 2001, com o número 2.183-56. As referidas medidas promoveram mudanças substanciais na Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, destacando-se as alterações nos §6º e §7º, do Art. 2º.

Com a modificação do §6° ficou determinado que o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário/fundiário de caráter coletivo, não seria vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, sendo que em caso de reincidência a penalização teria o dobro do prazo (RAMOS FILHO, 2008). Na modificação do §7° ficou determinada a exclusão do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal de quem fosse efetivamente identificado como participante direto ou indireto de conflitos fundiários caracterizados no §6° (RAMOS FILHO, 2008).

Se por um lado as medidas conseguiram fazer com que as ocupações fossem reduzidas, pois, as mesmas despencaram de 519, em 2000, para 271 e 269, em 2001 e 2002, respectivamente (DATALUTA, 2016). Por outro lado, os conflitos no campo, que haviam sido reduzidos em 2000 (de 983 para 660), tiveram um considerável aumento, saltando dos 660 conflitos, em 2000, para 880 e 925, em 2001 e 2002, respectivamente (CPT, 2003). O aumento do número de conflitos no momento em que o número de ocupações caía, reforça a hipótese da influência dos ruralistas na judiciarização da reforma agrária. Ficou evidenciada uma estratégia de enfrentamento aos movimentos sociais.

Ainda que tenha sido o governo que assentou o maior número de famílias e que criou o maior número de assentamentos, as ações de desapropriação no governo FHC careceram de planejamento em nível nacional (GOMES, 2012). Elas estiveram, quase sempre, vinculadas às áreas de conflitos, o que impossibilitou que houvesse significativa transformação da estrutura fundiária do país (GOMES, 2012).

> Os 26.000 maiores proprietários de terra no Brasil têm fazendas com áreas superiores a 2.000 hectares, uma enorme fazenda. Esses proprietários tinham, no início da década de 80, 128 milhões de hectares, o patrimônio deles somado; quando terminou o governo FHC, estavam com 178 milhões de hectares. Ou seja, em dez anos, coincide com o período Collor-FHC, eles acumularam um patrimônio de 50 milhões de hectares. E do outro lado da moeda, nesse mesmo período, 920.000 propriedades com menos de 100 hectares foram à falência, desapareceram. Então, o governo FHC não deixou apenas de fazer a reforma agrária, mas aumentou a concentração da propriedade (STÉDILE, 2003, p.6).

Os resultados positivos do governo FHC não foram suficientes para reduzir a

concentração de terras no Brasil. Ao analisarmos a evolução do índice de *Gini*[21] de distribuição de terras, em três períodos diferentes, 1985, 1995/1996 e 2006 (Tabela 3), é possível inferirmos que mesmo com o considerável crescimento no número de assentamentos criados e famílias assentadas, a concentração de terras no país manteve-se praticamente a mesma, em patamares que situam o Brasil entre os países com os maiores índices de concentração de terras do mundo.

Tabela 3 - Evolução do Indice de Gini – 1985/2006

	1985	1995/1996	2006
Índice de Gini	0,857	0,856	0,858

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2012).

FHC concluiu o seu segundo mandato com expressivos 4.307 assentamentos criados e 464.174 famílias assentadas (DATALUTA, 2016), sem, no entanto, promover alterações substanciais na estrutura fundiária brasileira.

2.3.5 A Reforma Agrária na Era Lula

O Governo Lula teve início com grande expectativa em relação a diversos temas sociais. A chegada de um ex-metalúrgico e ex-líder sindical a presidência da república reacendeu a esperança do início de um governo em que as políticas públicas caminhariam em direção aos verdadeiros anseios populares. Entretanto, a própria campanha eleitoral de 2002 já apontava que, em um eventual governo Lula, antigas bandeiras da esquerda seriam revistas em nome da governabilidade. O lançamento da Carta ao Povo Brasileiro[22] foi um sinal de que a política econômica de FHC seria mantida, e de que a heterogênea composição das forças políticas articuladas em torno de sua eleição, frustrariam alguns dos antigos anseios da esquerda brasileira.

Após assumir, pressionado pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, o governo Lula criou um grupo de trabalho a ser liderado por Plínio de Arruda Sampaio[23], cuja tarefa era "elaborar um documento que constituísse um plano nacional de

21 O índice de Gini mede o grau de desigualdade da distribuição da renda ou de outros recursos, variando de zero a um. Quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição daquele recurso e quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade do recurso medido.

22 Assinada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 22 de junho de 2002, durante a campanha presidencial daquele ano. O então candidato assumia compromisso com a manutenção dos contratos, metas de inflação e superávit primário. Contribuiu para reduzir o medo de certas camadas em relação ao candidato Lula e ao PT (CARREIRÃO, 2004).

23 Era advogado, economista e foi presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Foi deputado federal em três legislaturas e relator do Projeto de Emenda Constitucional pela Reforma Agrária do governo João Goulart. Foi professor de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e consultor da FAO. Em 2010, concorreu à Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Faleceu em 8 de julho de 2014.

reforma agrária da envergadura desta problemática" (RAMOS FILHO, 2008, p. 225). Sendo assim, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, também conhecido como Plano Plínio.

Baseado em dados obtidos pelo cadastro realizado pelos Correios[24], que indicou uma demanda explícita por terra de 839.715 famílias, somadas à demanda emergencial das 171.288 famílias acampadas, até o início de outubro de 2003, Plínio de Arruda Sampaio estipulou em seu plano a meta de assentamento de um milhão de novas famílias em áreas de reforma agrária, no período de 2003 a 2007 (GOMES, 2012).

O Plano Plínio era bastante audacioso. Do ponto de vista quantitativo, teria que promover a redistribuição de terras através da expropriação dos latifúndios, possibilitando a ruptura com o tradicional sistema fundiário, e uma significativa mudança na estrutura econômica, social e política do país, com força suficiente para alterar o coeficiente do índice de Gini entre 10 e 20% (BRANFORD, 2010). Do ponto de vista qualitativo, o plano pretendia tornar a economia da agricultura camponesa mais viável, através da garantia de uma renda mínima de 3,5 salários mínimos por família (BRANFORD, 2010).

> (...) Sampaio estava cheio de ideias sobre como fazer para tornar a economia da pequena agricultura mais viável (...) por meio de empréstimos bancários e a compra antecipada da produção (...) O governo compra muito alimentos para merendas escolares, para as Forças Armadas, para hospitais, para o programa Fome Zero, que visa a beneficiar dez milhões de pessoas. O governo poderia montar um esquema por meio do qual compraria alimentos básicos – arroz, feijão, milho – dos assentamentos da reforma agrária (BRANFORD, 2010, p. 420).

Em outubro de 2003, o novo PNRA foi apresentado ao Ministro do Desenvolvimento Agrária, Miguel Rosseto. Entretanto, a proposta assustou Rosseto (MONTE, 2013), e assim como aconteceu com o I PNRA, no Governo Sarney, sofreu forte pressão dos aliados ligados às alas mais conservadoras e defensoras do agronegócio. Outra dificuldade enfrentada por Sampaio para aprovar o Plano Plínio foi a resistência da maioria dos políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), instalados no MDA, e adeptos ao paradigma do capitalismo agrário[25], que "mais do que resolver o fundo da questão agrária, o interesse (...) era manter esse problema sob controle social" (FERNANDES, 2010, p. 190).

---

24 Criado pelo governo FHC, através do MDA, em novembro de 2011, dando seguimento as ações que buscavam enfraquecer os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST. Foi anunciado como prioritário para aquisição do direito à terra.

25 Consiste em um conjunto de pensamentos, teorias e teses que compreendem que o futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar (FELÍCIO, 2006).

O novo PNRA, não mais sob o comando de Plínio de Arruda Sampaio, sofreu alterações por técnicos do próprio governo, resultando em uma proposta mais tímida, que foi divulgada em novembro de 2003, com o título II PNRA: paz, produção e qualidade de vida no meio rural (BRANFORD, 2010). O novo PNRA manteve a proposta de beneficiar um milhão de famílias. Entretanto, beneficiadas com o programa de reforma agrária através de assentamento seriam apenas 400 mil, outras 500 mil seriam através de regularização fundiária e 130 famílias através do Crédito Fundiário (GOMES, 2012).

> O Plano divulgado previa 12 metas a serem cumpridas até o final de seu primeiro mandato, quais sejam: 1) assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária; 2) regularização fundiária para 500 mil famílias; 3) promoção do acesso à terra pelo Crédito Fundiário de 130 mil famílias; 4) recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos existentes; 5) gerar 2.075.000 novos postos de trabalho permanente no setor reformado; 6) cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais; 7) regularização de 2.200.000 imóveis rurais; 8) reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; 9) reassentamento de ocupantes não índios de áreas indígenas; 10) promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; 11) garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; 12) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (GOMES, 2012, p. 76 - 77).

As modificações impostas ao plano original reduziram seu alcance inicial, ficando aquém das possibilidades imaginadas com a chegada de Lula à presidência, e principalmente, abaixo das expectativas criadas após a formação do grupo liderado por Plínio de Arruda Sampaio. Essas modificações significaram uma derrota para os movimentos sociais, que responderam com a intensificação das mobilizações (MONTE, 2013). As ocupações e os conflitos, reduzidos em 2001 e 2002, por conta da judiciarização da reforma agrária no governo FHC, voltaram a crescer em 2003 e 2004 (Tabela 4).

Tabela 4 - Luta pela Terra – Reforma Agrária – 2003 a 2006

Ano	Ocupações	Conflitos	Assentamentos	Familias Assentadas	Nº Famílias Previstas (II PNRA)	% sobre a meta do II PNRA
2003	539	1.690	326	33.769	30.000	112,56%
2004	662	1.801	460	42.288	115.000	36,77%
2005	561	1.881	876	117.484	115.000	102,16%
2006	545	1.657	718	113.693	140.000	81,21%
Total	2.307	7.029	2.380	307.234	400.000	76,81%

Fontes: (1) Metas previstas no II PNRA (2003); (2) Dados publicados pelo DATALUTA, 2016

Ao final do primeiro mandato do governo Lula, o MDA divulgou um balanço dos quatro primeiros anos de gestão, destacando que das 400 mil famílias previstas para serem assentadas no período, 381.419 haviam sido beneficiadas (RAMOS FILHO, 2008). Todavia,

segundo dados do DATALUTA (2016), no período de 2003 a 2006 foram assentadas 307.234 famílias, 76,81% da meta estabelecida no II PNRA.

No segundo mandato de Lula, de 2007 a 2010, o MDA não estabeleceu metas anuais. Ao final dos dois mandatos do governo Lula, em 2010, haviam sido assentadas 425.485 famílias, com 3.607 novos assentamentos criados (DATALUTA, 2016). Considerando-se os resultados obtidos nos dois mandatos do governo FHC, compreende-se como justa a frustração e a insatisfação tanto dos movimentos sociais de luta pela terra quanto dos defensores da reforma agrária como instrumento de redistribuição de terras, desconcentração fundiária e redução das desigualdades sociais. Os resultados do PNRA na gestão Lula criaram um desalento "nos atores importantes na luta pela terra e fiéis depositários da esperança de ver realizada a reforma agrária no governo de Lula da Silva, contaminando, igualmente, os movimentos sociais (...)" (MONTE, 2013, p.52).

De fato, ao analisarmos os dados referentes as ocupações ocorridas durante o governo Lula, verifica-se que as mobilizações refluíram, arrefecendo as ocupações e acampamentos, fazendo com que os movimentos sociais perdessem o seu protagonismo histórico na luta pela democratização do acesso à terra (MONTE, 2013). Segundo dados do DATALUTA (2016), após um ápice em 2004, quando ocorreram 662 ocupações, nos anos seguintes elas foram sendo reduzidas, chegando ao último ano do governo, em 2010, com 184 ocupações, envolvendo 16.936 famílias (DATALUTA, 2016). Estes foram os menores números de ocupação e de famílias envolvidas nos 16 anos que compreenderam os mandatos de FHC e Lula (Tabela 5). Entretanto, é importante destacar que o número de conflitos, embora também tenha seguido uma tendência de queda no governo Lula, eles sempre estiveram superiores aos números de todos os governos anteriores. Estes dados demonstram que a estratégia de enfrentamento adotada pelos ruralistas permanecia sendo adotada, mesmo diante do arrefecimento das ocupações.

Tabela 5 - Comparativo ocupações, famílias envolvidas e conflitos nos governos FHC e Lula

Ano	Ocupações	Conflitos	Famílias Envolvidas	Ano	Ocupações	Conflitos	Famílias Envolvidas
1995	186	554	42.746	2003	539	1.690	89.958
1996	450	750	74.965	2004	662	1.801	111.447
1997	500	736	63.110	2005	561	1.881	71.884
1998	792	1.100	106.481	2006	545	1.657	57.868
1999	856	983	113.909	2007	533	1.538	69.484
2000	519	660	81.640	2008	389	1.170	38.827
2001	273	880	44.927	2009	391	1.184	37.075
2002	269	925	40.146	2010	184	1.186	16.936
Total	3.845	6.588	567.924	Total	3.804	12.107	493.479

Fonte: Dados publicados pelo DATALUTA, 2016.

Observa-se, portanto, que as composições políticas alinhavadas tanto para a eleição de Lula quanto para a governabilidade em seu mandato, foram negativas para a reforma agrária. Prevaleceram a força da bancada ruralista e os interesses do agronegócio. Todavia, deve-se reconhecer que, diferentemente do governo FHC, no governo Lula não foram implementadas ações de criminalização dos movimentos sociais, mantendo-se uma postura de permanente diálogo com os atores da luta pela terra e reforma agrária (GOMES, 2012).

2.3.6 A Estagnação da Reforma Agrária no Governo Dilma

Se a análise sobre o programa de reforma agrária no período de janeiro de 2011 a maio de 2016, que corresponde ao governo de Dilma Rousseff, for feita com base na quantidade assentamentos criados e famílias assentadas, conclui-se que o governo Dilma foi um dos menos expressivos desde o período da redemocratização do país. Segundo os dados do DATALUTA (2016), acumulados de 1985 até 2015, em todo o Brasil, foram criados 9.374 novos assentamentos e 1.081.273 famílias foram assentadas. A Tabela 6 apresenta os dados por período de governo.

Tabela 6 - Participação por período – 1985 a 2015

Ano	Assentamentos	% sobre o total	Familias Assentadas	% sobre o total
1985/1989	505	5,39%	88.059	8,14%
1990/1991	259	2,76%	41.070	3,80%
1993/1994	104	1,11%	15.581	1,44%
1995/2002	4.307	45,95%	464.174	42,93%
2003/2010	3.607	38,48%	425.485	39,35%
2011/2015	592	6,32%	46.904	4,34%
Total	9.374	100,00%	1.081.273	100,00%

Fonte: Dados publicados pelo DATALUTA, 2016.

Observa-se que dos 9.374 assentamentos criados ao longo dos trinta anos analisados, 592 novos assentamentos ocorreram no período correspondente ao governo Dilma,

representando apenas 6,32% do total. Já em relação ao número de famílias assentadas, no período de 2011/2015, foram 46.904 famílias beneficiadas, ou 4,34% do total. Considerando-se a média anual, os resultados foram, respectivamente, 118 assentamentos criados e 9.381 famílias assentadas (DATALUTA, 2016). São números muito baixos quando comparados com as médias anuais nos governos de FHC e Lula. Nos oito anos do governo FHC, a média anual foi de 538 novos assentamentos criados e 58.022 famílias assentadas. Já nos oito anos do governo Lula, em média anualmente, foram criados 451 novos assentamentos, beneficiando 53.186 famílias por ano, em média (DATALUTA, 2016).

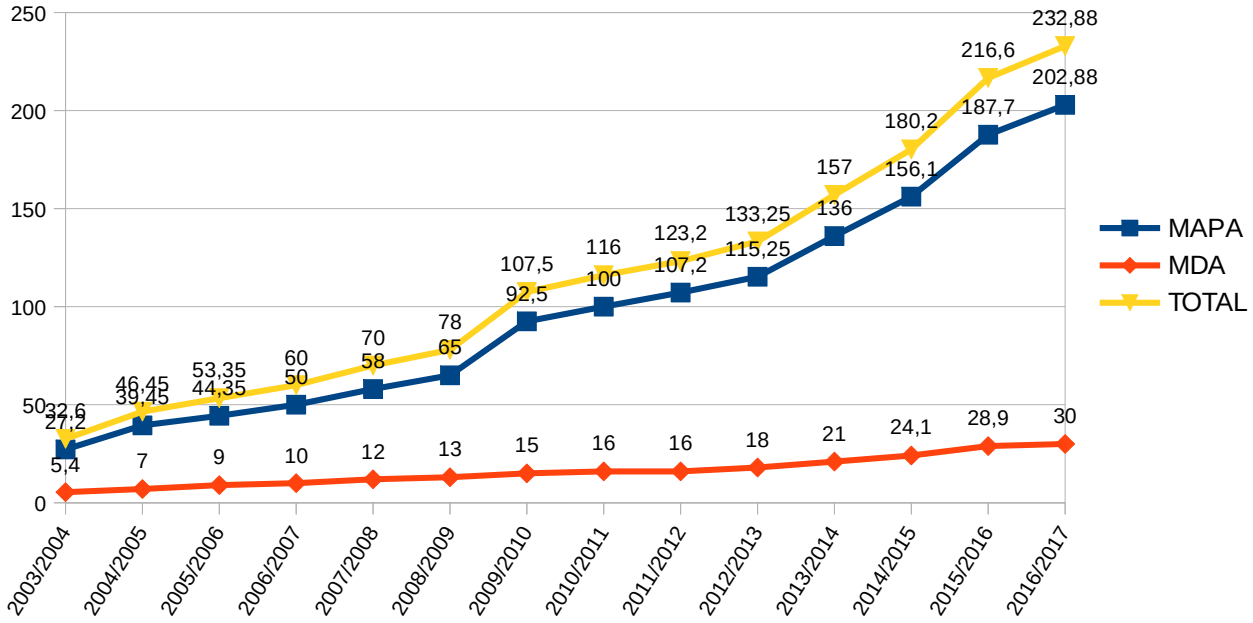
Consolidou-se, no Governo Dilma, uma tendência que iniciada no governo Lula, já que no último ano do seu segundo mandato, em 2010, foram criados apenas 211 novos assentamentos, beneficiando apenas 15.536 famílias (DATALUTA, 2016). Ao considerarmos em nossa análise os dados relativos ao acompanhamento do Índice de Gini de concentração de terras, constatamos um fracasso ainda maior da política de redistribuição de terras brasileiras. Segundo dados do DATALUTA (2016), em 2014, este índice era de 0,860. Ou seja, de 1985 a 2014 não houve praticamente nenhuma alteração na estrutura fundiária do Brasil, o que já era previsível, diante dos dados já mencionados.

Os resultados demonstram que a reforma agrária havia saído da pauta do governo. Pode-se a isso atribuir a ampla coligação política realizada pelo PT no processo eleitoral que elegeu e reelegeu tanto Lula quanto Dilma. A necessidade de uma base parlamentar de apoio fez com que o PT, em seus governos, compusesse com um amplo espectro político, inclusive de conduta conservadora, como foi o caso do apoio de parte da bancada ruralista representada pela senadora Katia Abreu, indicada para o Ministério da Agricultura, no segundo mandato do governo Dilma. Conforme Ramos (2014), com a eleição de 2010, a bancada ruralista passou a ser composta por 140 deputados e 18 senadores, representando 26,6% do número total de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senador Federal. É uma bancada forte, atuante e que "defende a primazia da política agrícola e opõe-se, recorrentemente, as iniciativas em prol da política agrária" (RAMOS, 2014, p. 687).

Em ambos os governos petistas o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) esteve sempre sob o domínio político de representantes das alas mais conservadoras da agricultura. Tal domínio resultou na prevalência de políticas públicas para a agricultura e pecuária com foco no agronegócio e nas grandes exportações. Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas políticas públicas para a agricultura camponesa, pela reforma agrária e pela regularização fundiária, embora estivesse ao longo de

treze anos sempre sob o domínio do PT, nunca conquistou avanços tão significativos em relação disponibilização de créditos orçamentários quanto o MAPA.

Gráfico 1 - Evolução do crédito agropecuário nos governos Lula e Dilma
(Em bilhões de R$)



Fontes: (1) MAPA (2003-2016; (2) MDA (2003-2016)

A análise do Gráfico 1, que demonstra a evolução dos créditos orçamentários disponibilizados para a execução dos programas sob a responsabilidade de cada um destes ministérios, é suficiente para ilustrar que a estratégia dos governos petistas para as políticas agrícolas, não diferindo dos que o antecederam, sempre esteve condicionada prioritariamente aos interesses da bancada ruralista e do agronegócio exportador.

> Em suma, a política agrária do Brasil nesses últimos quinze anos foi ineficaz para os pobres e muito eficaz para os interesses dos capitais que se apoderaram do rural. A reforma agrária não foi e não é prioridade política. A primazia da política governamental é o agronegócio exportador (CARVALHO FILHO, 2016, p. 27).

Embora o governo Dilma tenha mantido o legado social, herdado do governo Lula, especialmente em relação aos programas sociais e as políticas de educação, saúde e inclusão social, os dados apresentados demonstram que, na questão agrária, o governo Dilma ficou marcado pela paralisia quase que total da política de redistribuição de terras via reforma agrária como instrumento de diminuição das desigualdades sociais.

Todavia, a iminência do impeachment, em 2016, levou o governo Dilma a uma tentativa de reaproximação com os movimentos sociais de luta pela terra, ao anunciar, em abril

daquele ano, a assinatura de 21 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, que beneficiariam 1.164 famílias em 14 Estados brasileiros (MDA, 2016).

A ação intempestiva não evitou o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, nem tão pouco reverteu a situação da reforma agrária. Todavia, esta ação, uma das últimas relacionadas à reforma agrária no governo Dilma, demonstrou efetivamente a importância das duas variáveis fundamentais ao sucesso nos processos de reforma agrária, citadas por Carter (2010): o envolvimento do Estado como indutor e garantidor da reforma agrária, e a pressão pela reforma agrária vinda da sociedade, fundamental para que Estado assuma o protagonismo nos processos de redistribuição de terras.

2.4 TURISMO

> "O turismo é como fogo, tanto pode esquentar a sopa, quanto pode queimar a casa".
> (Antônio Aires, Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde)

A atividade turística é complexa tanto sob o ponto de vista de sua dinâmica, por ser resultado da integração de diversas atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, comércio de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitação, lazer e entretenimento (INSTITUTO DE HOSPITALIDADE, 2006, p.18), quanto sob o olhar histórico. Oficialmente, alguns autores citam o ano de 1841 como o marco do surgimento do turismo como atividade organizada, quando o inglês Thomas Cook planejou e viabilizou uma viagem de um dia partindo de Lancaster para Loughborug, reunindo 570 pessoas que iam participar de um congresso antiálcool. Para Barreto (*apud* ASSIS, 2001, p. 105) o turismo "surge no século XVII na Inglaterra, referido a um tipo especial de viagem. A palavra tour que quer dizer volta é de origem francesa e tem seu equivalente no inglês *turn* e no latim *tornare*" (p. 105). Essa visão antropológica do turismo a partir da influência das viagens sobre o ser humano é corroborada por Yasoshima (2002 *apud* SILVEIRA, 2003, p. 36) ao afirmar que o "século XVII, com a chegada do Renascimento europeu, contribuiu também para o desenvolvimento das viagens, uma vez que, com a quebra do domínio da religião, encorajou a satisfação pessoal e o desejo de explorar e entender o mundo".

Já Araújo (1987, p. 25), afirma que a origem informal do turismo ocorreu na Grécia Antiga com a realização dos primeiros Jogos Olímpicos. Segundo esse autor naquele tempo ainda não havia hospedarias e o número de pessoas que se dirigia à Grécia, por conta dos Jogos, era muito grande e, segundo uma lenda da época, as pessoas recebiam bem e hospedavam os forasteiros por que qualquer um deles poderia ser Zeus, o Deus máximo dos gregos, que

comparecia a todos os jogos, sendo esta a primeira manifestação de hospitalidade turística, embora sem conotação comercial. Para Rodrigues (1997 *apud* SENA, 2006, p. 95), sendo o turismo uma atividade ligada ao ato de viajar ou se deslocar "já era conhecido na Antiguidade Clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências – uma na cidade e outra no campo".

Todavia, o turismo praticado atualmente é muito diferente de tempos anteriores, especialmente até o período da Segunda Guerra Mundial. "Isto não ocorreu aleatoriamente, sempre esteve intrinsecamente ligado com as características da sociedade e o contexto econômico, social, político e cultural que o envolvia" (OLIVEIRA, 2006, p. 21). A forma que se enxerga os horários de folga do trabalho e de outros compromissos também mudou com o passar do tempo.

> [...] hoje não há tempo totalmente livre e sim livre de obrigações específicas do tempo de trabalho. Não há tempo livre e, sim, tempo a ser consumido, preenchido de forma eficaz e produtiva. Atualmente as pessoas viajam, não porque têm tempo livre e sim porque viajar é necessário, pois permite o acesso à cultura, à informação, à atualização, ao lazer, além de significar status. (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

Assim, conclui-se, com Oliveira (2006) que o turismo passou a ser uma prática, além de desejada, quase obrigatória para significativos segmentos da sociedade, tornando-se um item de consumo e de prestígio social, principalmente as viagens internacionais. O turismo se transforma em algo muito além de uma atividade de lazer, um elemento fundamental de valor agregado na sociedade do conhecimento.

O turismo é uma atividade que, além de suscitar estudos e reflexões, tem se constituído em ambiente de disputas políticas e econômicas em favor de um mercado turístico que comercializa espaços e culturas (ADRIÃO, 2003).

Para Coriolano (2007), como uma atividade produtiva moderna, o turismo reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo "uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas (CORIOLANO, 2007, p. 44). O turismo é, portanto, um fenômeno social e ao mesmo tempo uma atividade econômica.

Todavia, o potencial econômico alavancador do turismo, apresenta também suas barreiras a uma evolução no desenvolvimento da região, ou território onde ele se expande. Na verdade, o turismo tem poder não apenas para prejudicar o desenvolvimento de uma região ou território, ele também pode trazer diversos impactos negativos à comunidade receptora, que vão

desde a pressão inflacionária, a dependência do turismo, privilégios na prioridade de investimentos, além dos custos ambientais e sociais.

Alguns autores reforçam essa complexidade do turismo ao estabelecerem como uma atividade dicotômica. Para Mathieson e Wall (1990), Swarbrooke (2000) e Cooper (2001), o turismo tanto pode ser uma oportunidade de geração de impactos positivos, ao ser encarado com uma forma de fortalecer a economia local e contribuir para a preservação da cultura e do ambiente natural, quanto uma ameaça, ao gerar impactos negativos ambientais, sociais e econômicos. Já outros autores, como Boullón (2002), Fuster (1985), Goeldner, Ritche e McIntosh (2002), Moesh (2002), Martinez (2005), Panosso Neto (2011) e Beni (2000), interpretam o turismo de forma mais abrangente, a partir de uma visão sistêmica, capaz de se apropriar de todos os meios disponíveis para satisfazer as necessidades do turista, considerando desta forma o turismo como um fenômeno sócio-político-econômico e cultural.

Essa visão sistêmica do turismo é corroborada por Barreto (2012), no entanto, a referida autora ousa ao comparar o turismo com o rizoma, um elemento da botânica que se expande de forma subterrânea e pouco controlável, conectando suas partes de forma arbitrária, que mesmo cortadas podem gerar uma série de brotos de forma interdependentes. Para a autora, o turismo, enquanto sistema, tem essa mesma característica, pois é uma atividade que cresce e se expande através do tempo e do espaço por meio de relações diferentes e imprevisíveis.

> O turismo é uma atividade realizada pelos homens em sociedade. Não se pode pensar no conceito de turismo a partir da ideia de um homem isolado. Como atividade realizada pelos homens em sociedade, tem um importante grau de imprevisibilidade. O rizoma se adequa à análise do fenômeno turístico porque é, em primeiro lugar imprevisível. Nunca se sabe para onde vai se expandir, nunca se sabe quando vai ressurgir; sempre que cortamos uma parte, esta pode tornar a transformar-se numa planta. Assim, por mais que haja um bom planejamento de turismo, nunca sabemos como a sociedade vai reagir à presença dos turistas, nem como os turistas vão reagir à sociedade que os hospeda. A chamada "indústria turística", ou seja, o conjunto de equipamentos e serviços que compõem a oferta que os turistas vão consumir, é rizomática e também pouco previsível. Surgem, a cada nó do rizoma, novos negócios, novos serviços (...) Se fizermos um retrospecto histórico dos equipamentos e serviços de turismo, veremos que a quantidade destes tem aumentado de forma considerável a partir do que foi considerado, por muitos anos, o tripé do turismo (transportes, hospedagem e agenciamento), que podia ser analisado facilmente a partir da teoria dos sistemas. Cada um desses pontos do tripé pode ser visto como um nó de um rizoma que foi se estendendo ao longo dos séculos XIX e XX, de forma aleatória e irregular, em função de condicionantes externas (tecnicamente chamadas externalidades) e internas (BARRETTO, 2003, p. 21-22).

2.4.1 O Turismo de Base Comunitária

A evolução dos estudos sobre os impactos do turismo na contemporaneidade, permitiu que surgissem novas formas de se pensar o turismo. O turismo convencional, de massa, já não dá conta das necessidades do homem contemporâneo, cada vez mais necessitando do lazer, ao mesmo tempo em que se conscientiza em relação as questões socioambientais. Esse modelo de

produção de serviços turísticos, que caminha de mãos dadas com o progresso, vai os poucos se sufocando. Na atualidade, a demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável, tendendo a focar cada vez mais sobre a qualidade, e exprimindo as necessidades da cultura e do meio ambiente (Zaoual, 2009). Essa insatisfação faz emergir formas de se satisfazer as necessidades do homem moderno de forma mais equilibrada, mais solidária e mais responsável, o que inicialmente se chamou de turismo alternativo.

O turismo alternativo é responsável por um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, justo e almeja um novo paradigma de consumo e de relação com os ambientes e as pessoas, tendo suas bases no chamado desenvolvimento sustentável. Esse novo conceito de turismo equaciona um conjunto de princípios que, não sendo novos para a grande maioria dos estudos que abordam a matéria, mas são fundamentais para o sucesso das práticas turísticas com consequente desenvolvimento: a localidade, o respeito pelas diferenças, a identidade, a autenticidade das comunidades de acolhimento e a preservação ambiental. No fundo, trata-se da sustentabilidade ecológica, económica e sociocultural (BRITO, 2017).

O turismo de base comunitária é uma das formas de se fazer o turismo responsável e solidário. Para Coriolano (2003), o turismo de base comunitária pode ser conceituado como aquele que é desenvolvido pelos próprios moradores de um determinado lugar, que se tornam os articuladores e os construtores do arranjo produtivo local, ficando a renda e o lucro na própria comunidade, contribuindo de forma significativa para melhoria da qualidade de vida da mesma. Essa visão é corroborada por Zaoual (2008), em sua teoria do turismo situado, contrapondo-a ao modelo de turismo de massa, predominante nas experiências do desenvolvimento econômico dos países industrializados e dos países do Hemisfério Sul. Entendimento similar tem o Ministério do Turismo (MTur) ao definir o turismo de base comunitária como:

> O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur *apud* SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p. 145).

Para Maldonado (2009), um fenômeno recente vem ocorrendo na atividade turística na América Latina envolvendo a ruralidade, denominado por ele de Turismo Rural Comunitário (TRC), com as primeiras incursões em comunidades isoladas em meados dos anos de 1980. Na verdade, a tipologia adotada por Maldonado é mais uma das diversas denominações adotadas pelos estudiosos para nomear o turismo de base comunitária. Conforme Maldonado, este modelo combina atributos originais e autênticos, sem perder a sua essência, resultando em "um turismo com selo próprio".

Conforme Zaoual (2008), novas tendências de consumação turística têm surgido em virtude de uma crise do paradigma e das práticas clássicas do turismo em geral, abrindo caminho para novas aproximações, dentre elas o que ele denomina de turismo situado. Para Zaoual (2008), um dos princípios desta teoria consiste na postulação de uma mudança econômica consistente e durável de um território dado, pressuposta a partir da tomada do senso comum partilhado pelos atores da situação.

Em virtude dessas novas tendências mencionadas por Zaoual, diversos autores em todo o mundo têm buscado abordar a relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras. Conforme Sansolo e Bursztyn (2009), estes estudos são resultados de experiências em países como Peru (Mitchell e Reid, 2001), Nova Zelândia (Horn e Simons, 2002), Turquia (Tosun, 2006), Vietnam (Rugendyke e ThiSon, 2005), Canadá (Koster e Randall, 2005), Israel (Mansfeld e Jonas, 2006), dentre outros. No Brasil já existe um considerável número de pesquisadores abordando a temática do turismo de base comunitária, seja na zona urbana ou rural, inclusive com a realização de eventos científicos exclusivos para esta temática. Essa dinâmica possibilitou o amadurecimento das discussões em torno de um tipo de turismo em contraposição ao modelo convencional. Sendo assim, conforme Irving (2009), o turismo de base comunitária constituiu-se em uma alternativa real ao modelo "pasteurizado" de mercado, possibilitando a expansão de uma nova forma de se fazer turismo, vinculada ao compromisso de responsabilidade social e ambiental.

Todavia, embora as publicações acadêmicas resultantes dos trabalhos citados por Sansolo e Bursztyn (2009) evidenciem uma grande diversidade de conceitos e denominações para o turismo de base comunitária, nota-se em todas elas convergências de caraterísticas. Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), as principais semelhanças e aproximações referem-se aos "componentes de conservação ambiental e valorização da identidade cultural (...), bem como a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras" (SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p. 147).

Assim sendo, podemos optar como uma forma ideal de se fazer turismo em assentamentos da reforma agrária, o turismo comunitário, solidário e responsável, como uma "estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivos e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços" (SAMPAIO *et al*, 2011, p.27).

2.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A interpretação do desenvolvimento local como um fenômeno social envolve também a questão do desenvolvimento em uma visão mais ampla, sendo necessário, portanto, um diálogo teórico/conceitual sobre desenvolvimento, crescimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

O tema desenvolvimento tem sido objeto de constantes discussões, especialmente ao longo das últimas décadas, logo após a II Guerra Mundial. Uma das principais discussões refere-se às divergências entre desenvolvimento e crescimento econômico. Historicamente, crescimento econômico e desenvolvimento estiveram associados apenas ao processo de acumulação de riqueza, com consequente aumento de poder, especialmente através do pensamento dos mercantilistas e fisiocratas, entre os séculos XV e XVIII. Em meados do século XVIII, o tema crescimento econômico toma uma outra proporção com os trabalhos dos economistas clássicos, especialmente com a obra "A Riqueza das Nações" de Adam Smith, em 1776. De forma explicita, Smith associa a expansão da riqueza com a elevação da renda média da população e redução do número de desempregados, fatores, segundo ele, fundamentais para que ocorresse o desenvolvimento. Outros autores, em sequência a Smith, também buscaram compreender o progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial.

Sendo assim, durante quase dois séculos os termos desenvolvimento e crescimento econômico foram tratados como sinônimos, "pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização (...) os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado" (Veiga, 2008, p. 18).

De acordo com Sunkell e Paz (como citado em Oliveira, 2002, p. 38), após a Segunda Guerra Mundial ocorre uma mudança no debate sobre o desenvolvimento. Segundo os autores, logo após o fim do conflito bélico, o tema passou a ser encarado, principalmente pelos aliados, de forma diferente, haja vista o desejo destes países de livrar o mundo, bem como os seus territórios, dos graves problemas dominantes naquela época, tais como guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Para Moreira e Crespo (2012), a relevância e a especificidade dos problemas identificados no período pós-guerra fizeram surgir um domínio específico dentro da economia para debater o desenvolvimento. Para os autores "a Economia do Desenvolvimento (...) emerge, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, num contexto internacional marcado pelo advento dos EUA como potência mundial, pela difusão do modelo socialista (...) e pela

desintegração dos impérios coloniais europeus em África, Ásia e América Latina" (Moreira & Crespo, 2012, p. 26). De fato, segundo Hirschman (1982), o movimento pós-guerra de intensos debates sobre a conceituação de desenvolvimento promoveu reflexões extremamente importantes para o rumo da humanidade, rediscutindo o paradigma vigente até então, e fazendo surgir nos anos de 1950, no ceio das ciências econômicas, a Economia do Desenvolvimento como uma nova disciplina. Para Hunt (1989), duas correntes influenciaram o pensamento econômico relativo a definição do que viria a ser desenvolvimento na fase pós-guerra: os pensamentos anglo-saxão e latino-americano da CEPAL[26].

Embora houvessem divergências estruturais quanto a conceituação de desenvolvimento nas primeiras décadas do pós-guerra, as soluções apresentadas para o problema do subdesenvolvimento a partir dos modelos existentes apontavam para a mesma direção, ou seja, o subdesenvolvimento dos países periféricos seria superado pela industrialização, sob a tutela do Estado.

No entanto, os resultados proporcionados pelo modelo de desenvolvimento forjado a partir da conjuntura do pós-guerra não foram suficientes para suprir as demandas globais, fazendo surgir questionamentos quanto a utilização do termo desenvolvimento, já que "os benefícios do progresso tecnológico foram apropriados por minorias que já eram relativamente ricas (Seers, 1979, p. 966).

Desta forma, conforme Veiga (2008), um novo debate internacional em torno do sentido do vocábulo desenvolvimento teve início na década de 1960, em virtude das evidências "de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (...) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países desenvolvidos". (Veiga, 2008, p. 19).

Os anos de 1970 iniciam-se com baixas taxas de crescimento combinadas com altas taxas de inflação, e o fortalecimento dos ideais neoliberais, especialmente entre os países capitalistas desenvolvidos (Bonente & Almeida Filho, 2008). Os anos de 1980 são marcados pela consolidação do modelo de desenvolvimento neoliberal, "no início, somente governos explicitamente de direita radical (...) depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal"

[26]A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile.

(Anderson, 1995, p.14). O processo de ascensão do modelo neoliberal encerra um período em que o debate sobre desenvolvimento era fortemente influenciado pelas teorias do pós-guerra.

Sob a perspectiva de uma abordagem conceitual de desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades das pessoas, Sen (2000) considera que esta expansão deve ser um fim primordial e o principal meio do desenvolvimento, ou seja, os papéis constitutivo e instrumental da liberdade no desenvolvimento. Para este autor, uma visão equivocada de desenvolvimento, que se contrapõe a esta, é do desenvolvimento como "processo feroz, com muito sangue, suor e lágrimas" (Sen, 2000, p. 51). Esta visão estreita é baseada em crescimento do PIB ou da industrialização, incompatível, portanto com modelos de desenvolvimento local.

Para Buarque (2006, p. 27), "o local não é sustentável se não encontrar espaços de competitividade e depender, de forma continuada e persistente, de subsídios e transferência de fora da região". Segundo Coriolano (2003b, p. 338), desenvolvimento local pode ser definido como "aquele realizado em pequenos lugares, de forma participativa, levando às mudanças sócio-estruturais, com caráter endógeno".

3 METODOLOGIA

Conforme Strauss e Corbin (2008), a metodologia é a forma de pensar e estudar a realidade social. Segundo os autores, para que se possa compreender e executar a pesquisa, os métodos devem ser sistematicamente organizados. Para Cesar; Antunes e Vidal (2010, p. 45) "metodologia refere-se à maneira global de tratar o processo de pesquisa, da base teórica até a coleta e análise de dados. Os pressupostos, interesses e propósitos de um pesquisador modelam a metodologia que será escolhida".

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Do ponto de vista da abordagem do problema, este estudo pode ser caracterizado como uma abordagem mista, pois se apropria de elementos tanto da pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa. Segundo Creswell e Plano Clark (2007 *apud* CRESWELL e PLANO CLARCK, 2013, p. 22), a pesquisa de métodos mistos:

> Como metodologia, ela envolve suposições filosóficas que guiam a direção da coleta e da análise e a mistura das abordagens qualitativa e quantitativa em muitas fases do processo da pesquisa. Como método, ela se concentra em coletar, analisar e misturar dados quantitativos e qualitativos em um único estudo ou uma série de estudos. Em combinação, proporciona um melhor entendimento dos problemas de pesquisa do que cada uma das abordagens isoladamente.

Entendemos que as diferenças entre as abordagens quantitativa e qualitativa não representam "modos opostos e inconciliáveis de ver a realidade. São modos diversos de resgatar a vida social e chegar a iluminar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos" (CARDOSO, 2004, p.95-96).

A utilização de instrumentos da pesquisa quantitativa possibilita ganhos em generalidade e perdas em especificidades. Identifica-se o visível, mas não se sabe o que está por trás dele. Com a utilização de instrumentos quantitativos obtém-se objetivação, todavia não se apreende o processo de subjetivação mais completo (Ferreira & Mendes, 2007). Já a pesquisa qualitativa, conforme Gaskell (2002, p. 65), "fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos".

Do ponto de vista dos seus objetivos, este estudo se desenvolveu através de uma abordagem de caráter exploratório, descritivo e explicativo. Conforme Mattar (1994, p.84), a pesquisa exploratória:

> Visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso é apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno

> por parte do pesquisador são geralmente insuficientes ou inexistentes (MATTAR, 1994, p. 84).

Sendo assim, a abordagem exploratória foi considerada na identificação dos assentamentos da reforma agrária no Nordeste brasileiro onde há ocorrência da atividade turística, bem como na identificação das principais políticas públicas de turismo desenvolvidas nos assentamentos selecionados.

Quanto a abordagem descritiva, a mesma permitiu ao pesquisador conhecer as práticas e os resultados promovidos pelo turismo no contexto do desenvolvimento local dos assentamentos visitados, haja vista que "a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza" (VERGARA 2000, p.47). Silva & Menezes (2000, p.21), corroboram com este posicionamento quando afirmam que "a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis". Ainda segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Considerando que, conforme Vergara (2000, p. 47), a pesquisa explicativa "tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos (...), portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno," o estudo também se apropriou da abordagem explicativa para, a partir dos dados obtidos com as abordagens exploratória e descritiva, tornar compreensível o processo de desenvolvimento do turismo em assentamentos da reforma agrária, associado às atividades agrícolas tradicionais.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

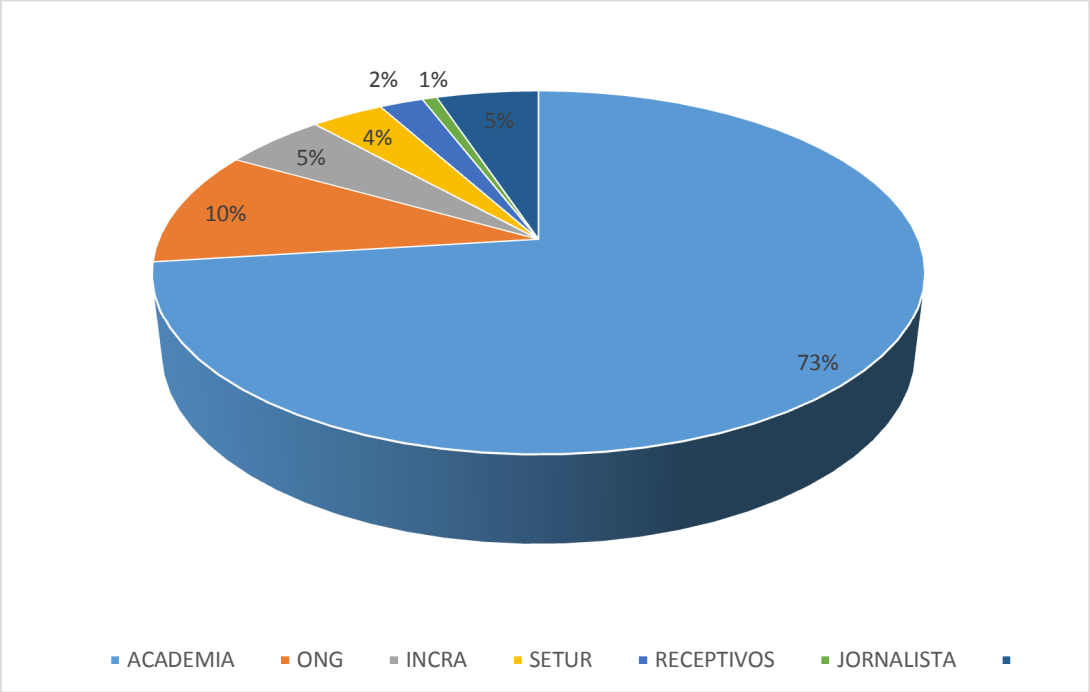
Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, para que fosse possível obter os dados primários e secundários necessários para a perfeita análise, interpretação e fundamentação dos argumentos do pesquisador, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, a observação assistemática, além da aplicação de questionário, realização de entrevistas semiestruturadas, assim como registros fotográficos, de vídeo e de áudio. A seguir serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para atender a cada um dos objetivos específicos do estudo.

3.2.1 Identificar os assentamentos da reforma agrária onde há ocorrência da atividade turística.

Este objetivo foi fundamental para o estudo, pois dele que surgiram os dados iniciais determinantes para que os demais objetivos fossem atingidos. A coleta de dados para identificação dos assentamentos com ocorrência da atividade turística na região Nordeste do

Brasil foi realizada através da aplicação de um questionário *on line* (Apêndice A), via Plataforma *Survey Monkey*[27], nos meses de janeiro e fevereiro de 2015. Na ocasião foram selecionados 340 profissionais ou acadêmicos[28] com envolvimento com as temáticas do turismo e reforma agrária. Para responder ao questionário foram selecionados atores envolvidos com turismo ou reforma agrária, segmentados em Academia, ONGs, INCRA, Secretaria de Turismo, Receptivos e Jornalistas. Foram respondidos 137 questionários (40,29% do total). O gráfico 1 demonstra a distribuição das respostas por segmento.

Gráfico 2 - Distribuição de respostas *on line* por segmento



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Com aplicação do questionário *on line* foram identificados 60 assentamentos com a ocorrência do turismo. Entretanto, durante a fase de trabalho de campo, no decorrer de uma das entrevistas, foi identificado mais um assentamento, o Santa Catarina, em Monteiro/PB. Dos 61 assentamentos, 19 foram selecionados para aprofundamento da pesquisa através do trabalho de campo, com visitas *in loco*. O quadro 1 apresenta os assentamentos identificados.

[27] *Survey Monkey* é uma companhia baseada em nuvem ("software como serviço") de desenvolvimento de pesquisas online fundada em 1999, por Ryan Finley.
[28] A seleção se fez por intermédio de banco de dados de eventos científicos, trabalhos científicos, pesquisas na internet via sites de buscas, páginas de instituições relacionadas com a reforma agrária e o turismo.

Quadro 1 – Assentamentos no Nordeste com ocorrência de turismo

Assentamento	Município	Estado
Agua fria	Maragogi	Alagoas
Bom Jesus	Maragogi	Alagoas
Duas Barras II	São Luís do Quitunde	Alagoas
Baixão	Itaetê	Bahia
Europa	Itaetê	Bahia
Santa Clara	Itaetê	Bahia
Roseli Nunes	Itaetê	Bahia
Moçambique	Itaetê	Bahia
Boa Sorte	Itaetê/Ibicoara/Iramaia	Bahia
Salubrinho	Andarai	Bahia
Mocambo	Nova Redenção	Bahia
Andaraí	Nova Redenção	Bahia
Santa Cruz/B.Jesus	Nova Redenção	Bahia
Moreno	Nova Redenção	Bahia
Bela Vista	Santo Amaro	Bahia
Eldorado	Santo Amaro	Bahia
Nova Suiça	Santo Amaro	Bahia
Paulo Cunha	Santo Amaro	Bahia
São Domingos	São Sebastião do Passé	Bahia
3 de Abril	São Sebastião do Passé	Bahia
Cascata -	Aurelino Leal	Bahia
Frei Vantuyr	Ilhéus	Bahia
João Amazonas	Ilhéus	Bahia
Marambaia	Itacaré	Bahia
Pancada Grande	Itacaré	Bahia
Pedra Dourada	Coaraci	Bahia
Paulo Jackson	Ibirapitanga	Bahia
Terra Vista	Arataca	Bahia
Pau Brasil	Itamaraju	Bahia
Lajedo Bonito	Itamaraju	Bahia
Santa Luzia	Valença	Bahia
Dandara	Camamu	Bahia
São João	Nilo Peçanha	Bahia
17 de abril	Taperoá	Bahia
Maria Zilda	Cordeiros	Bahia
Tabua Serrinha	Quijingue	Bahia
Lagoa do Boi	Santa Luz	Bahia
Mucambinho	Santa Luz	Bahia
Nova Palmares	Conceição do Coité	Bahia
Caritá	Jeremoabo	Bahia
Verde	Senhor do Bonfim	Bahia
Nova Jaboticaba	Jaguarari	Bahia
Barro Branco	Mata de São João	Bahia
Palestina	Cravolândia	Bahia
Rio de Ondas	Luís Eduardo	Bahia
Coqueirinho	Fortim	Ceará
Sabiaguaba	Caetanos de Cima em Amontada	Ceará
Tijuca/Boa Vista	Quixadá	Ceará
Guriú (Mangue Seco)	Jijoca	Ceará
Maceió	Itapipoca	Ceará
Valparaíso	Tianguá	Ceará
Tambaba	Conde	Paraíba
Gurugi – Conde	Conde	Paraíba
Santa Catarina	Monteiro	Paraíba
Barra Azul	Bonito	Pernambuco
Ronda	Pombos	Pernambuco
Nossa Senhora de Fátima	Petrolina	Pernambuco
Bom Jardim	Barreiros	Pernambuco
Amaraji	Rio Formoso	Pernambuco
Novo Zabelê	São Raimundo Nonato	Piauí
13 de Maio	Simão Dias	Sergipe

Fonte: dados da pesquisa (2015)

3.2.2 Selecionar assentamentos para o trabalho de campo e coleta de dados, identificando nos mesmos as práticas e os resultados relacionados ao turismo.

Os critérios utilizados para a seleção dos assentamentos para aprofundamento da pesquisa através do trabalho de campo e de visitas *in loco,* foram definidos levando-se em consideração dois fatores. O primeiro fator considerado foi a relevância da atividade turística no assentamento, identificada por meio de informações de atores locais, divulgação na mídia e estudos científicos já realizados no assentamento. O segundo fator considerado foi a logística possível para o deslocamento até a comunidade, considerando-se também a possibilidade de recepção por lideranças locais ou atores sociais importantes. A partir destes critérios foram selecionados 19 assentamentos para a segunda etapa da pesquisa, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 – Assentamentos selecionados e entrevistas realizadas

Assentamento	Período	Qtde.	Tempo	Observações
Água Fria – Maragogi/AL	09/2017	01	00:31	
Bom Jesus – Maragogi/AL	09/2017	01	00:28	
Duas Barras – São Luís do Quintunde/AL	08/2017	05	02:30	
Andaraí I – Nova Redenção/BA	07/2017	02	01:43	
Baixão – Itaetê/BA	07/2017	03	02:23	
Rosely Nunes – Itaetê/BA	07/2017	02	01:35	
Salobrinho – Andaraí/BA	07/2017	01	00:45	
Mocambo – Nova Redenção/BA	07/2017	01	00:15	
Coqueirinho – Fortim/CE	07/2017	03	02:47	
Sabiaguaba (Caetanos de Cima) – Amontadas/CE	09/2017	01	00:42	Não foi possível visitar (por telefone)
Maceió – Itapipoca/CE	09/2017	--	--	Não foi possível visitar
Tijuca/Boa Vista – Quixadá/CE	07/2017	02	01:37	
Tambaba – Conde/PB	07/2017	02	01:35	
Gurugi II – Conde/PB	07/2017	02	02:10	
Santa Catarina – Monteiro/PB	----------	--	--	Não foi possível visitar
Amaraji – Rio Formoso/PE	09/2017	01	00:15	
Barra Azul – Bonito/PE	07/2017	01	00:25	
Bom Jardim – Barreiros/PE	07/2017	03	02:51	
Ronda/Chico Mendes – Pombos/PE	07/2017	03	02:29	
Ex-coordenador do INCRA/BA	07/2017	01	01:38	
Ex-coordenador do INCRA/PE	10/2017	01	00:18	
Representante Cáritas/CE	07/2017	01	01:23	
Representante PACRA/INCRA/CE	10/2017	01	00:46	
Representante ONG GAMBÁ/BA	07/2017	01	00:44	
Representante Associação das Irmãs/AL	09/2017	01	00:57	
Total		40	30:47	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Com os assentamentos selecionados, foram realizadas, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2017, visitas aos mesmos, quando foram realizadas 40 entrevistas individuais, sendo 34 com atores locais dos assentamentos e 06 com atores sociais externos representantes de instituições que participaram da execução de políticas públicas desenvolvidas nas comunidades visitadas. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram alcançar uma variedade de impressões e percepções. A opção pela técnica de entrevista semiestruturada se deu em função de proporcionar ao entrevistador melhor entendimento e captação da perspectiva dos entrevistados, pois as entrevistas livres, ou seja, totalmente sem estrutura, onde os participantes da pesquisa falam livremente, "resultam num acúmulo de informações difíceis de analisar que, muitas vezes, não oferecem visão clara da perspectiva do entrevistado" (ROESCH, 1999, P.159). Para Richardson (2009), a entrevista é uma técnica que permite que haja uma relação estreita entre o entrevistador e o entrevistado, condição muito importante para o presente estudo. Foram 30 horas e 47 minutos de entrevistas gravadas, transcritas posteriormente.

A coleta de dados no trabalho de campo também ocorreu através da técnica da observação assistemática. Segundo Richardson (2009, p. 259), a observação "é imprescindível em qualquer processo de pesquisa cientifica, pois ela tanto pode conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados como pode ser empregada de forma independente e/ou exclusiva". A opção pela observação assistemática deu-se por esta técnica ser a mais recomendada para estudos exploratórios, pois permite que a tarefa de observar seja mais livre, porém determinada pelos objetivos da pesquisa (RICHARDSON, 2009).

Dos 19 assentamentos, 03 não foram visitados. O Assentamento Santa Catarina, conforme já mencionado, por que foi identificado já no período final dos trabalhos de campo, durante a entrevista com a coordenadora do Programa de Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA), do INCRA/CE. Os dados coletados sobre o Santa Catarina foram obtidos por meio de publicações científicas e divulgação oficial do Governo do Estado da Paraíba e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE/PB). O Assentamento Maceió, em Itapipoca, e a comunidade Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba, em Amontadas/CE, por questões de logística também não foram visitados. Todavia, a principal liderança de Caetanos de Cima, que participou de todo processo de desenvolvimento do turismo na comunidade e foi uma das fundadoras da Rede Tucum, foi entrevistada por telefone. Dados complementares foram obtidos através da entrevista com a coordenadora do PACRA, e por meio de publicações científicas resultantes de estudos realizados naquela comunidade. No caso do Assentamento Maceió, os dados foram obtidos por meio da liderança do Caetanos de Cima

e da coordenadora do PACRA, e também complementados por publicações cientificas sobre estudos desenvolvidos na comunidade.

3.2.3 Identificar as principais políticas públicas de turismo desenvolvidas nos assentamentos selecionados.

O terceiro objetivo do estudo foi atendido parcialmente quando foram aplicados os questionários *on line*, via plataforma *Survey Monkey*, haja vista que naquele formulário havia uma questão indagando os entrevistados quanto ao conhecimento de alguma política pública para o turismo desenvolvida em assentamentos da reforma agrária. No trabalho de campo, por meio das entrevistas semiestruturadas, foram identificadas as demais políticas públicas para o fomento ao turismo nos assentamentos. Foram utilizadas ainda como procedimento complementar para identificação de políticas públicas de fomento ao turismo nos assentamentos selecionados, a técnica das pesquisas bibliográfica e documental. No capítulo 4, subcapítulo 5, as políticas públicas serão descritas e comentadas.

3.2.4 Compreender o processo de desenvolvimento do turismo associado às atividades agrícolas nos assentamentos selecionados.

O quarto e último objetivo específico da pesquisa foi atendido por meio da análise dos dados coletados no trabalho de campo, com a realização das entrevistas semiestruturadas com os 40 atores sociais envolvidos com a atividade turística nos assentamentos selecionados, e por meio da observação assistemática, realizada durante as visitas *in loco* às referidas comunidades. Esta etapa da pesquisa foi essencialmente qualitativa, já que este tipo de pesquisa:

> Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p.58).

Para que a mesma pudesse ser realizada foi necessário, inicialmente, a transcrição dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas e na observação assistemática. Foram transcritas 30 horas e 47 minutos de entrevistas, somadas as anotações resultantes da aplicação da técnica da observação assistemática. Para auxiliar no trabalho de transcrição foi utilizado o *software* MaxQDA[29], que também serviu de base para auxiliar às etapas seguintes. Com auxílio do *software* MaxQDA, e com a utilização dos instrumentos metodológicos da análise de

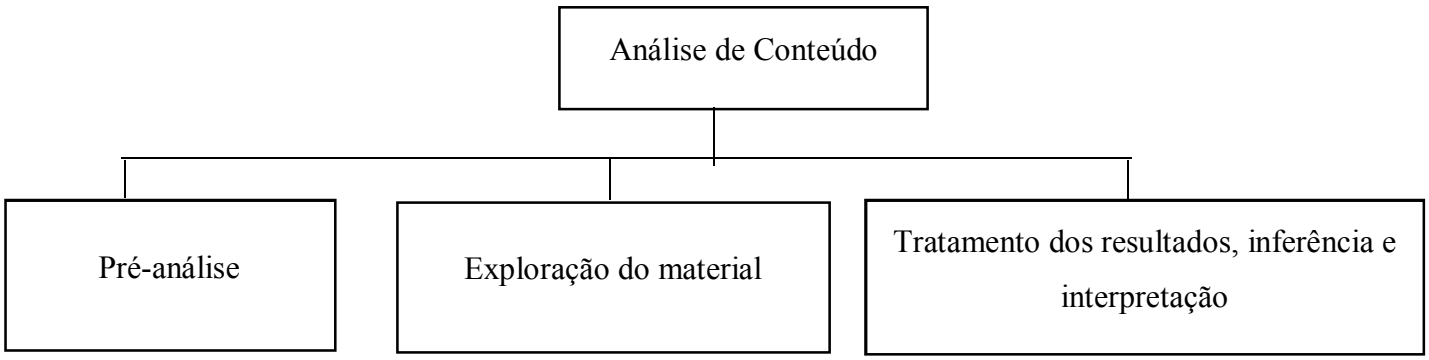
[29] MAXQDA é um software para análise de dados qualitativos e métodos mistos em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais.

conteúdo, os dados qualitativos foram analisados e descritos no Capitulo 4 (O TURISMO E REFORMA AGRÁRIA: É POSSÍVEL?).

A análise de conteúdo é uma técnica que exige disciplina, dedicação, paciência e tempo por parte do pesquisador. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise (FREITAS, CUNHA, & MOSCAROLA, 1997). Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Ao se utilizar esta técnica para a análise de dados deve-se observar uma sequência de etapas, indispensáveis para que ao final se possa conferir significação aos dados coletados (CRESWELL, 2007; FLICK, 2009; MINAYO, 2001). Existem várias modalidades de análise de conteúdo, dentre as quais destacamos: análise lexical, análise de expressão, análise de relações, análise temática e análise de enunciação. Para fins deste estudo, foi definida a utilização da análise temática, haja vista que a mesma é considerada mais apropriada para as investigações qualitativas. Para Minayo (2007, p. 316), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. De acordo com Bardin (2011) e Minayo (2007), a análise temática ocorre em três fases.

Figura 1 - Fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2011)

A primeira fase é a da **pré-análise**, quando ocorre a organização do que vai ser analisado e uma exploração inicial do material por meio de várias leituras. Conforme Bardin (2011), é preciso obedecer às regras de exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

A segunda é a fase de **exploração do material**, quando se codifica o material (inicial, intermediária e final), classifica-se e por fim se organiza os dados em categorias teóricas ou empíricas. Os quadros a seguir são exemplos do desenvolvimento da segunda fase através da análise dos dados dos assentamentos da Paraíba, durante o processo que resultou na categoria "A Importância socioeconômica do turismo para a comunidade" (capítulo 4.3).

Quadro 3 – Classificação das entrevistas

Classificação	Trechos da entrevista 22
Surgimento do Turismo	Começou há 3 anos. Eu comecei fazendo os doces, sempre participo dos eventos em Campina Grande, no Rio Grande do Norte, aí sempre o SEBRAE está nos levando. A ideia do turismo rural foi minha mesmo. Eu faço parte do Conselho Municipal do Turismo Rural. Como uma das conselheiras eu sentia isso na pele.
Surgimento do Turismo	Aí eu ia e levava. Aí no segundo ano, em 2014, eu senti que ficar ali só com os doces, não dava. A gente também sempre entrega nas pousadas. O senhor sabe que depois que chegar ali quem manda é o patrão. Então, ali os doces ficavam parados no canto, não tinha divulgação
Surgimento do Turismo	Era um projeto para ajudar. Aí eu parei um pouco, pensei e depois entrei em contato com as meninas do SEBRAE e disse: "olha, não vou sair do doce, não vou deixar de apresentar nas pousadas, mas não vou ficar como vocês querem todos os finais de semana fardada, bonitinha com doce e o gerente não apresentar"
Surgimento do Turismo	Parei e disse: "eu vou participar eu mesmo". Aí cheguei em casa e disse a minha filha: "menina, eu vou abrir um restaurante"! Ela disse: "mainha, como é que a senhora vai abrir um restaurante? Nós não temos condições". Aí eu disse: "minha filha, eu faço pamonha, faço bolo, faço canjica, não saiu daqui para dar cursos em outros locais e ensinar os outros a trabalharem? E por que nós também não podemos fazer isso? Vamos tentar"!
Renda do turismo	A gente estava cobrando, quer dizer o SEBRAE sempre quer que a gente cobre. Mas tem pouco turista. Nessas baixas temporadas às vezes a gente até inclui no pacote da refeição. É melhor às vezes a gente cobrar no pacote do que a gente está explorando né? Agora quando chega um cliente que não quer almoçar quer só passear aí os meninos cobram 10 reais por pessoa, se tiver criança a gente não cobra. Aí também a gente divulga, anda, passeia com eles, tira água de côco, tira foto.
Renda do Turismo	O turismo ajuda muito, pelo menos pra mim! Porque a nossa produção as vezes eu vendo mais em casa. Porque o turista tá aí almoçando, as vezes se dirige por garçom e pede 10 kg de macaxeira, 30 kg... vai a macaxeira, o mamão, inhame, a banana, tudo que nós temos aqui o cliente se quiser ele leva. Aí o inhame, o mamão, a banana tudo a gente vende. O milho, a nossa produção do milho faz 5 anos que eu vendo todo dia. Aí agora coloquei pra três pousadas. Pamonha, canjica, passei noites e noites aqui trabalhando e só é chegar de manhã e eles levar
Renda do Turismo	O prato que mais sai é a galinha de capoeira, ela tava custando 90 reais, aí agora fechei a conta em 100. As vezes se a galinha for maiorzinha dá para 5 pessoas ou 6. Se chegar só uma pessoa, o preço é o mesmo preço, porque o que sobrar eles tem direito de levar. Porque temos a quentinha pra eles levarem no deposito
Renda do Turismo	Eu botei para o Mussulo, é um *resort*, já botei para Aruana, para Carapibús também, foi para onde eu mais botei. Mando também para Pitimbú, lá em Tambaba, depois de Tambaba, a Praia Bela, a Pousada do Aconchego. A menina sempre faz projeto com a gente e sempre que ela pega turista assim em evento ela liga.
Renda do turismo	Eu construí essa casa aqui para receber turistas. Chegou um casal de São Paulo e ficou hospedado aqui. Eles passou 9 dias aqui comigo, eu cobrei mil reais, com tudo incluso. Eles adoraram. Eles sempre vinham passar o São João, vinham passear, aí ficou amigo. Aí, esse ano eles disse: "esse ano eu não vou ficar em pousada, vou ficar na sua casa". Aí, eu disse: "vou tentar arranjar alguma coisa". Tá pronto não, mas tem um quarto, um banheiro, uma suitizinha dentro.
Melhoria da qualidade de vida	Aí, é como você está vendo, comecei com uma palhocinha pequeninha, duas mesas (...) fiquei debaixo do pé de caju mesmo. Aí fiz e fui convidando uns amigos, uns dois ou três para almoçarem e, graças a Deus, desde o primeiro dia deu gente.
Melhoria da qualidade de vida	No artesanato temos as meninas fazem pano de prato, quando é evento eu coloco. Tem meu filho também que faz desenhos
Melhoria da qualidade de vida	Aí montei o restaurante rural, mais uma renda pra ajudar e botar alguns jovens, uns dois ou três que quiserem nos ajudar
Envolvimento da comunidade	Se envolve é todo mundo. A gente começa a ajudar. Um limpa o quintal, limpa tudo, varre. Aí a gente limpa, planta. Temos a plantação todinha se você quiser dar um volta tirar foto e tudo mais.
Apoio externo	Os turistas das pousadas vêm para cá, eles sempre indicam porque dizem que é uma comida diferente. Aí as meninas ligam avisando que tá indo 10, 12 pessoas. Então, assim a gente faz a troca, as vezes eles chegam aqui e dizem: "dona Nice, nós queremos uma pousada", aí a gente diz: "nós temos uma pousada pra indicar pra vocês". É dessa maneira que nós estamos trabalhando.
Apoio externo	Em um evento em 2013, do SEBRAE, eu fiquei para divulgar os doces.
Apoio externo	Quando cheguei no Conde, procurei um dono de supermercado e contei a situação, mostrei a situação pra ele. Aí ele disse: "pois não, posso chamar de tia"? Eu disse: "pode". Foi de onde surgiu a tia Nice. Aí ele disse: "vamos, eu vou ajudar a senhora, só não quero aparecer". Aí dali começou a bater os cartãozinhos batidos no computador. A divulgação era também no supermercado dele, mas também ele me ajudou financeiramente graças a Deus. Aí ele disse: "tia faz aí, o que tu precisar comprar, leva! Depois paga".
Atrativos turísticos	Tem o roteiro rural, é o rio, trilha por dentro da mata, como eles querem. Ai a gente sente que tem muito turista que quer sentar com a natureza. Então depois disso aí eu já estou fazendo a minha cozinha que comecei por dentro da minha casa mesmo. tem semana aqui de as vezes eu receber até 50 pessoas, durante a semana toda. Na baixa a gente tem umas 20, 30 mesmo que esteja chovendo, aí tem turista que vem aí já avisa.
Atrativo turístico	É porque eles quer fazer contato com a natureza, eles quer sempre chegar e ver você preparando uma comida, que comer uma comida diferente. E o turista tá cansado de comer comida tudo industrial. Aí eu sempre tenho uma galinha de capoeira. Eu tenho recebido aqui turistas que não comem carne, e de repente a gente inventa aqui, pega uma folha, uma panqueca de verdura de legumes e assim.
Origem dos clientes	Já recebi gente da França, da Alemanha e assim, sinto um pouquinho de dificuldade porque as vezes chega pessoas e os meninos tá na escola se ele não vem com guia fica difícil um pouquinho pra mim entender, mas a gente desenrola
Importância do turismo	Para mim o turismo está sendo muito bom, está valendo a pena! E eu sempre aconselho a muitos que vá adiante com esse projeto. Agora tem que ter cuidado para o turismo não tomar conta, porque se a gente deixar o turismo tomar conta, aí vai ficar como? Vai ter o que para eles verem?

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quadro 4 – Quadro matricial da categoria - Paraíba

Categoria: A Importância socioeconômica do turismo para a comunidade	
No Estado da Paraíba, excluindo o Assentamento Santa Catarina, que não foi incluído no trabalho de campo, destaca-se os impactos socioeconômicos importantes gerados pelo turismo nos assentamentos Gurugi II e Tambada. Todavia, os impactos restringem-se a uma família em cada assentamento.	
Temas	Trechos das entrevistas Assentamentos Tambaba e Gurugi II
Renda do Turismo	E22: O turismo ajuda muito, pelo menos pra mim! Porque a nossa produção as vezes eu vendo mais em casa. Porque o turista tá aí almoçando, as vezes se dirige por garçom e pede 10 kg de macaxeira, 30 kg... vai a macaxeira, o mamão, inhame, a banana, tudo que nós temos aqui o cliente se quiser ele leva. E20: A minha neta faz artesanato, faz sandálias de crochê, e vende para os turistas. Aí nós bota aqui, e yem uma feirinha que a gente tá participando em Jacumã, aí nos sábados ela leva também. E20: Não tenho essa informação precisa, tem dia que a Luke chega aqui com 180 pessoas, chega passar umas 300 pessoas por dia! Nos dias fracos chega passar umas 200. E19: Todos os ônibus vêm para cá, todos os dias. Daqui eles vão para o restaurante onde eu trabalho. O primeiro roteiro deles é aqui, de manhã, de 8 horas. Todos os dias, menos na quarta e no domingo que não têm (...) tem dia que a gente 180 pessoas e tem dia que chegar a passar umas 300 pessoas. E19: Nossa renda aqui, graças a Deus, é muito bom. Tem baixa estação, mas com certeza dá para a gente viver do turismo E22: O prato que mais sai é a galinha de capoeira, ela tava custando 90 reais, aí agora fechei a conta em 100.
Melhoria da qualidade de vida	E22: Aí, é como você está vendo, comecei com uma palhocinha pequeninha, duas mesas (...) fiquei debaixo do pé de caju mesmo. Aí fiz e fui convidando uns amigos, uns dois ou três para almoçarem e, graças a Deus, desde o primeiro dia deu gente. E22: No artesanato temos as meninas fazem pano de prato, quando é evento eu coloco. Tem meu filho também que faz desenhos E22: Aí montei o restaurante rural mais uma renda pra ajudar e botar alguns jovem uns dois ou três que quiserem nos ajudar. E19: Aí a gente começou a fazer os doces e vender debaixo do pé de cajú (...) aí ele nos ajudou a fazer algo que era simples, sugeriu para a gente fazer a casa de taipa para vender os docês. Aí graças a Deus deu certo. Hoje nós somos reconhecidas. Hoje somos uma empresa. E19: E é assim, um negócio que começou eu e minha mãe. Eu tive muito apoio dela, teve vezes que até eu pensei em desistir, e aí ela: "não, não vamos desistir, vamos continuar". E daí veio minha filha, minha irmã, e outras pessoas. Mas tudo por causa deu e de minha mãe que viu que dava certa. E19: O que acho bom é que antes a a gente não tinha isso aqui. Hoje em dia a gente é reconhecido. A gente ver gente de vários lugares do Brasil, chega aqui conhece a nossa terra. É uma satisfação muito grande pra gente.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A terceira e última fase é do **tratamento dos resultados, inferência** e **interpretação**, que consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação). O resultado desta fase foi a identificação de 04 categorias teóricas ou empíricas que compõem os subcapítulos 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5.

4 O TURISMO E REFORMA AGRÁRIA: É POSSÍVEL?

Os novos padrões de vida e consumo da sociedade contemporânea, aliados a crescente degradação da qualidade de vida urbana, tem possibilitado uma procura cada vez maior, pelas diversas atividades relacionadas ao turismo em espaços rurais. Os assentamentos da reforma agrária, novas organizações sociais em ambientes geográficos artificialmente constituídos (SAUER, 2008), uma vez implantados, passam também a compor esse espaço rural cobiçado pela atividade turística, criando-se, portanto, uma alternativa que poderá assegurar, de forma complementar, o meio de subsistência, a construção de identidades e a reprodução do trabalho familiar (SCHNEIDER, 2009).

Entretanto, paradoxalmente, esse bucólico ambiente, o espaço rural buscado pelo homem contemporâneo como alternativa de lazer e ócio ao caótico ambiente urbano, é fruto de um processo secular de segregação e exclusão socioespacial. A ausência da compreensão das relações políticas, econômicas, culturais e sociais que forjaram o espaço rural brasileiro, em especial os assentamentos da reforma agrária, pode ser fator decisivo na inviabilização tanto do turismo, quanto de qualquer outra pluriatividade com potencial para contribuir com o desenvolvimento local destes territórios.

Sendo assim, neste capítulo serão relatados os resultados relativos aos objetivos específicos da pesquisa. Inicialmente, no subcapítulo 4.1, denominado de "O turismo em assentamentos da reforma agrária no Nordeste", serão apresentados os dados básicos dos assentamentos objetos da análise, em forma de categorização da área em estudo, dados estes obtidos através das técnicas da pesquisa bibliográfica e documental, todavia complementada por dados obtidos nas entrevistas e na observação assistemática. Após a categorização da área em estudo, já como resultado do tratamento dos dados procedido com o auxílio da técnica da análise de conteúdo, são apresentados "a realidade do assentamento" e "o turismo no assentamento". Essas subcategorias emergiram dos dados analisados, e serviram de base para a construção das demais categorias empíricas que com compõem os demais subcapítulos do Capítulo 4.

O subcapítulo 4.2, denominado de "A relevância do turismo nos assentamentos e a importância da atuação de atores externos", discute, com base nos resultados do estudo, a relevância da atividade turística na percepção dos atores sociais locais, a partir da existência, ou não, de práticas e resultados positivos fomentados pelo turismo na comunidade, e da atuação de atores sociais externos.

No subcapítulo 4.3, "A Importância socioeconômica do turismo para a comunidade", utilizou-se como referência para a discussão, as dimensões sociais e econômicas da

sustentabilidade propostas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas, e adaptadas pelo IBGE (2015) para a realidade brasileira, onde a dimensão social corresponde à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, e a dimensão econômica à eficiência dos processos produtivos na reprodução econômica sustentável a longo prazo (IBGE, 2015).

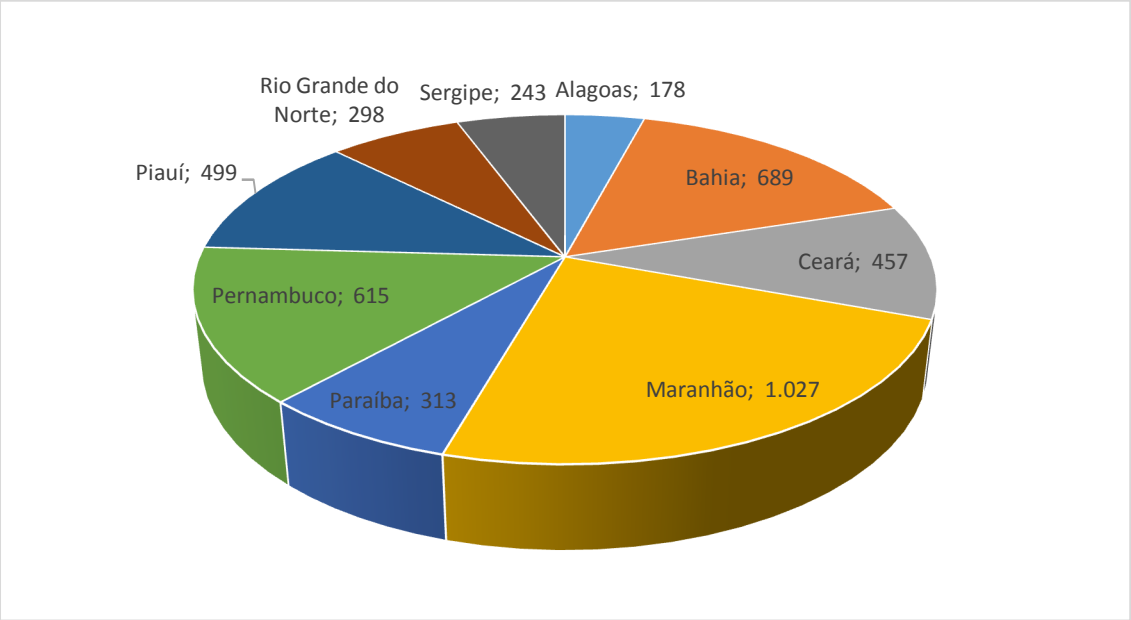
O subcapítulo 4.4, nomeado de "O envolvimento da comunidade com a atividade turística", busca refletir sobre a importância e o grau de envolvimento das comunidades estudadas, não apenas com a operação do turismo no assentamento, mas também nas decisões sobre como e qual o tipo de turismo vai ser explorado na comunidade, e como ele afeta às suas vidas.

O subcapítulo 4.5, "A importância das políticas públicas de turismo para o desenvolvimento local nos assentamentos", discute um tema extremamente relevante para o desenvolvimento do turismo em assentamentos da reforma agrária: as políticas públicas. Pôde-se identificar que diversas políticas públicas são desenvolvidas nos assentamentos estudados, inclusive, muitas delas, conforme entendimento de Secchi (2010), caracterizadas como multicêntricas, ou seja, que não são fomentadas por entidades ou atores estatais. Procurou-se discutir de que forma as políticas públicas, seja ela fomentada por instituições governamentais ou não, contribuíram para o sucesso ou fracasso do desenvolvimento da atividade turística nas comunidades estudadas.

4.1 O TURISMO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE

Atualmente existem nos nove Estados da região Nordeste, 4.319 assentamentos implantados (INCRA, 2017), distribuídos conforme o gráfico 3.

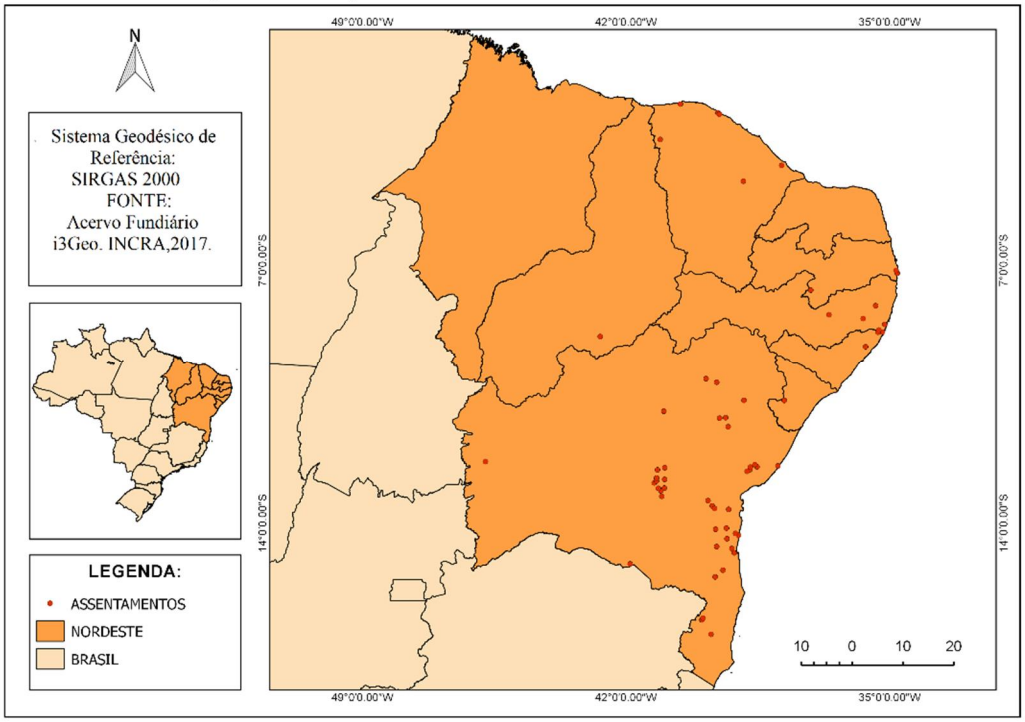
Gráfico 3 - Distribuição de assentamentos por Estados/NE



Fonte: IBGE, 2017

Conforme mencionado no capítulo da metodologia, a primeira ação no sentido de se promover a análise a qual o estudo se propôs foi a aplicação, em janeiro e fevereiro de 2015, de questionário *on line*, via Plataforma *Survey Monkey*. Foram, inicialmente, identificados 59 assentamentos com a ocorrência do turismo na região Nordeste do Brasil. Posteriormente, em 2016 e 2017, por meio de informações obtidas em veículos de comunicação e em entrevistas durante o trabalho de campo, foram identificados mais dois assentamentos com ocorrência do turismo, o Assentamento Duas Barras II, em São Luís do Quitunde/AL, e o Assentamento Santa Catarina, em Monteiro/PB. Sendo assim, a estudo identificou 61 assentamentos da reforma agrária com algum tipo de experiência com a atividade turística, em sete dos nove Estados nordestinos.

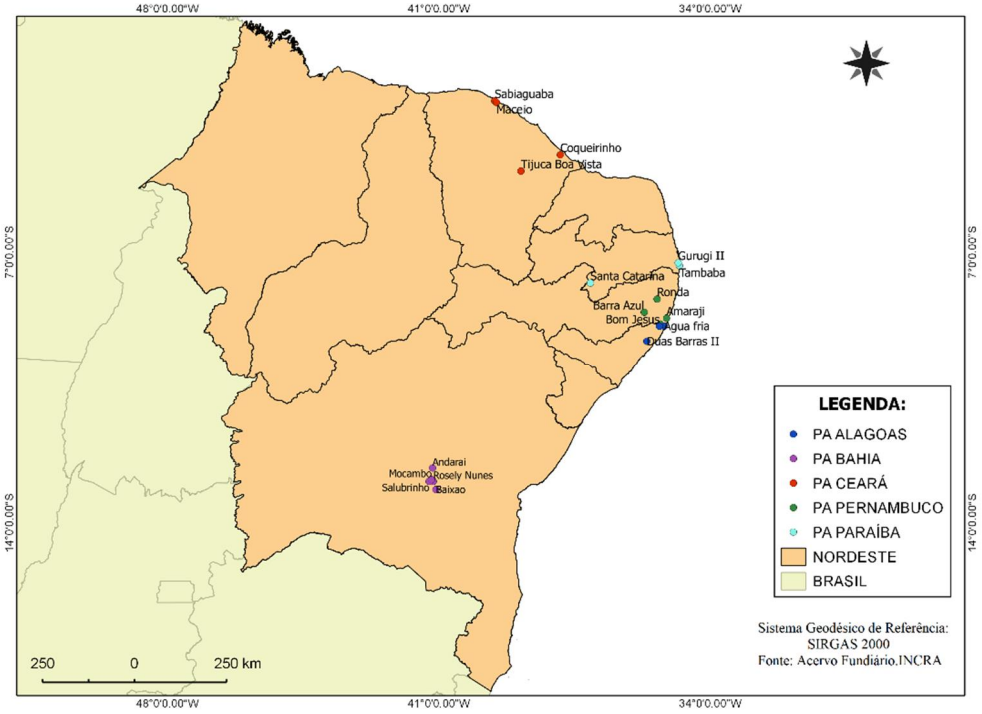
Figura 2 - Mapa Geral dos Assentamentos Identificados



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

Considerando-se as informações obtidas até aquele momento do estudo, especialmente através de contatos com os referidos assentamentos, e a logística para aprofundamento das informações com visitas *in loco*, foram selecionados 19 assentamentos para coleta de dados através do trabalho de campo.

Figura 3 - Mapa dos Assentamentos Selecionados



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

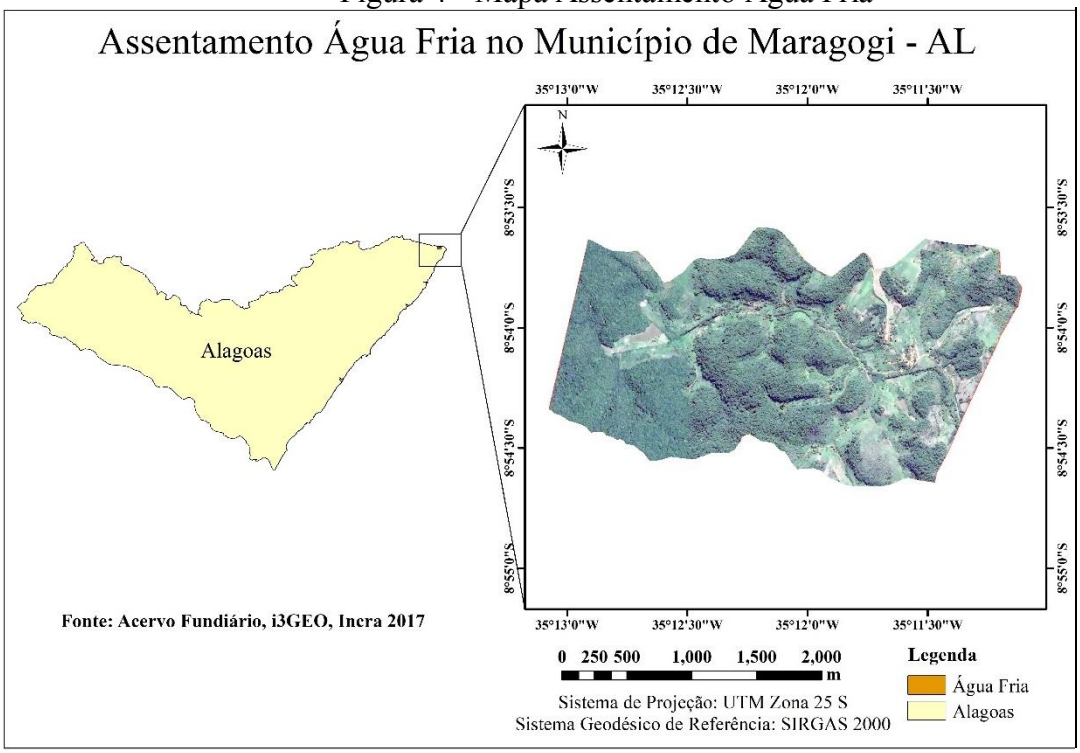
As visitas resultaram em 40 entrevistas, correspondendo a 30 horas e 47 minutos. A seguir a caracterização de cada um dos assentamentos selecionados.

4.1.1 Alagoas

4.1.1.1 Assentamento Água Fria

O Assentamento Água Fria, está localizado na zona rural do município de Maragogi/AL, a 14 km da sede, tendo sido criado através da Portaria N□ 20, de 31 de dezembro de 1997, da Superintendência Regional do INCRA em Alagoas. A imissão de posse é de 19 de dezembro de 1997. A área, que correspondia ao antigo Engenho Água Fria, foi desapropriada em 23 de setembro de 1997, e pertencia a Usina Central Barreiros[30], que se encontrava em situação pré-falimentar (INCRA, 2017), possuindo uma área total de 481,50 hectares. A área havia sido ocupada naquele mesmo ano pelo MST. Embora tenha sido avaliada com uma capacidade para instalar 70 famílias, foram assentadas 42. Em 25 de julho de 1998 foi criada a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Oito de Outubro – PA Agua Fria, com 42 associados, com a finalidade de representação dos assentados.

Figura 4 - Mapa Assentamento Água Fria



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

[30] A Usina Central Barreiros, foi fundada entre 1885 e 1890, com o nome de Carassu. Foi instalada como Usina Central Barreiros na sede do município de Barreiros em 1930. No início de 1999, moeu pela última vez, tendo sido iniciado a partir daí um processo de desmonte do seu parque industrial (SOUSA, 2010).

A realidade do assentamento

Segundo relato de um dos entrevistados, uma agente externa que teve grande participação no processo de desenvolvimento do assentamento, o Assentamento Água Fria traz alguns problemas desde sua criação. Segundo seu relato, muitas famílias que foram assentadas em Água Fria não tinham vínculo com a terra e nunca despertaram interesse em investir na produção. Pouco tempo depois que o assentamento havia sido implantado, a Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus[31], a qual a entrevistada representa, criou um projeto denominado de PEAGRO (Pequenos Agricultores Organizados) com a finalidade de apoiar os assentados de Água Fria, fornecendo assistência técnica e realizando pequenos investimentos voltados para a produção agrícola. Em seu relato, ela destaca que quando o projeto foi iniciado observou os problemas da falta de engajamento e espírito de cooperação em muitos dos assentados da comunidade, além da falta de vocação para as atividades agrícolas. A ideia inicial era que o projeto fosse desenvolvido exclusivamente no Assentamento Água Fria.

> Pensávamos que começar um projeto com um assentamento pequeno poderia dar certo, por isso escolhemos Água Fria, Bom Jesus foi bem depois. Então veio o primeiro projeto, Pequenos Agricultores Organizados, PEAGRO, criado pela Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus. Todos os projetos que foram desenvolvidos começaram pela associação, a cooperativa não existia ainda. Os recursos vêm através da Associação Semear a Vida, na Itália, de Trento. Então, com o primeiro projeto pensamos: "assistência técnica de graça, tudo de graça, todos iam gostar!". Mas depois que o projeto começou muitos começaram a sair. Vimos que muitos não tinham vocação para agricultura. A forma como os movimentos sociais escolheram os assentados não foi boa. Tem muita divisão em Água Fria, inclusive houve mortes (...). Quando vimos que não era por assentamento, mas por agricultor, envolvemos outro assentamento, o Bom Jesus (Entrevistado 1).

Sem muita adesão por parte dos assentados de Água Fria, e com os problemas de origem que foram se evidenciando, a Associação das Irmãs estendeu o PEAGRO ao Assentamento Bom Jesus. Uma das lideranças do assentamento Água Fria, que já foi inclusive presidente da associação comunitária local, afirmou que de fato é difícil conseguir que os assentados de Água Fria se envolvam em atividades mais coletivas. A comunidade é muito dividida, e isso tem dificultado o desenvolvimento do assentamento. Segundo seu depoimento, excetuando-se as políticas públicas normais da reforma agrária, como os créditos iniciais e os investimentos disponibilizados via INCRA, todas as demais ações que ocorreram no assentamento tiveram a participação Associação das Irmãs, inicialmente, ou da Cooperativa dos

[31] Entidade ligada à Igreja Católica, que tem origem na Itália e que é mantida com recursos oriundos da Província Autônoma de Trento.

Pequenos Agricultores Organizados (COOPEAGRO)[32], quando a mesma foi criada. Porém, havia, e ainda há, muito pouca adesão dos assentados de Água Fria à cooperativa. Muitos assentados preferem, quando produzem, vender nas feiras livres ou a atravessadores, conforme relato dos entrevistados.

Foto 1 – Sede da COOPEAGRO
Fonte: SOUSA, 2015.

Verificou-se que o assentamento não possui escola e nem posto de saúde. Estes serviços são oferecidos em outra comunidade próxima, ou na sede do município. Segundo relato dos entrevistados, a violência é um problema que preocupa a comunidade, assim como o crescente número de jovens com envolvimento com drogas ilícitas. Quanto a qualidade de vida, o entrevistado afirmou que ao comparar com o período anterior a criação do assentamento, melhorou muito, pois hoje eles têm moradia e terra para produzir. Entretanto, poderia ser melhor caso a comunidade fosse mais unida. Hoje, como ele é membro da COOPEAGRO (é o atual presidente), ele consegue rendimento suficiente para viver da atividade agrícola. Excetuando os assentados que são cooperados, os demais produzem apenas macaxeira, inhame,

[32] A COOPEAGRO foi criada, em 2003, como uma extensão do PEAGRO, com a finalidade de apoiar os assentados que tinham interesse em produzir e comercializar seguindo os princípios do cooperativismo e associativismo.

batata e banana, alguns produzem hortaliças. A criação de animais é muito pequena, há um número razoável de assentados que criam galinha de capoeira. A produção é basicamente para consumo, e o excedente é comercializado nas feiras livres. Segundo o entrevistado, a maioria não consegue viver só do que produz, muitos complementam a renda com programas sociais ou realizando atividades não agrícolas. No caso dos cooperados, eles produzem para subsistência, comercializando o excedente na COOPEAGRO, ou em feiras livres. Como na COOPEAGRO a produção é direcionada para fabricação de polpa de frutas, os poucos cooperados que são assentados em Água Fria produzem e fornecem também frutas para a cooperativa, especialmente abacaxi, graviola e maracujá. Segundo relato da entrevistada, hoje são comercializadas pela COOPEAGRO, entre 60 e 70 mil unidades polpas de frutas.

O turismo no assentamento

Embora o assentamento tenha ficado bastante conhecido como uma opção de turismo rural em Maragogi, na verdade as opções são poucas. Assim como outras ações desenvolvidas na comunidade, o turismo também teve início com o apoio da Associação das Irmãs. A primeira inciativa, segunda a irmã que coordena a associação, surgiu quando o ex-presidente da associação comunitária falou sobre o potencial para visitação que a mata e uma cachoeira que existem no assentamento têm. Por iniciativa da Associação das Irmãs, o assunto foi comentado com dois empresários locais, que se disponibilizaram em colaborar com a viabilização de um passeio que envolvesse os atrativos identificados no assentamento. Foi assim que, em 2004, já com a COOPEAGRO criada, foi realizado o primeiro passeio à Trilha do Visgueiro[33]. Na ocasião, a atividade envolveu um passeio de trenzinho até a entrada da mata, uma trilha pela mata, banho de bica e o encerramento com uma refeição típica da região.

Conforme a irmã que viabilizou e organizou o passeio, com este formato o passeio foi realizado mais algumas vezes, mas com o passar do tempo o engajamento da comunidade foi diminuindo, a opção da alimentação foi retirada do passeio, ficando concentrado na trilha pela mata com a visita ao visgueiro e o banho de bica, sendo explorado apenas por jovens de cerca de 7 famílias. Posteriormente, por iniciativa da COOPEAGRO, foi desenvolvida uma parceria com o SEBRAE/AL, através do Arranjos Produtivos Locais (APL) Costa dos Corais[34], para

[33] Passeio realizado em meio a uma reserva de mata atlântica com destino a uma árvore, o Visgueiro, com mais de 22 metros de altura e 500 anos de vida. Foi escolhida com uma das 24 Rotas Oficiais da Copa do Mundo de 2014, numa iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur) e o Sebrae, com foco na promoção e comercialização de produtos, serviços e destinos da agricultura familiar.

[34] O APL Costa dos Corais é um projeto é desenvolvido pelo SEBRAE-AL, sob a Coordenação da Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do Estado de Alagoas em parceria com outras instituições. Conforme Da

organizar e criar a sede da Associação Mulheres de Fibra, entidade criada em 2008, mas formalizada apenas em 2011, e que é formada por mulheres do assentamento que trabalham com a produção de artesanato com a fibra do tronco da bananeira[35]. A visita a sede da associação passou a compor o roteiro da Trilha do Visgueiro. O passeio custa atualmente R$ 20,00 por pessoa.

Foto 2 – Trilha do Visgueiro
Fonte: SOUSA, 2015

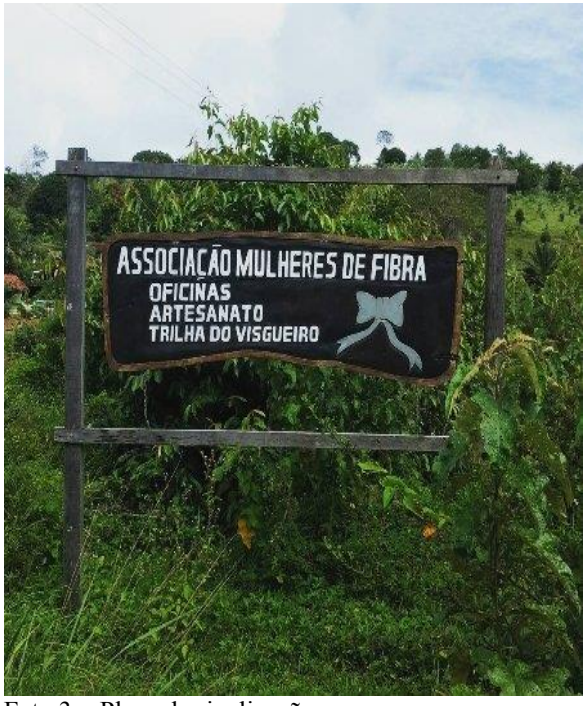


Foto 3 – Placa de sinalização
Fonte: SOUSA, 2017

Em 2011, a COOPEAGRO, através do edital lançado pelo Ministério do Turismo do projeto Talentos do Brasil Rural[36], cadastrou uma proposta apresentando a própria cooperativa para concorrer no eixo "produtos", e a Trilha do Visgueiro para concorrer no eixo "serviços", da referida chamada pública. As propostas foram aprovadas, e a Trilha do Visgueiro passou a compor o grupo de 24 roteiros brasileiros escolhidos para que produtos ou serviços relacionados com a agricultura familiar fossem inseridos no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira, especialmente para os turistas que visitariam o Brasil no período da Copa do Mundo de 2014. Todavia, tanto a liderança do assentamento responsável pela Trilha do Visgueiro quanto a entrevistada responsável pela apresentação da proposta via COOPEAGRO,

---

Costa *et al* (2012, p. 2), os "APLs são aglomerados territoriais de empresas ou produtores, especialmente de pequeno porte, que podem se valer da ação conjunta ou da cooperação a fim de alcançar melhores patamares de competitividade e de desenvolvimento".

[35] As assentadas que produzem o artesanato com a fibra do tronco da bananeira receberam orientação e capacitação do SEBRAE/AL tanto para a produção do artesanato quanto para o cooperativismo e associativismo.

[36] O projeto foi uma parceria entre o SEBRAE, MDA e MTur e da Agência de Cooperação Alemã – GIZ, tendo o SEBRAE como órgão executor. Foram escolhidos 24 roteiros no eixo de serviços e 89 empreendimentos no eixo de produtos.

demonstraram grande insatisfação com a condução do projeto, pois não havia transparência nas ações desenvolvidas, que se limitavam em visitas de técnicos. Não houve capacitações, investimentos em sinalização, nem tão pouco prestação de contas dos recursos investidos no projeto. Houve divulgação na mídia, o que foi positivo, entretanto, não ocorreu visitas de turistas que estiveram no Brasil em virtude da Copa do Mundo de 2014.

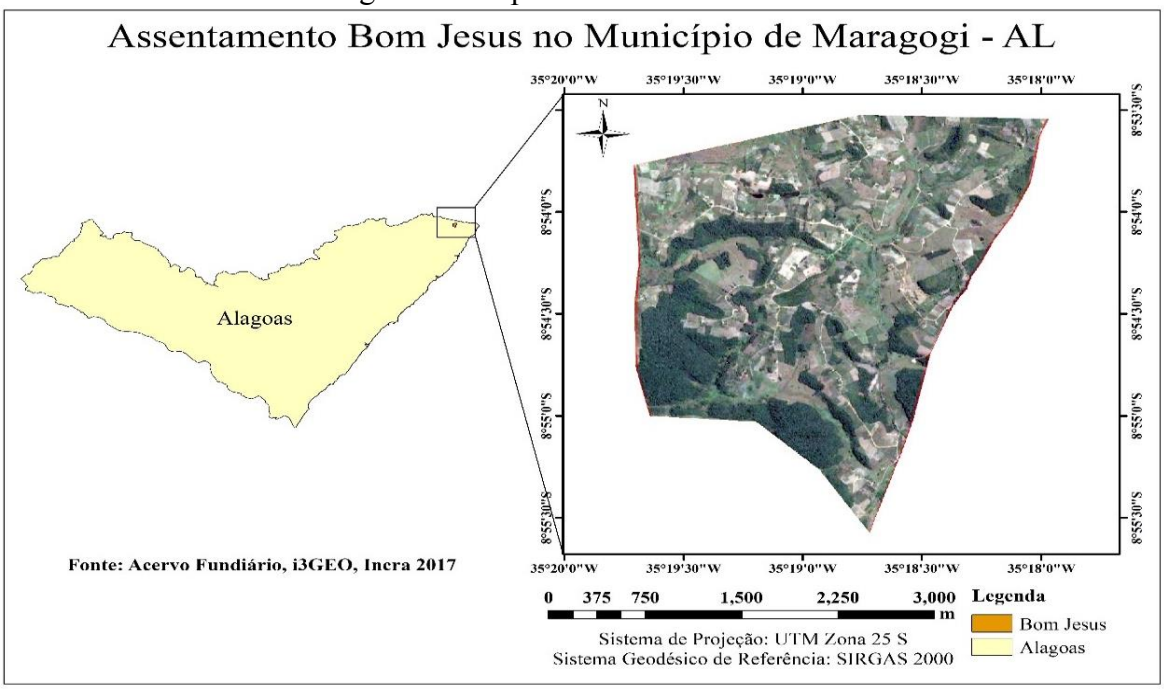
Em 2014, novamente através de uma iniciativa da COOPEAGRO, foi lançado um roteiro denominado "Maragogi Rural" (imagem), que no assentamento Água Fria envolve a Trilha do Visgueiro, com visita a Associação Mulheres de Fibra. O roteiro prevê ainda a visita ao assentamento Bom Jesus, com o roteiro Cabanos Agritur, a visita a uma fazenda particular, a Lavragem, e à sede da COOPEAGRO, onde há comercialização de produtos dos cooperados e um restaurante e lanchonete, denominado de "Colibri, Cores e Sabores do Campo", criado e administrado pela Associação das Irmãs. Segundo a responsável pela gestão do restaurante, depois da criação deste novo roteiro, que envolve a visita a COOPEAGRO com parada para compras e serviço de alimentação, a venda de polpas de frutas produzidas pela cooperativa aumentou de cerca de 20 a 30 mil unidades de polpas por mês para cerca de 60 a 70 mil unidades polpas mensais.

4.1.1.2 Assentamento Bom Jesus

O Assentamento Bom Jesus, está localizado na zona rural do município de Maragogi/AL, a 29 km da sede, tendo sido criado através da Portaria N□ 21, de 15 de setembro de 1998, da Superintendência Regional do INCRA em Alagoas. A imissão de posse é de 06 de agosto de 1998. Segundo o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agraria (SIPRA) pertencia ao Banco do Brasil, entretanto era uma das muitas propriedades na região pertencentes a Usina Central Barreiros[37]. Foi desapropriada, em 26 de maio de 1998 (INCRA, 2017), possuindo uma área total de 656 hectares. A área havia sido ocupada por agricultores do município de Penedo/AL, e foi resultado de um acordo com a Superintendência do INCRA de Alagoas. Foi avaliada com capacidade para assentar 105 famílias, tendo sido assentadas 99. Segundo uma liderança do assentamento, hoje existem 105 famílias assentadas. A entidade que representa os assentados denomina-se Associação dos Agricultores da Fazenda Bom Jesus.

[37] Possivelmente essa informação do SIPRA deve-se ao fato de que a propriedade já houvesse sido arrematada pelo Banco do Brasil em virtude das dívidas que levaram a Usina Central Barreiros a falência.

Figura 5 - Mapa Assentamento Bom Jesus



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O assentamento Bom Jesus possui um perfil bem diferente dos outros assentamentos existentes em Maragogi. A produção do assentamento é focada na fruticultura, e tem atingido índices de produção muito bons. Segundo relato de uma liderança local, das 105 famílias assentadas em Bom Jesus, cerca de 70% estão produzindo e vivendo da terra. Aproximadamente 50 assentados são cooperados da COOPEAGRO (é o assentamento que tem o maior número de cooperados). São dados que demonstram, de fato, que o assentamento é diferenciado em relação aos demais assentamentos da região. Segundo o entrevistado, esse diferencial deve-se a formação do assentamento, conforme pode-se observar em seu relato.

> O assentamento Bom Jesus é bem diferente dos demais. Quando eu digo que é diferente é porque nos outros cantos invadiam com os movimentos MST, MTST, MTL, aqui invadiram com uma associação (...) Aqui foi o contrário, eles já vieram com uma associação. A maioria dos assentados daqui veio de Penedo e Arapiraca. Tinha um líder, Sr. Zé Gomes, e ele me disse que se reuniam e estavam atrás de terra naquela região, mas não tinha nenhuma área. Ele foi ao superintendente do INCRA naquela época, Dr. Ricardo Vitório, e ele indicou que em Maragogi tinha muitas terras que eram da Usina Central Barreiros que havia fechado. Aí eles vieram aqui para visitar um dia, um grupo da diretoria da associação, olharam e com pouco dias pegaram o pessoal e vieram para cá, invadiram. Quando vieram eram umas 300 pessoas. Era diferente daqueles acampamentos que fazem um monte de barracas e vão lá de vez em quando visitar. Aqui não, eles vieram morar mesmo, vieram com família, mulher, menino, gato, cachorro, trouxeram tudo. Muitos quando chegaram e viram que era um lugar longe, sem energia, muitos desistiram. Conclusão das 300, só ficaram umas 80 pessoas (...) Aqui as pessoas moram cada nos seus lotes, aqui cada lote tem sua casa (...) aí vieram os recursos e os projetos, e a gente começou a produzir, principalmente fruticultura, porque as pessoas que vieram daquela região já tinham mais experiência com fruticultura, e alguns deles já tinham feito parte da Cooperativa

> Pindorama[38]. Aí começamos a produzir maracujá, o plantio foi grande, depois veio a graviola. Eu comprei 200 pés de graviola lá em Arapiraca. Hoje, Maragogi já tem mais de 30 mil pés de graviola. (Entrevistado 2)

De fato, o assentamento Bom Jesus é diferenciado, esse foi o mesmo comentário feito por outra entrevistada, uma agente externa, a principal liderança da Associação das Irmãs, que inicialmente começou desenvolvendo projetos no assentamento Água Fria, por ser menor, mas expandiu os projetos para Bom Jesus por ter observado que havia um maior envolvimento dos assentados, que compreendiam a importância do PEAGRO, e mais adiante da COOPEAGRO. Conforme relato da liderança do Bom Jesus, são eles que produzem a maior parte das frutas que são processadas na COOPEAGRO. Ao comparar a assistência técnica que recebiam das empresas contratadas pelo INCRA com a assistência disponibilizada pelo PEAGRO, e posteriormente pela COOPEAGRO, o entrevistado afirma que a diferença de qualidade era muito grande.

> A gente teve assistência do INCRA, no início mais voltada para os projetos iniciais. Depois veio a do PEAGRO, e depois COOPEAGRO, que era muito melhor. O período mais intenso de assistência técnica foi pelo PEAGRO. Pelo INCRA era muito ruim. O técnico que veio pelo INCRA, depois foi contratado pela PEAGRO e deu assistência muito boa, porque o objetivo era mais focado, porque tinha o Emanoel e a Irmã Miriam[39] que acompanhavam de perto, tinha uma condução e um objetivo específico. O PEAGRO foi o diferencial, foi a assistência técnica que deu resultado. (Entrevistado 2)

O apoio iniciado com a Associação das Irmãs, que se converteu no projeto PEAGRO, posteriormente na COOPEAGRO, possibilitou que os assentados que optaram pela fruticultura obtivessem resultados muito bons. Esses resultados se refletiram na qualidade de vida dos moradores de Bom Jesus, diferentemente do que se observou em Água Fria, que embora afirmem que a qualidade de vida melhorou depois que se tornaram assentados, não conseguem sobreviver exclusivamente da produção agrícola. Em Bom Jesus, a maioria dos assentados vive do próprio lote, conforme já mencionado pelo entrevistado. Conforme seu relato, muitos já conseguiram pagar os débitos contraídos, inclusive ele.

> Aqui a maioria dos agricultores está sobrevivendo dos seus lotes. Acho que é um dos poucos assentamentos em que os agricultores estão sobrevivendo do lote. Eu digo isso, porque esses projetos que vieram para pagar depois, muitos já pagaram, eu fui um deles. Liquidei minha dívida com o banco, não devo nada. Se você chegar na casa dessas pessoas você nota o diferencial, as casas já são diferentes, as pessoas com carro em casa. A gente tinha até comentado um dia desses lá na frente da igreja: "rapaz, a gente vai ter que fazer mais estacionamento na frente da igreja, porque todo agricultor tá com um carro". (Entrevistado 2).

---

[38] Surgiu em 1956, inicialmente como um projeto de colonização, pela Companhia Progresso Rural (PCR). Foi criada de fato em 1956, quando o suíço René Bertholet, diretor da CPR, se desligou da empresa para organizar os colonos e criar a cooperativa. Localiza-se em Coruripe/AL, e possui 33 mil hectares de terra.

[39] O primeiro é empresário em Maragogi, voluntário na COOPEAGRO e proprietário da Fazenda Lavragem. A segunda é a responsável pela Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus, em Maragogi.

Em relação aos serviços públicos de saúde e educação, na comunidade há uma escola que oferece o ensino fundamental I fase, as demais fases são oferecidas ou no assentamento Costa Dourada, ou na sede do município. Não há posto de saúde, pois o serviço é centralizado no assentamento Costa Dourada, onde são atendidos os assentamentos que estão na mesma região do Bom Jesus.

Quanto a problemas relacionados a violência e drogas, o entrevistado relata que são poucas as ocorrências na comunidade. Desde que o assentamento foi criado só ocorreu um assassinato. Quanto às drogas, tem conhecimento de alguns jovens que fazem uso, mas são poucos e até agora não houve nenhuma ocorrência grave relacionada a este assunto. Segundo o entrevistado, o maior problema que a comunidade enfrenta é relacionado ao acesso ao assentamento, pois, por ser uma estrada de barro, no período chuvoso o acesso a comunidade e o escoamento da produção ficam muito prejudicados. No período em que não há uma grande incidência de chuva, o problema é quanto aos buracos na estrada, que danificam bastante os veículos.

O turismo no assentamento

Como a comunidade de Bom Jesus fica a 29 km da sede do município, e a estrada que dá acesso ao assentamento não é de boa qualidade, a atividade turística praticamente não existe, mesmo sendo Maragogi o segundo polo turístico do Estado de Alagoas. A única experiência de turismo que há no assentamento é por iniciativa de um dos assentados, que inspirado no modelo de agriturismo[40], muito praticado no interior da Itália e estimulado pelas irmãs da Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus, desenvolveu em sua propriedade um roteiro, denominado de "Cabanos[41] Agritur", baseado no que viu quando esteve na visitando a Itália[42], e que faz parte do "Maragogi Rural".

> O único que trabalha com o turismo sou eu. A irmã Miriam é a idealizadora disso. Na última vez que estive na Itália junto com ela, a gente visitou aqueles sítios do interior lá, e tem muito disso. As pessoas vão lá passar o dia nos sítios lá, o que eles chamam de agritur. Passam o dia, almoçam. Aí a irmã Miriam disse: "a gente podia fazer isso em algum lugar, e tem Água Fria que já tem a trilha". Só que a trilha é diferente, ela não é um turismo de ir e passar o dia, é visitar a trilha e só. E aqui seria um local para

[40] De um modo geral, o agriturismo italiano está correlacionado à natureza, à autêntica culinária regional, ao esporte e à cultura. Roteiros organizados incluem várias regiões e divulgam a oferta turística apoiada, sobretudo, no patrimônio arquitetônico e na natureza. (AGRITURISMO, 2000).

[41] Cabanos é uma referência aos antigos nativos que viviam nas matas da região, também chamados de "papa-méis", e que foram protagonistas de um importante movimento popular, chamado de Guerra dos Cabanos, ocorrido no período de 1832 a 1835 (LINDOSO, 2005). Alguns autores procuram fazer uma associação entre os antigos cabanos e os sem terras.

[42] O entrevistado visitou a Itália três vezes, em virtude de intercâmbios promovidos pela Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus, a COOPEAGRO e a Associação Semear a Vida, originária da Província Autônoma de Trento, e financiadora de muitos dos projetos desenvolvidos nos assentamentos de Maragogi.

> os turistas vir visitar como é que é trabalhado a fruticultura na agricultura familiar, como é que vive o parceleiro, como é que ele planta, como é que ele chegou, como foi a história dele, como é que ele sobrevive, essas coisas. A ideia é não ter hospedagem, é só passar o dia e ele visitar (...) não só ele passar o dia no meu lote, mas ele visitar os outros agricultores também que tem criação de peixe, um riacho para tomar um banho, essas coisas assim. (Entrevistado 2)

Pôde-se observar no relato do entrevistado que o turismo na sua propriedade tem ocorrido muito mais pelo incentivo que vem da Associação das Irmãs de que pelo seu interesse. Embora ele creia que o turismo pode ser mais uma opção de rendimento e de valorização da vida no campo para os assentados.

> Olha, eu acho que o turismo é um complemento bom. Agora é como eu digo, não é tão intenso porque eu mesmo não tenho interesse muito grande ainda de investir para divulgar, porque quanto mais a gente divulga e faz propaganda mais aparece pessoas. É uma coisa assim, se tiver, bem, se não tiver eu estou vivendo das minhas coisas. Se tiver tudo bem, mas eu não corro atrás. (Entrevistado 2)

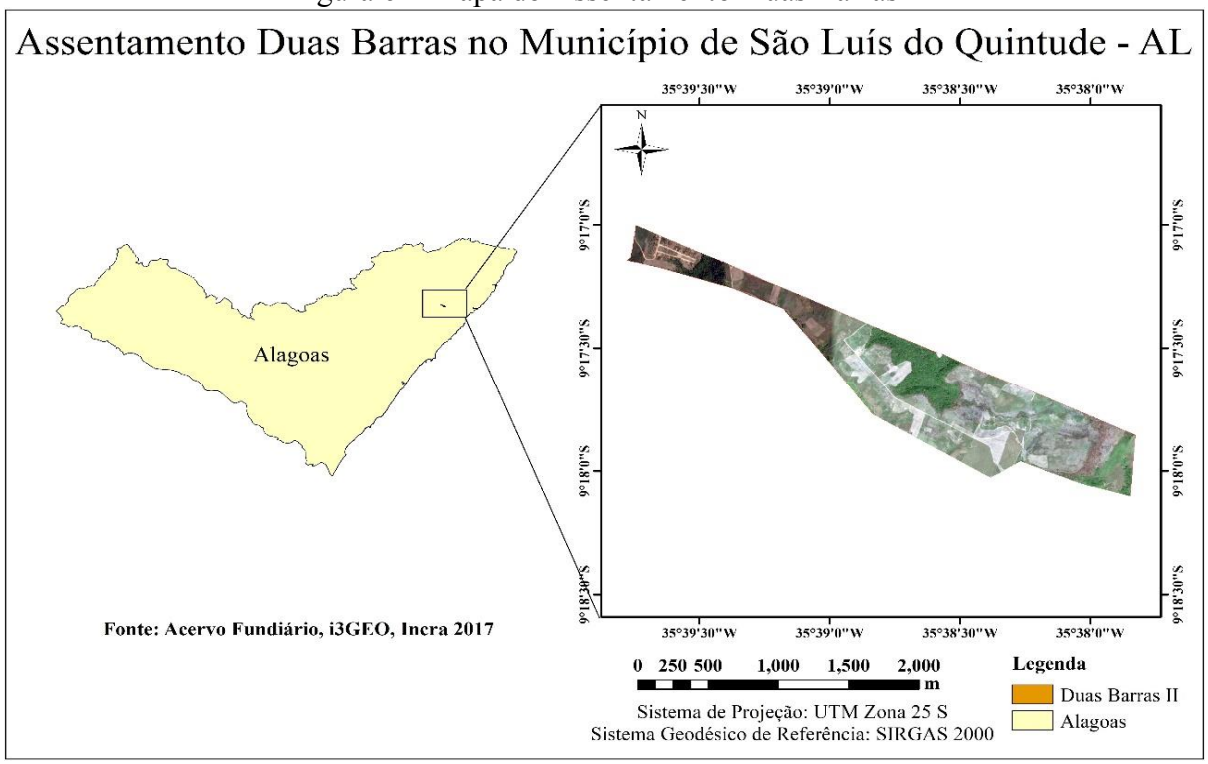
Foto 4 – Grupo de turistas no Assentamento Bom Jesus
Fonte: Carvalho, 2014.

De fato, ao receberem os visitantes os assentados aumentam a renda familiar e têm seu trabalhado divulgado e reconhecido, tendo a oportunidade de manter contatos com as mais diversas pessoas e culturas. Observou-se também que os jovens não se envolvem com a atividade, diferente do que ocorre em Água Fria, onde hoje os passeios são realizados pelos jovens de uma das sete famílias que exploram este atrativo, com o acompanhamento do assentado que foi o idealizador da Trilha do Visgueiro. A divulgação e a comercialização do roteiro desenvolvido no Bom Jesus são feitas pela COOPEAGRO. É necessário agendamento prévio, exige-se um mínimo de 5 pessoas para fechar o pacote, sendo cobrado atualmente R$ 30,00 por pessoa.

4.1.1.3 Assentamento Duas Barras II

O Assentamento Duas Barras II localiza-se na zona rural do município de São Luís do Quitunde/AL, a 15 km da sede. Foi criado através da Portaria N□ 24, de 21 de dezembro de 2007, da Superintendência Regional do INCRA em Alagoas, em uma área remanescente da Fazenda Papua, que havia sido desapropriada, em 24 de novembro de 2005 (INCRA, 2017), possuindo uma área total de 171,11 hectares. A imissão de posse é de 31 de maio de 2007. Não houve invasão, os assentados foram trazidos de outras cidades para ocupar a área, através do Movimento Terra Livre, totalizando 23 famílias. A comunidade é representada por uma associação, a Associação dos Agricultores e Artesãos do Assentamento Duas Barras II (AADB-II). Todos os 23 associados também são membros da Cooperativa da Agricultura Familiar e Empreendedorismo Rural (COOPERAFER). A COOPERAFER envolve assentados de vários assentamentos do município.

Figura 6 – Mapa do Assentamento Duas Barras II



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O assentamento Duas Barras II foi criado a partir de uma sobra de terras do Assentamento Silvio Viana. Quando foram realizados levantamentos topográficos naquele assentamento, foi identificado que haviam 171 hectares sobrando, segundo relato da presidente da AADB-II. Em 2005, as terras então foram redistribuídas com 22 famílias que se encontravam acampadas na região, sob coordenação do MTL. Segundo a entrevistada, houve uma

negociação entre as famílias para decidir se elas permaneceriam como integrantes do Silvio Viana, em uma outra agrovila, ou seria criado um novo assentamento. Sendo decidido pela maioria a criação de um novo assentamento. Até final de 2008 e início de 2009 as famílias ficaram instaladas na propriedade em barracos improvisados, até que foi iniciada a construção das moradias. Essa demora ocorreu por um lapso do INCRA, segundo relato de uma das entrevistadas que na ocasião era uma liderança do movimento na comunidade. A imissão de posse já havia sido emitida em maio de 2007, mas ficou esquecida junto com a documentação de outros acampamentos, fazendo com que o processo do Duas Barras II ficasse paralisado tanto tempo. O problema só foi resolvido quando a comunidade realizou uma manifestação na sede do INCRA, em Maceió. Tão logo a situação do assentamento foi regularizada, a liderança da comunidade informou que decidiram se desligar do MTL, juntamente com outros assentamentos do município, por problemas que não puderam ser relatados.

> E aí aconteceram muitas coisas, é uma história muito longa, porque se a gente for contar e explicar vai ser um dia todinho. Mas eu quero resumir dizendo que nós nos afastamos do movimento. Não só nós daqui desse assentamento, mas quase todos os assentamentos dessa região. Fizemos um abaixo assinado, levamos para o INCRA. Teve algumas razões que eu não quero falar agora no momento, mas nós nos afastamos e ficamos sem movimento. Foi quando surgiu a ideia de criar uma cooperativa. (Entrevistado 3)

A maioria das famílias veio de outras cidades. Muitos se encontravam como sem teto em Maceió. A principal liderança veio também de Maceió, embora seja do sertão alagoano. Em seu relato ela ressalta a sua origem do meio rural, o sonho de voltar para o campo e como se tornou liderança da comunidade.

> Eu, por ironia do destino, vim parar aqui também. Eu tinha muitas ideias como liderança do movimento, e como pessoa mesmo. Eu tive uma base na igreja, uma base comunitária na Igreja Católica. Já sabia como liderança trabalhar um pouco essa questão humana, que é muito difícil, só Deus sabe com essas coisas acontecem (...) Já fazia 15 anos que estava morando em Maceió, foi quando surgiu a ideia do movimento. Eu sou professora, fiz o magistério, e aí fui convidada pelo movimento (...) aí eu vim para ensinar, para dar aulas. Nós fizemos um projeto de escola itinerante porquê as crianças não tinham escola, o município dizia que não tinha obrigação porquê as crianças não tinham residência própria, não tinha comprovante de residência, então o município não teria essa obrigação. A gente procurou o Estado, e o Estado fez um convênio de uma escola itinerante ligada a algumas escolas do Estado, e eu comecei a ensinar lá no Assentamento Amor a essas crianças dessa região com outras professoras. E aí a gente foi gostando. Eu, filha de agricultores, nasci e me criei no campo, morava em Maceió por uma consequência (...) quando eu cheguei aqui eu me reencontrei, né? Aí eu disse: "daqui não saio, daqui ninguém me tira". (Entrevistado 3)

Como professora, ela ressalta que também desenvolveu um trabalho com os assentados e seus filhos de conscientização ambiental, pois havia um hábito de retirada ilegal de madeira das matas, o que levou a comunidade a ser repreendida e penalizada pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA). Esse trabalho foi muito importante, pois hoje os

assentados valorizam a preservação da mata existente na comunidade e a nascente que há nessa mata. Por conta desta consciência, muitos já não usam agrotóxicos na produção, fazendo que o assentamento receba muitas visitas de instituições de ensino e grupos ligados à produção agroecológica. Hoje, a comunidade participa de feiras agroecológicas organizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em Maceió.

Foto 5 - Produção orgânica do Assentamento Duas Barras II
Fonte: Acervo do Assentamento, 2017

A produção agroecológica teve um crescimento grande na comunidade com a criação da cooperativa, pois só participa da cooperativa quem optou pela produção orgânica. O apoio recebido pelo sistema OCB/SESCOOP[43], em Alagoas, foi fundamental para essa evolução, segundo relato da presidenta da COOPERAFER. Entretanto, não foi fácil o caminho até a criação da cooperativa.

> A ideia da cooperativa surgiu depois que o pessoal se desligou do movimento, e nós conversamos. Foram três anos, nós iniciamos o diálogo em 2012. Reunimos os assentamentos, conversamos com os assentados. Uns a favor e outros contra. Aquelas ideias todas erradas, nós também não tínhamos experiência nenhuma sobre o cooperativismo, a gente ouvia falar. A primeira coisa que nós fizemos foi procurar as pessoas erradas para buscar esse apoio. Nós procuramos uma instituição e eles disseram: "a gente pode ajudar vocês". Enrolaram a gente três anos. O que a gente gastou de passagem para Maceió levando documentação que pediam, coisas que nem necessitavam, e eles botando a maior dificuldade de registrar, dava para a gente ter registrado umas dez cooperativas (...) foram três anos de luta, de idas e voltas, de reuniões, de vai e vem, e a gente se desgastando. Foi 2012, 2013 e 2014 se desgastando sem sair o registro. Muitos desistiram, muitos se cansaram, foi aí que eu chamei o advogado e disse: "olha, me diga uma coisa: você entende de cooperativismo? me

[43] Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)

> diga! porque os outros estão desistindo e eu não aguento mais essa luta não, eu estou sozinha nessa luta, me arrastando e arrastando outras pessoas, você entende?" Aí ele disse: "olhe, eu não entendo nada de cooperativismo! eu estou fazendo isso porque o Estado está me obrigando a fazer isso, e eu preciso do emprego e não entendo de cooperativa!" Aí eu disse: "porque você fez isso comigo?". Ele respondeu: "é o meu trabalho, eu tenho que me sustentar do meu trabalho, é o meu salário, tenho meus filhos para sustentar". Aí eu disse: "mais você segurou a gente três anos?" Aí fiquei triste e ele ficou com pena e disse: "olhe, não diga isso ao ninguém não, mas eu vou mandar vocês num lugar aonde vão ajudar você, e não tem ligação direta com o governo". Aí ele pegou o carro dele e levou a gente na OCB, e disse: "olhe, fiquei aí e conversem aí!" A partir daí as coisas começaram a acontecer! (Entrevistado 3)

Segundo a entrevistada, com o apoio da OCB, tudo mudou. Eles passaram a ter assistência de contador, advogado, nutricionista e agrônomo. Com a cooperativa criada e recebendo a orientação correta e assistência técnica, conseguiram acessar ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[44]. O programa começou muito bem, foi um sucesso. Entretanto, tiveram um problema decorrente da burocracia do programa e foram penalizados. Estão batalhando para retomar as vendas via PAA. Além do problema com a sequência do PAA, a comunidade, por inexperiência, foi desclassificada em uma chamada pública para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[45]. Segundo relato da presidenta da cooperativa, este ano está sendo um ano mais difícil, principalmente quanto a assistência técnica, pois a do INCRA não há, e a OCB não pôde, por questões de redução de custos, manter a presença de um agrônomo na comunidade, como ocorreu nos anos anteriores. Entretanto, já está no planejamento de 2018 a solução deste problema. A comunidade conseguiu amenizar o problema através da Secretaria de Agricultura do Estado que disponibilizou um profissional que atua na área para dar suporte ao assentamento.

Depois que passaram a receber orientação da OCB, a produção no assentamento se diversificou. Hoje, além da produção de inhame, batata doce, macaxeira, laranja, côco verde e hortas orgânicas, a comunidade também cria pequenos animais, especialmente galinhas. Com a consultoria da nutricionista disponibilizada pela OCB, estão trabalhando agregando valor a produção através do processamento de itens da produção. Hoje, estão sendo produzidos e comercializados bolos, doces e geleias, com destaque para os produtos derivados da batata doce roxa e do hibisco.

---

[44] Criado pelo Governo Federal, em julho de 2003, com a finalidade de promover acesso à alimentação e incentivo a agricultura familiar.

[45] Também conhecido como Merenda Escolar, foi criado originariamente no início da década de 1940. Passou por várias alterações ao longo dos anos, sendo fortalecido. É reconhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

Foto 6 – Produtos comercializados no Assentamento Duas Barras II
Fonte: Acervo do Assentamento, 2017

Segundo a entrevistada, a renda gerada pela produção é suficiente para a sobrevivência das famílias, mas estão buscando alternativas que possam aumentar a renda familiar e possibilitar outras conquistas como lazer e bens de consumo. Alguns complementam a renda com os programas sociais do governo, especialmente o bolsa família. Quando indagados com relação a qualidade de vida, os entrevistados foram unânimes em afirmar que melhorou muito quando comparada com o período que antecede a criação e funcionamento do assentamento.

> Hoje nós estamos ricos. Nós temos casa e terra para produzir. Não trabalha quem não quer. (Entrevistado 3)

Relataram que o problema da violência e das drogas ainda não são graves, pois é uma comunidade pequena e ainda muito unida. Quanto aos serviços públicos de educação e saúde, na comunidade não há ainda escola e nem posto de saúde. Esses serviços são ofertados na sede do município. O acesso à comunidade e o escoamento da produção ficam prejudicados por conta do estado de conservação da estrada e, consequentemente, da carência de transporte. Quanto a religiosidade na comunidade, há um fato a se destacar. Existem seis denominações religiosas que convivem em harmonia, havendo, inclusive, um culto ecumênico, que foi introduzido pela liderança do assentamento e que tem ocorrido regularmente.

> Minha filha diz que tem 6 religiões e eu vou criar a sétima. Eu sou a favor do ecumenismo, uma só fé, um só senhor, é tanto que eu prego muito isso aqui, é Gálatas 4:5, que diz: "há um só senhor, um só batismo e uma só fé". E aí, o que é que a gente faz aqui? Nas terças-feiras à noite eu consigo reunir todas as igrejas e a gente faz nosso culto ecumênico com todas as igrejas reunidas e tá dando certo. (Entrevistado 3)

A comunidade também tem recebido apoio de voluntários. Há um técnico agrícola que atua na comunidade, em virtude das relações criadas quando atuava como técnico da Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços (COOATES)[46], instituição que forneceu assistência técnica disponibilizada pelo INCRA após a implantação do assentamento. Tiveram acesso aos créditos iniciais e a créditos para investimento. Em virtude do dinamismo da atual liderança do assentamento outro parceiro importante passou a colaborar com a comunidade. Trata-se do SEBRAE/AL, que chegou na comunidade atendendo um pedido da associação em relação ao turismo, identificado como uma alternativa à geração de renda para o assentamento.

O turismo no assentamento

O interesse pelo turismo no assentamento surgiu com o aumento das visitas para conhecer as experiências exitosas da comunidade, especialmente as relacionadas com a produção orgânica. O assentamento começou a receber visitas de instituições de ensino, pesquisa e extensão, especialmente a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), interessadas no que vinha ocorrendo na comunidade. Esse interesse despertou nas lideranças do assentamento o desejo de organizar a atividade turística, especialmente o turismo cientifico e pedagógico. Como a entrevistada fazia parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e este movimento já tinha desenvolvido ações em parceria com o SEBRAE/AL em outras comunidades (nos municípios de Branquinha e Murici[47]), quando ela externou o desejo de atuarem também com atividades não agrícolas, neste caso o turismo rural, a MMC orientou-a a procurar o SEBRAE/AL.

> O SEBRAE nos apoiou nessa questão do turismo rural. O contato com o SEBRAE começou primeiro por conta de que a gente fazia parte de um movimento que agora não estamos mais, o Movimento de Mulheres Camponesas. Eu também tava na coordenação desse trabalho, e aí o pessoal do movimento já fazia trabalhos junto com o SEBRAE em outras comunidades, por exemplo Branquinha e Murici, e foram nos orientando e dizendo: "o SEBRAE pode ajudar vocês também em capacitação". Aí nós fomos lá e levamos uma demanda para a questão de turismo, porque? Porque tinha pessoas que vinham e achavam bonito, né? E diziam: "porque vocês não trabalham com o turismo?" E como eu estou fazendo pedagogia e tenho interesse em desenvolver o turismo pedagógico, que é para trazer estudantes, porque tem muitas crianças que moram em apartamentos e não conhecem o campo (...) e as pessoas vinham procurando (...) tem uns professores da UFAL que vem para cá e trazem os filhos, dormem na casa de alguns assentados, e aí isso foi despertando (...) e aí juntou a UFAL e o SEBRAE de Alagoas e nós fizemos 9 ações aqui. O SEBRAE dava as capacitações com os consultores e a UFAL trazia os grupos. (Entrevistado 3)

[46] A COOATES é uma cooperativa com sede em Barreiros/PE, mas prestou serviços de assistência técnica contratada pelo INCRA em muitos assentamentos de Alagoas.
[47] Municípios localizados na Zona da Mata de Alagoas.

E assim, o assentamento começou a receber grupos de turistas para passar o dia. Inicialmente a comunidade pensou em disponibilizar algumas casas para hospedagem, mas viram que ainda não estavam preparados. Com apoio do SEBRAE/AL elaboraram uma programação para os visitantes. A programação tem início com a visita a barracas com a exposição de produtos do assentamento próximo à sede da associação. São oferecidos para degustação chás e geleias. Em seguida, o grupo faz a trilha, que envolve uma visita às produções, um passeio pela mata, visita a uma nascente e a uma cachoeira. Em seguida é servido um almoço com um cardápio regional, especialmente preparado pela nutricionista, e utilizando a produção do assentamento. O valor que estava sendo cobrado pelo pacote era de R$ 30,00 por pessoa. Segundo relato da entrevistada, o SEBRAE/AL orientou-os a cobrar pela trilha a parte, para remunerar o condutor, que é um assentado.

Foto 7 – Turistas na trilha
Fonte: Acervo do Assentamento, 2017

Foto 8 – Sr. Manoel, assentado e condutor da trilha
Fonte: Acervo do Assentamento, 2017

A atividade turística começou em agosto de 2016. Eles receberam 9 grupos. Com a chegada do inverno não receberam mais grupos por conta do acesso. Estão se organizando para voltar a recebê-los. A entrevistada afirmou que ainda necessitam de apoio externo para dar

continuidade a exploração da atividade turística. Quando indagada sobre uma avalição das experiências, lamenta a falta de continuidade na consultoria, sem custo, do SEBRAE/AL, e faz o seguinte relato:

> O turismo é bom, e o SEBRAE, eles, é aquela história, eu já fui lá outras vezes para dar continuidade as capacitações, e eles dizem: "ah, eu não tenho!" Eu digo: "o governo gosta de deixar as coisas pela metade". Eles começam e não terminam, chegam incentivam o povo, deixa o povo bem animado, aí vão embora e deixam as pessoas. É como botar pirulito na boca da criança e depois tira. É isso que tem acontecido aqui. Aí o povo desanima por conta disso. A gente vai atrás, eles vêm, dá aquela motivação, dão aquela injeção de ânimo nas pessoas, quando elas estão bem animadas, botam a mão na massa e depois desaparecem. (Entrevistado 3).

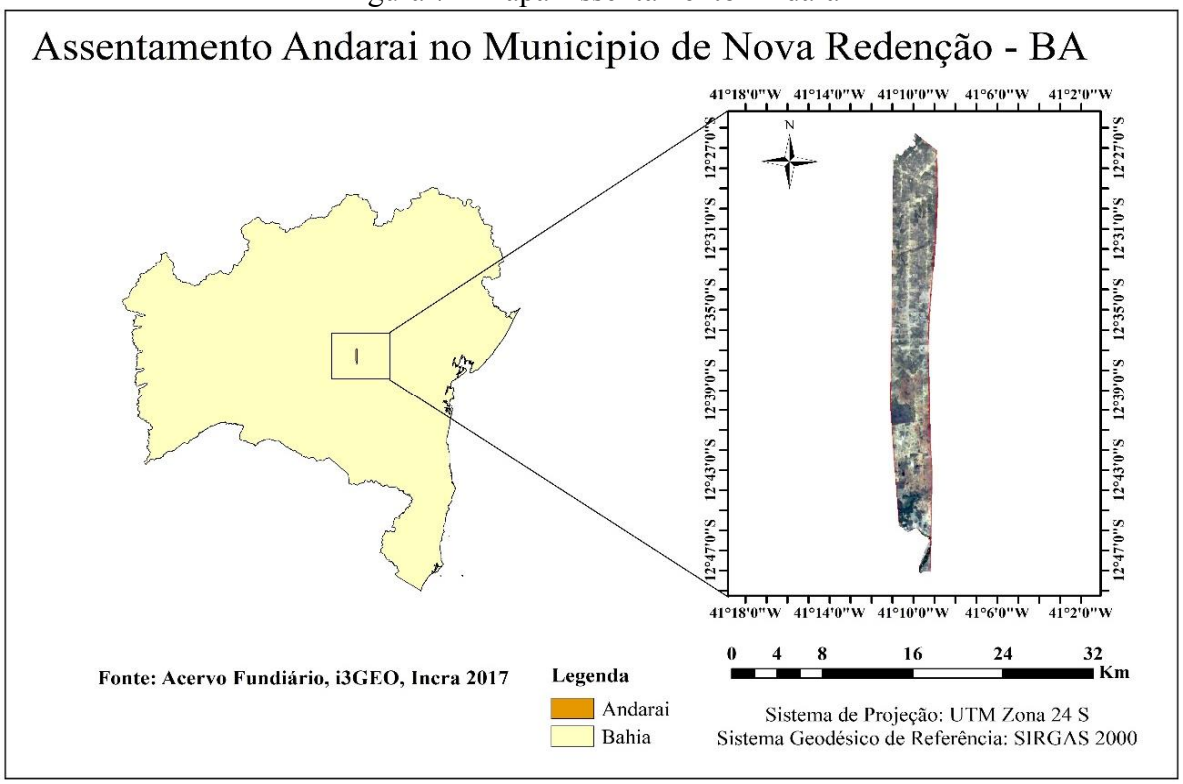
4.1.2 Bahia

4.1.2.1 Assentamento Andarai I

O Assentamento Andarai I, possui uma área total de 13.908 hectares. Localiza-se em áreas de três municípios, Andaraí, Lajedinho e Nova Redenção, todos na Chapada Diamantina[48], distando 27 km da sede do município de Nova Redenção. Foi criado através da Portaria N□ 738, de 01 de outubro de 1986, da Superintendência Regional do INCRA na Bahia, com uma área de 14.600 hectares, e desapropriada em 08 de janeiro de 1986. A imissão de posse é de 29 de abril de 1986. Foram assentadas 414 famílias, agrupadas em três Associações, denominadas como: Associação Comunitária São Jorge, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Área do Assentamento Força da União e a Associação Comunitária da Fazenda Itaguaçú VII, esta última com o maior número de associados.

[48] O Território Chapada Diamantina, está localizado no centro do estado da Bahia, compreendendo 23 municípios (Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza,Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner), com uma área total de 30.458,88Km2. (CAMPOS FILHO, 2016).

Figura 7 - Mapa Assentamento Andarai I



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O assentamento possui três agrovilas, sendo uma em cada município, independentes nas questões associativa, produtiva e de acesso. As famílias vivem principalmente de agricultura de sequeiro, criação de gado, de pequenos animais, de apicultura e poucas complementam com pesca e agricultura irrigada de ciclo curto (CAMPOS FILHO, 2016). O fato de no assentamento predominar a agricultura de sequeiro é de certa forma contraditório, pois o mesmo é banhado por dois rios, o Utinga e o Paraguaçu. Entretanto, segundo Fernandes (2004), ocorreu um erro na distribuição dos lotes, o que promoveu o acesso à água a poucos lotes.

É histórico no assentamento uma relação predatória com os recursos naturais. Segundo estimativas de 2004, 70% das reservas florestais do assentamento já haviam sido dizimadas naquela época, o que pode ser explicado, segundo Fernandes (2004), através de fatores de ordem econômica - financeira organizativa, culturais e institucionais. É possível que essa seja também a explicação para o pouco envolvimento da comunidade com a atividade turística, embora esteja entre os 20 maiores assentamentos da Bahia, tanto em área quanto em número de famílias assentadas (INCRA, 2017). Segundo Fernandes (2004), quando foi implantado foram instalados no assentamento uma adutora, casas de mel, uma cerâmica e um engenho. Pôde-se

observar que as instalações e equipamentos viabilizados encontram-se subutilizados ou sem funcionamento.

Pelo que pôde ser identificado nas entrevistas, nas observações e nas pesquisas documentais e bibliográficas, apenas uma família explora, de forma consistente o turismo. Trata-se da família Braga, que reside em uma das três agrovilas do Assentamento Andaraí, denominada de Peruca, situada em Nova Redenção, a 12 km da sede do município, onde residem mais outras 21 famílias.

Foto 9 - Agrovila Peruca, no Assentamento Andaraí I
Fonte: Sousa, julho/2017.

Existem alguns assentados que produzem artesanato (fuxico, bordado e trançado de palha), mas comercializam de forma improvisada em frente às suas casas. A falta de mobilização da comunidade pôde ser constatada pelo coordenador do Terra Sol, durante a execução do projeto.

> Quando o Terra Sol começou a trabalhar no assentamento e quis expandir para toda a comunidade, as capacitações realizadas foram para toda comunidade, e não da família Braga, do Poço Azul. O planejamento estratégico do turismo foi feito para toda comunidade e não só para o Poço Azul, e a comunidade não deu resposta esperada, tanto é que a loja de artesanato está fechada, a associação não procura o INCRA, e a Prefeitura inclusive teve a mesma percepção, porque viu que a potencialidade do assentamento não é o Poço Azul. É o Poço Azul, é a Trilha do Socó, é a Praia da Piruca, tem a Festa Tradicional da Comunidade, além de ser uma comunidade que é toda arrumada, é toda urbanizada. E tem a questão da megafauna, que a gente também fez o anteprojeto do ecomuseu da megafauna para toda comunidade, e a comunidade não se interessou (...) participou de alguns eventos, de algumas capacitações, mas nunca tomou nenhuma iniciativa depois. (Entrevistado 4)

A agrovila Peruca, onde se encontra a propriedade da Família Braga, tem escola e posto de saúde. Quando ocorrem emergências de saúde são conduzidas à sede do município de Nova Redenção. A questão da segurança, conforme relato de um dos entrevistados, é uma das deficiências, por conta do baixo efetivo policial. Segundo o entrevistado só há dois policiais para atender o município. No entanto, após a ocorrência de alguns assaltos a turistas, foi enviado ofício à Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE-CHAPADA), passando a haver rondas duas a três vezes por semana na região. Com relação às drogas, segundo relato do entrevistado, como em outros lugares, há um número considerável de jovens usuários de entorpecentes. Entretanto, observou-se, e constatou-se através do relato nas entrevistas, que este ainda não é um problema que venha afetar a qualidade de vida no assentamento, que os entrevistados avaliam como muito boa.

Como identificado nos demais assentamentos visitados, os assentados avaliam o programa da reforma agrária como bom, enquanto ideologia, todavia criticam a execução, especialmente em relação a falta ou qualidade da assistência técnica aos assentados. No relato de um dos entrevistados isso fica evidenciado:

> Olha, a ideia da reforma agrária é muito boa, o que pesa hoje é execução (...) você tem dentro de um assentamento pessoas que são de cidade e que que nunca pegaram em uma enxada e tira lugar de uma pessoa que necessita. São processos que no papel a ideia é ótima, só que na prática não é executado igual. A assistência técnica poderia melhora, porque é assim, você é um agricultor, aí vem um projeto para ele de dez mil reais, mas esse agricultor nunca pegou em dez mil reais na mão, aí ele recebe esse montante para poder fazer uma plantação. Ele sabe que a plantação convencional não vai ter sucesso, então ele vai comprar gado, ele vai comprar um carro, porque eu preciso de um transporte. Então, não vem um técnico para orientar: "vamos fazer por aqui, se você fizer a plantação por aqui vai dá certo!" (...) aí acontece que o agricultor fica com um débito com o governo porque ele não conseguiu fazer esse dinheiro voltar para poder fazer o pagamento. (Entrevistado 5)

O turismo no assentamento

Como mencionado anteriormente, são poucos os assentados que se envolveram com a atividade turística no assentamento. Na Agrovila Peruca, é onde de fato ocorre a atividade turística, motivada especialmente pelo Poço Azul[49], um atrativo que recebe um grande número de turistas nacionais e estrangeiros. Trata-se de uma gruta com lago natural na qual os visitantes praticam a flutuação, e que se encontra dentro da parcela do chefe da família Braga. Segundo o responsável pela gestão do Poço Azul, um dos filhos do proprietário do lote, além dos 6 membros da família, também são envolvidos na atividade mais 4 pessoas da própria agrovila,

[49] Poço Azul, gruta com lago natural onde a maior parte do ano o sol incide por uma fresta e ilumina o seu interior, sendo possível a flutuação.

2 do Assentamento Moreno, 2 do Assentamento Mocambo e 2 de Nova Redenção, totalizando 16 pessoas envolvidas com o turismo. Segundo Campos Filho (2016), é o único caso de assentamento em que a renda familiar vinda do turismo é superior a renda das atividades agropecuárias. É também o único no Estado, em que os assentados constituíram microempresas para atender os serviços ofertados, sendo uma para os serviços turísticos e outra para os serviços de alimentação. Aliada à visitação ao Poço Azul, são oferecidos serviços de fotografia, artesanato e alimentação, através de um restaurante e uma pastelaria. A produção agrícola nos lotes da família Braga é bastante diversificada, no entanto é voltada basicamente para subsistência e para atender aos serviços do restaurante da propriedade. Eventualmente, são comercializados produtos agrícolas aos clientes que visitam o Poço Azul.

Foto 10 - Acesso ao Poço Azul
Fonte: Sousa, julho/2017

Foto 11 - Ponto de comercialização da Família Braga
Fonte: Sousa, julho/2017

Conforme já mencionado, a atividade turística no Assentamento Andaraí ocorre atualmente quase que exclusivamente em virtude do Poço Azul. Entretanto, ocorre também a visitação ao lote produtivo. Segundo relato do responsável pela gestão do Poço Azul, assim como ocorre com diversos atrativos naturais da região, há muito tempo que há visitação a essa gruta com lago natural. Contudo, até a década de 1990, eram poucos visitantes de outras regiões ou países. A maioria eram os próprios moradores da região e, esporadicamente, ecoturistas. Segundo o entrevistado, nessa época, a da Chapada Diamantina havia ganhado grande repercussão por conta da novela Pedra sobre Pedra, da TV Globo, que teve cenas gravadas na região, em especial no município de Lençóis. Por conta dessa repercussão, em 1993, uma equipe do Globo Repórter, também da TV Globo, esteve na região para fazer uma matéria sobre a Chapada Diamantina, e em um contato casual com o pai do Sr. Esmael, titular da parcela, e avô do entrevistado, soube da existência do Poço Azul, conforme relato a seguir:

> É que na época que o garimpo foi extinto na Chapada, aonde o pessoal da Globo tinha vindo gravar a novela Pedra sobre Pedra, e em seguida eles se interessaram pela região e fizeram o primeiro Globo Repórter sobre a Chapada Diamantina. Aí, por acaso, eles iam para pegar a travessia do rio em sentido a Mucugê, passaram na vendinha onde meu avô residia, e conversando com eles disse: "Ah, tem um buraco lá no fundo das minhas terras com água azul"! Aí, os caras disseram: "Uma água azul, como assim"? Aí subiram uma trilhazinha de gado com mata fechada (..) e os caras se interessaram pela estrutura, e voltaram alguns dias depois com a equipe da PUC, de Minas, e da UFBA, de Feira de Santana, e uma equipe de mergulho de Salvador. Aí os caras mergulharam e acharam os primeiros fósseis de animais pré-históricos, da preguiça gigante, que estimaram na época que tinha 6 metros e estava completo. E foi ao ar, em meados de 1994, junho ou julho de 1994. Assim que encerrou a reportagem começou o turismo. Em outubro começou a ter uma procura maior por ele aqui. Aí, daí agora em outubro completa 23 anos. (Entrevistado 5).

Na época em que houve a reportagem, e que o fluxo turístico começou a crescer, o proprietário da parcela, pai do entrevistado, morava em São Paulo com a família, tendo deixado a parcela com seu pai, avô do entrevistado. Ele já havia morado em São Paulo, tinha voltado para região quando o assentamento foi criado, em 1986, tendo sido, inclusive o primeiro presidente da associação comunitária. Por conta da seca que assolou a região, no início da década de 1990, decidiu retornar a São Paulo com a família.

> Na década de 1990 teve um período de seca muito grande aqui na região, e meu pai trabalhava como caminhoneiro da Fazenda Moreno, do outro lado da propriedade aqui, e essa fazenda o proprietário conseguiu falir, ele criava camarão, tinha tomate, milho, essas coisas da produção, e meu pai perdeu o emprego, e não tinha outro meio, por que a terra não tinha como plantar porque não nascia. Meu pai era mestre de obra, tinha um conhecimento em São Paulo e voltou para São Paulo. Aí o meu avô ficou responsável pelas terras, porque não podia ficar sem um responsável (...) Em 2002, quando meu avô faleceu, aí meu pai veio sondar para ver como é que estava a vida por aqui, se tinha como a gente sobreviver além da roça. Quando a gente voltou, a casa que a gente tinha em São Paulo já estava vendida, e aí em seguida viemos para cá, toda a família. Na época o turismo já existia aqui, só que numa proporção bem menor de que é hoje. (Entrevistado 5)

Identificado o potencial do atrativo turístico natural que existia dentro da propriedade, a família passou a investir na atividade turística, sem, no entanto, abandonar as atividades agrícolas, mantendo a criação de animais (gado, porco e aves), a agricultura de subsistência, com o plantio de milho, mandioca, banana, abóbora e hortaliças, além da piscicultura.

Com o passar dos anos a demanda pela visitação ao Poço Azul foi aumentando, e a família continuou investindo na infraestrutura do local. Porém, começaram a sentir a necessidade de se capacitar e conhecer melhor a gestão de negócio. Segundo um dos entrevistados, o processo de aprendizado teve dois momentos importantes. O primeiro através de uma consultoria disponibilizada pelo SEBRAE/BA, realizada durante seis meses pelo consultor Rosier Alexandre, conforme observa-se no relato do entrevistado.

> A gente teve um benefício do SEBRAE de trazer um consultor do Ceará, um empresário, que vinha a cada dois meses e ficava uma semana com a gente aqui prestando consultoria empresarial. Para mim foi importante, porque eu sou peão, sempre fui pintor e ajudante de pedreiro, de repente eu estava gerindo um

> empreendimento sem ter base nenhuma para onde ir, para qual lado a maré te levava. Aí ele veio, deu uma base muito boa de gestão, finanças, divulgação, estrutura. Ensinou a gente a lapidar o diamante! (Entrevistado 5)

O segundo momento, para o entrevistado, foi com a chegada do Terra Sol. Todavia, o Assentamento Andaraí I só entrou no Terra Sol em sua 3ª fase na Chapada Diamantina, em 2009, quando o projeto cresceu de 5 assentamentos envolvidos inicialmente (sendo 2 na Chapada, 1 no Sul da Bahia e 2 no Recôncavo) para 15. Nesta etapa, o projeto focava em um diagnóstico, planejamento estratégico e articulação de parcerias para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, contemplando a contratação de um espeleólogo e especialistas em turismo de aventura, culinária raiz e artesanato, dentre outras ações. Segundo o entrevistado, dessa etapa foram importantes as capacitações para os condutores de visitantes e para a culinária, a participação em seminários e o intercâmbio promovido com outras comunidades que estavam buscando se estruturar para o turismo de base comunitária. Ele lamenta que o projeto não tenha tido continuidade.

Hoje, conforme já mencionado, praticamente só a família Braga explora a atividade turística no Andaraí I, entretanto de forma mais planejada, havendo uma distribuição de tarefas e o envolvimento de pessoas de outras comunidades nos serviços de apoio, limpeza e organização das atividades, além de outros membros da família. Israel Braga é responsável pela gestão do Poço Azul, incluindo a flutuação e serviço de fotografia. Seu irmão, Junior, graduou-se em Ciências Contábeis, e é responsável pela administração financeira das duas microempresas. D. Alice, a mãe de ambos, é responsável pelo Restaurante, e o Sr. Esmael, dedica-se a produção agrícola no lote.

Em levantamento feito há alguns anos, o atrativo recebia cerca de 18 mil visitantes por ano, segundo o gestor do Poço Azul. Hoje, ele acredita que esse número seja maior. Segundo seu relato, em média, o Poço Azul recebe cerca de 400 pessoas por fim de semana, sendo que ao longo da semana esse número se reduz. No período considerado de alta temporada para o turismo[50], e períodos de feriados prolongados, o número de visitantes aumenta. Levando em consideração estas informações, conclui-se que o número de visitantes por ano pode ser próximo aos 30.000.

O sucesso e o intenso e crescente fluxo de turistas para visitar o atrativo tem despertado a atenção dos órgãos ambientais. Conforme Campos Filho (2016), em virtude de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o órgão ambiental, há um limite diário de 240

[50] No Brasil, a alta temporada corresponde à época em que há férias escolares, ou seja, os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho.

visitantes, distribuídos em grupos de no máximo 5 pessoas mais o condutor. Por exigência dos órgãos ambientais encontra-se sendo construído um Plano de Manejo Espeleológico para todas as grutas, cavernas e poços que estão recebendo visitação no Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno. Aos responsáveis pelo Poço Azul coube um custo de R$ 130.000,00 pelo trabalho.

A comercialização dos serviços oferecidos pela família Braga é feita de forma direta e indireta. De forma indireta ocorre principalmente por meio das empresas de turismo e das associações de condutores de visitantes da região. De forma direta ocorre por meio das redes sociais ou através dos clientes que tomam conhecimento do Poço Azul por outros meios e se dirigem diretamente ao atrativo. O preço da flutuação é de R$ 30,00 por pessoa, com duração de 10 minutos. Os guias são comissionados em R$ 2,00 por visitante. Segundo o entrevistado, na alta temporada cerca de 70% das vendas são diretas, já na baixa temporada são cerca de 50% tanto para as vendas diretas e quanto indiretas.

O atrativo é muito bem avaliado pelos visitantes, inclusive se destaca em um dos maiores sites de viagens do mundo, o TripAdvisor[51]. Entretanto, chama a atenção o fato de não mencionar em sua página oficial e nas redes sociais que se trata de um atrativo em um assentamento da reforma agrária. Questionado sobre como seria a comunidade caso não houvesse o Poço Azul, o entrevistado, afirmou que, mesmo assim, o turismo na comunidade continuaria viável porque o assentamento é todo margeado pelo rio Paraguaçú, abrindo diversas possibilidades de exploração do turismo

> Seria viável porque, assim, o assentamento todo fica na margem do rio Paraguaçú, então assim, você pode criar diversas alternativas, como um passeio de barco, passeio de caiaque, uma trilha de mais de 3 a 4 km na margem do rio Paraguaçú. Então tem várias alternativas de desenvolver o turismo dentro da comunidade. Falta o incentivo e alguém que puxe esse "carro". Agora isso depende mais do apoio externo, porque o assentado em si ele não tem essa visão. Então teria que vir uma pessoa de fora como tinha o Terra Sol (..) Você precisa de um apoio externo para alavancar e até para eles acreditarem, porquê sempre se fala que "santo de casa não faz milagre". É muito diferente eu chegar hoje na comunidade e querer fazer um trabalho e chegar uma pessoa de fora com uma pasta debaixo do braço. Ele vai ter muito mais sucesso do que eu, porque ele é de fora. Então as pessoas valorizam mais o que é de fora do que o que é daqui de dentro. (Entrevistado 5)

Conforme Campos Filho (2016), além das possibilidades de exploração do turismo a partir do potencial gerado pelo rio Paraguaçú, há um grande potencial que pode ser gerado pela criação de um ecomuseu da megafauna, com réplicas dos fósseis retirados do Poço Azul, além

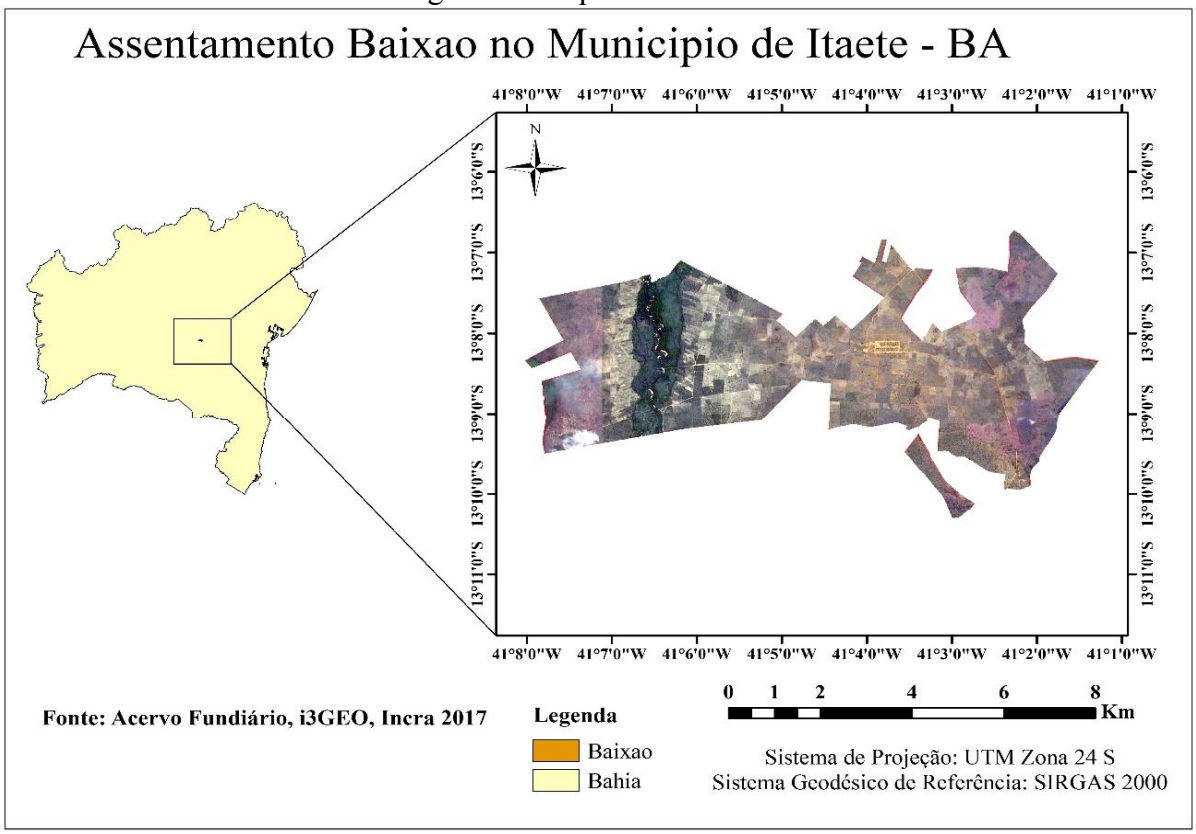
[51] É um site voltado para o público de viajantes. Foi fundado por Stephen Kaufer e Langley Steinert, em fevereiro de 2000. Se apresenta como o maior site de viagens do mundo, com 500 milhões de avaliações de viajantes.

do artesanato e da visitação às casas de farinha e mel e aos lotes produtivos, bem como relatos da história do assentamento pelos mais velhos.

4.1.2.2 Assentamento Baixão

O Assentamento Baixão é originário da Fazenda Basiléia, que pertencia a empresa Quatro Irmãos Ltda, do Espírito Santo (INCRA, 2017). Está localizado na zona rural do município de Itaetê, Chapada Diamantina. O assentamento foi criado em 30 de dezembro de 1998, através da Portaria 131, da Superintendência Regional do INCRA da Bahia, com uma área total de 3.519,6994 hectares, e com 142 famílias assentadas. A imissão de posse é de 08 de janeiro de 1999.

Figura 8 - Mapa Assentamento Baixão



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Conforme Campos Filho (2016), as famílias do Assentamento Baixão vivem da agricultura de sequeiro, criação de gado e de animais de pequeno porte, da apicultura, do cultivo da mamona para fabricação de biodiesel, bem como dos quintais produtivos, predominando o sistema orgânico de produção. É uma comunidade tranquila, que possui um ótimo sistema de

abastecimento de água[52], gerenciado pela própria comunidade em uma escala de revezamento, e sem custo para os moradores, conforme pode-se observar no relato de uma moradora que participa desta escala de revezamento:

> Ninguém paga água, é outra coisa fantástica, porque aqui funciona um sistema de coletivo, nossos companheiros trabalham sete dias, cada um dá um dia da semana. (Entrevistado 6)

A energia elétrica ofertada é de qualidade, e há disponibilidade de acesso à internet via provedor. Possui escola municipal que oferta o ensino fundamental I fase. As demais etapas do ensino são realizadas no povoado Rumo e Colônia, e na sede do município de Itaetê. O serviço de saúde é o mais criticado pela comunidade, pois tem um Posto de Saúde, mas o mesmo não funciona. O atendimento é feito uma vez por semana por médico e uma enfermeira, no Centro Comunitário. Segundo o agente de saúde que reside no assentamento, a maior dificuldade refere-se a falta de medicamento, pois quando o mesmo é prescrito no atendimento médico, a aquisição tem que ser feita pelo morador, que muitas vezes não dispõe de recursos suficientes.

Outra dificuldade identificada refere-se a distância entre os lotes e a agrovila. Para uma moradora entrevistada, além da dificuldade de acompanhar a produção no lote, tem a questão de os jovens não se engajarem com as atividades do campo. Ela relata que isto dificulta a identificação dos mesmos com as atividades agrícolas.

> A reforma agrária com vila não é bom, não é muito legal. A reforma dez seria se tivesse cada um assentado no lote. Nós iríamos ter uma família pra frente, organizada, aqui os filhos não vai na roça, não sabe o que é roça, tem mulheres que não vai na roça. Por que é assim, mora aqui mas estuda no Rumo. Que horas o menino vai na roça? Que menino é este que nós estamos criando? Que agricultorzinho é esse? Meus filhos passaram todos eles pela EFA[53].(Entrevistado 6).

O Assentamento Baixão é uma comunidade que tem um histórico de engajamento. Possui duas associações, uma principal, denominada Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Baixão, e outra destinada às mulheres da comunidade, denominada de Associação das Mulheres do Assentamento Baixão. Uma das lideranças desta associação relatou que uma cozinha comunitária, destinada a produção para atender ao PNAE, foi conquistada por iniciativa desta associação, que conseguiu mobilizar a comunidade para a

---

[52] Por conta da proximidade com a serra, existe um sistema que capta água de excelente qualidade por gravidade.
[53] Em Itaetê, no Povoado de Colônia, existe, há 14 anos, uma Escola Família Agrícola (EFA). As EFAs surgiram no Brasil no Espirito Santo, a partir da experiência italiana do modelo Scuola-Famiglia, sob a influência do padre italiano Humberto Pietogrande (NASCIMENTO, 2005). São escolas comunitárias geridas por associações ou sindicatos rurais vinculados à comunidade. A metodologia utilizada nas EFAs é a pedagogia da alternância onde o estudante vivencia, por um período, o tempo escola e, por outro, o tempo comunidade. Além do currículo regular são ministradas disciplinas de formação técnica para o campo. A EFA de Itaetê é geria pela Associação Escola Família Agrícola de Colônia – Itaetê (AEFACI).

.

utilização da sobra dos recursos destinados a construção das moradias. Estes recursos encontravam-se na conta da associação principal, e iriam ser devolvidos ao Governo Federal, caso não houvesse um uso coletivo. Segunda a entrevistada, o Baixão foi o único assentamento da região a conseguir utilizar o recurso.

Foto 12 - Agrovila do Assentamento Baixão
Fonte: Sousa, julho/2017

Alguns membros da comunidade são associados a Cooperativa Regional de Reforma Agraria da Chapada Diamantina (COPRACD), sediada no município de Itaberaba, que já foi presidida por um dos assentados do Baixão. Atualmente, o tesoureiro da COPRACD é assentado do Baixão. Através desta cooperativa o grupo de cooperados residentes no assentamento comercializa polpa de frutas, sequilhos, biscoitos e bolos via PNAE. Encontra-se na comunidade um trator pertencente a COPRACD que tem solucionado inúmeros entraves no dia a dia do assentamento.

Todos os moradores entrevistados relataram que a qualidade de vida no assentamento é muito boa.

> Morar no assentamento é excelente. Qualidade de vida é tudo isso. Ter vizinhança, ter luz, ter água, ter um carro que passa todo dia para Salvador. (Entrevistado 6).

> Para mim o assentamento hoje tem uma qualidade de vida melhor de que muitos que estão na cidade ou nos povoados. (Entrevistado 7)

O turismo no assentamento

Em virtude do potencial natural da região para o turismo, haja vista a existência de grutas, cavernas e cachoeiras, bem como da localização na Chapada Diamantina, região inserida

em diversos roteiros turísticos nacionais e internacionais, há 13 anos ocorre visitação turística a partir da agrovila, sendo os turistas recebidos pelos condutores locais (CAMPOS FILHO, 2016). Por conta da capacidade de mobilização existente no Assentamento Baixão, foi lá onde surgiu a primeira entidade sem fins lucrativos do município voltada para a atividade turística, a Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê (ACVI)[54], quando foi criado o núcleo Baixão. Mais adiante foi criado também o núcleo Rosely Nunes.

A ACVI teve um papel muito importante no desenvolvimento do turismo no assentamento, e no município. Entretanto, mesmo antes da existência do assentamento, já havia um pequeno fluxo turístico para visitar as cachoeiras existentes na região. Um dos fundadores da ACVI, que atualmente é vice-presidente e já foi presidente por três vezes, relatou que já em 1998, ainda adolescente, trazia visitantes para os mesmos atrativos naturais de hoje, mas sem muita pretensão.

> Quando a gente começou, na realidade, a gente nem pensava em ser guia, a gente trazia mesmo por prazer, gostava de estar visitando essas paisagens, trazendo grupos de amigos, grupos de escolas. Ainda não era assentamento, meu pai trabalhava nas fazendas, aí depois foi que houve a ocupação, o pessoal veio e ele veio também fazer parte do grupo. Eu vim depois, em 2000, foi aí que eu comecei a vir e ficar mais ele, limpar a roça. Eu já tinha me formado, tinha terminado o ensino médio, era para professor, eu não quis atuar na área, no magistério. Em 2000, eu estava sem trabalhar, eu vim para roça ajudar ele, pagar o coletivo[55]. (Entrevistado 7)

Segundo a liderança do assentamento entrevistada, o outro passo importante para o desenvolvimento do turismo no assentamento foi a chegada do Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ)[56]. Dentre os vários objetivos do GAMBÁ na região, um era o de fortalecer a atuação das associações de condutores de visitantes existentes na Chapada Diamantina, tendo como importante parceira nas ações iniciais desenvolvidas na região a Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA). Essa parceria contribuiu para a aproximação do GAMBÁ com os núcleos da ACVI existentes nos assentamentos Baixão e Rosely Nunes, o que foi de fundamental importância para a ACVI, especialmente para esses núcleos.

Conforme relato de um dos fundadores e ex-presidente da ACVI, o primeiro grupo do assentamento engajado com o turismo e que se associou a ACVI era formado por 14 jovens. A

---

[54] A ACVI foi criada, extraoficialmente, em 2004, e, oficialmente, em 11 de novembro de 2005, seguindo uma tendência que já havia em outros municípios da região de criação de associações de condutores de visitantes, como foi o caso de Lençóis, que teve a ACVL, criada em 1995, e Andaraí com a criação da ACVA, em 1997.

[55] Tal expressão resulta de uma prática estabelecida pelos movimentos sociais de luta pela terra, que impõem, já a partir dos "acampamentos dos sem terras", a realização de tarefas para o coletivo. Cada indivíduo deve dedicar uma parcela de seu tempo para realizar uma tarefa comunitária, ou seja, "pagar o coletivo".

[56] É uma Organização Não Governamental ambientalista, civil de direito privado, sem fins lucrativos e essencialmente democrática. Foi fundada em abril de 1982 e tem como finalidade promover a defesa, preservação, conservação do Meio Ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

parceria com o GAMBÁ possibilitou que eles começassem de fato a conhecer o que era o turismo. O GAMBÁ já vinha atuando na Chapada Diamantina desde a década de 1980, quando participou do processo de mobilização para a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Em 2002, elaborou o Diagnóstico Socioambiental do Entorno do Parque Nacional, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. De 2003 a 2006, desenvolveu o projeto "Chapada Diamantina Sustentável: Ações Para o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina". Esse novo projeto possuía duas linhas de ação. A linha de ação 1 era de agricultura sustentável, e a linha de ação 2 era de Ecoturismo e Turismo Rural.

Foi para atender essas linhas de ação que o GAMBÁ, em 2005, identificou o município de Itaetê, dentre todos os municípios do entorno da Chapada Diamantina, como o mais apto para a focalização do trabalho, pelo número de assentamentos existentes, a tradição da agricultura familiar, inclusive com a existência de uma EFA, a organização dos jovens do Assentamento Baixão através da ACVI, e o grande potencial para o ecoturismo e o turismo rural, conforme relato do coordenador de campo dos projetos do GAMBÁ na região.

> Então a gente começou a identificar atrativos dos municípios, começou a identificar potencialidade culturais, de agricultura, de outras do município, e o guias foram um fator fundamental para a gente está identificando o que existia dentro do município (...) então a gente começou a ver que Itaetê tinha um potencial muito grande que estava escondido (...) a gente sabe que o foco na Chapada é mais turismo na natureza, é cachoeira, é rio, é trilha, é mais isso, e aqui a gente estava vendo um diferencial que poderia estar consorciado (...) por exemplo, as principais trilhas e cachoeiras que se tem por aqui são acessadas pelos assentamentos, e essas cachoeiras não eram divulgadas, ninguém sabia que existiam essas cachoeiras por aqui, só o pessoal daqui mesmo (...) Em Itaetê foi aonde a questão do turismo rural foi mais forte (...) Itaetê tinha um diferencial. Enquanto os outros municípios o foco estava muito em turismo mesmo, aqui tinha uma questão bem forte de agricultura familiar, é um dos municípios da região que tem mais assentamentos (...) então isso dá toda uma conotação diferenciada do município de Itaetê dentro da Chapada Diamantina (...) então, o que a gente encontrou aqui em Itaetê no início? A gente encontrou a ACVI. Ela já existia naquela ocasião, só que estava meio enfraquecida e as pessoas estavam meio desestimuladas (...) A gente começou a identificar parceiros locais (...) encontrou a Secretaria de Meio Ambiente[57], que foi o apoio da prefeitura para a gente na época, e a ACVI, que foram nossos pontos fortes aqui. (Entrevistado 8)

Sendo assim, observa-se que a parceria do GAMBÁ com a ACVI, com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, foi crucial para as demais ações que tornaram o Assentamento Baixão a primeira referência em turismo em assentamentos na região. O GAMBÁ integrou a ACVI a outras associações de condutores de visitantes da região, como a ACVL e a ACVA, promovendo um intercâmbio de experiências, e realizou uma série de capacitações com os jovens membros da ACVI. Foi neste contexto que em 2005 foi

[57] Na época era Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura.

elaborado pelo GAMBÁ, o Plano Emergencial de Turismo Rural / Ecoturismo – Assentamento Baixão – Itaetê/BA, para ser desenvolvido em 2006.

> A gente fez uma capacitação técnica de condução de visitantes, primeiros socorros e salvamento aquático, que foram demandas da própria associação, a ACVI. Naquele momento nós não tínhamos o Rosely Nunes integrado com a gente, era o Baixão. Não é a toa que a gente fez o documento, o Plano Emergencial de Turismo Rural / Ecoturismo – Assentamento Baixão – Itaetê/BA. (Entrevistado 8)

Para os fundadores da ACVI, do núcleo Baixão, a parceria com o GAMBÁ foi muito importante, pois foram as ações desenvolvidas pela ONG que os levaram a conhecer o turismo, valorizar as potencialidades da região e se prepararem para as etapas que vieram a seguir. Entretanto, em virtude de o assentamento ter sido fruto das ações do MST, os jovens também buscaram orientação junto ao movimento, que identificou no turismo uma oportunidade tanto para desenvolver o assentamento quanto para divulgar o próprio movimento, tornando-se um aliado da iniciativa, como observou-se nos relatos de um dos fundadores da ACVI e do coordenador de campo da ONG.

> A primeira ONG nesta época foi o GAMBÁ, que já trabalhava aqui no município. Aí a gente levava os jovens para tomar essas capacitações. Depois a gente sugeriu, como a gente estava em uma área federal, uma área de assentamento, a gente falou: "o apoio que a gente precisa tem que correr atrás é o do INCRA". Aí, procurar o INCRA, procurar o MST para ajudar a gente, a associação. Aí o MST percebeu que era um ponto forte, e o INCRA também veio aqui ver se tinha mesmo condições. (Entrevistado 7)

> Naquele momento a gente estava muito próximo do pessoal do MST, e a gente identificou que o turismo rural de base comunitária acabava desmistificando essas questões negativas dos movimentos sociais do campo. Então era uma forma de a gente divulgar como funciona mesmo os assentamentos, e trazer a população para ver como é que funciona os assentamentos. O que é que é o assentamento? O que é que é o movimento social? O que é o MST? Era uma forma de estar fortalecendo essa luta pela terra, era uma forma de estar potencializando a atividade rural. Não era só a atividade turística isolada do contexto geográfico e político. (Entrevistado 8)

Como pôde-se observar no relato do membro da ACVI, o INCRA, ao ser procurado, também se envolveu com o processo que estava ocorrendo no assentamento. O caminho para o envolvimento do INCRA foi via Terra Sol[58]. Segundo o coordenador do Terra Sol à época, aquela entidade já havia sido procurada também pela FETAG, por conta de assentamentos na região do Recôncavo Baiano, que estavam recebendo peregrinos e não sabiam como agir. Então, tanto o MST quanto a Prefeitura de Itaetê, o procuraram pedindo suporte do INCRA para atender aos assentados que desejavam explorar também o turismo. Ao ser entrevistado, o ex-coordenador relatou como ocorreu a participação do INCRA.

> O Terra Sol nasceu como um projeto especial do INCRA, em 2004, onde uma das linhas eram atividades não agrícolas. No meio do ano nós fomos procurados pela

[58] Foi criado como parte do II PNRA, em 2004, com o objetivo de propiciar o incremento de renda nos assentamentos da reforma agrária.

> Federação do Trabalhadores na Agricultura (FETAG), que soube que eu tinha formação em turismo e que era para dar um apoio a um assentamento que estava recebendo peregrinos da Igreja Católica, e o assentamento não sabia se arrumar para recebe-los, e estava aumentando esta frequência. E, logo em seguida, pela Prefeitura de Itaetê e pelo MST da Chapada, porque eles viram que as áreas que estavam sendo desapropriadas pelo INCRA tinham cachoeiras e cavernas, e que alguns condutores já treinados estavam querendo incrementar o turismo. Como o INCRA criou uma norma que dava apoio a esta atividade, eles vieram solicitar este apoio. Mas, até então a gente não tinha nenhuma experiência de turismo comunitário, como não se falava de turismo rural na agricultura familiar, para poder servir de parâmetro. Foi aí que a gente disse: "a gente faz, mas a gente vai fazer juntos, construir juntos, aprender juntos"! (Entrevistado 4)

Para atender as demandas dos assentamentos do território da Chapada Diamantina, originadas no Assentamento Baixão, o INCRA, através do Terra Sol contratou a ONG Cipó Comunicação Interativa para promover capacitações dos condutores sobre patrimônio natural e cultural, oficinas de programação visual para logomarcas e placas de sinalização, produzir um kit mínimo (candeeiro, bota, boné e camisa) para os condutores de visitantes, e realizar um seminário. Todavia, as ações não eram destinadas apenas ao território da Chapada Diamantina, envolvia também os assentamentos do Recôncavo Baiano[59], em virtude da demanda apresentada pela FETAG. Desta forma, observa-se que a busca pelo turismo em assentamentos já não era apenas da comunidade do Baixão, da Prefeitura de Itaetê, do MST e do GAMBÁ. Identificou-se que várias iniciativas de turismo em assentamentos estavam surgindo nos diversos territórios da Bahia, demandando políticas públicas para atende-las. Para atender tais demandas, o INCRA intensificou as ações do Terra Sol, formalizando novos convênios e contratações de obras civis para atender as demandas identificadas, ampliando o número de assentamento a serem beneficiados, bem como os territórios do Estado. Todavia, ao tempo em que se ampliou o número de ações, com excelentes resultados, problemas na execução das ações relativas as obras físicas criaram sérias consequências nas comunidades.

Especificamente no caso do Assentamento Baixão, os problemas foram com relação aos projetos de paisagismo rural e reforma da antiga casa da fazenda, com a proposta de torná-la uma ecopousada rural, a um custo total de R$ 134.747,00 (R$ 209.649,31 atualizados monetariamente até outubro/2017), através da Jukai Construtora Ltda, conforme dados obtidos junto ao Portal da Transparência (CGU, 2017). O paisagismo rural não foi realizado e a reforma da pousada foi incompleta e de baixa qualidade, sendo motivo de grande insatisfação. Entretanto, mesmo sem ter sido dada como concluída oficialmente e nem entregue a

[59] Nos assentamentos do Recôncavo Baiano estava havendo demanda pelo turismo religioso e pelo turismo solidário italiano, com apoio da ONG italiana Casa Encantada, que tem mediado a vinda de cerca de 180 italianos e franceses por ano para os assentamentos de Santo Amaro, motivados pelo turismo rural solidário/responsável (CAMPOS FILHO *et al*, 2010).

comunidade, a pousada passou a ser utilizada. A comunidade se organizou através de um grupo gestor formado por dez assentados, e passou a dividir as atribuições. Se cotizaram, adquiriram equipamentos e utensílios e passaram a receber turistas em grupos ou individualmente. Porém, falhas na obra, e serviços inacabados criaram dificuldades para a utilização do espaço e para o desenvolvimento do turismo na comunidade, como pode ser observado no relato de uma das responsáveis pela gestão da pousada.

> O turismo é interessante. A gente fica triste por que o turismo não deslancha. Para você ter uma ideia do nosso sacrífico por causa disso, aquela pousada ficou pronta só as paredes. Nós recebemos um pessoal da universidade, ficou aí, fizemos um preço bom, nós trabalhamos tudo voluntário (...) compramos prato, copo, colher, colchão. O que tem ali foi nós que compramos de umas duas vezes que vieram grupo. Então, assim, a gente nessa empolgação, nessa fé, porque tem um grupo na comunidade que se assume, sabe. E aí, a gente faz até isso, que quase ninguém faz, e aí tem gente que diz vocês são doidos, vocês são loucos (...) mas ultimamente a gente já tá desanimando. (Entrevistado 6)

Os problemas relatados, aliados a falta de continuidade em ações públicas, que vinham ocorrendo de forma bastante consistente e planejada, parecem provocar uma desmobilização dos principais membros da comunidade, envolvidos tradicionalmente com o turismo, o que é um fato preocupante. A comunidade continua recebendo turistas, porém, conforme relato dos entrevistados, em números bem inferiores aos anos anteriores. Todavia, contraditoriamente, o número de visitantes aos atrativos que são explorados a partir dos assentamentos tem crescido.

Quando os turistas decidem pernoitar no assentamento têm optado pelas hospedagens domiciliares, às vezes realizando refeições nas residências onde se hospedam. Atualmente, os assentados que oferecerem este serviço estão cobrando R$ 25,00 por pessoa por hospedagem/dia, R$ 25,00 por pessoa por almoço ou jantar, e R$ 20,00 por pessoa pelo café da manhã.

Foto 13 - Eco Pousada Rural, do Assentamento Baixão
Fonte: Sousa, julho/2017.

A maior renda do turismo atualmente está sendo gerada pelos serviços de condução de visitantes aos atrativos naturais. Conforme os condutores entrevistados, o valor por condução por pessoa/dia é de R$ 150,00. Para duas pessoas R$ 180,00/dia, para três pessoas R$ 200,00/dia, e a partir deste valor R$ 50,00 a mais por pessoa/dia. Conforme dados levantados com o principal condutor de visitantes do assentamento, por mês, em média, são recebidos de 25 a 30 visitantes, exceto nos períodos de feriados prolongados (Carnaval, Semana Santa, Reveillon, etc.) e férias. Conforme o condutor, nestes períodos chega-se e receber 50 visitantes por dia. A maioria dos visitantes nacionais vêm do Rio de Janeiro, São Paulo e da própria Bahia, principalmente de Salvador. Entretanto, conforme relato dos condutores, tem crescido o número de turistas que vêm de Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Brasília e Goiás. Quanto aos turistas vindos de outros países, eles informaram que a maioria são europeus.

Foi possível detectar nas entrevistas realizadas que há um problema com o principal condutor de visitantes do assentamento. Alguns entrevistados relataram que o mesmo não vem priorizando os serviços de hospedagem e alimentação oferecidos no assentamento. Por ser hoje o condutor mais conhecido, mais experiente e único em ação, dos que participaram do grupo inicial, e por ter participado de todas as etapas de desenvolvimento do turismo no assentamento,

inclusive da criação da ACVI, ele é o mais procurado. Segundo relato de outros entrevistados, ele tem levado os visitantes que o procuram, ou que agendam com ele os serviços de condução, para se hospedarem no povoado de Colônia, onde também tem residência, embora seja assentado e tenha casa na agrovila. Observou-se que é o condutor quem tem o maior volume de serviços de condução, sendo hoje o principal beneficiado de todo o trabalho de base feito pela comunidade em relação ao turismo. Ao ser entrevistado, suas respostas demonstram, de fato, pouco compromisso com a coletividade, como é a tradição do assentamento, e que tem se dedicado quase que exclusivamente ao turismo. Como um dos pioneiros e fundadores da ACVI, não tem feito muito esforço para resolver os problemas relacionados ao turismo e à associação, o que diverge do comportamento dos demais entrevistados, especialmente os que são mais engajados desde a criação do assentamento.

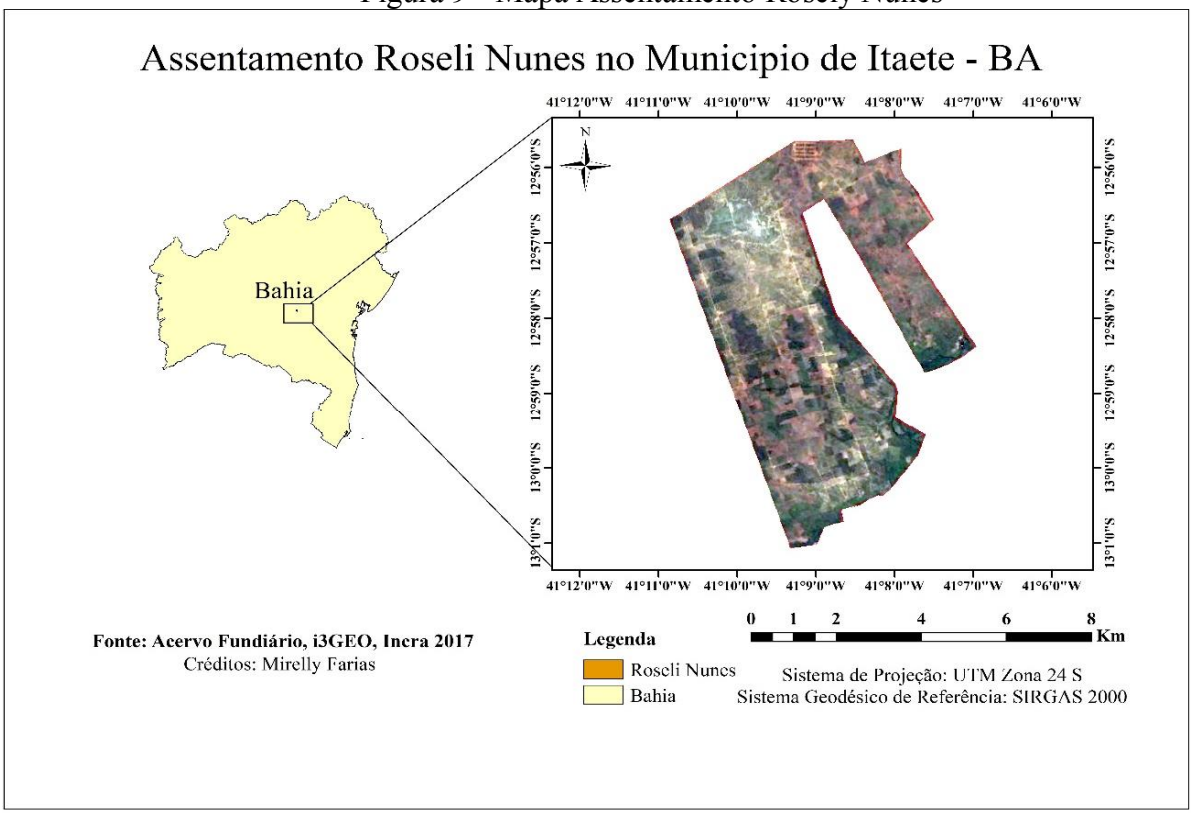
> Em relação a ACVI, de 2012 para cá não conseguimos mais regularizar a nossa situação por não ter pessoas para linha de frente. Tem toda documentação, mas se encontra parada (...) eu estou mais ligado à questão do turismo. Desde o início quando eu entrei que eu já tinha essa vontade de trabalhar com o turismo. Hoje eu fico mais com a questão do turismo (...) se a gente conseguisse reativar a ACVI, a gente teria uma forma de repasse melhor na forma de comunicação entre os guias (...) na gestão, na época do Terra Sol era bom, quando o Terra Sol saiu e passou alguns compromissos para a Secretaria de Turismo, aí não anda. (Entrevistado 9)

É possível que a baixa procura por hospedagem e demais opções de turismo no assentamento sejam decorrentes do direcionamento para parceiros de alguns condutores fora do assentamento. Esse é um fato grave, pois existem atualmente no Baixão, segundo dados levantados por Campos Filho (2016), cerca de 22 pessoas envolvidas diretamente na atividade, divididas entre condução de visitantes, gastronomia, artesanato, hospedagem familiar e gestão da ecopousada comunitária.

4.1.2.3 Assentamento Rosely Nunes

O Assentamento Rosely Nunes, localiza-se em Itaetê, a 26 km da sede do município. A área, contendo 4233,0208 hectares, anteriormente denominada Fazenda Bartira e outras, foi desapropriada em 10 de outubro de 1996, tendo a imissão de posse saído em 17 de abril de 1997. O ato de criação do assentamento é de 13 de junho de 1996, através da Portaria N□ 39, da Superintendência Regional do INCRA da Bahia. A representação comunitária é feita através de duas entidades: a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Assentamento Rosely Nunes, que é a principal, e a Associação de Mulheres do Assentamento Rosely Nunes.

Figura 9 - Mapa Assentamento Rosely Nunes



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Inicialmente foram assentadas 160 famílias, sendo que 70% dessas famílias são originárias do próprio município de Itaetê, duas famílias são de antigos moradores da fazenda, e as demais famílias vieram de outros municípios da região. Hoje, em virtude do crescimento das famílias, residem no assentamento 240 famílias. A produção do assentamento é, em sua maioria, orgânica. As principais culturas são de mandioca, batata doce, milho, feijão de corda, fruticultura, em especial maracujá e mangaba, além da criação de animais, principalmente gado e galinha. O assentamento possui escola, onde os alunos podem estudar até o final do ensino fundamental 2ª fase. Também há posto de saúde, atendendo a contento à comunidade.

Foto 14 - Agrovila do Assentamento Rosely Nunes
Fonte: Sousa, julho/2017

Logo após a criação do assentamento, foi iniciado pelo INCRA a fase de instalação das famílias no local, quando foram feitos os primeiros investimentos na infraestrutura das parcelas (estradas, habitação, eletrificação e abastecimento), e foram concedidos os primeiros créditos. Segundo relato da liderança entrevistada, os investimentos iniciais em habitações não conseguiram contemplar todas as famílias, nem possibilitaram a construção completa das casas. Algumas foram entregues sem cozinha, sem banheiro, e às vezes até sem reboco. Entretanto, em um segundo momento, as casas foram concluídas e todas as famílias assentadas foram contempladas, possibilitando que os moradores do assentamento possam considerar que a qualidade de vida dos mesmos melhorou, quando comparada com o período em que chegaram ao assentamento. O depoimento de um dos primeiros assentados e ex-presidente da associação comunitária, confirma essa percepção.

> Hoje a qualidade de vida é melhor, no início foi muito difícil, não tinha os programas sociais que tem hoje, era muito difícil, a pessoa que vinha aqui para o assentamento passava uma semana duas e caia fora. Aí começou melhorando, hoje é melhor, hoje tá bem melhor. (Entrevistado 10)

Outra dificuldade enfrentada pela comunidade logo após a criação do assentamento e instalação das famílias, foi relativa a utilização do primeiro crédito concedido, o chamado o Crédito Instalação[60], que tem, dentre outros objetivos, o desenvolvimento de atividades

[60] O Crédito de Instalação é a primeira etapa de financiamento disponibilizada aos assentados. A concessão desses recursos está prevista no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629/1993 (INCRA, 2017).

produtivas nos lotes. A linha de crédito utilizada para este objetivo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)[61].Os assentados tiveram acesso ao PRONAF A, destinado a investimento na aquisição de animais. Por falhas nos projetos técnicos, que previa a aquisição de animais que seriam criados livres, segundo a liderança entrevistada, os assentados perderam uma grande quantidade de cabras por conta do ataque de onças, animal bastante frequente na região.

As falhas na assistência técnica também ocorreram na orientação de quais culturas deveriam ser cultivadas, e quais as melhores práticas para tanto. Ocorreram, ainda, momentos em que havia uma oferta de assistência em quantidade suficiente, e em outros momentos não havia. Entretanto, nos momentos em que houve uma oferta regular, a qualidade dos técnicos as vezes era baixa, como podemos observar no trecho da entrevista da liderança local.

> No meu ponto de vista deveria ter havido, ou daqui para frente, uma assistência técnica constante e dizer o quê? "Olha, não adianta você plantar essa variedade de manga, planta essa que resiste mais e que o valor econômico é melhor" (...) eu acho que as assistências técnicas que tiveram dentre destes PAs tiveram momentos de alta e de baixa, e teve momentos de trabalhar com técnicos que não condiziam com a realidade. Então, hoje, eu entendo assim, a gente perdeu muito em não ter uma produção específica. Por exemplo, o pessoal começou a mexer com irrigação agora, utilizando as mangueirinhas de gotejamento agora porquê viu o agronegócio fazer, mas antigamente não sabia nem que existia aquelas mangueirinhas que podia levar uma água na planta e que aquela planta ia dar um fruto. Tiro isso como exemplo com meu pai, que hoje a gente tem meio hectare plantado e irrigado, temos uma produção imensa de batata doce, aonde em 10 metros com aquela fita a gente chega a tirar mais de 50 quilos de batata, e antes para se produzir um quilo de batata se não tivesse chuva era complicado. (Entrevistado 11)

Mesmo com a assistência técnica inconstante e de baixa qualidade, os assentados foram superando as dificuldades e buscando formas de aumentar a produção e a renda familiar. Todavia, a comercialização da produção também foi um problema que a comunidade teve que enfrentar. Hoje, os principais meios de comercialização são a feira livre (alguns vendem diretamente na feira municipal, e outros repassam a produção a atravessadores, que recolhem a no próprio assentamento) e pelo PNAE, através de uma cooperativa existente no Assentamento Baixão. Para a liderança comunitária entrevistada, mesmo com a venda via PNAE, os agricultores não conseguiriam sobreviver sem os programas sociais do Governo Federal,

[61] Pronaf se divide em quatro modalidades: financiamento da produção (custeio e de investimento), financiamento das atividades de infraestrutura e serviços municipais, financiamento das ações na área de capacitação e profissionalização dos agricultores e as de financiamento da pesquisa e extensão rural (MATTEI, 2014).

especialmente o Bolsa Família[62], o Bolsa Verde[63] e as aposentadorias. Uma ação importante ocorrida no assentamento, buscando desenvolver atividades produtivas, foi a construção de uma Casa de Farinha Mecanizada, através de uma parceria INCRA, CONAB e Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), do Governo do Estado da Bahia. A casa de farinha é administrada pela Associação de Mulheres do Assentamento Rosely Nunes.

Por localizar-se na área do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, o assentamento foi contemplado com a participação em um programa fruto de parceria entre o INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 2013. Trata-se do Programa PrevFogo[64]. No Assentamento Rosely Nunes, são sete jovens assentados contratados pelo IBAMA, para compor uma equipe de 25 pessoas, que atuam combatendo os focos de incêndio que ocorrem no entorno do Parque Nacional, nas áreas de domínio federal. Cada jovem é contratado através de seleção, que ocorre de seis em seis meses, recebendo mensalmente R$ 1.400,00. Esta ação é um importante complemento de renda para as famílias dos jovens contratados como servidores federais temporários, conforme pode-se verificar no depoimento da liderança do assentamento.

> Já foram treze pessoas do assentamento, hoje são sete, do entorno são dezesseis. Eles são contratados como servidores federais temporários pelo período de seis meses, que é o período de incêndios florestais daqui da região. Tem dado uma ajuda muito grande, desde de 2013. Como a seleção é de seis em seis meses, aí agora troca alguns servidores, e aí aquelas famílias que ainda não foram contempladas são. Imagina aí, você não ter nada nessa região, você ser um servidor federal, por mais árduo que seja o trabalho (...) você receber 1.400,00 reais mensais durante os seis meses. Você consegue dar suporte a sua família, pintar sua casa, você toca a coisa tranquilo. (Entrevistado 11)

Entretanto, mesmo após 20 anos da criação do assentamento, alguns problemas ainda afligem a vida dos assentados. A situação do abastecimento de água é um dos mais graves. Segundo a liderança e moradores entrevistados, no início do assentamento, o abastecimento de água na agrovila funcionava a contento, todavia, com o passar dos anos foi sendo precarizado.

---

[62] O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos e articulação com outras ações. Está em previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e foi regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas (MDS, 2017).

[63] O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem. O programa concede R$300 reais, de três em três meses, para as famílias que sejam beneficiárias em áreas para a conservação ambiental, respeitando as regras de utilização dos recursos. Foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011 (MMA, 2017).

[64] Foi criado pelo Governo Federal, em 1989. É um sistema específico para pesquisa, monitoramento, prevenção e combate de incêndios, atualmente conhecido como Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). Tem coordenações estaduais e regionais implementadas em 20 unidades federativas, com sede em Brasília. O centro é composto por sete núcleos técnicos responsáveis pela contratação, capacitação e treinamento de brigadistas, trabalho interagências, comunicação e educação ambiental.

Hoje, o sistema de abastecimento de água é gerenciado pela prefeitura, sendo a água captada diretamente do Rio Paraguassú, e distribuída sem tratamento e de forma insuficiente para atender a todas as famílias. Conforme dados obtidos nas entrevistas, dos 160 lotes existentes no assentamento, apenas 50 recebem água por meio de uma rede que já existia antes da implantação do assentamento. Os demais lotes não possuem acesso a água, o que em períodos de estiagem inviabiliza o plantio.

Outro problema que atinge a comunidade é relacionado a migração dos jovens para trabalhar nas propriedades existentes na região e que exploram o agronegócio, como pode ser observado em trecho da entrevista de um morador do assentamento, filho de um assentado, que permaneceu na propriedade, se engajou na atividade turística, sendo hoje uma liderança na comunidade e vereador do município de Itaetê.

> Hoje a maioria dos assentados sai da sua comunidade para prestar serviço fora. E os filhos a tendência é fazer a mesma coisa (...) acontecendo isso, o pai e a mãe também vai ter que migrar para um grande centro, porque aí vem a questão da saúde, né, do apoio (...) No meu ponto de vista não houve uma responsabilidade, porque na hora de assentar foi uma família, mas não houve uma preocupação de ver que a família é pai, mãe e filhos. Então não houve uma preocupação em cima disso, houve uma preocupação de dizer assim, a gente coloca essa pessoa na terra, dá uma casa para se morar, mas não houve um investimento de políticas públicas (...) para ter um jovem produtor que iria tomar conta daquela propriedade e dar o resultado que seria o da reforma agrária, que era ver todo mundo na sua terra e produzindo (...) Teve grandes avanços, mas a reforma agrária hoje tá perdendo essa juventude e essas terras ficando improdutivas, e esses jovens migrando para o agronegócio.(Entrevistado 11)

O problema da migração, segundo os moradores entrevistados, também está relacionado com as dificuldades com a oferta de água. Sem poder produzir, os moradores se veem obrigados a buscar renda fora do assentamento. Segundo a liderança entrevistada, cerca de 50% da população economicamente ativa da comunidade está trabalhando fora do assentamento, especialmente nas fazendas das empresas do agronegócio.

O turismo no assentamento

O desenvolvimento da atividade turística no Assentamento Rosely Nunes, assim como ocorreu em todos os municípios que compõem o território da Chapada Diamantina, surgiu a partir das demandas por visitação a essa região e seus atrativos naturais, especialmente as cachoeiras. O primeiro assentamento a desenvolver atividades turísticas na região foi o Baixão. O Assentamento Rosely Nunes, pela proximidade, pelos vínculos existentes com o Baixão e, especialmente, por ser o principal acesso ao Poço Encantado[65], começou a receber um fluxo

[65] Uma caverna com formações rochosas de estalactites e estalagmites e, ao fundo, possui um poço de águas cristalinas, alimentado por lençol freático. Como ocorre no Poço Azul, no período de abril a setembro, a posição

natural de visitantes. A liderança entrevistada, que foi um dos jovens que, como condutor, participou de todo o processo de desenvolvimento do turismo no assentamento, explicou como ocorreu esse processo:

> O Baixão foi o assentamento pioneiro, no meu ponto de vista, realmente por estar próximo a Encantada e por pessoas também comprarem essa ideia, começou acontecer no entorno, em Rumo, que é o povoado mais antigo do município, e daí começou a circular com essas pessoas que tinham esse conceito de turismo. E aí incentivaram essa turma lá, e a gente dentro do assentamento começou a ver o turista chegar e dizia: "rapaz, onde é que tem cachoeira"? "rapaz, onde é que tem isso"? Então desperta quem tá ali, o cara quer ver cachoeira e a gente tá ali todo dia vendo cachoeira. Então a gente dizia: "rapaz, tem uma ali"! e o cara dizia, "aonde"? e a gente dizia: "rapaz, você tem que ficar o dia todo lá para ver"! Como lá o assentamento é a primeira comunidade depois de Andaraí, no sentido de Itaetê, e é a rota do Poço Encantado, porque o Poço Encantado tá a 15 km da comunidade, então, o cara parava na comunidade e perguntava: "aonde tá o Poço Encantado"? porque já tinha um histórico de divulgação, então a gente ia informando e daí a gente passou a ter esse contato mais próximo com os turistas (..) Aí alguns jovens decidiram: "rapaz, vamos ver como é esse negócio de turismo"! (...) começamos a trocar ideia com o pessoal do Baixão e do movimento social também, que ficava sempre falando para os jovens procurarem uma coisa também para não ficarem ligados só a roça (...) aí veio o primeiro incentivo que foi do Gambá (...) ai foi feita a primeira reunião, dizendo assim: "vamos discutir aqui porque vocês tem uma cachoeira, vocês tem uma comunidade, vocês são jovens, estão sem emprego, você podem tá fazendo uma outra atividade, ganhando dinheiro, sem ser apenas o dia a dia da roça"! (...) e daí começou a agregar mais jovens. (Entrevistado 11)

Sendo assim, a atividade turística começou a ser organizada no Assentamento Rosely Nunes com a mobilização dos jovens em torno da demanda por visitação dos atrativos da região, principalmente a procura pelo Poço Encantado e pelas diversas cachoeiras existentes. Como já mencionado, a experiência e o pioneirismo do Baixão com as atividades de visitação, estimularam os jovens do Rosely Nunes a se envolverem com a organização da condução das visitas. Já havia sido criada a ACVI, e os jovens do Baixão já estavam integrados a mesma, o que serviu de incentivo para a participação também dos jovens do Rosely Nunes. Para atender aos dois assentamentos, foi criado, inicialmente, o núcleo da ACVI do Baixão, e posteriormente, o do Rosely Nunes. A ACVI tornou-se, então, o primeiro passo oficial de organização do turismo nestes assentamentos.

---

do Sol com relação à Terra, faz com que a incidência dos raios solares nas águas do poço provoque um belíssimo efeito, tornando suas Águas Azuis num tom completamente transparente.

Foto 15 - Acesso ao Poço Encantado
Fonte: Sousa, julho/2017

Assim como aconteceu com o Assentamento Baixão, antes de os condutores do assentamento passarem a compor o núcleo da ACVI, eles trabalhavam de forma muito improvisada, inclusive não cobravam pelo trabalho de condução, recebendo apenas gorjetas a critério dos visitantes, conforme pode ser observado no relato de uma liderança entrevistada, atual Presidente da ACVI.

> A gente ia, levava o pessoal. Nessa época nós não tínhamos valor especifico, eles davam qualquer coisa para gente, chegava assim para a gente e dizia: olha, vou te dar R$ 20,00 por você ter levado a gente! Tinha uns mais generosos que davam mais um pouquinho (...) aí chegou em um ponto de a gente migrar para ACVI, de os jovens se unirem (...) ai vieram as reuniões, começou o apoio do poder público, chegou o Terra Sol, vieram as capacitações, que ajudou a gente muito. (Entrevistado 11)

A chegada do Programa Terra Sol, através do INCRA/BA, foi um divisor de águas no desenvolvimento do turismo do assentamento. A parceria envolvendo a comunidade, através da ACVI, o GAMBÁ e o INCRA, possibilitou um enorme avanço do turismo na comunidade, agregando valor. Segundo relato de um dos atuais condutores que é membro da ACVI, que participou de todo o processo das capacitações e da organização da atividade turística, hoje se trabalha de forma mais diversificada, buscando envolver o turista não só na visita aos atrativos naturais, mas envolvendo também a visita a casa de farinha, o fornecimento de refeições, a visita aos lotes, ordenha, hospedagem em casa na agrovila, conhecimento da história da comunidade, dentre outros.

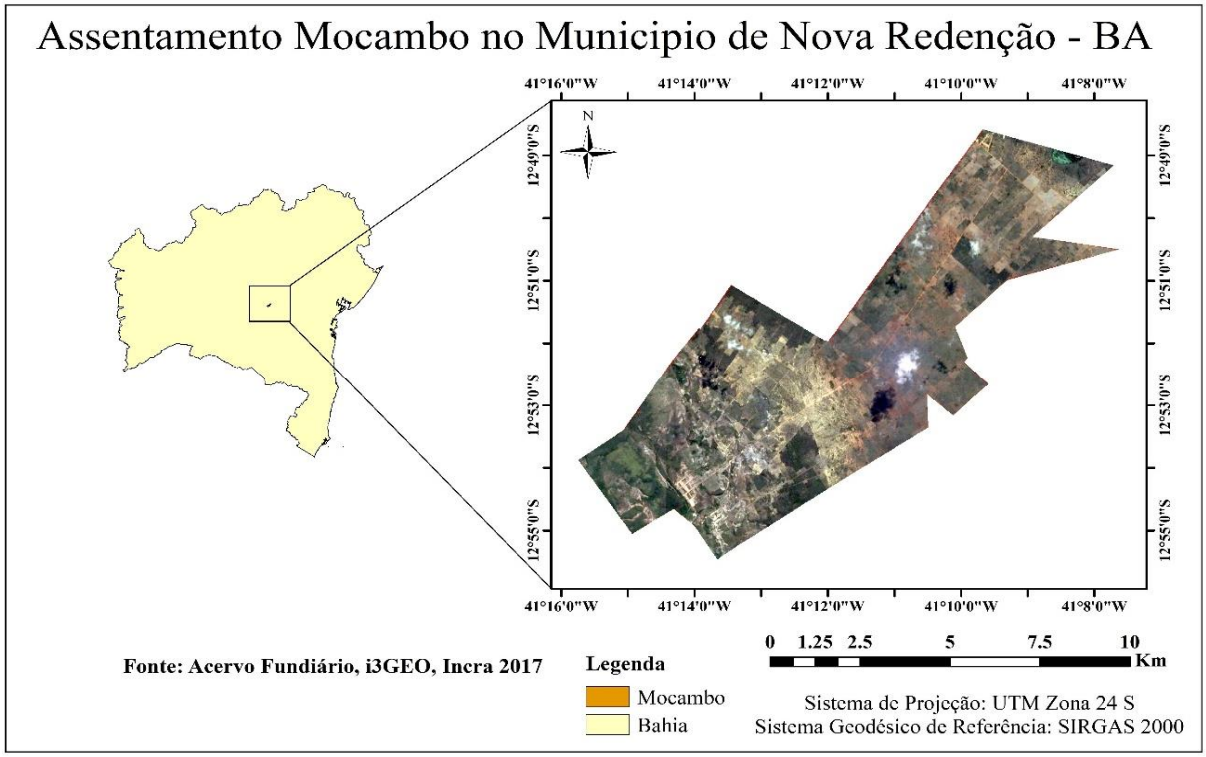
> Quando a gente recebe o grupo, a gente recebe no salão comunitário, onde a gente tem o costume de pegar esse grupo que vem de fora e a partir desse momento ele já vai tendo um conhecimento com a comunidade. A gente já traz algumas daquelas pessoas que vai receber eles em suas casas para ter um intercambio, para ter um conhecimento básico. A partir desse momento a gente já tem alguns pontos de visitação, que é a casa de farinha, a casa dos assentados, onde recebe pessoas que se torna pousada familiar, depois disso a cachoeira, alguns lotes, a gente leva o pessoal para andar de carroça, leva para um rapaz que tira leite, conta a história, visita a brigada. (Entrevistado 12)

Segundo a liderança local entrevistada, a auto estima da comunidade melhorou muito com a evolução das ações de turismo, permitindo um maior envolvimento da comunidade, inclusive, ele pôde observar uma maior preocupação da comunidade em relação às questões ambientais.

4.1.2.4 Assentamento Mocambo

O Assentamento Mocambo foi criado através da Portaria N□ 28, da Superintendência Regional do INCRA da Bahia, com uma área total de 6.618,500 ha, e 225 famílias assentadas. A imissão de posse é de 05 de maio de 1998. Surgiu a partir da desapropriação da Fazenda Mocambo, em 20 de novembro de 1997 (INCRA, 2017). Está localizado no entorno da Chapada Diamantina, na zona rural dos municípios de Itaetê, Nova Redenção e Andarai. Entretanto, a sede do assentamento encontra-se no município de Andarai, a 18 km de sua sede.

Figura 10 - Mapa Assentamento Mocambo



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento e o turismo

Na programação do trabalho de campo da pesquisa foi previsto a visita ao Assentamento Mocambo em virtude das informações obtidas de que a atividade turística estava sendo estruturada na comunidade. Todavia, a visita *in loco* constatou que atualmente nenhuma ação de visitação turística está ocorrendo no Mocambo. Duas ações foram iniciadas, mas não tiveram prosseguimento. A primeira refere-se a um estudo de diretrizes preliminares realizado pela equipe do Terra Sol, quando estavam ocorrendo as ações deste programa no Território da Chapada Diamantina.

Foto 16 - Agrovila do Assentamento Mocambo
Fonte: Sousa, julho/2017

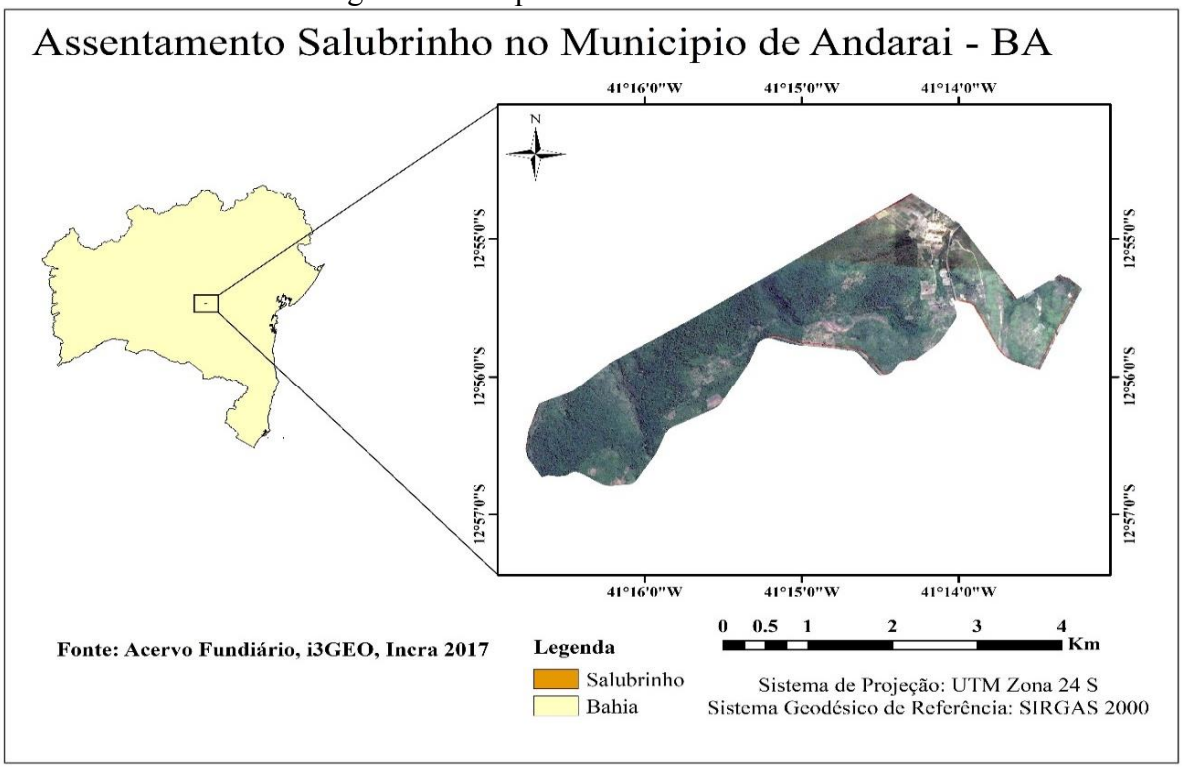
Segundo relato do ex-coordenador do Terra Sol, por falta de recursos os trabalhos não avançaram. Ainda segundo o entrevistado, a segunda ação relacionada ao turismo que ocorreu no assentamento foi referente a organização de um grupo de assentados para o desenvolvimento do artesanato em parceria com o Assentamento Salobrinho, onde foi construído, com recursos do TerraSol, um centro de comercialização do artesanato produzido nas duas comunidades.

> O artesanato do Mocambo ocorreria juntamente com o pessoal do Salobrinho. Seria um único grupo de artesanato tendo como base o centro que foi construído no Salobrinho. Ocorreria a produção, comercialização e visita dos turistas as essas comunidades, especialmente os turistas que teriam como destino o Poço Azul. Haveria visita as estas comunidades e parada no centro de artesanato. Mas o grupo depois rachou (...) No Mocambo os olhos d´agua e as lagoas com opção de mergulho e observação da fauna aquática. Foi feito um estudo de viabilidade preliminar. Como é uma área de preservação ambiental era necessário um estudo mais aprofundado sobre a ictiofauna para poder realmente medir o potencial e a capacidade de carga. Só que não houve mais dinheiro para isso. Então, no Mocambo só feito um estudo de diretrizes preliminares. (Entrevistado 4)

4.1.2.5 Assentamento Salobrinho

O Assentamento Salobrinho surgiu a partir da desapropriação da Fazenda Boa Vista, em 25 de fevereiro de 2003. Foi criado através da Portaria N□ 48, da Superintendência Regional do INCRA da Bahia, com uma área total de 838,4367 ha. Inicialmente foram assentadas 40 famílias. A imissão de posse ocorreu em 26 de novembro de 2003 (INCRA, 2017). Também localiza-se no entorno da Chapada Diamantina, todavia na zona rural de Andaraí, distando 23 km da sede do município.

Figura 11 - Mapa Assentamento Salobrinho



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento e o turismo

Assim como ocorreu com o Assentamento Mocambo, a visita *in loco* ao Salobrinho constatou que as ações de turismo se encontram praticamente paralisadas, exceto pela existência do Centro de Artesanato/Ponto de Comercialização, construídos com recursos do Terra Sol, entretanto, no dia da visita se encontrava fechado. Segundo o servidor do INCRA que coordenou o programa Terra Sol na época em que foram desenvolvidas as ações na Chapada Diamantina, o estudo de viabilidade preliminar realizado apontou para a inclusão do Assentamento Salobrinho nas ações de desenvolvimento do turismo por meio do Terra Sol pelo o histórico da produção e comercialização do artesanato produzido pelas mulheres da comunidade, pela experiência que vinha sendo desenvolvida pela Assessoria Técnica, Social e

Ambiental (ATES)[66] com sistemas agroflorestais através da agrosilvicultura, e pelos atrativos naturais característicos da região.

Foto 17 - Agrovila do Assentamento Salobrinho
Fonte: Sousa, julho/2017

O artesanato ganhou importância no assentamento, conforme relato do ex-coordenador do Terra Sol, por conta das dificuldades enfrentadas por uma das famílias assentadas, a família de D. Luciene, quando seu marido teve agravado um problema de visão. Como alternativa de renda a família montou uma barraca de caldo de cana às margens da rodovia, onde além do caldo de cana e lanches, comercializava peças de bordado aos turistas que transitavam pela rodovia. D. Luciene uniu-se a outras mulheres do assentamento, e passaram a produzir outros tipos de artesanato, confeccionados com sementes e outros materiais colhidos do ambiente natural, como colar de sementes, brincos de pena, bolsas de palha, luminárias de cabaça, dentre outros. Seu filho também passou a compor o grupo de artesãos.

> O artesanato no Salobrinho começou com D.Luciene. O marido dela começou a ficar cego e eles montaram uma barraca de caldo de cana na estrada em frente ao assentamento, onde passam os ônibus de turismo, e aí ela começou a expor também o artesanato do bordado, e os ônibus de turismo começaram a parar para comprar. Com o agravamento da saúde do marido o artesanato passou a ser a principal fonte de renda da família. Ela começou a dividir isso com outras mulheres do assentamento, e o filho também começou a produzir artesanato. Com dois anos, como as vendas estavam fracas ela começou a levar as peças para vender no distrito de Xique-Xique, que é o distrito do município que tem mais turistas. Ela levou para a casa da irmã, que mora lá. E foi aí que os turistas começaram a dizer que queriam conhecer a comunidade, só iriam comprar se conhecesse a comunidade. E foi aí que começou a gerar essa questão

[66] É um programa coordenado pelo Incra que ajuda a desenvolver os assentamentos unindo o saber tradicional dos assentados ao conhecimento científico. O objetivo é tornar os assentamentos unidades de produção estruturadas, voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, sem perder o foco na preservação ambiental. Os trabalhos são feitos em parceria com instituições públicas e privadas, entidades que representam os trabalhadores rurais e Ongs ligadas à reforma agrária.

> da visitação. Que elas estão querendo retomar agora, porque com a questão da seca tá se produzindo muito pouco. (Entrevistado 4)

Em relação a agrosilvicultura, a experiência desenvolvida pelo INCRA, através da ATES, ocorreu por meio de estratégias com enfoque agroecológico com a finalidade de criar um Sistema Agroflorestal (SAF), combinando duas variedades de *Coffea arábica* como espécie-chave, com 25 espécies de árvores nativas regionais, 10 espécies frutíferas, 02 espécies adubadoras e 05 espécies agrícolas. Foram realizados cursos, visitas técnicas, reuniões com as famílias assentadas, tendo o apoio de um consultor em café com floresta. Entretanto, a seca que assolou a região, segundo relato do entrevistado, inviabilizou o projeto, que seria um dos atrativos das trilhas a serem implantadas dentro da comunidade. A vivência no assentamento incluía a visita ao Centro de Artesanato, oficinas de vivência da produção artesanal, passeio e banhos nos riachos e a visita ao sistema agroflorestal.

Foto 18 - Centro de Artesanato do Assentamento Salobrinho
Fonte: Sousa, julho/2017

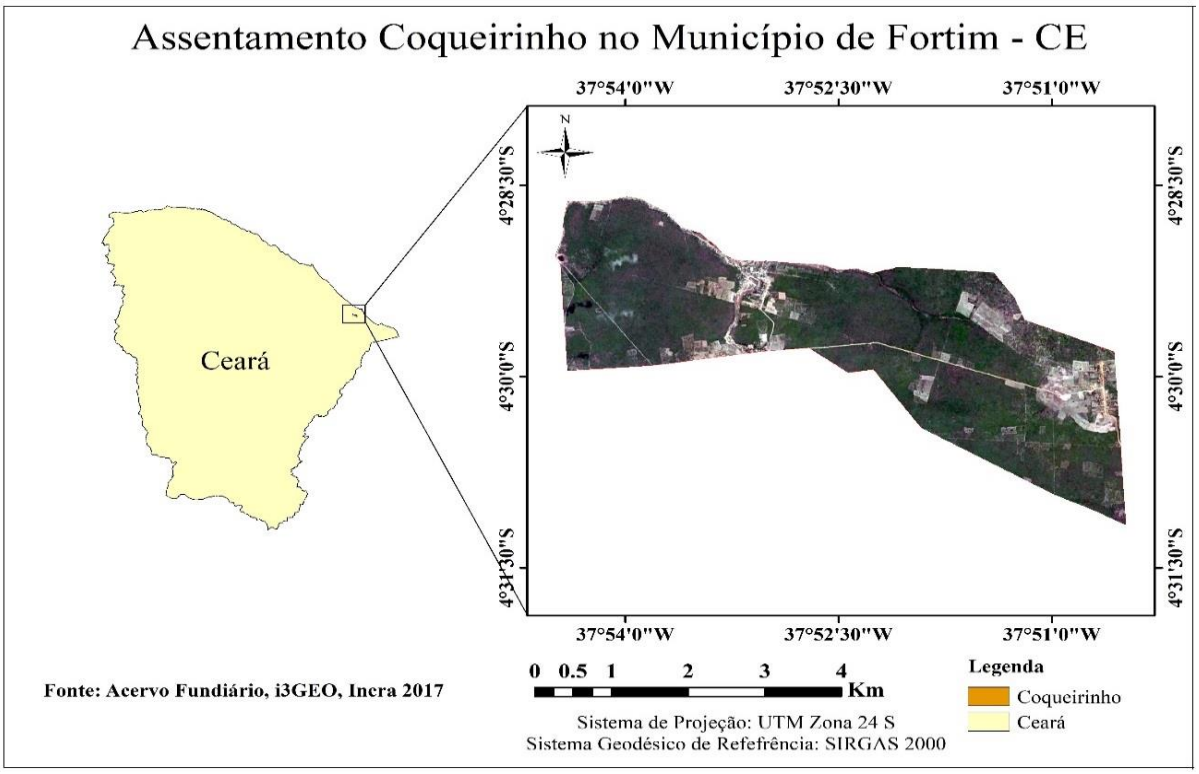
Segundo relato do ex-coordenador do Terra Sol, além do investimento do INCRA, via Terra Sol, na construção do Centro de Artesanato/Ponto de Venda, no fornecimento das primeiras capacitações, do material inicial de produção, o grupo de artesãos também recebeu capacitação do SEBRAE para melhorar a qualidade das peças. A líder do grupo de artesanto interagiu com o pessoal do Poço Azul para que os grupos que visitam aquele atrativo natural fizessem uma parada no Centro de Artesanato do Salobrinho, resultando no recebimento de vários grupos que se destinavam ao atrativo do Assentamento Andaraí.

4.1.3 Ceará

4.1.3.1 Assentamento Coqueirinho

O Assentamento Coqueirinho localiza-se na cidade de Fortim/CE. Foi criado em 30 de novembro de 1995, através da Portaria N□ 33, de 23 de agosto de 1995, da Superintendência Regional do INCRA no Ceará. O Assentamento Coqueirinho foi implantado em uma área de 1462,6892 hectares, desapropriada em 22 de julho de 1994. A imissão de posse é de 01 de junho de 1995. Quando implantado foram assentadas 14 famílias, posteriormente o total de famílias assentadas cresceu para 60 famílias. Todavia, hoje, conforme relato dos entrevistados, residem no assentamento 78 famílias. O crescimento deve-se, principalmente, as uniões conjugais dos filhos dos assentados. A comunidade é representada por 04 associações, todavia, para o INCRA, apenas duas representam a comunidade oficialmente. São elas: Associação Cooperativista da PA Coqueirinho (ACOOPAC) e a Associação dos Produtores Individuais do Assentamento Coqueirinho (APIAC). São 22 famílias na ACOOPAC, que foi a primeira a ser criada e é a mais atuante, e 10 famílias na APIAC, que foi a segunda a ser criada. As outras duas, que são mais recentes, tem 13 e 15 famílias associadas.

Figura 12 - Mapa Assentamento Coqueirinho



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O assentamento foi implantado em um imóvel denominado Fazenda Coqueiro, avaliada como improdutiva pelo INCRA, atendendo a reivindicações do Sindicato do Trabalhadores Rurais (STR), de Aracati. A propriedade era voltada para criação de gado e haras. Eventualmente cultivava-se roçado nos períodos de chuva. Após a desapropriação, o STR recebeu apoio da Cáritas Brasileira[67] para fazer a seleção das famílias a serem contempladas. A maioria das famílias veio de uma comunidade denominada de Pedregal, no município de Aracati, algumas do povoado de Pimenteira, em Beberibe, e outras do Sertão Central do Estado do Ceará. As famílias que foram assentadas nesta propriedade estavam na espera da desapropriação de outra fazenda, entretanto, conforme relato de uma das entrevistadas, como já haviam muitas famílias aguardando para este assentamento, eles foram direcionados pelo INCRA para outra propriedade, a antiga Fazenda Coqueiro, conforme já mencionado.

Foto 19 – Agrovila do Assentamento Coqueirinho e Chalés para hospedagem
Fonte: Sousa, julho/2017.

É possível observar ao longo do estudo que a Cáritas teve uma participação muito importante em todo o processo de desenvolvimento do assentamento, desde a sua implantação, até a sua consolidação. A representante da Cáritas naquela época, relatou que as relações com o INCRA eram difíceis, e a Cáritas passava por dificuldades. Nesta época, em virtude destas

[67] A Cáritas Brasileira foi criada em 12/11/1956, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a finalidade de administrar as obras sociais da Igreja Católica. Hoje desenvolve trabalhos sociais voltados aos direitos humanos, à garantia da alimentação e ao desenvolvimento sustentável solidário.

dificuldades, ela fazia trabalho voluntário pela instituição, juntamente com seu marido. Eles participaram da organização de outros assentamentos na região, inclusive apoiando a criação das associações comunitárias, fundamentais para o processo de implantação dos mesmos. Todavia, ela afirmou que a relação com Coqueirinho sempre foi especial, pois a maioria das famílias assentadas já possuíam uma relação com a Cáritas por conta das ações sociais desenvolvidas pela entidade na região, especialmente em Aracati, e pela união do grupo que veio da comunidade do Pedregal.

Ao ser entrevistada, a principal liderança do assentamento, corroborou com o depoimento da representante da Cáritas, ao relatar as dificuldades iniciais que enfrentaram. Entretanto, embora o início tenha sido muito difícil, ela avalia que a vida dela e da família melhorou muito quando se tornou assentada. As condições em que viviam antes de se tornarem assentados eram difíceis, de muita dependência. Embora sempre tivessem vínculo com a terra, trabalhando com atividades agrícolas, sempre dependeram de terras de terceiros para produzirem.

> Antes viemos em três famílias, do Pedregal, para uma reunião com o pessoal do INCRA, que Fatinha e Magela[68] chamou a gente. Quando chegamos aqui, ficamos encantados, uma lagoa grande, e o nosso sonho era morar na zona rural, porque nós gostamos de plantar, já plantávamos no Pedregal para donos de terras. Lá a gente plantava 3 com direito a 1. Depois começamos a plantar na área de Pindoba, que era de um amigo nosso que não cobrava nada, e que dava a terra para nós plantar. Foi quando viemos e topamos. Aí a desapropriação saiu em um dia, no outro nós chegamos. Não tinha lugar para gente ficar, só tinha 3 casas, 2 salões e 3 estribarias. Então foi sorteada as casas (...) no galpão já tinha várias famílias que já estavam dentro, que era a família de Dona Mazé. As casas foram sorteadas e o resto foi barraco, foi estribaria. A mãe de Messias foi para estribaria, Messias foi para casa da forrageira e ficou por lá, e eu tinha um galpão de parede levantada que não tinha teto, passei 3 dias em baixo, levando chuva, sol e sereno. Depois, o cara do INCRA veio, foram em outro assentamento e conseguiram umas telhas emprestadas, enquanto nós recebíamos os créditos das casas. E nós escapamos assim mesmo nesse estado. Foi difícil nosso destino, mas nossa vontade sempre foi de ter a terra, essa era uma oportunidade, se nós não pegássemos, perdíamos. Então nós viemos, esse foi o começo. (Entrevistado 13)

Pôde-se observar nos relatos obtidos nas entrevistas, que as dificuldades iniciais tanto serviram para unir o grupo das primeiras famílias que formaram o assentamento, quanto para fazer emergir outras lideranças. Parte das famílias eram ligadas a Pastoral da Terra e ao MST. O relato de outro importante membro da comunidade, que participou do processo de implantação do assentamento, destaca um dos primeiros desafios que eles enfrentaram e que se não o tivessem superado, o destino da comunidade seria outro.

---

[68] São voluntários da Cáritas e de outras ONGs que atuam na região de Aracati/CE. Atuam juntos com os assentados de Coqueirinho desde o período que antecedeu a criação de assentamento.

> O assentamento começou com conflito. O primeiro conflito foi em relação a desapropriação da própria terra, porque o que o Incra passava para a gente é que a fazenda tinha sido desapropriada de "porteira fechada", com trator, com gerador de energia, só que tinha um conluio com o dono da terra e com a cara do Sindicato dos Trabalhadores. Na época, a ideia do INCRA era trazer as comunidades vizinhas daqui, para dentro do assentamento para morar junto na casa de taipa e tal, e essa ideia ele conseguiu derrubar no INCRA. Aí queriam trazer uma pessoa como capataz (...) que era assentado nas terras da Fazenda de Mombaça. Que era ele que trazia as famílias, assentava as famílias (...) ficava como capataz, e aí as famílias faziam as regras dele. Só que como eu vim com a Pastoral da Terra, quando eu cheguei aqui fiz de cego, doido e mudo, fui entrando para saber como era o esquema, ele já tinha botado para fora o morador da fazenda, aí já tinha comprado o roçado do cara, fizeram de tudo para o cara sair, aí compraram o roçado, tirou o madeiro, o roçado, já tinha desmatado tudo. (...) já tinha tirado madeiro para reformar as coisas dele (...) aí eu só fui sabendo lá, comecei a conversar com ele: "rapaz, como vai ser isso aí"? Aí ele: "não rapaz, as famílias vão ser cadastradas e tal, vai ter uma diária de 5 reais, vamos começar pela vazante". Chegando lá as áreas já estavam todas demarcadas (...) ele ia pagar uma diária de 5 real na época para plantar batata, e o esquema era mesmo assim: ia trazer ovelha para cá, ia fazer assim, ia formar uma associação e a gente ia só assinar lá. Aí fui e me dirigi a Magela, que na época trabalhava para Pastoral da Terra, e disse: "está acontecendo isso, isso e isso, e aí"? Ele respondeu: "rapaz é fazer a denúncia ao INCRA e dizer o que está acontecendo lá" (...) Ele estava trazendo quase toda família dele (...) que estava em São Paulo. Eu digo porque eu ouvi ele falando, chamando os filhos e dizendo: "venham para cá que eu estou na reforma agraria de novo. Nós vamos juntar dinheiro com o ciscador, pode deixar tudo que vocês tiverem aí". E eu de dentro dando uma de doido, aí a gente viu, aí foi a briga mesmo (...) Mas a gente pra se fortalecer, principalmente pra ter direito as coisas do INCRA, tinha que formar uma associação com as 14 famílias (...) e aí entrou a Cáritas nessa ideia de organizar a gente. A gente que era do Pedregal já tinha um pouco dessa organização de trabalhar no "coletivo". Fizemos o primeiro projeto através da Cáritas, que era para colher a castanha e ganhar uma renda. Aí formamos a associação, e a associação foi para votação. Aí Tia Zildene ganhou, porque a ideia era colocar ele como presidente com o apoio do sindicato. Aí ia tocar a moda dele. Como a tia ganhou, aí começou a trabalhar a ideia do coletivo mesmo. Aí foi preciso fazer uma denúncia, e foi feita a denúncia ao INCRA, que tirou ele daqui. Tudo que ele tinha tirado daqui e que tinha vendido foi dado para a associação. Ele devolveu o dinheiro do madeiro que foi tirado, do carnaval que ele já tinha arrendado, e foi revertido na associação (...) Aí ele saiu, saiu ameaçando, ameaçando de morte, e dizendo que não era pra ser assim (..) aí conseguimos passar por essa primeira barreira! (Entrevistado 14)

Segundo relato dos entrevistados, um segundo desafio foi administrar o assentamento. Com a associação já criada, eles se dividiram em dois grupos. Um grupo que iria tratar das ações e desafios da "porteira para dentro", e o outro grupo que ficaria responsável pelas ações e desafios da "porteira para fora", que seriam, principalmente, as ações junto ao INCRA e outras instituições as quais estivesse dependendo o andamento do assentamento, especialmente para liberação dos créditos iniciais (fomento, habitação e alimentação).

Observou-se no grupo mais atuante da comunidade, inclusive são os que se envolveram com a atividade turística desde o início, uma preocupação muito grande em "trabalhar o coletivo". Ao serem questionados quais os motivos das divisões que levaram o assentamento a ter 04 associações comunitárias, os entrevistados relataram que havia dificuldade por parte de alguns assentados em "trabalharem o coletivo".

Como já mencionado anteriormente, essa é uma condição imposta pelos movimentos sociais de luta pela terra já na implantação dos acampamentos, e que faz parte dos princípios desses movimentos. Aquelas pessoas que possuem um maior engajamento nos movimentos sociais costumam manter essa característica e levá-la para o dia a dia da comunidade, quando se tornam assentados. Verificou-se no Assentamento Coqueirinho que isto ocorreu, sendo motivo de cisão no grupo inicial. Todavia, pôde-se observar, também, que essa caraterística foi decisiva para os avanços promovidos no assentamento pela a ACOOPAC, a primeira associação a ser criada, e que tem no seu quadro de associados e nas lideranças indivíduos que acreditam e praticam o princípio do "coletivo". No relato de uma das lideranças do assentamento constata-se a importância do trabalho coletivo.

> Despois que estiver dentro do assentamento só parte para ganhar alguma coisa se fizer alguma associação, porque se não formar associação no coletivo não tem direito a nada. Porque aí depois o gargalo foi a questão da moradia, por que as famílias foram chegando e os espaços que tinha estavam ocupados (...) aí a associação começou e fomos brigar pela moradia, que aí foi muita luta, foi quase 2 anos de luta, foi quando chegou o recurso para moradia (...) na época era 1.800, 00 para cada família construir uma casa, do chão batido (...) fomento foi 600,00 e alimentação 240,00 para cada família. Tinha assentado que dizia eu quero o meu, e a associação: "não, não é assim não, vai ser coletivo, a gente vai fazer uma pesquisa de mercado, vai entrar numa conta da associação e vamos saber administrar esse dinheiro, e vamos para o INCRA brigar, porque esse dinheiro não dá, e de fato, não dá". Aí começamos a brigar com o INCRA para mandar um caminhão para a gente carregar pedra para ajudar pelo menos no alicerce, pegar a areia daqui mesmo que era boa para alvenaria, e o cal comprar uma carrada e arrumar uma pessoa para desmanchar, porquê na época a gente não usava cimento porquê era mais caro. Aí tudo foi começado desse jeito, mas muita gente dos assentados queria pegar o seu na hora. Aí resumindo, com essa verba a gente fazia em mutirão as casas. O dinheiro rendeu um mês lá, o dinheiro que rendeu a gente comprou mercadoria coletiva. Aí tinha uma família aqui que tomava de conta da alimentação e as outras só trabalhando. (Entrevistado 14)

Quando questionados quanto a qualidade de vida no assentamento, assim como tem sido observado em outras comunidades visitadas, eles avaliam que, após se tornarem assentados da reforma agrária, a vida melhorou muito, fazendo questão de destacar que a as melhorias se estendem ao município de Fortim.

> Está excelente, ótimo (...) antigamente para entrar de carro aqui só entrava de tração, ou se você não vinha de carro tinha que vir andando. Hoje não, parece uma avenida. Melhorou muito. Na época Fortim já tinha dois anos de cidade (...) o assentamento só deu crescimento para Fortim, principalmente para essa área rural, que é a maior área de Fortim. Nós demos estrada, nós demos energia, nós demos saúde, nós demos educação, nós demos vereador. O assentamento só trouxe benefícios, melhorias até hoje. (Entrevistado 14)

> Hoje, comparando com antigamente, não tem comparação. Nós demos acesso a várias comunidades, além da nossa melhoria, nós demos melhoria às outras comunidades. (Entrevistado 13)

A comunidade desenvolve agricultura de sequeiro, cultiva hortas orgânicas em quintais produtivos, fruticultura, além da apicultura, sistema agroflorestal e criação de caprinos,

ovinos e aves. Os assentados associados a ACOOPAC e a APIAC, em sua maioria, trabalham com agricultura orgânica, sendo que a predominância da produção é para subsistência. Quando há grupos de turistas que utilizam o restaurante da comunidade, o que é produzido no assentamento é utilizado no cardápio. A maior produção é de caju, entretanto a comercialização é quase que exclusiva através de atravessadores. A safra do caju dura 90 dias. O assentado que mais produz chegou a comercializar 20 caixas de caju de mesa[69] a cada dois dias durante a safra, ao preço médio de R$ 38,00 por caixa. Ou seja, obteve uma renda bruta de R$ 34.200,00 na safra. Outros produtores de caju do assentamento trabalham com o caju de polpa[70], que o preço da caixa fica em torno de R$ 15,00, chegando a comercializar em torno de 10 caixas a cada dois dias durante a safra.

Foi relatado pelo entrevistado, um que produz o caju de polpa, que sua opção por este tipo de produção ocorreu porquê para produzir o caju de mesa em quantidade é necessária a aplicação do agrotóxico, o que é proibido aos membros da ACOOPAC. Segundo seu relato, o maior produtor de caju de mesa do assentamento é associado da ACOOPAC. Porém, recentemente, a comunidade tomou conhecimento que ele estava aplicando agrotóxicos na produção de caju às escondidas, nas madrugadas. Hoje, esse produtor se encontra em situação crítica de saúde, em virtude de uma grave doença adquirida, muito provavelmente pelo uso recorrente de agrotóxicos na produção do caju de mesa, conforme relato de dois entrevistados.

> Foi descoberto agora, ele está doente, para morrer. Dizem que está com um tumor no fígado. Ele botava veneno de madrugada que era para gente não descobrir. (Entrevistado 13)

> Foi descoberto agora (...) morre tudo, se for para eu limpar os meus com isso aí é melhor deixar quieto, quero nada, eu quero saber o que adianta um negócio desse, o cara até a fauna mata. Aí lá, agora, ele não tem nem o caju, nem tem a abelha, agora a pergunta para onde é que vai? É 3 meses produzindo, e o restante, não tem mais nada. (Entrevistado 14)

Quanto a oferta de educação pública no assentamento, há uma escola que oferece o ensino fundamental I fase. Para a II fase do ensino fundamental os jovens do assentamento se deslocam para uma comunidade vizinha, chamada de Mundo Novo. Para cursarem o ensino médio se deslocam para a sede do município de Fortim, que fica a 30 km do assentamento. Quanto ao serviço público de saúde, não há na comunidade posto de atendimento. Quando há

---

[69] O caju de mesa é comercializado com a castanha e necessita de cuidados especiais durante a colheita. O caju deve ser colhido diretamente na planta com o máximo cuidado, sendo descartados os que apresentem deformações, defeitos, ferimentos, formatos e cor fora dos padrões estabelecidos pelo mercado.

[70] Utilizado para produção do suco a partir da polpa. Neste caso comercializa-se separado a castanha.

necessidade deste tipo de serviço público, se deslocam para a comunidade de Volta Grande, ou, nos casos mais graves, para Fortim ou Aracati.

Com relação a segurança, a comunidade é tranquila. São poucos os casos identificados de jovens envolvidos com o uso de algum tipo de entorpecente, bem como os registros de casos de violência. Entretanto, foi relatado nas entrevistas, que existem algumas ocorrências de assaltos na estrada que corta o assentamento, pois a mesma, embora não seja asfaltada, dá acesso à BR 304 a partir da CE 40. Torna-se, portanto, uma rota alternativa de fuga para infratores. Por conta dessa facilidade de acesso, eles relatam a ocorrência de vários episódios de roubo de animais. Em apenas uma noite, foram roubadas 24 ovelhas do rebanho de um dos assentados. Posteriormente, foram roubados mais dois bois de carroça e duas vacas de outros assentados. Contudo, o roubo de animais não foi a única dificuldade que a comunidade enfrentou com a criação de animais. Haviam sido adquiridos 1.000 animais, entre caprinos e ovinos, através do PRONAF A[71], em um projeto de manejo e produção de animais. Em 2001, segundo relato dos entrevistados, um convênio de assistência técnica para acompanhamento desse rebanho, que havia sido firmado em uma parceria Cáritas, INCRA e EMBRAPA, chegou ao fim e não houve renovação por parte do INCRA, deixando a comunidade desassistida em relação ao manejo dos animais, resultando na mortalidade de cerca de 85% do rebanho.

A comunidade, embora com atrasos e com pouca assistência técnica, teve acesso aos principais recursos disponibilizados pelo INCRA para implantação e início das atividades produtivas no assentamento. Todavia, ao se coletar dados referentes aos diversos recursos aplicados no assentamento, pôde-se observar que várias ações foram viabilizadas e executadas por instituições não governamentais. A tabela 7[72] apresenta os principais projetos e investimentos realizados no assentamento, desde 1995. Em virtude do lapso temporal da aplicação dos recursos, para melhor compreensão dos dados, foi adicionada à tabela uma coluna com os valores ajustados monetariamente[73].

---

[71] Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado pelo Governo Federal, em 1996, para substituir o PROCERA. Possui vários segmentos (A, B, A/C, D e E). O PRONAF A atende agricultores dos assentamentos da reforma agraria. Pode ser de custeio ou de investimento.

[72] Como não é objetivo do estudo identificar o montante de recursos investidos nos assentamentos, mas analisar a importância da atuação dos diversos atores sociais no desenvolvimento da atividade turística nestes assentamentos, os valores apresentados na tabela 7 podem não contemplar o montante total de recursos aplicados no Assentamento Coqueirinho.

[73] Atualização realizada utilizando o sistema de Cálculos Judiciais da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), disponível em https://www.aasp.org.br/suporte-profissional/calculos-judiciais/.

Tabela 7 - Projetos desenvolvidos no Assentamento Coqueirinho

Projeto	Fonte	Ano	Valor	Atualização monetária*
Plantio de Cajueiro	Cáritas	1995	1.800,00	8.000,38
Habitação, Fomento, Alimentação	INCRA	1995	79.200,00	352.016,80
Poço Artesiano/Catavento	INCRA	1995/1996	30.000,00	121.497,17
Ovinocultura	Cáritas	1997	13.000,00	46.229,19
Investimento	INCRA	1999	385.000,00	1.266.564,00
Apicultura	Cáritas	2003	6.727,00	14.850,90
Agrofloresta 1	Cáritas	2003	2.600,00	5.739,90
Turismo	Tremembé	2005	65.000,00	127.826,76
Cosmetico	Cáritas	2005	2.500,00	4.916,41
Caixa	Cáritas	2005	2.300,00	4.523,10
Agrofloresta 2	Cáritas	2006	10.000,00	19.139,03
Casa de sementes	Cáritas	2006	2.900,00	5.550,32
Galpão comunitário	Cáritas	2006	2.700,00	5.167,54
PACRA/BNB de Cultura	BNB	2009	20.000,00	32.864,88
PACRA/BNB de Cultura	BNB	2011	10.000,00	14.659,04
Prêmio Agente Jovem de Cultura	MINC	2012	14.000,00	19.570,88
Cultura Viva	MINC/SECULT	2016	60.000,00	60.831,88
Total			707.727,00	2.109.948,18
Total de Recursos da Cáritas			44.527,00	114.116,77
Total de Recursos Temembé			65.000,00	127.826,76
Total de Recursos BNB			30.000,00	47.523,92
Total de Recursos MINN/SECULT			74.000,00	80.402,76
Total de Recursos INCRA			494.200,00	1.740.077,97
Total			707.727,00	2.109.948,18

Fonte: Elaborado pelo próprio autor; dados da pesquisa (2017).

A análise da Tabela 7 nos permite inferir que a Cáritas, juntamente com a Associação Tremembé[74], teve uma participação muito importante no desenvolvimento da comunidade. Embora, quando comparados ao montante total de recursos aplicados no assentamento, eles representem cerca de 11,5% dos valores totais aproximados aplicados no assentamento. Contudo, esses recursos captados por instituições não governamentais foram resultados de demandas surgidas diretamente na comunidade, discutidas com estas entidades, e aplicadas em parceria, e o mais importante, a fundo perdido. A proximidade destas instituições com a comunidade foi crucial para a identificação das demandas e a articulação de ações para atende-las. Sendo assim, a atuação destas instituições permitiu que as demandas fossem atendidas de forma ágil e pontual, diferentemente do que tem sido observado na execução das políticas públicas governamentais.

O Turismo no assentamento

Em 2017, o Assentamento Coqueirinho completou 12 anos de envolvimento com o turismo. É uma das mais exitosas experiências de turismo de base comunitária em assentamentos da reforma agrária no Brasil. Todavia, é importante ressaltar que foram as

[74] A Associação Tremembé Onlus foi criada em Trento em março de 1999. No Brasil, trabalha com micro projetos de cooperação para o desenvolvimento, acordado e compartilhado com parceiros brasileiros locais, incluindo ONG Caiçara, Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

dificuldades recorrentes que a comunidade vinha enfrentando, especialmente em retirar o sustento das famílias por meio das atividades agrícolas tradicionais, que serviram de estímulo para que se buscasse em atividades não agrícolas, ou pluriatividades, alternativas econômicas para o sustenta das famílias, pois a assentamento se encontra em uma região onde a oferta de água na superfície é baixa e o solo é pobre em matéria orgânica. Eles se encontravam endividados e sem muitas perspectivas para o futuro. Além das dificuldades de conseguir, através das atividades agrícolas, um excedente sobre a produção de subsistência para a comercialização, alguns assentados haviam tido um enorme prejuízo com o roubo de animais, e com a enorme perda provocada no rebanho pelas doenças, no período em que ficaram sem assistência técnica.

Assim sendo, foi nesse cenário, em 2004, conforme relato dos entrevistados, que surgiu a ideia do turismo. A Cáritas, através de seus representantes, foi decisiva para que a comunidade tomasse essa decisão. As relações que os representantes da Cáritas, em Aracati, mantinham com outras instituições sem fins lucrativos foi o caminho encontrado para dar seguimento ao desejo da comunidade de enfrentar os desafios da atividade turística. A seguir o relato da representante da Cáritas, historiando como se deu o início desse processo.

> O pessoal da Itália, da Associação Tremembé, que são amigos nossos aqui, eles tinham interesse em que os turistas que viessem tivessem essa visão de turismo sustentável. Eles conhecerem realidades diferentes, eles se sensibilizarem com a realidade daqui. Então encaixou muito bem nesse sentido, porquê já era um desejo dessa associação. Eles já tinham uma casa de hospedagem em Tremembé, em Icapuí. A pessoa que fazia a ponte aqui em Icapuí era o Padre Lopes, que já era amigo de Magela[75], era contemporâneo da época do Magela e a gente já tinha toda uma aproximação (...) aí a gente começa a fazer essas discussões. Mas para eles acreditarem que o Coqueirinho tinha esse potencial, foi preciso fazer uma demonstração para eles. Então o Magela, mais que eu, foi muito mais responsável por isso aí. Na época, ele conversou com o presidente da Associação Tremembé, e disse que tinha condição de fazer um almoço lá. Aí, ele disse assim: "um almoço para 37 pessoas, eles tem condição"?. Magela disse que sim. Eles alugaram um ônibus para ir esse pessoal para lá (...) foi a demonstração de que Coqueirinho tinha potencial. A ideia, primeiro, era da gastronomia, de comer uma galinha caipira, do tempero, e tudo. Foi uma atividade de risco. A estrada não era como é hoje, era de areia e era muito ruim para ônibus. Mas o ônibus conseguiu chegar, eles conseguiram almoçar, gostaram muito e disseram: "se vocês quiserem elaborar uma proposta, a gente faz o estudo para a apresentar a Província Autônoma de Trento". Então esse projeto foi feito. Eu e Magela fizemos ouvindo a comunidade, fazendo as reuniões, um projeto muito coletivo, as pessoas diziam o que achavam que era mais interessante. (Entrevistado 15)

No entanto, a decisão de introduzir a atividade turística no assentamento não foi fácil. Os exemplos do que ocorria em tradicionais destinos turísticos no litoral do Ceará,

[75] Magela é esposo da entrevistada. Também já havia participado da Cáritas e da CPT, e tinha envolvimento com o assentamento desde o período anterior a implantação.

especialmente em Canoa Quebrada[76], era uma preocupação para alguns membros e dividia a comunidade.

> Eu por mim, fui um que me assustei muito, porque a gente vê que o que tem de turismo aqui é só Canoa Quebrada e a gente sabe das mazelas que tinha. Mas a proposta deles era trabalhar turismo como eles trabalham em certos cantos da Itália. Eles deram exemplo de como era em certos cantos que a própria comunidade era quem administrava. Aqui no Estado do Ceará não tinha essa ideia ainda. A gente tinha essa ideia de comunidade resistente a luta, e tal. A associação na época achou meio estranho (...) dos 30 e poucos sócios que a gente tinha na época, 10 famílias assumiram; "rapaz, nós vamos pegar o projeto". Nós conversamos, e dissemos: "nós vamos trabalhar"! (Entrevistado 14)

O projeto foi construído com a temática do turismo responsável e solidário, contemplando um restaurante, 6 chalés e hortas comunitárias. Cada item contemplava grupos de famílias que aderiram ao projeto. Das 04 associações existentes na comunidade, associados de duas (ACOOPAC e APIAC) se envolveram diretamente com as atividades que integravam o serviço turístico, sendo uns diretamente, por meio do restaurante, dos chalés e das trilhas, e outros indiretamente através da recepção dos turistas na mandala, nas hortas e nos quintais produtivos. As demais famílias que não aderiram ao projeto, também seriam beneficiadas indiretamente ao fornecer produtos e outros serviços de apoio às atividades turísticas. Com o projeto pronto, o representante da Cáritas foi apresentá-lo à Província Autônoma de Trento (PAT), na Itália, a convite da Associação Tremembé, tendo sido aprovado ainda em 2004.

Em 15 de janeiro de 2005, houve a inauguração do restaurante e dos chalés para hospedagem, introduzindo-se também outros atrativos rurais, como as trilhas da agrovila e da mata, visita a mandala[77], aos quintais produtivos, a horta, passeios de cavalo e charrete. A própria história de luta da comunidade tornou-se um atrativo, sendo introduzida na programação dos visitantes através de uma roda de diálogo, onde as principais lideranças fazem um resgate histórico da comunidade.

---

[76] Canoa Quebrada é uma praia localizada no litoral leste do Estado do Ceará, distante 163 km de Fortaleza e 12 km da sede do município de Aracati, à qual pertence.

[77] A mandala faz parte de um Projeto Agroecológico Integrada Sustentável (PAIS), que é uma tecnologia social que tem como premissa fugir da produção agrícola tradicional repleta de agrotóxicos através de um inovador manejo orgânico que estimula a criação de policulturas.

Foto 20 - Guia Messias e grupo de estudantes na horta
Fonte: Sousa, novembro/2011

Foto 21 – Grupo de estudantes no restaurante do Assentamento Coqueirinho
Fonte: Sousa, novembro/2011

Posteriormente, outros projetos foram desenvolvidos no assentamento, e sendo incorporados a rotina turística da comunidade, ao se tornarem atrativos culturais importantes. Um destes projetos, também viabilizado pela Associação Tremembé, foi o denominado de Bodega, uma rede socioeconômica solidária de produtores rurais (BORGES, 2013), voltada para promover a comercialização dos produtos produzidos nas hortas comunitárias e nos quintais produtivos. Entretanto, esse projeto não atendia apenas a comunidade do Assentamento Coqueirinho, ele envolveu também agricultores do município de Icapuí.

A Cáritas e a Associação Tremembé, como pode-se observar, promoveram um grande impacto na vida da comunidade, contribuindo para que a mesma conseguisse atingir um patamar diferenciado, quando comparada com os demais assentamentos da região, especialmente em relação ao turismo. Todavia, diferentemente do que aconteceu com o INCRA nos outros Estados, no Ceará uma ação desenvolvida envolvendo a cultura nos assentamentos da reforma agrária, contribuiu para que o Coqueirinho, também através da cultura, conquistasse o espaço que conquistou no turismo de base comunitária. A partir da iniciativa de uma servidora engajada com o movimento cultural, surgiu o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA), coordenado por Silma Magalhães[78].

[78] Segundo a coordenadora do projeto, o que tornou possível a política de apoio a cultura no INCRA/CE, foi, em primeiro lugar, uma política de assistência técnica diferenciada, através de uma parceria com o SEBRAE/CE, que permitiu muita flexibilidade, podendo desenvolver muito mais atividades, com menos burocracia. Conforme a coordenadora, essa política permitiu que houvesse uma integração muito grande entre as entidades contratadas para a assistência técnica, os movimentos sociais e o INCRA. Em segundo lugar, conforme a coordenadora, a partir de 2003, o Brasil passou a vivenciar um momento cultural muito rico, com a abertura de muitas chamadas públicas para projetos de incentivo à cultura, como os programas BNB de Cultura e o Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MINC).

Desde a criação do PACRA, em 2004, os jovens do assentamento se engajaram nas diversas ações que se originaram desta iniciativa. O projeto surgiu, inicialmente, como um diagnóstico das manifestações culturais existentes nos assentamentos do Estado do Ceará, em 1995. Em 2003, com uma nova gestão no INCRA, houve proposta de que fosse retomado, entretanto, mais abrangente. Foi realizado um seminário no final de 2003, denominado I Seminário Arte e Cultura na Reforma Agrária, que marcou o início oficial do projeto, segunda a coordenadora do mesmo. Como Coqueirinho já possuía um movimento cultural desde 2002, pois naquele ano, na escola da comunidade, havia sido criado o grupo "Loucomotiva"[79], quando o PACRA começou a ser executado o assentamento foi um dos primeiros do Ceará a participar do mesmo.

Com o PACRA, a comunidade, através da ACOOPAC, foi estimulada, apoiada e capacitada para submeter propostas para concorrer em várias chamadas públicas de financiamento de projetos culturais. Segundo a coordenadora do PACRA, criou-se no INCRA/CE, uma condição muito propicia para estimulo e apoio às comunidades mais organizadas e engajadas, conforme relato da mesma.

> Então a gente está em um momento extremamente rico à democratização do acesso à cultura pelos setores populares, o que nunca tinha acontecido. E a gente acaba se constituindo numa espécie de grupo de assessoria dos assentamentos dentro do INCRA, fazendo projetos e ajudando eles, e também fazendo a ponte com outros atores, inclusive com a questão da educação, da comunicação e da inclusão digital. Você vai encontrar no Coqueirinho ação do PACRA, mas lá você vai encontrar também ação da Universidade Federal do Ceará (UFC), com a história das Casas Digitais[80]. Você tem tudo isso dentro dessa articulação. (Entrevistado 16)

O envolvimento da UFC com o assentamento, conforme mencionado no relato da coordenadora do PACRA, aconteceu quando foi realizado em Coqueirinho, em 2005, a II Mostra Sertão, Imagem e Movimento, fazendo parte da programação do 15º Festival Nacional de Cinema e vídeo, Cine Ceará. Para a coordenadora do PACRA, a escolha do assentamento como sede da Mostra tinha a finalidade de divulgar e dar visibilidade a comunidade, visto que a mesma começava a se destacar como um caso de sucesso de turismo em assentamentos da

---

[79] É um grupo formado por jovens do assentamento, que, sob a orientação do diretor Márcio Rocha, montaram, em 2002, o espetáculo "Meu reino por um sorriso". Segundo relato de uma das lideranças jovens da comunidade, "a princípio houve um grande dilema para batizar o grupo. Em meio a inúmeras sugestões surgiu o nome "LOUCOMOTIVA", pois dizia-se ser "os loucos que motivam". Após alcançar sua meta artista e cultural o grupo passou a realizar novos trabalhos, como: "Coqueirinho, terra de todos nós", dirigido por Junior Santos, um espetáculo que contava a história e os anseios da comunidade (...) e o espetáculo infantil "A história inacabada de Maria Rapunzel". Depois, foi remontado o espetáculo "Meu reino por um sorriso", com direção coletiva. Hoje, o grupo encontra-se com 13 integrantes fazendo parte do Ponto de Cultura TRILHAS DA LIBERDADE do Assentamento Coqueirinho, com seu mais novo espetáculo "Berro: O Poema Fantástico", com direção de Miguel Campelo.

[80] Trata-se de um projeto desenvolvido pela Casa Amarela Eusélio Oliveira, instituição vinculada a UFC, que oferece cursos nas áreas de cinema, fotografia e animação.

reforma agrária. Surge também a ideia de realizar uma oficina de audiovisual com os jovens durante a Mostra. Participaram da oficina 15 jovens da comunidade, que aprenderam técnicas de manuseio de câmeras e noções teóricas básicas sobre a história do audiovisual e do cinema. O sucesso da oficina resultou em um projeto, através do PACRA e em parceria com a UFC, de capacitação em audiovisual para os jovens, e a criação do Núcleo Audiovisual do Coqueirinho (NUAC)[81].

O NUAC passou a gerar renda para os jovens através da produção e edição de vídeos na comunidade e em Fortim, através da cobertura de eventos diversos. Mas, o NUAC tornou-se uma importante ferramenta para o turismo no assentamento, pois os jovens passaram a produzir, editar e comercializar vídeos para os turistas, gerando renda extra para eles e agregando valor ao produto turístico, ao mesmo tempo em que se tornou um canal de divulgação do turismo na comunidade, especialmente através das redes sociais.

A resposta positiva da comunidade, especialmente por parte dos jovens, e o impactos positivos das atividades culturais no turismo serviram de incentivo tanto para a coordenação do PACRA, como para as lideranças da comunidade se engajarem ainda mais em projetos culturais. Recentemente, com apoio das associações Caiçara[82] e Tremembé e da ONG Terramar[83], foi implantado no assentamento o Museu Trilhas da Nossa História. O espaço foi cedido pela ACOOPAC, e tornou-se um importante ambiente para a comunidade, pois resgata e preserva a história dela, ao mesmo tempo em que agrega valor ao turismo. Com apoio do PACRA, estão aguardando a chegada de dois projetos, um já confirmado, que é de uma escola de teatro, chamada de Teatro da Terra, e outro de uma escola de cinema. A atuação dos jovens do Coqueirinho com ações culturais, além de agregarem valor ao produto turístico comunitário, também rendeu um prêmio para uma jovem liderança do assentamento. A jovem Laiza Nogueira, por conta do sucesso do NUAC, ficou entre os finalistas no concurso "Agente Jovem

---

[81] O NUAC inicialmente utilizava equipamentos cedidos temporariamente pela a UFC, através da Casa Amarela Eusélio Oliveira. Em 2009, através de projeto apresentado e aprovado na chamada pública do BNB Cultura, foram adquiridos equipamentos e materiais, como câmera, som, telão, computador. O projeto também contemplou uma capacitação, com carga horária de 445 horas/aula, em câmera, roteiro, direção e produção audiovisual. Em 2011, também através do BNB de Cultura, o assentamento é contemplado com uma nova capacitação, desta edição de vídeos, e aquisição de uma câmera de filmagem semiprofissional. Em 2012, como resultados de uma parceria entre o Laboratório de Multimeios da UFC e o PACRA, foi elaborado um projeto para concorrer em edital do Ministério da Educação, e a comunidade foi beneficiado com a instalação de um laboratório de informática com acesso a internet, onde funciona a sede do NUAC, construída pela própria comunidade.

[82] Trata-se da Associação Caiçara de Promoção Humana, uma ONG com sede em Icapuí/CE, que assim como a Associação Tremembé, viabiliza investimentos em causas sociais na zona costeira cearense.

[83] Criado em 1993, o Instituto Terramar é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, do campo popular democrático que atua na Zona Costeira do Ceará, visando o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará.

de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais", do MINC, trazendo para a comunidade um prêmio de R$ 14.000,00 líquidos (R$ 19.570,88 atualizados monetariamente para outubro de 2017).

Foto 22 – Apresentação cultural do grupo de jovens do Assentamento Coquerinho
Fonte: Sousa, novembro/2011

Atualmente, através da ACOOPAC, os jovens estão executando um projeto denominado Ponto de Cultura, com recursos do Programa Cultura Viva[84]. Conforme relato da coordenadora do PACRA, é um projeto que contempla muita coisa para o turismo, e deveria ser executado em 3 anos, com investimento de R$ 180.000,00, sendo R$ 60.000,00 a cada ano. Já foi liberada a primeira parcela de R$ 60.000,00. Entretanto, segundo o relato da coordenadora, por conta da mudança de governo e extinção do MINC, dificilmente as outras etapas serão executadas. A um esforço da coordenadora para que a Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT) assuma a responsabilidade de pagamento de mais uma parcela, garantindo mais uma etapa de execução do projeto. Os valores investidos no assentamento como resultado da atuação do PACRA em parceria com a ACOOPAC, estão descriminados na tabela 8.

Com os investimentos realizados em Coqueirinho, e com o apoio crescente de instituições governamentais e não governamentais, o assentamento ganhou grande repercussão, passando, inclusive, a ser alvo de matérias jornalísticas, estudos acadêmicos, ponto de visitação e hospedagem para o turismo pedagógico e científico, tornando-se também uma referência em

[84] Programa desenvolvido em parceria do Ministério da Cultura (MINC) e Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). 80% dos recursos são de responsabilidade do MINC e 20% da SECULT.

turismo rural comunitário, levando-o a fazer parte da Rede de Turismo Comunitário (TUCUM)[85], que é o principal canal de divulgação da comunidade.

Segundo relato dos membros da comunidade engajados na atividade turística, nos últimos anos houve uma queda no número de turistas que visitam o assentamento. Em 2005, ano em que houve a inauguração do restaurante/cozinha e dos chalés, a comunidade recebeu cerca de 350 visitantes. Nos anos seguintes mantiveram essa média, tendo chegado a receber 600 por ano. No ano passado foram cerca de 200 visitantes, e a previsão para este ano é que repitam o mesmo número. A origem dos turistas é variada. Do turismo interno, a maioria vem por conta do turismo pedagógico ou científico, vindos principalmente do próprio Ceará, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas e de Sergipe. De origem externa, a maioria vem da Itália, por conta da relação com a Associação Tremembé. Porém, já receberam turistas da Suíça, França, Cabo Verde, Estados Unidos, Noruega e Alemanha.

Durante a entrevista com as principais lideranças, ficou evidenciada a luta que tem sido para eles manterem-se motivados com o turismo na comunidade. Preocupam-se com a situação pela qual o país atravessa, que tem reflexo direto sobre o fluxo de turistas na comunidade, preocupam-se também com os desdobramentos do processo de titulação, que pode tornar-se um grande problema para o futuro da comunidade. No entanto, não perdem a esperança de que esse é o caminho para manter e melhorar tudo que já conquistaram. Hoje, compreendem a importância do turismo comunitário para eles, conforme pode ser constatado no relato de um dos entrevistados.

> O turismo traz essa visão. Nós, como agricultor não teria essa visão que tem com o turismo de base comunitária. Duas visões que eu vejo que o turismo trouxe para cá. A primeira foi a questão ambiental, que acho muito importante. Mesmo que hoje o INCRA chegue aqui e diga: Está aqui o seu pedaço! Eu não teria essa coragem de desmantar porque eu já peguei essa consciência. E muitos vão ter a sua terra e não vai ter coragem de desmatar para plantar caju porque já tem essa consciência. Isso quem trouxe foi o turismo, porque sabe se desmatar que quem vai embora é a água. (Entrevistado 14)

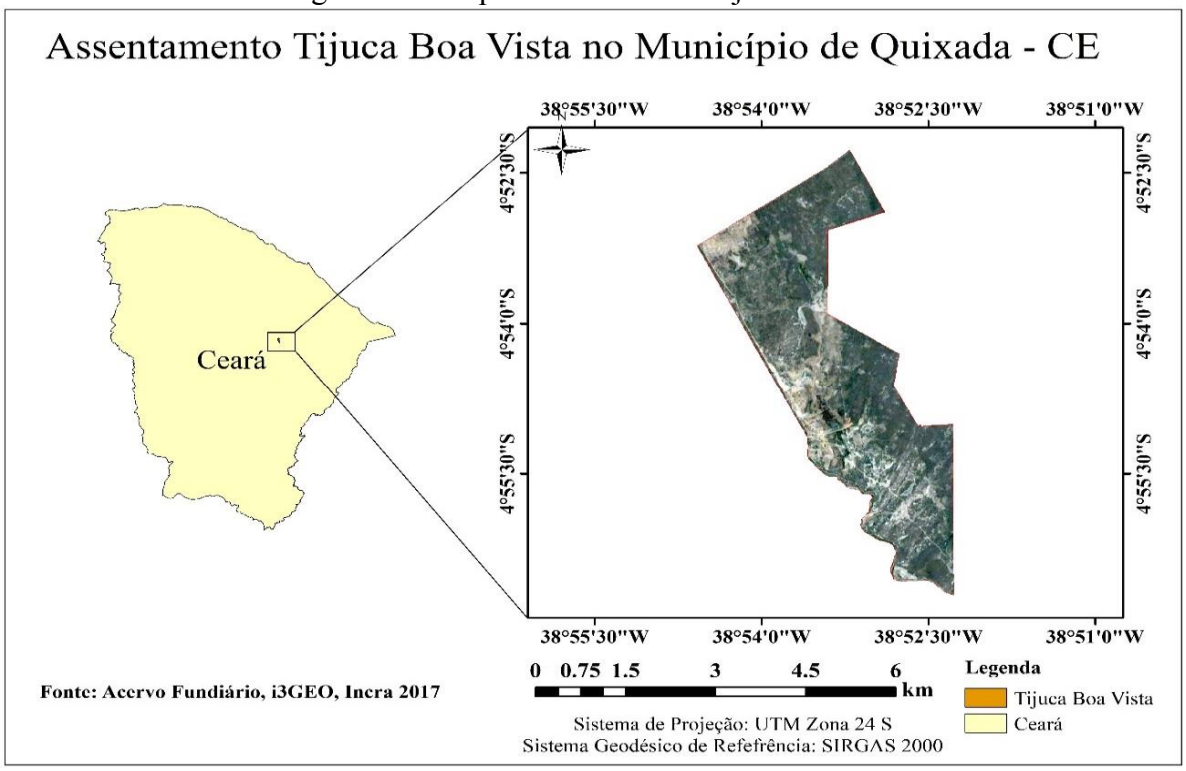
4.1.3.2 Assentamento Tijuca/Boa Vista

O Assentamento Tijuca/Boa Vista localiza-se na cidade de Quixadá/CE, a 16 km da sede do município. Foi criado em 17 de março de 2000, através da Portaria N□ 15, da Superintendência Regional do INCRA no Ceará. O assentamento foi implantado em uma área de 1364,1484 hectares, desapropriada em 18 de novembro de 1999. A imissão de posse é de 02 de fevereiro de 2000. Foi implantado em uma área onde antes existia as Fazendas Tijuca, Boa

[85] A Rede Tucum é uma articulação formada, desde 2008, por grupos de comunidades da zona costeira que realizam o turismo comunitário no Ceará.

Vista e Curralinho. Eram fazendas de produção de gado leiteiro. Segundo relato da liderança entrevistada, por problemas financeiros do proprietário e por questões de roubo de animais, ele negociou com o INCRA a desapropriação. Foram assentadas 30 famílias, entretanto, hoje, residem no assentamento 43 famílias, em virtude, principalmente, as uniões conjugais dos filhos dos assentados. A comunidade é representada pela Associação Comunitária dos Moradores da Fazenda Boa Vista.

Figura 13 - Mapa Assentamento Tijuca/Boa Vista



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Conforme mencionado, o Assentamento Boa Vista se originou de fazendas voltadas quase que exclusivamente para a produção de gado leiteiro. Sendo assim, a implantação do assentamento já provocou uma profunda modificação naquele ambiente, ocorrendo um redesenho do uso e ocupação do solo, com consequente modificação na paisagem. As famílias assentadas passaram a desenvolver atividades agrícolas, baseadas em roçado, horta, quintais produtivos, associadas a criação de caprino, ovino e bovino. Nos quintais produtivos observou-se a presença de frutíferas, principalmente de mamoeiro, bananeira, limoeiro, cajueiro e abacaxizeiro, além de tubérculos, hortaliças e ervas medicinais. Há uma horta coletiva, onde são cultivados, principalmente, alface, berinjela e ervas medicinais, além do maracujá. Em virtude de parceria entre o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador

(CETRA)[86] e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)[87], os assentados passaram a receber assistência técnica voltada para incorporação de técnicas e práticas de manejo com base em princípios agroecológicos. Por conta da produção com base agroecológica o assentamento tornou-se uma referência, passando a receber visitas de estudantes e pesquisadores para conhecer a experiência da comunidade. Sob a coordenação do CETRA, participa das principais feiras agroecológicas da região, inclusive em Fortaleza.

Foto 23 - Entrada do Assentamento Tijuca Boa Vista
Fonte: Sousa, julho/2017

Os assentados tiveram acesso as principais linhas de crédito disponibilizadas pelo INCRA, ou seja, os créditos iniciais (fomento, habitação e alimentação) e o PRONAF A (investimento). Através do CETRA foram desenvolvidos projetos de caprinocultura, horticultura e piscicultura. A EMBRAPA desenvolveu estudos experimentais com forragem para caprinocultura, em parceria com o CETRA.

---

[86] O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que foi criada em 30 de dezembro de 1981, no estado do Ceará, pelo advogado Antônio Pinheiro Freitas. Oferece assistência técnicas aos assentamentos da reforma agrária em vários Estados do Nordeste, especialmente para produção agroecológica.

[87] O Projeto Dom Helder Câmara é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF. O PDHC atua em 6 estados do Nordeste Brasileiro, envolvendo 8 Territórios Rurais e 77 Municípios do Semiárido.

Conforme relato de uma liderança do assentamento, os principais problemas enfrentados pela comunidade estão relacionados à escassez de água e à segurança. Nos últimos anos a comunidade teve muitos prejuízos por não dispor de água para atender a demanda da produção. Segundo relato de uma moradora, nos 17 anos de existência do assentamento não tinha havido um período de tanta escassez de água como o que ocorreu nos últimos anos, especialmente no ano passado. Segundo seu relato, o açude que atende a comunidade chegou a secar. Mesmo com as chuvas ocorridas neste ano, o nível ainda se encontra muito baixo, e a água é de baixa qualidade, não dando para o consumo. A comunidade tem tentado resolver o problema com a dessalinização da água dos poços, mas enfrenta problema quando há necessidade de um volume maior de obtenção de água dessalinizada. Quanto à segurança, assim como identificado em outros assentamentos, é um problema que tem preocupado os moradores do Boa Vista, conforme relato de um dos entrevistados.

> Um problema é a questão da segurança, porque no começo a gente poderia até dormir de portas abertas e hoje a gente não tem mais essa segurança. Eu acho que é a questão do desemprego e a questão da droga que levam os jovens a fazerem coisas que não devem (...) tem também a questão do roubo de gado, a gente teve muita perca por causa disso. Eu mesma era criadora de caprino e enfrentei muitas dificuldades. (Entrevistado 17)

Entretanto, mesmo reconhecendo o problema do agravamento do problema da segurança, a comunidade avalia que a qualidade de vida melhorou em relação ao período anterior a criação do assentamento.

> Quando a gente iniciou aqui todo mundo era igual, todo mundo andava de bicicleta, nem todo mundo tinha se quer uma carroça. Hoje em dia é assim, mesmo com todas as dificuldades, você tem um transporte para andar, você tem sua casa. Mesmo com todas as dificuldades, mas mudou completamente a vivencia da gente (...) eu digo que para mim a qualidade de vida aqui é boa. (Entrevistado 17)

Na comunidade não há posto de saúde e nem escola. Quando há necessidade de atendimento médico as pessoas se deslocam para o distrito de São João dos Queiroz, que fica a 28 km do assentamento. Quanto ao acesso à escola, os alunos se deslocam em ônibus da prefeitura até Quixadá, cerca de 16 km.

Uma iniciativa importante que ocorreu no assentamento foi a de combinar as atividades agrícolas com atividades não agrícolas, neste caso turismo, pois vislumbrou outras possibilidades de trabalho e renda. Entretanto, pôde-se observar que ambas as atividades estão bastante prejudicadas. As atividades agrícolas, com apoio do CETRA, estão sendo recuperadas no sentido retomar os patamares anteriores ao período de estiagem. As atividades não agrícolas que vinham sendo desenvolvidas no assentamento, marcadamente o turismo e seus desdobramentos, estão totalmente paralisadas, tendo sido observado a incapacidade da comunidade de retomar essas atividades sem auxílio externo. Pôde-se observar um misto de

esperança que a atividade possa ser retomada, e um descrédito com o turismo como uma alternativa de geração de emprego e renda.

O Turismo no assentamento

Hoje, a atividade turística está totalmente paralisada. A pousada se encontra fechada, necessitando de serviços de manutenção e recuperação das instalações. Praticamente não há materiais, equipamentos e utensílios no ambiente que permitam receber turistas. As atividades opcionais, como as trilhas e os passeios de charrete e de carro de boi, dentre outras, da mesma forma, foram totalmente paralisadas. A pousada possui um site que ainda se encontra ativo, porém sem nenhum responsável por atualizações e contatos com os visitantes.

Segundo relato de uma liderança do assentamento, a ideia do turismo surgiu no Fórum dos Assentados, atendendo ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS)[88] do Território do Sertão Central[89], especificamente ao objetivo estratégico "Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território", do eixo "Organização Sustentável da Produção no campo e na cidade", dentro da Dimensão Socioeconômica do PDTDRS.

> Assim, desde o início quando a gente chegou aqui, a estrutura a gente tinha, que era a casa sede. Depois, a gente com esses projetos pelo Dom Helder e CETRA, a gente foi avaliando o que é poderia ser mudado para gerar renda para a comunidade. Aí, nesse Fórum dos Assentados foi surgindo as ideias e os projetos foram ajudando a gente e levando a ideia para fazer esse projeto do turismo. (Entrevistado 17)

Outro fator que contribuiu para que a comunidade se unisse a parceiros na viabilização do turismo na comunidade foi a influência de um movimento crescente que vinha ocorrendo em outros assentamentos do Estado do Ceará, especialmente no litoral leste, em Fortim, com a experiência exitosa do Assentamento Coqueirinho, e no litoral oeste, com as experiências que começavam a ser desenvolvidas na comunidade Caetanos de Cima, no Assentamentos Sabiaguaba, em Amontadas, e no Assentamento Maceió, em Itapipoca.

---

[88] O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS, é um documento que atende ao Programa Territórios da Cidadania, e reúne as informações coletadas e organizadas do Território do Sertão Central através de vários encontros de construção participativa, tanto do aperfeiçoamento das instâncias colegiadas quanto para a qualificação do plano.

[89] Território formado pelos municípios de Milhã, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Mombaça, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole. Atende ao Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, no Governo Lula, como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, voltado às regiões mais carentes do país, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalhava com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinava um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Após o surgimento da ideia no Fórum dos Assentados, houve um engajamento da Prefeitura Municipal de Quixadá no sentido de atender ao objetivo previsto do PDTRS. Foi então elaborado projeto e firmado convênio entre a Prefeitura de Quixadá e o MDA para a transferência de recursos na ordem de R$ 70.000,00, destinados a reforma do antigo casarão da fazenda e aquisição de móveis, equipamentos e utensílios para implantação da Pousada Rural. Tanto a obra quanto a aquisição de móveis, equipamentos e utensílios ficaram sob a responsabilidade da prefeitura.

Em 28 de dezembro de 2008, foi inaugurada a Pousada Boa Vista, com 7 apartamentos e um restaurante para atender à demanda de turistas. No mesmo ano em que o projeto da pousada estava sendo desenvolvido, foi lançado, em junho, o edital 01/2008, pelo MTur, voltado para o fomento a iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil. Diante desta oportunidade, o Centro Ecológico Aroeira, por indicação do Projeto Dom Helder, elaborou proposta para concorrer na referida chamada pública, contemplando ações de capacitação voltadas para preparação de membros da comunidade para a prestação de serviços turísticos, incluindo: formação cidadã, turismo e meio ambiente, qualidade na prestação de serviços, garçom e garçonete, camareira, recepcionista, culinária regional, bolos, doces e salgados, gestão da pousada, condutores de trilha ecológica, danças folclóricas e comitê gestor do projeto.

Segundo Silva *et al* (2009), o processo de seleção do Edital 01/2008, do MTur, foi concluído em agosto de 2008, selecionando 50 projetos, dos cerca de 500 inscritos. 22 projetos foram imediatamente liberados, e 28 ficaram para utilização de recursos orçamentários de 2009. O projeto apresentado pelo Centro Ecológico Aroeira foi selecionado entre os 22 iniciais, tendo começado a ser executado em 30 de julho de 2009, e sido encerrado em 30 de novembro de 2011, totalizando um aporte de R$ 135.000,00 (R$ 220.910,08 atualizados monetariamente). Deste montante R$ 121.500,00 (R$ 198.819,08 atualizados monetariamente) foram recursos do MTur, e R$ 13.500,00 (R$ 22.091,01 atualizados monetariamente) como contrapartida do proponente (SICONV, 2017).

Foto 24 - Visão panorâmica da Pousada Rural Comunitária Boa Vista
Fonte: Sousa, julho/2017

Segundo relato da liderança do assentamento envolvida em todo o processo de desenvolvimento da atividade turística, tanto a obra da pousada quanto as capacitações foram realizadas conforme previsto, atendendo às expectativas da comunidade. Tão logo a pousada foi aberta, antes mesmo do início das capacitações, a comunidade já começou a receber turistas. Segundo seu relato, logo no início recebiam muitos hóspedes, chagando a ficar com lotação máxima nos finais de semana.

> Recebíamos vários grupos, tinha semana de estar lotado, de receber dois três grupos. Recebia também muita gente das universidades, das escolas de Quixadá e dos municípios vizinhos. (Entrevistado 17)

Segundo a liderança entrevistada, esse foi um momento muito bom para a comunidade, pois as atividades agrícolas estavam se desenvolvendo bem, e o turismo estava deixando o assentamento em evidência, envolvendo quase todos da comunidade.

> Quase todas as famílias se envolviam. Porque tinha os jovens que participaram também dos cursos. Então quando tinha um evento, a gente selecionava um grupo para ficar com a alimentação, outro para receber o grupo, outras pessoas ficavam com a limpeza e arrumação. Então era assim, ia envolvendo quase todas as famílias do assentamento, poucas famílias não queriam se envolver. (Entrevistado 17)

Foram criados nove postos de trabalho, sendo eles: cozinheira, camareira, recepcionista, faxineira, garçom, vigia, manutenção, condutor de trilha e condutor de charrete.

Segundo a liderança entrevistada, havia um rodízio entre essas funções para que o número de pessoas beneficiadas fosse o máximo possível.

Os principais atrativos naturais que estavam sendo oferecidos aos visitantes eram: trilhas ecológicas interpretativas, passeios a cavalo, passeios de charrete e carro de boi, passeios de canoa, banhos de açude e rio. Havia também a comercialização da produção culinária e do artesanato local, apresentações das manifestações folclóricas e conversas sobre a história da comunidade.

Foto 25 - Pousada Rural Comunitária Boa Vista
Fonte: Sousa, julho/2017

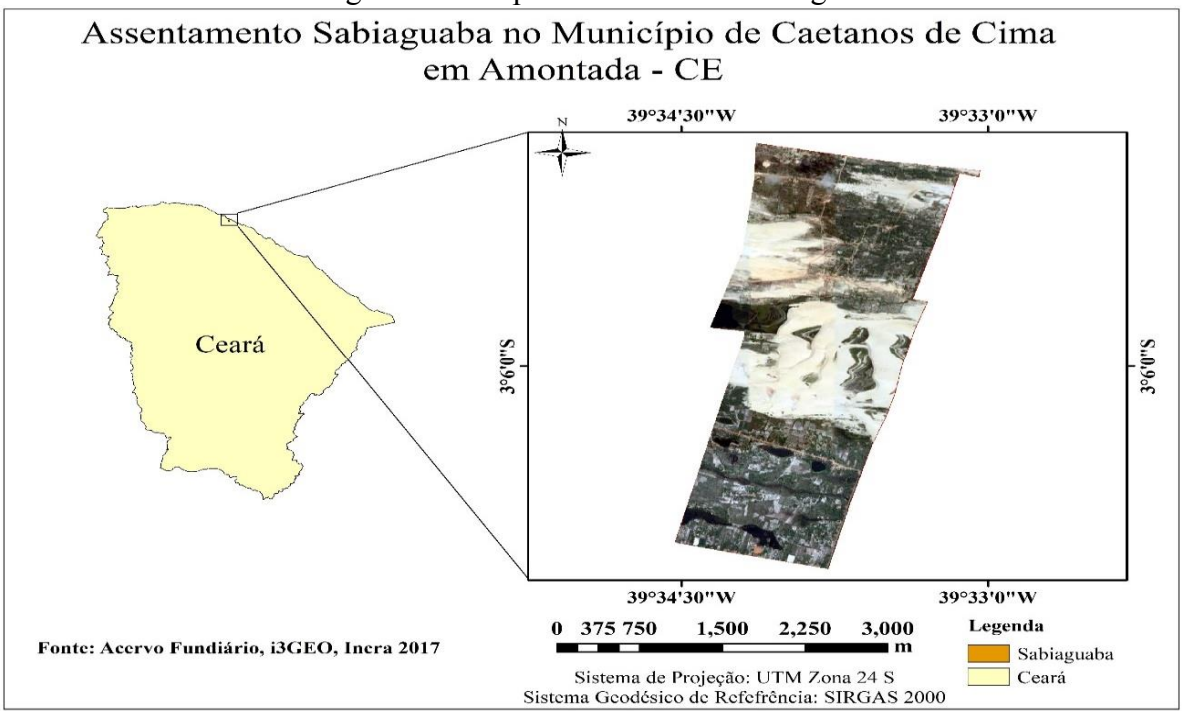
Foto 26 – Área de refeição e lazer da Pousada Rural Comunitária Boa Vista
Fonte: Sousa, julho/2017

Indagada se no período em que funcionou a atividade turística havia viabilidade financeira, a liderança entrevistada afirmou que sim. Havia um grupo que fazia todo o acompanhamento, inclusive de entradas e saídas de recursos. No entanto, quando indagada quanto aos motivos que levaram a paralisação das atividades turísticas, a mesma afirmou que o problema foi de gestão. Segundo seu relato, quando houve a mudança de diretoria da associação comunitária, que era a responsável pela gestão do turismo, foi quando começaram os problemas que levaram a paralisação da atividade turística. Todavia, ao ser entrevistado, outro morador, que também possuía uma atuação ativa na atividade turística, alegou que a paralisação da atividade turística ocorreu por conta da escassez de água. Sem oferta suficiente de água, segundo ele, ficou inviável receber pessoas para se hospedarem. Entretanto, não justificou a paralisação das demais atividades que vinham sendo desenvolvidas e que não dependiam diretamente da oferta de água. As atividades foram paralisadas completamente no início de 2014. Contudo, conforme Maia (2015), o fluxo intenso de visitação no assentamento ocorreu de 2008, após a inauguração da pousada, até o ano de 2012. A partir de 2013 o número de visitantes foi sendo reduzido rapidamente, resultando com a paralização completa em 2014.

4.1.3.3 Assentamento Sabiaguaba – Comunidade Caetanos de Cima

O Assentamento Sabiaguaba localiza-se no município de Amontada, no litoral oeste do Estado do Ceará, a 157 km de Fortaleza. Foi desapropriado em 17 de fevereiro de 1987. Antes era uma propriedade também chamada de Sabiaguaba. A área total do assentamento é de 864.5536 hectares, dos quais 43 hectares foram destinados a Área de Reserva e 10,5536 ha foram considerados como Área Inaproveitável, resultando em cerca de 811 hectares disponíveis para serem ocupadas por 28 famílias, sendo que 13 famílias se encontram na comunidade Caetanos de Cima, uma das três comunidades existentes no assentamento. A comunidade é representada pela Associação de Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados no Imóvel Sabiaguaba (APAPAIS).

Figura 14 - Mapa Assentamento Sabiaguaba



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O Assentamento Sabiaguaba é o resultado da luta de três comunidades, Caetanos de Cima, Pixaim e Matilha, que se reuniram com a finalidade de não perder suas terras para a especulação imobiliária. Segundo relato de uma liderança entrevistada, a comunidade Caetanos de Cima, onde há a ocorrência da atividade turística, tem 70 famílias, com cerca de 230 pessoas, sendo que apenas 13 são assentadas pela reforma agrária. Tal fato ocorreu porque quando a área do assentamento foi desapropriada considerou-se a dimensão de 30 ha para cada Unidade Agrícola Familiar (UAF), como a área desapropriada disponível era de cerca de 811 hectares,

só foi possível assentar 28 famílias. Foi sugerido, então, que áreas vizinhas fossem vistoriadas para a inclusão no assentamento, indicação que não foi posta em prática (LIMA, 2012).

A comunidade é formada por agricultores e pescadores artesanais, e convive com um grave problema de conflito fundiário[90]. Cerca de 70% das terras do assentamento são cercadas por propriedades de uma família que buscando deslegitimar a expropriação da terra e a transformação em área de uso comum pelo INCRA, ao dividir a terra em pequenos sítios, com posseiros, tornado a área em um ambiente de conflito entre os assentados e os pequenos posseiros na área desapropriada (LIMA, 2012). O conflito fundiário, que dividiu a comunidade em Caetanos de Cima e Caetanos de Baixo (os posseiros) se agravou quando um empresário português, Júlio Trindade, conhecido como "Pirata"[91], em 1992, uniu-se aos posseiros, criou uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em frente à comunidade dos Caetanos de Cima, e solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) a construção de um estrada ecológica até a reserva, que é administrada pela Fundação Pirata Marinheiros, criado pelo empresário. O MST tem ajudado a comunidade na luta resultante deste conflito fundiário, que se estende a anos sem solução definitiva. Segundo uma liderança entrevistada, por conta deste problema existem áreas invadidas onde se instalou pontos de comercialização de drogas, sem que a comunidade possa intervir.

Outro problema apontado pela entrevistada foi relativo aos serviços de saúde pública e acesso à comunidade, por conta da precariedade da estrada. Quando necessitam de atendimento médico se deslocam para a sede do município, onde o atendimento é muito precário. Quando há casos mais graves é necessário se deslocar para o município mais próximo, Itapipoca, a 78 km. O acesso à agua é feito através de poços artesianos. Quanto a energia elétrica, a partir de 2000, passou a atender quase que a totalidade da comunidade. O êxodo rural é uma preocupação para a liderança entrevistada. A comunidade vem enfrentando dificuldades com a diminuição da pesca e com a migração, principalmente de jovens para os centros urbanos mais próximos. Segundo relato da liderança entrevistada, com a diminuição da pesca e as

[90] Os conflitos em Caetanos de Cima existem desde final do século XIX, quando Estevão Romero Barros, em 1888, se apropriou das terras que correspondiam ao imóvel Sabiaguaba e obrigou os moradores a pagar renda por elas.

[91] O empresário ganhou esse apelido por conta do Pirata Bar, estabelecimento que criou em Fortaleza, em 1986, na Praia de Iracema, se tornando uma referência da noite de Fortaleza, especialmente por conta do lema "A segunda-feira mais louca do mundo", que se tornou internacionalmente conhecido. O empresário faleceu em 2011, em decorrência de um tumor cerebral. Hoje, seu filho dá continuidade ao processo litigioso com a comunidade.

oportunidades de emprego e renda tornam-se mais escassas na comunidade, sendo, inclusive, fonte de alguns conflitos.

> A gente tem dificuldades, a gente vê que a pesca tá diminuindo, cada vez mais pessoas desinteressadas por esta atividade, e a gente percebe um êxodo rural acentuado. Nos últimos dois anos a gente já estava contando com 30 pessoas que saíram da comunidade, a maioria jovens (...) é assim, muitos conflitos internos que nós temos aqui é por que o pessoal disputa também os empregos, os poucos empregos públicos que tem, os contratos de empregos ou de subempregos. A escola não comporta todo mundo porque nós temos uma taxa de nascimento muito baixo. Então não tem esse monte de turmas para abrigar as pessoas. Então parte dos professores e de pessoas que se formam no assentamento só trabalham fora dele, esses jovens trabalham fora dele. (Entrevistado 17)

Quanto ao serviço de educação, na comunidade existe uma escola que oferece o ensino fundamental I fase. A história desta escola é um bom exemplo das ações coletivas de luta da comunidade. Segundo Lima (2012), em 1996, a comunidade organizou e construiu, em regime de mutirão e com materiais adquiridos com recursos do Fundo de Desenvolvimento para o Ensino Fundamental (FUNDEF), a Escola Maria Elisbânia dos Santos, em terreno cedido pelo Grupo de Mulheres[92]. A escola foi incorporada à rede municipal de ensino, em 2000. As demais etapas do ensino regular são ofertadas no distrito de Sabiaguaba, ou na sede do município.

Além da agricultura e pesca, a renda das famílias é complementada por benefícios sociais, como o Bolsa Família e aposentadorias. A produção na comunidade é mais voltada para a subsistência, com a comercialização do excedente. As principais atividades produtivas envolvem a criação de aves, a agricultura e a pesca, seguida de perto pelo turismo, recém integrado às demais atividades. Os principais produtos agrícolas são o coco-da-baía (principal fonte de renda), o feijão, o milho, a batata-doce, a mandioca, a cana-de-açúcar e a abóbora. A produção é basicamente orgânica e não utilizam a prática de queimadas.

Foi introduzida na comunidade de Caetanos de Cima a prática dos Quintais Produtivos, fruto de um projeto denominado de Ciranda Produtiva. Esse projeto teve início em 2008, foi criado como estratégia para desenvolver o turismo comunitário em Caetanos de Cima, e foi financiado pela Associação Amigos da Prainha[93]. Funciona em sistema de microcrédito, onde as famílias podem acessar até R$ 1.500,00 para desenvolver atividades produtivas que componham a cadeia do turismo. Segundo relato de uma liderança da comunidade, o sistema é

---

[92] O Grupo de Mulheres foi formado em 1970, assessoradas por irmãs da Congregação das Irmãs de Notre Dame, como forma de enfrentar o preconceito e o machismo que havia na comunidade em relação a participação das mulheres nas ações comunitárias (LIMA, 2010)

[93] Associação criada e coordenada por René Schärer. Em Outubro de 2000 foi legalmente constituída na Suíça como Associação filantrópica, e hoje inclui várias fundações na Suíça que apoiam projetos na Prainha e outras comunidades do litoral (Ponta Grossa, Icapu; Flecheiras, Trairi; Curral Velho; Itarema; Caetanos de Cima, Itapipoca).

administrado pela APAPAIS, e cada associado que tem acesso ao microcrédito tem 1 ano para devolver o recurso, que será disponibilizado para outra família. A cada rodada são beneficiadas 12 famílias.

> Esse projeto em si não é voltado para as estruturas, ele é jogado na cadeia, e é chamado a Ciranda Produtiva. É um microcrédito administrado pela própria associação, a cada rodada ele beneficia 12 famílias na comunidade, e a gente devolve o dinheiro no prazo de um ano. Se a gente não devolver até a data prevista, que é quando faz um ano, aí ele sobe um juro de 5%, que vai para a própria organização comunitária local. Para a gente que é pequeno esse projeto é muito significativo para todos nós. (Entrevistado 18)

Nos quintais produtivos as famílias plantam hortaliças e frutíferas como manga e caju, além da mandioca e da batata doce. As famílias que aderiram aos quintais produtivos, também adotaram a produção orgânica como prática, o que a diferencia de outras comunidades que adotam a agricultura convencional com utilização de agrotóxicos na produção de alimentos.

Outro diferencial importante na comunidade é relacionado às manifestações artístico-culturais. Existem na comunidade o Grupo Raízes do Côco, Banda Brilho do Mar, o Grupo do Audiovisual e o Grupo de Teatro Frutos da Arte. São ações coordenadas pelo Ponto de Cultura Abrindo Velas, Pescando Cultura. Assim como ocorreu no Assentamento Coqueirinho, em Caetanos de Cima essas ações foram frutos do projeto idealizado pelo INCRA, o PACRA, que também encontrou na comunidade terreno fértil para ser desenvolvido. Sendo assim, as ações desenvolvidas em Coqueirinho, e em outros assentamentos do Estado do Ceará, captadas e coordenadas pelo INCRA, através do PACRA, também foram desenvolvidas em Caetanos de Cima, tendo grande repercussão na comunidade, conforme relato da coordenadora do PACRA.

> Caetanos é uma história muito interessante, tem vários trabalhos lá. Eles são da REDE TUCUM, é uma área de um conflito imenso na praia, eu digo assim que eles estão no "olho do furacão", porque é uma região disputadíssima, eles têm conflito de tudo que é jeito. Eles são parceiros do Maceió, são parceiros de um conflito. O Pirata[94] perturba por lá. Morreu, mas tem o filho. Mas eles têm conflitos internos de posseiros que ficaram, é uma confusão gigantesca. Mas, é assim, é com a cultura, e o turismo perpassa isso, na verdade, o projeto de turismo chega lá pela cultura, ele chega depois do Ponto de Cultura. Então eles conseguem retomar a tradição deles lá da dança do côco, se reorganizam em torno disso, conseguem envolver a juventude, isso algo que estava muito desarticulado (...) a gente teve um projeto de áudio visual também lá, que o Coqueirinho também participa, que chama de RACA, Rede de Audiovisual do Campo, que a gente formou vários jovens, e o jovem do Caetanos também participou, inclusive os equipamentos da Rede hoje estão com eles, porque eles são os que mais tem utilizado isso, de fazer vídeo. Para mim, nos assentamentos a juventude que mais incorpora esse espaço das imagens nas redes sociais, tanto deles como do lugar deles com o grande valor que eles têm, é o Caetanos! (Entrevistado 16)

[94] Apelido do empresário português

As ações na comunidade são concentradas na APAPAIS, não havendo outras associações criadas especificamente para cada ação. A comunidade optou por criar grupos que ficam com a coordenação das ações.

O Turismo no assentamento

Conforme pôde se observar no relato da coordenadora do PACRA, do INCRA/CE, os projetos de cultura foram muito importantes para que a comunidade Caetanos de Cima se introduzisse na atividade turística. Entretanto, na entrevista de uma liderança da comunidade ela ressalta que a opção pelo turismo ocorreu também pela necessidade da comunidade de ocupar o espaço de praia do assentamento, pois com o aumento da pressão turístico-imobiliária em todo o litoral cearense, a disputa fundiária tomou enorme proporção. Essa versão é corroborada por Lima (2012, p. 68, 69,70).

> Os conflitos imobiliários com agentes externos é resultado da atuação de um empresário português do setor turístico que vem investindo na área vizinha ao Assentamento Sabiaguaba desde fins da década de 1980. Seu interesse é construir o Projeto Turístico Praia do Pirata, complexo localizado entre os assentamentos Sabiaguaba e Maceió, sobre campo de dunas móveis e eolianitos em frente dos quais existe uma faixa de praia completamente deserta e paisagem paradisíaca (...) A interferência do empresário tem contribuído sobremaneira para acirrar os conflitos internos. Para a comunidade, trata-se de um oponente com poder de influência tanto no âmbito local e interno ao assentamento, quanto no meio político em todos os níveis (municipal, estadual e federal), com grande visibilidade decorrente de seus investimentos no setor turístico (...) Como se trata de terreno da marinha, não pode ser comprado ou vendido, sua posse é concedida a quem faz usufruto do espaço. Entretanto, no início de 1997, houve uma primeira tentativa de apropriação física: a área de pós-praia foi cercada durante a noite de maneira a surpreender os moradores. Entretanto, no dia seguinte, a cerca foi desfeita mais rápida do que foi erguida com a ajuda de pessoas de comunidades vizinhas que foram rapidamente mobilizadas. Foi a necessidade imanente de fincar ocupação e materializar os usos que a comunidade fazia daquele espaço que impulsionou o projeto de turismo comunitário.

Segundo a liderança entrevistada, desde 2000, com a crescente pressão do mercado turístico imobiliário sobre às comunidades tradicionais da zona costeira cearense, a comunidade de Caetanos de Cima passou a se articular com outras comunidades que se encontravam na mesma situação. Inicialmente essas articulações ocorreram por meio da Rede de Educação Ambiental do Litoral Cearense, pelo Fórum de Defesa da Zona Costeira Cearense, pelo Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense, e por meio de outras instancias sociais que foram se organizando em defesa das comunidades tradicionais da zona costeira do Ceará. Lima (2012), corrobora com esse entendimento, ao inferir que o turismo comunitário em Caetanos de Cima é marcado por referências político-sociais características da comunidade, como os projetos de desenvolvimento local baseados na sustentabilidade e a resistência diante dos conflitos fundiários.

> Ele surge inspirado na experiência da Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE, durante Curso de Formação de Novas Lideranças promovido pelo Instituto Terramar com o objetivo de formar sujeitos críticos capazes de compreender e intervir na realidade a fim de garantir melhor qualidade de vida das suas comunidades. Ocorrido entre os anos de 1999 e 2002, contou com a participação de representantes de 24 comunidades de 14 municípios do litoral cearense, tendo sido uma importante contribuição para a organização comunitária desta região. Depois disso, em 2002, participou do Seminário de Planejamento do Turismo Comunitário em Tatajuba, Camocim-CE, evento que contribuiu para a discussão sobre o turismo comunitário local. Em agosto de 2003, representantes de Caetanos de Cima tiveram contato mais próximo com a experiência pioneira da Prainha do Canto Verde no turismo comunitário, quando participou do Seminário de Planejamento Estratégico para avaliar o Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde, elaborado em 1998, e definir os novos caminhos para o turismo na comunidade. Estes intercâmbios fizeram surgir o reconhecimento das semelhanças existentes entre as comunidades, como a tradição na organização comunitária, os diversos grupos e projetos existentes, a resistência à especulação imobiliária e a preocupação com as questões ambientais. Assim, Caetanos de Cima inspirou-se nos projetos desenvolvidos com sucesso pela Prainha do Canto Verde. Entre eles, o turismo comunitário passou a fazer parte das discussões estratégicas da APAPAIS, devido ao seu potencial em fortalecer a organização local (LIMA, 2012, p.141)

Três instituições não governamentais foram muito importantes neste processo. Como atores externos, sempre estiveram envolvidas com os processos de defesa das comunidades litorâneas do Ceará. Foram elas: o Instituto Terramar, a Associação Intervita (da Itália) e a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (da Suíça). Estas instituições atuaram também como articuladores e apoiadores da criação da Rede Tucum, a qual a comunidade de Caetanos de Cima ajudou a formar e se integrou ao decidir-se pelo envolvimento com o turismo na comunidade.

> É assim, esses projetos vão finalizando e vai dando seguimento com outras estratégias. Então, depois a gente idealizou criar uma rede de turismo comunitário. É como uma estratégia mesmo de luta, de luta por território. Então, foi assim, houve um longo período de discussão, foram vários anos de discussão de como era que a gente implementava essa ação. E aí, em 2008, a gente já tinha a Prainha do Canto Verde com 10 anos de experiência com o turismo comunitário. Então ela passou a ser uma das comunidades, mas a nossa referência para poder fazer o trabalho. (Entrevistado 18)

Segundo Lima (2012), em setembro de 2007, aconteceu o I Encontro da Rede Tucum, na Prainha do Canto Verde, em Beberibe, corroborando o relato da entrevistada quanto as discussões que resultaram na criação de uma rede de articulação para o turismo comunitário. Foi então criada a Rede Tucum, envolvendo dez comunidades da zona costeira do Ceará envolvidas com o turismo comunitário, e mais duas organizações localizadas em Fortaleza que oferecem apoio a visitantes, uma ligada ao MST, o Alojamento Frei Humberto, e a outra a Associação Mulheres em Movimento, do Conjunto Palmeiras (LIMA, 2010).

O lançamento oficial da Rede Tucum ocorreu no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza/CE, no mês de maio de 2008. Neste seminário também foi lançado, conforme já mencionado, o edital 01/2008, do MTur, uma

chamada pública voltada ao financiamento de iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil. Uma das propostas aprovadas para esta chamada pública foi apresentada pelo Instituto Terramar, com o título "Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e construindo sustentabilidade", que teve como objetivos promover a formação e desenvolvimento institucional da Rede Tucum, através da promoção e marketing dos produtos e serviços da Rede, intercâmbio com outras experiências de turismo comunitário no Brasil e o fortalecimento da identidade e valorização da memória e história local. Foram investidos R$ 138.856,00 (R$ 235.035,81 atualizados monetariamente), sendo R$ 124.836,00 (R$ 211.304,73 atualizados monetariamente) recursos repassados pelo MTur, e R$ 14.020,00 (R$ 23.731,07 atualizados monetariamente) como contrapartida do Terramar. Como integrante da Rede Tucum, a aprovação da proposta e a sua execução, foram fundamentais para alavancar o turismo comunitário em Caetanos de Cima, bem como nas outras comunidades integrantes da rede. Em Caetanos de Cima foi criada uma coordenação local para gerir as ações e atividades do turismo comunitário, em integração com as ações da Rede Tucum, sendo formada por uma coordenadora, uma vice-coordenadora e um terceiro membro responsável pela comunicação. As ações dessa coordenação local são mantidas com contribuições dos membros da comunidade que integram o grupo do turismo, correspondendo a 10% da receita gerada pelo turismo. A entrevistada foi a primeira coordenadora do grupo de turismo, tendo deixado este cargo recentemente.

Paralelamente a execução do projeto aprovado pelo MTur, sob a responsabilidade do Instituto Terramar, outras ações foram sendo desenvolvidas na comunidade, a partir de 2008, com ajuda de outros atores externos. A primeira foi através da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, da Suiça, que até então apoiava e financiava ações apenas na comunidade Prainha do Canto Verde, em Beberibe. Trata-se do projeto denominado de Ciranda Produtiva, mencionado anteriormente, e que dentre outras ações, financiou os "quintais produtivos". Através do microcrédito fornecido pelo Ciranda Produtiva, passaram a ser beneficiados, a cada rodada, 12 famílias de membros da comunidade que aderiram ao turismo comunitário.

Outro projeto que foi desenvolvido paralelamente, ainda em 2008, foi também em um sistema de crédito rotativo, desta vez financiado pela Associação Intervita, da Itália, só que para financiar as estruturas para o desenvolvimento do turismo comunitário. A cada rodada eram beneficiadas três famílias, recebendo um crédito de até R$ 4.000,00, que também devem ser pagos em um prazo de um ano, com uma penalização de 5% sobre o montante, caso haja atraso. Segundo a entrevistada, em Caetanos de Cima, este sistema vem funcionando muito bem, todos

os empréstimos são devolvidos e retornam para beneficiar outras famílias, porém, em outras comunidades os valores não foram devolvidos e o sistema foi interrompido.

No final de 2008 a comunidade recebeu os primeiros grupos de visitantes, que participavam do III Encontro da Rede Tucum, realizado na comunidade. Em janeiro de 2009, a comunidade teve oportunidade de receber novamente um grande número de visitantes por conta de outro evento realizado em Caetano de Cima. Tratava-se da Festa da Terra, que marcava o encerramento do Projeto Ponto de Cultura, e, dentre outras comemorações, festejava-se a criação da associação da comunidade.

Hoje, segundo a entrevistada, existem na comunidade 12 estruturas voltadas para atender a demanda do turismo comunitário, sendo 02 pousadas e 10 casas de moradores que foram adaptadas para receber turistas. Há também um restaurante que é gerido pelo Grupo de Mulheres(imagem), e um museu gerido pelo Ponto de Cultura.

Como foi observado em outras comunidades, por conta do crescimento do turismo em Caetanos de Cima, alguns impactos negativos começam a provocar divisões internas na comunidade. Em seu relato, a entrevistada, que foi uma das principais articuladoras do turismo comunitário na comunidade, e a primeira coordenadora do grupo de turismo, afirma que continua participando do grupo, mas teve que se afastar um pouco em virtude de alguns problemas que surgiram.

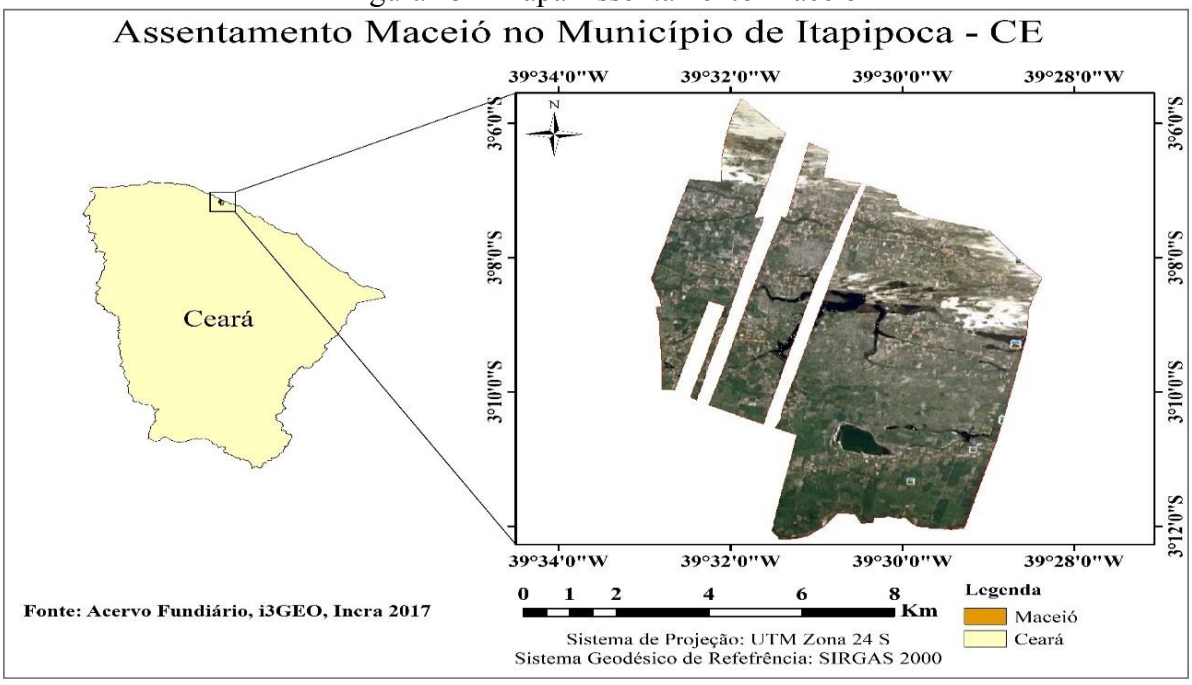
> O turismo trouxe coisas boas, mas trouxe impactos locais também, sabe? Dividiu um pouco a comunidade, sabe? Conflitos internos, uma coisa nova chegando, e aí quando as coisas mexem com dinheiro, e aí trouxe um impacto não muito positivo para a comunidade. Tem toda a história do desenvolvimento, tudo, sabe? Mas, o turismo também trouxe problemas. E aí, nisso, a princípio a gente fazia a coordenação local. Eu estava na local e na executiva também. Mas, aí, por conta destes impactos que houveram, a gente saiu da rede. Eu continuo fazendo o turismo de base comunitária, não mudei a lógica, não. A gente continua com as estruturas simples, a gente não tem aquela história de se descabelar para fazer o gosto do turista, do visitante (...) a gente tem que manter o básico, mas não pode mudar a nossa rotina para fazer uma camuflagem, porque aí fugia os padrões, os eixos, como a valorização da cultura local, certo? O turista aqui vai comer o nosso grolado[95]. Se a gente tiver comendo grolado, ele vai comer grolado também, peixe assado, cozido (...) tem a história também do boicote ao camarão de viveiro, nós não comercializamos aqui, a lagosta miúda, essas coisas (...) tem gente que já começar a fugir dessas práticas, dessas coisas, entendeu? Porque essas coisas mexem com a cabeça das pessoas, porque nem todo mundo vai conseguir manter a vida inteira essas regras, essas orientações, entendeu? (Entrevistado 18)

[95] É um alimento feito à base de massa de mandioca, servido geralmente com peixe. Faz parte dos hábitos alimentares dos povos indígenas que habitaram a zona costeira cearense (SALDANHA NETO, 2014). Também pode significar comida improvisada, feita para suprir uma necessidade imediata.

4.1.3.4 Assentamento Maceió

O Assentamento Maceió está localizado no município de Itapipoca, no litoral oeste do Ceará, no distrito de Marinheiros, há 190 km de Fortaleza e 30 km da sede municipal. Foi criado através da Portaria 838, de 24 de setembro de 1987, da Superintendência Regional do INCRA no Ceará). Segundo dados do SIPRA (2017), o assentamento foi constituído pela junção de 3 imóveis desapropriados: o Maceió, com 4.102,1352, São José, com 187,8815 hectares, e Bode/Tapera/Três Irmãos, com 1.554,6952. A área total do assentamento é de 5.844,7119 hectares. Desta área, 699,488 hectares são de preservação ambiental permanente, em virtude das dunas móveis existentes. Foi desapropriado em 02 de março de 1988, tendo ocorrido a imissão de posse em 17 de junho de 1988. Foram assentadas 332 famílias. A comunidade é representada pela Associação Comunitária do Imóvel Maceió, existindo também no assentamento uma cooperativa, a Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização do Imóvel Maceió Ltda (COPAIM). Recentemente foi criada a Associação dos Cultivadores de Algas do Assentamento Maceió (ACALMA), com a finalidade de gerir o projeto de cultivo de algas.

Figura 15 - Mapa Assentamento Maceió



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Conforme Cajado (2010), o Assentamento Maceió é o primeiro de reforma agrária na Zona Costeira do Estado do Ceará, tendo sido conquistado pela união de seus moradores, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica. Entretanto a história de luta da comunidade não é recente. Segundo Cajado (2013), o legado de opressão contra os antigos

moradores do local, se estendeu por muitas décadas, tendo se iniciado com a chegada de um europeu, conhecido por José, que se casou com uma mulher da praia da Baleia, também no município de Amontada, formou grande família, foi se apossando das terras e passou a amedrontar os demais moradores da região. Após várias gerações submissas à opressão, na década de 1960, a partir do incentivo de um padre da igreja católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapipoca, os moradores começaram a se mobilizar, o que resultou na criação de um Círculo Operário[96] em Itapipoca, sendo reprimidos no período da Ditadura Militar. Na ocasião as casas das principais lideranças da mobilização foram derrubadas e queimadas.

Na década de 1970, novamente por influência da Igreja Católica, através das CEBs e a CPT, os moradores foram encorajados ir à luta novamente. Segundo Cajado (2013), ao perceber o crescimento da mobilização, por volta de 1980, as famílias "proprietárias" das terras as venderam para a empresa Agropecuária Arvoredo, de propriedade de Tasso Jereissati,[97], para a implantação de um projeto de plantio de coqueiros, e os moradores iriam trabalhar no referido projeto enquanto mão de obra assalariada, tornando-se mais uma vez alvo de exploração, desta vez de forma bem mais violenta. O novo proprietário delimitou as terras, cercou-as, e com tratores e gado destruíam as plantações dos moradores (CAJADO, 2013).

Contudo, na primeira metade da década de 1980, com o apoio recebido pelos moradores por outras instituições importantes na luta pela permanência na terra, como por exemplo do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), e com o crescimento das mobilizações em todo país em virtude de campanhas pela reforma agrária, em março de 1985, houve a desapropriação da terra por parte INCRA, com imissão de posse no ano seguinte (CAJADO, 2013). Todavia, os anos 2000 chegaram com novas alternativas de desenvolvimento econômico para a zona costeira cearense, e com novos conflitos para o Assentamento Maceió. Em virtude de parte do assentamento se encontrar no litoral do município de Itapipoca (as comunidades de Apiques e Maceió se encontram na faixa litorânea), o anúncio de inúmeros projetos de empreendimentos turístico-imobiliários[98], juntamente com o incentivo à implantação de parques eólicos na costa nordestina, trazem de volta as ameaças à comunidade do Maceió.

> O Assentamento Maceió é um território em disputa entre modelos antagônicos: um é construído pelas famílias que têm no Assentamento um espaço de reprodução de modos de vida, enquanto outro é voltado ao desenvolvimento exógeno, pautado na

[96] Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. A primeira dessas associações foi o Círculo Operário Pelotense, fundado na cidade de Pelotas (RS) em 15 de março de 1932. Em 1964, funcionavam no país 408 círculos, reunidos em 16 federações estaduais, com um total de cerca de 435.000 associados.
[97] Senador e ex-Governador do Ceará.
[98] Para mais informações ver SOUSA *et al* (2016).

> exploração dos recursos naturais e no crescimento econômico. Retratando esta disputa, há seis anos o Maceió vive uma luta judicial e simbólica por uma faixa de terra localizada na praia do Maceió, onde há um empresário13 que se intitula dono de uma faixa de terra que dá acesso ao mar e ao porto onde os pescadores deixam suas embarcações. Moradores e moradoras no Assentamento se revezam durante os sete dias da semana, 24 horas por dia em um acampamento de resistência, que fica a poucos metros de outro acampamento, o acampamento do grupo empresarial Pirata. Este grupo de empresários europeus tem por objetivo construir um Resort na praia do Maceió, com a justificativa de geração de emprego e desenvolvimento econômico para a região por meio do turismo (...) as dunas que dão forma e beleza ao Assentamento, bem como os ventos que movimentam as velas dos paquetes e canoas dos pescadores artesanais, também são alvo de cobiça, já que o Maceió encontra-se numa região de potencial geração de energia eólica. Desta forma, compreende-se, o que está realmente em disputa é o direito de viver destas famílias e perpetuar suas histórias e cultura, que se fazem na fertilidade da terra, na fartura do mar, na liberdade dos ventos traduzindo-se na beleza das paisagens e no sorriso das pessoas do Maceió (CAJADO, 2013, p. 39).

Atualmente, conforme pôde-se observar, as atividades tradicionais, os hábitos, costumes e o modo de vida da comunidade estão sob forte ameaça em virtude da implantação de sistemas de geração de energia eólica e do desenvolvimento de atividades econômicas de alto impacto socioambiental. As atividades econômicas do assentamento são baseadas na pesca, na agricultura e no artesanato, desenvolvidas sob grande influência cultural. A pesca não é apenas a principal fonte de renda, mas de reprodução familiar e cultural, já que os saberes e práticas do mar são passados por gerações (CAJADO, 2010). Entretanto, assim como acontece em outras comunidades da zona costeira cearense, que padecem das mesmas ameaças, a comunidade tem recebido apoio de instituições não governamentais, como o Instituto Terramar, e de organizações religiosas, como a Congregação de Notre Dame (ZAKABI, 2016; GOMES, 2014), além do MST. O apoio tem se refletido em estratégias de ocupação da área em conflito em duas frentes, o cultivo de algas e o turismo comunitário.

O cultivo de algas está sendo desenvolvido através de um projeto denominado CALMA (Cultivo de Algas de Maceió)[99]. Segundo Gomes (2014), além de uma estratégia de ocupação do território que se encontra sob ameaça, o cultivo das algas contribui com desenvolvimento econômico e socioambiental da comunidade.

> O cultivo de algas no Assentamento Maceió por meio do Projeto CALMA tornou-se uma alternativa tecnológica diferenciada de aquicultura sustentável, que fortalece o desenvolvimento socioambiental e contribui para que a comunidade resista a grilagem, ocupando e produzindo na terra e no mar (GOMES, 2014, p. 205).

O projeto foi implantado em uma ocupação que a comunidade realizou na faixa litorânea do assentamento denominada de Acampamento Nossa Terra, realizado em 2007, como forma de evitar a instalação de um empreendimento turístico, conforme já mencionado,

---

[99] O CALMA é um projeto de aquicultura do Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado do Ceará, conhecido como Projeto São José. O investimento foi de cerca de R$ 80 mil foi inaugurado no Assentamento Maceió. É um projeto comunitário sob a responsabilidade do "Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos", e envolve 24 famílias (GOMES, 2014)

do empresário português Júlio Trindade, o "Pirata". Em ação judicial, os assentados reivindicam a anulação do título de propriedade de terras pertencentes ao empresário e a garantia de acesso ao mar (GOMES, 2014).

O Turismo no assentamento

Como já foi dito, o turismo está sendo implantado como uma das estratégias de ocupação do território, adotadas pela comunidade na luta pela terra, da mesma forma como ocorreu em Caetanos de Cima. O acampamento Nossa Terra passou a ser, além da sede do projeto de cultivo de algas, um espaço de mobilização da comunidade. Paulatinamente, a comunidade vai desenvolvendo atividades tendo como base um barracão de palha de coqueiro.

Além da procura natural de turistas pela zona de praia do assentamento, desde de 2011, a comunidade vem realizando um evento náutico denominado de Regata Ambiental de Paquetes da Praia do Assentamento Maceió (GOMES, 2014). O evento tem apoio do MST, da ACALMA, do Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos, do grupo de jovens, do Instituto Terramar e da Rede Tucum.

> A realização da Regata de Paquetes, portanto, tornou-se uma espécie de alimento ideológico para manutenção do acampamento e identificação dos saberes emergentes ou práticas emergentes dessa luta. A prática colabora com que as famílias assentadas experimentem novas formas de promoção do desenvolvimento sustentável no Assentamento, agregando renda familiar, preservando a cultura, o modo de vida tradicional e a natureza. (GOMES, 2014, p. 201)

O turismo no assentamento Maceió está se estruturando. Após a ocupação da praia com a construção do barracão, com o projeto de cultivo das algas e a realização de eventos, a comunidade, com apoio da Rede Tucum e do Instituto Terramar, iniciou a construção de um galpão, dois quartos e uma cozinha para receber turistas. A gestão desta estrutura é feita pelo Grupo de Mulheres.

> Eles entraram recentemente no turismo. Eles ainda estão se estruturando, faz pouco tempo que eles aderiram a rede, né? A estrutura deles é bem menor, tem o pessoal das algas, que construíram dois quartos e uma barraca grande para recepção de pessoas na praia, onde era o acampamento, como uma estratégia mesmo de ocupação do território, aí foi dado esse apoio aí pela Rede Tucum, e eles conseguiram um recurso, né? A primeira estratégia foi a implantação do Projeto São José para produção das algas, e agora eles receberam, no ano passado, apoio para melhoria de uma estrutura na praia, que é um galpão grande para encontros, reuniões e receber visitantes, grupos, né? E junto, emendado com esse galpão, dois quartos e uma cozinha para hospedar e fazer refeições. (Entrevistado 18)

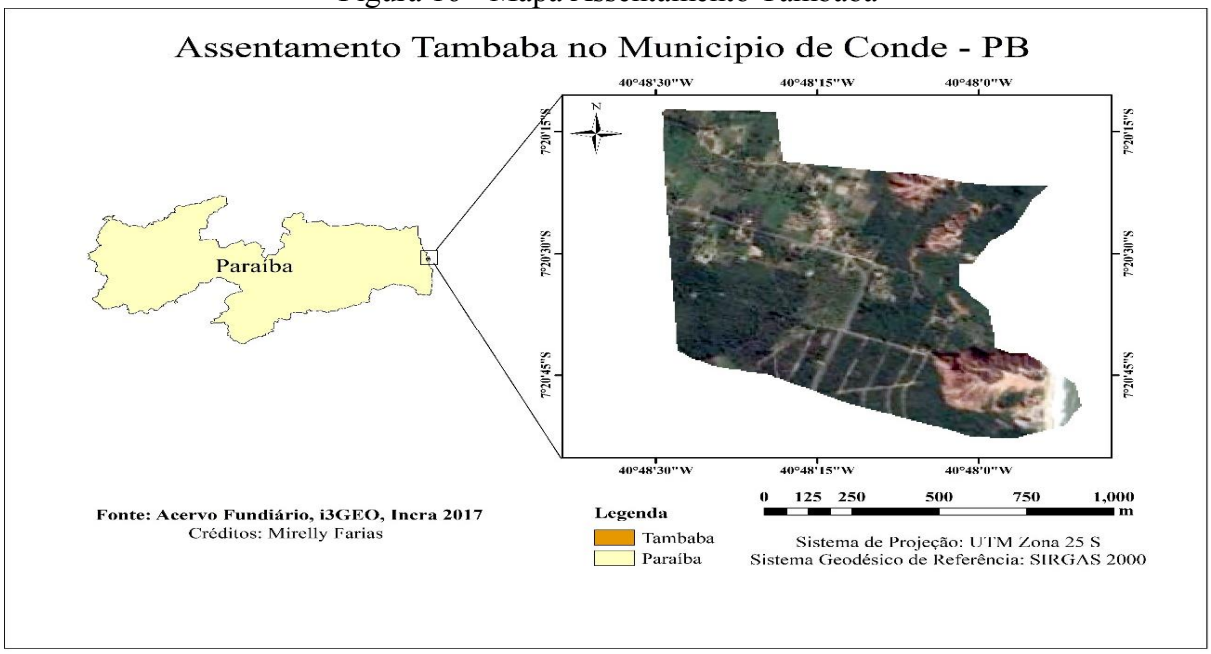
Além dos dois quartos construídos, os visitantes podem também pernoitar na área utilizando barracas de camping, ou ficando em casas de assentados.

4.1.4 Paraíba

4.1.4.1 Assentamento Tambaba

O Assentamento Tambaba, é um assentamento estadual e foi instituído pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba[100] (INTERPA). Está localizado na zona rural do município do Conde, na Paraíba, a 18 km da sede municipal. Foi criado em 01 de janeiro de 1990, em uma área de 90,5025 hectares. A desapropriação ocorreu em 13 de setembro de 1989. Foi implantado onde antes era a antiga Fazenda Esmeralda, assentando 17 famílias. A comunidade é representada pela Associação dos Trabalhadores do Assentamento Tambaba.

Figura 16 - Mapa Assentamento Tambaba



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Segundo relato de uma liderança do assentamento, que fez parte do primeiro grupo a ocupar a propriedade, em 1986, foram cerca de 10 famílias que iniciaram a ocupação. Chegaram a ser expulsos 5 vezes, mas depois retornavam. Hoje, moram no assentamento cerca de 60 famílias. Indagados quanto a qualidade de vida na comunidade, afirmaram que é boa. O maior problema relatado é com relação à violência, especialmente relacionada a assaltos e consumo e comercialização de drogas. O assentamento possui uma escola, que atende ao ensino fundamental I fase. As demais etapas de ensino são ofertadas na sede do município, ou em Jacumã[101]. Não há posto médico. O serviço é prestado na sede do município ou em Jacumã.

---

[100] O INTERPA foi criado em 28 de novembro de 1991. É vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP). É responsável, dentre outras atribuições, pela política fundiária da Paraíba.
[101] Distrito e praia do município do Conde, que fica a cerca de 30 quilômetros da capital paraibana.

A produção do assentamento é voltada basicamente para subsistência, com a comercialização do excedente nas feiras da região. Produz-se macaxeira, inhame, feijão e batata. A família das entrevistadas produz doces caseiros e comercializam na própria propriedade, em um ponto comercial onde turistas individuais ou em grupos, que visitam as praias da região, para comprar os mais diversos tipos de doces caseiros, entre outros itens expostos do referido ponto. Toda a família se envolve no negócio, auxiliando ou na produção ou na comercialização. Umas das mulheres da família, a que deu início a produção dos doces, complementa a renda familiar com um emprego em um restaurante na praia, próximo a propriedade, e sua família, além do trabalho no ponto de venda, produz peças de artesanato em crochê, as comercializando no próprio ponto de venda de doces e em uma feira de artesanato semanal na praia de Jacumã. Existem outros assentados que produzem peças de artesanato e as comercializam para os hotéis, pousadas e restaurantes da região.

Foto 27 - Empreendimento familiar no Assentamento Tambaba
Fonte: Sousa, julho/2017

O Turismo no assentamento

O assentamento foi selecionado para pesquisa por ter sido identificado em matérias jornalísticas e pesquisas acadêmicas como um caso de empreendedorismo turístico em assentamentos da reforma agrária. Todavia, a visita *in loco* demonstrou, através da observação e das entrevistas realizadas com duas assentadas, que é uma atividade isolada de uma família

de assentados, não se configurando em uma ação voltada para o desenvolvimento do turismo na comunidade, de forma coletiva.

Segundo relato de uma das empreendedoras entrevistadas, no início, era uma atividade coletiva, onde ela e outras mulheres do assentamento produziam doces caseiros para comercializar na região, principalmente nos hotéis, pousadas e restaurantes. Segundo seu relato o trabalho coletivo não obteve êxito, pois o retorno era insatisfatório. Todavia, 15 anos após a primeira experiência com a produção dos doces caseiros, foi procurada pelo SEBRAE/PB, oferecendo consultoria para voltar a produzir os doces. Observando que havia uma demanda natural de turistas passando em sua propriedade, a entrevistada relata que, com o apoio oferecido voltou a produzir os doces caseiros e comercializá-los em frente da residência, embaixo de um cajueiro. Ela afirma que através da consultoria do SEBRAE/PB foi orientada a construir um ponto comercial (uma casa de taipa) e a abrir uma microempresa. Conforme seu relato, o empreendimento está dando retorno satisfatório e está sendo reconhecido.

> Faz muito tempo, eu tinha meus 22 anos, a gente começou junto com as mulheres da comunidade, só que não deu certo. Aí passou muito tempo, quando eu já estava com meus 37 anos, aí foi quando veio um pessoal do SEBRAE procurar. Aí minha mãe foi a minha procura para ver se dava certo. Aí o pessoal mandou a gente fazer alguma coisa, fazer uns doces, porque eu já tinha alguns cursos feitos pelo SEBRAE, de doceira. Aí a gente começou a fazer os doces e vender debaixo do pé de cajú (...) aí ele nos ajudou a fazer algo que era simples, sugeriu para a gente fazer a casa de taipa para vender os doces. Aí graças a Deus deu certo. Hoje nós somos reconhecidas. Hoje somos uma empresa. (Entrevistado 19).

Observou-se que há um fluxo turístico constante que passa pela propriedade das entrevistadas, em virtude da parcela da família está localizada no caminho que dá acesso a uma das praias mais importantes do município, a praia de Coqueirinho, que complementa o roteiro de visitação dos turistas que buscam a região, juntamente com as praias de Tambaba e Praia Bela. Segundo a empreendedora, essa localização é muito importante para o sucesso do negócio. Ela afirmou que também recebeu apoio do proprietário do restaurante onde ela é empregada, que a autoriza a comercializar os doces e colabora com a divulgação[102] do empreendimento. O empreendimento ganhou uma proporção maior, tornando-se uma referência de empreendedorismo, depois que seu ponto comercial se tornou parada obrigatória para os grupos de turistas de uma das maiores empresas de receptivo turístico da região, a Luck Receptivo[103], conforme pode-se verificar no relato da entrevistada.

> A Luck começou a vir para cá com Rodrigo[104], ele começou a divulgar o trabalho da gente, o dono do restaurante que eu trabalho lá, que ele é o Secretário de Turismo, nos

[102] O proprietário do restaurante é o atual Secretário de Turismo do município.
[103] Fundada em 1960, em Recife, a Luck Receptivo tornou-se referência em receptivo turístico no nordeste do Brasil. Hoje, a empresa atua nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia.
[104] Guia de turismo que conduzia os grupos para as praias da região.

> ajudou muito a divulgar esse trabalho daqui, e Dona Christiane[105], deu um apoio de transferir todo o roteiro dela da Luck para aqui. Todos os ônibus vêm para cá, todos os dias. Daqui eles vão para o restaurante onde eu trabalho. O primeiro roteiro deles é aqui, de manhã, de 8 horas. Todos os dias, menos na quarta e no domingo que não têm (...) tem dia que a gente 180 pessoas e tem dia que chegar a passar umas 300 pessoas. (Entrevistado 19)

Foto 28 - Área para recepção de turistas no Assentamento Tambaba
Fonte: Sousa, julho/2017

Foto 29 – Ponto de venda aos turistas no Assentamento Tambaba
Fonte: Sousa, julho/2017

Segundo relato da entrevistada, o trabalho do SEBRAE ocorreu a quatro anos. Elas agora estão com o objetivo de construir a cozinha industrial, pois toda a produção ainda é feita na cozinha da residência. Conforme afirmou, todos os investimentos foram feitos com recursos próprios, o apoio recebido do SEBRAE foi em consultoria para criar e gerir o negócio.

> Ele deu um empurrão assim, de esclarecer as nossas ideias, de dizer como a gente tinha que trabalhar, e também criou a nossa marca, foram eles que fizeram a nossa marca. Os primeiros rótulos foram eles que deram, também os *banners* para a gente fazer a divulgação. (Entrevistado 19)

> Fizemos cursos, fizemos também muitas viagens para conhecer outros lugares, como eles trabalhavam. A gente também não pagava nada. (Entrevistado 20)

Hoje, segundo a empreendedora, o principal rendimento da família vem da produção e comercialização dos doces, complementados por empregos formais, pelas aposentadorias de seus pais e pela venda do artesanato produzido pela filha. Indagada se conseguiriam ter rendimento suficiente para o sustento da família apenas com a produção e comercialização de doces, ela afirmou que sim.

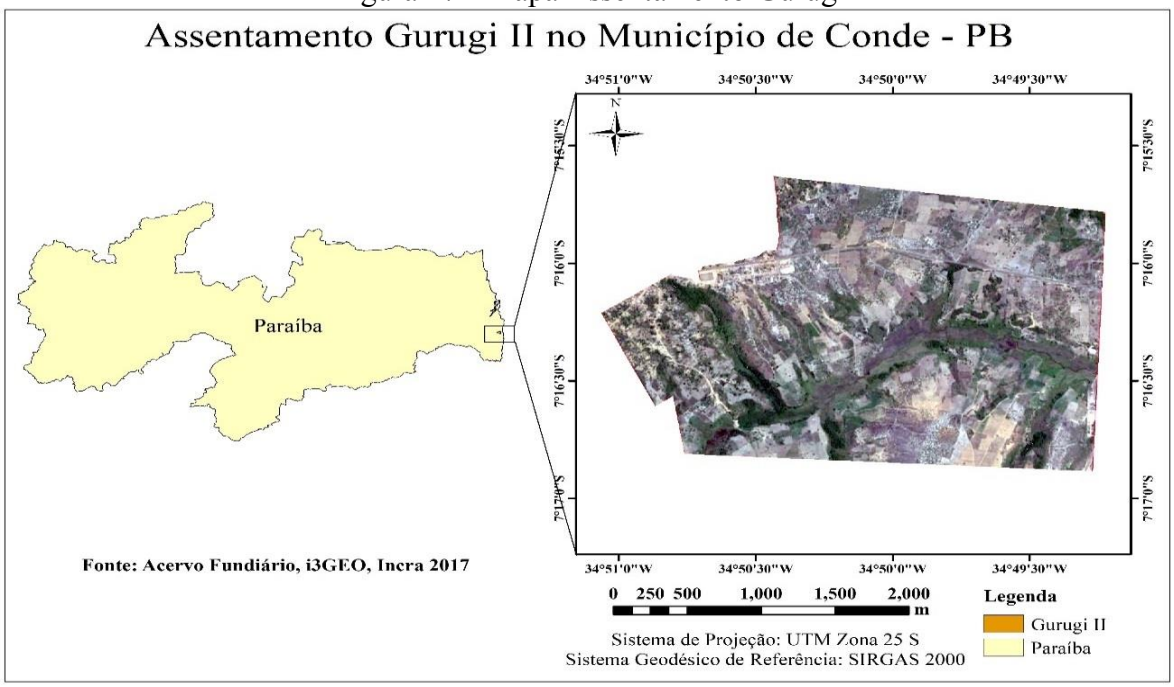
4.1.4.2 Assentamento Gurugi II

O Assentamento Gurugi II, localiza-se na zona rural do município do Conde, distando 12 km da sede municipal. Foi criado através da Resolução 88, de 10 de junho de 1992, da Superintendência Regional do INCRA na Paraíba. O assentamento surgiu em uma área

[105] Christiane Pereira é diretora da Luck Receptivo João Pessoa.

592,9865 hectares, no antigo Sítio Gurugi, onde viviam e trabalhavam cerca de 60 famílias. A propriedade foi vendida, e o novo proprietário tentou expulsar os moradores, instalando-se um conflito, que nem a desapropriação, ocorrida em 02 de maio de 1988, resolveu. A imissão de posse só ocorreu em 19 de junho de 1990, quando já havia ocorrido duas mortes relacionadas aos conflitos. Foram assentadas 86 famílias, todas oriundos do próprio local. Hoje são 84 famílias, algumas residindo na agrovila e outras nos lotes. O nome do assentamento tem origem no rio Gurugi, que corta o antigo sítio. A comunidade é representada por duas associações, a Associação dos Moradores de Gurugi II (AMG II), e a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Gurugi (ASCOTRUGI).

Figura 17 - Mapa Assentamento Gurugi II



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

A história do Assentamento Gurugi II é marcada pela violência ocorrida no período em que o conflito com os proprietários da terra se agravou. Para que se concretizasse a posse da terra pelas famílias que a ocupavam, foram necessárias, além das inúmeras formas de violência patrocinadas por jagunços dos proprietários, que duas mortes acontecessem. Conforme Justo (2002), a primeira morte foi a de Zé de Lela, apelido de José Francisco Avelino, em 29 de dezembro de 1988. A segunda ocorreu três meses depois, em 30 de março de 1989, quando cerca de 70 trabalhadores rurais participavam de manifestação pela prisão do assassino

de Zé de Lela, em frente ao Fórum de Alhandra[106]. Um tio do assassino jogou uma caminhonete sobre os manifestantes, atropelando e matando Dona Bila, apelido de Severina Rodrigues de França. Dona Bila era mãe de uma das entrevistadas, que fez o seguinte relato sobre o surgimento do assentamento.

> Antes de se transformar em assentamento, eu já vivia aqui. As terras eram de Nelson Pimentel, que tinha um administrador e já era permitido plantar, depois de um tempo começou algumas regras e a administração queria lotear as terras para fazer granjas e plantações de cana. Foi a partir daí que as pessoas começaram a lutar para ter direito ao seu pedaço de terra e não deixar tudo como estava. Naquela época um assentamento já apoiava o outro, quando precisávamos nunca teve problemas. Um dos momentos mais difíceis foi no ano de 1989 quando aconteceram brigas, atropelamento e até mortes, mas mesmo assim não desistimos de continuar essa luta. Foi muito difícil para gente, mas mesmo assim a gente não deixou de lutar por dias melhores né, e hoje essa parte aqui é uma nova conquista através de muito esforço nosso e hoje estamos trabalhando para ter o título. (Entrevistado 21)

Foto 30 - Cruzeiro no Assentamento Gurugi II em homenagem a Zé de Lela
Fonte: Sousa, julho/2017

Durante o período da visita ao assentamento pôde-se observar que há uma forte divisão dentro da comunidade. Existe um grupo de assentados que possui algum grau de parentesco ou afinidades com as duas pessoas assassinadas. Existe um outro grupo de assentados que pelo que foi observado, não se solidarizou com o primeiro grupo ao não se posicionarem veementemente contrários aos acusados de praticar os crimes na comunidade[107], que sempre mantiveram

[106] O livro "Capim na fresta do asfalto: o conflito agrário violento e justiça", de Marcelo Gomes Justo, relata em detalhes os fatos ocorridos no Gurugi II.
[107] Idem.

vínculos na comunidade. A seguir dois relatos, cada um de uma liderança dos grupos que se opõem no assentamento.

> É uma história bem complicada. O assentamento é dividido em duas associações. Porque é assim, esse de lá são menos famílias do que aqui, mas foram famílias que deram apoio ao pessoal dos assassinatos. Aí, infelizmente não tem como a gente se unir. Eles deram apoio aos assassinos e a gente não consegue se unir. (Entrevistado 21)

> É porque no começo do conflito a maioria não concordava com o que eles estavam fazendo. Eles tinham muito apoio do Frei Anastácio[108], que era padre nessa época. Então o padre exigia que os fiéis fossem à luta, para o conflito, para a briga, que eu acho que se você planta é porque você está precisando. Não pode você plantar e outro e ir lá e arrancar. Que era isso que nós passamos. Enfim, só sofremos nessa parte. Mas o resto depois acalmou-se. (Entrevistado 22)

Como identificado em outros assentamentos, a questão das drogas é um fator de preocupação para os entrevistados. Conforme relato das entrevistadas, o problema da violência na comunidade não é grave, pois há poucos registros de casos relacionados a este tipo de ocorrência. A falta de assistência técnica também foi um problema apontado pelos entrevistados. Entretanto, os assentados relataram que o que produzem é suficiente para garantir a subsistência da família e gerar excedente para ser comercializado nas feiras livres, através de atravessadores e por encomenda para bares, restaurantes e meios de hospedagem. Todos relataram que conseguiriam sobreviver exclusivamente da produção originada das atividades agrícolas. Observou-se que predomina o cultivo orgânico, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos. Foi relatado como principais produtos produzidos no assentamento a macaxeira, o inhame da costa, o cara de São Tomé, mamão, milho, batata doce, hortaliças. Também há criação de galinha de capoeira, produção de doces caseiros e pães, tortas e salgados com massa de inhame ou macaxeira.

Quanto a oferta de ensino público e gratuito, há no assentamento uma escola que oferece o ensino fundamental. O ensino médio é ofertado na sede do município. Há posto de saúde, porém, segundo relato dos entrevistados, ultimamente não tem sido ofertado um bom atendimento. Os casos mais graves de atendimento médico são direcionados para a sede do município, ou para João Pessoa, a 35 km. Quanto ao acesso a recursos por meio do INCRA, os entrevistados informaram que tiveram acesso tanto aos créditos iniciais (fomento, habitação e alimentação), e ao PRONAF A.

Em relação a qualidade de vida as entrevistadas relataram que é boa, que hoje é muito melhor do que antigamente, e que, conforme já mencionado, conseguem sobreviver só da

---

[108] Antônio Ribeiro, conhecido popularmente como Frei Anastácio, é um religioso e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Atualmente é deputado estadual da Paraíba. Tem uma forte atuação junto aos movimentos sociais de luta pela terra.

agricultura, embora complementem a renda com benefícios sociais, aposentadoria e emprego formal, conforme relato a seguir.

> Hoje é bem melhor. O povo gosta de falar muito que Brasil está em crise, tá certo, mas eu acredito que seja mais uma crise política, e não uma crise financeira, porque hoje, graças a Deus, nossos filhos escolhem o que comer, e antigamente a gente não tinha o que escolher. Era aquilo que os nossos país colocasse na mesa, e se tivesse condições de colocar. Hoje a gente planta e tem mandioca, macaxeira, o inhame, a batata doce, o jerimum, o feijão, o milho. Tudo isso a gente tem! Dar para a gente viver da agricultura, só não vive aqueles que não tem disposição para trabalhar. (Entrevistado 21)

Conforme mencionado, há uma divisão na comunidade decorrente dos problemas ocorridos na época da desapropriação, quando ocorreram os assassinatos. Por conta desta divisão as ações que são desenvolvidas no assentamento geralmente ocorrem através das lideranças dos dois grupos, representadas pelas duas associações que existem na comunidade, e sem integração.

Há um grupo bastante atuante, denominado de "Mulheres Negras do Campo", que surgiu dentro da Associação de Moradores de Gurugi II, e que tem forte ligação, inclusive de parentesco, com as comunidades quilombolas existentes no município[109], e com os dois trabalhadores rurais assassinados em 1988 e 1989. O grupo é formado por 25 mulheres que trabalham produzindo produtos (pães, tortas e salgado) à base de macaxeira e inhame, para serem comercializados na própria comunidade, no município, nas feiras de economia solidária e em eventos. O grupo surgiu através da assistência técnica oferecida pela Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano (COASP), contratada pelo INCRA para atender os 18 assentamentos da Zona da Mata Sul da Paraíba. A COASP foi responsável pela capacitação e orientação. O financiamento das ações ocorreu inicialmente com recursos próprios das mulheres do grupo. Quando começaram a produzir, destinavam parte dos recursos para adquirir os equipamentos necessários. Foram também realizados bingos para arrecadar recursos. A cozinha utilizada para a produção era de uma das integrantes do grupo, que posteriormente se desligou, levando as demais integrantes a produzirem em um local improvisado em uma granja próxima, onde o marido da entrevistada trabalha. Para superar esta dificuldade decidiram construir um espaço com uma cozinha industrial. Para viabilizar a construção solicitaram a autorização da associação comunitária, que liberou um espaço comum

[109] São as comunidades Gurugi e Ipiranga, já reconhecidas como quilombolas e com certidão emitida pela Fundação Palmares, em 2006.

do assentamento. Os primeiros recursos para a construção foram obtidos com o programa "Empreender Paraíba"[110], conforme relata a entrevistada.

> No ano passado pedimos autorização a associação para fazer nossa cozinha aqui. A comunidade autorizou com a condição de que se o grupo viesse a desistir que a cozinha ficasse para a associação. Aí conversamos, a associação pediu também que a gente fizesse o conjunto: o prédio da associação e a cozinha. Concordamos! Decidimos tirar um empréstimo no Empreender (...) O governador veio para um evento (...) e disseram que a gente levasse nossos produtos para a gente mostrar ao governador, lá no Gurugi I, e se ele gostasse a gente conseguiria mais fácil. Uma das secretárias já conhecia os nossos produtos, já tinha experimentado e tinha ficado encantada, e pediu para que a gente levasse (...) o governador provou, ficou apaixonado pelos nossos produtos e disse: "o dinheiro de vocês vai ser liberado"! E liberou o dinheiro para a gente. Foi no dia 15 de novembro do ano passado, recebemos o contrato. Foi 24 mil reais, e já estamos pagando, graças a Deus! (Entrevistado 21)

A obra está quase concluída. Houve um ajuda financeira também da CPT, através de recursos que aquela entidade capta com instituições não governamentais do exterior para auxílio a grupos, como o "Mulheres Negras do Campo". A ajuda foi de cerca de R$ 9.000,00, permitindo que a obra fosse acelerada e que a cozinha industrial entrasse em funcionamento em maio de 2017. O grupo recebeu também apoio da Fundação Baobá[111]. Através de um técnico da Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste[112] (ASSOCENE), que prestou serviços na região, foi apresentado um projeto do grupo a uma chamada pública da Fundação Baobá. O projeto foi aprovado, resultando em um aporte de cerca de 30 mil reais para investimentos em materiais, equipamentos e utensílios para a cozinha industrial do grupo.

> Também tivemos um apoio muito grande da Fundação Baobá (...) ela chegou até nós através de um rapaz que trabalhava na ASSOCENE (...) parece que foi uma coisa, um dia de sábado a tarde, eu ia para feira com minha nora, e encontrei esse rapaz perguntando onde é que ficava a casa de Nice[113], aí a menina a quem ele estava perguntando não sabia informar, aí ela me chamou. Aí eu ensinei (...) quando foi um belo dia esse rapaz ligou querendo marcar uma reunião com a gente, porque soube que tínhamos um grupo de mulheres (...) no dia, infelizmente, eu não pude participar da reunião. Quando eu cheguei minha nora disse: "Sogra, sabe quem era o rapaz que estava na reunião? Era aquele rapaz que a gente encontrou no caminho perguntando onde era a casa da Tia Nice (...) e ele tem um bocado de coisa boa para a gente"! Aí quando foi depois, ele inscreveu a gente nesse projeto, da Baobá, e começou a fazer a projeto, que é muito concorrido, e poucos são aceitos. O nosso projeto foi aceito em

---

[110] Programa criado pelo Governo do Estado da Paraíba, que tem como prioridade a concessão de crédito produtivo orientado com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda entre os empreendedores paraibanos, bem como, apoiar e fortalecer a economia solidária, o microempreendedor individual, o micro empresário, o empresário de pequeno porte, as cooperativas de produção e as Prefeituras dos Municípios do Estado da Paraíba que pretendam viabilizar projetos que tenham por objeto o desenvolvimento local do empreendedorismo ou a promoção de ações que gerem ocupação e renda.

[111] Baobá – Fundo para a Equidade Racial é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2011, com o objetivo de mobilizar pessoas e recursos, no Brasil e no exterior, para apoiar projetos pró-equidade racial de organizações da sociedade civil (OSCs) afro-brasileiras (BAOBÁ, 2017).

[112] Entidade contratada pelo INCRA para prestar serviços de assistência técnica aos assentamentos.

[113] Nice, é Daurenice Pereira Santos, assentada no Gurugi II e presidenta da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Gurugi. Ela e sua família são uma das que mais produzem no assentamento. É também a única família que explora a atividade turística através do Restaurante da Tia Nice, da oferta de passeios pela propriedade e, eventualmente, hospedagem.

> primeiro lugar, eles ficaram encantados, porque disseram aonde tem mulheres e negras, graças a Deus, chega na frente. E foi aceito o nosso projeto de 30 e poucos mil reais. Agora não era para construção, era para equipamentos, oficinas e logomarca. (Entrevistado 21)

Foto 31 - Sede do grupo "Mulheres Negras do Campo", do Assentamento Gurugi II
Fonte: Sousa, julho/2017

Foto 32 – Cozinha Industrial do grupo "Mulheres Negras do Campo"
Fonte: Sousa, julho/2017

Segundo a entrevistada, o projeto foi implantado em várias etapas, sendo iniciado com oficinas de segurança no trabalho, manipulação de alimentos, identidade racial e logomarca. Posteriormente, houve a aquisição de panelas, geladeiras, caixa térmicas, liquidificador industrial, balança de precisão, recipientes para armazenamento, formas de bolo, panela de pressão, e outros utensílios e equipamentos necessários à produção de doces e salgados. Também foram produzidos banners, folders, camisas e outros materiais de divulgação.

O outro grupo com forte atuação dentro do assentamento é liderado pela presidenta da ASCOTRUGI**.** Ao ser entrevistada relatou que ela e outros assentados também participam de uma cooperativa, a Cooperativa dos Agricultores e Avicultores do Conde/PB (AGRICONDE). Através desta cooperativa conseguem fornecer parte da produção para atender ao PAA e ao PNAE.

A entrevistada é de fato uma liderança em sua comunidade, sendo reconhecida como tal também no município. Já foi candidata a vereadora, em 2004, e, por conta de sua atuação também com o turismo em sua propriedade, tem assento no Conselho Municipal de Turismo do Conde, representando a sociedade civil através da ASCOTRUGI.

Em sua parcela, com cerca de 6 hectares, produz de forma orgânica, macaxeira, inhame da costa, cara de São Tomé, milho, batata doce e hortaliças. Também explora a fruticultura e cria galinhas de capoeira. Parte de sua produção é comercializada na propriedade para atravessadores e visitantes, bem como para atender ao restaurante. Mas também escoa a produção por meio da AGRICONDE (para o PAA e PNAE), e diretamente para feiras livres,

bares, restaurantes e meios de hospedagem do Conde e outros municípios, conforme pode se observar em seu relato.

> Nós vendemos nas feiras livres, mando também para o PAA e o PNAE, pela cooperativa. Mando também para outras cidades. Esse caminhão que está saindo aí carregado de macaxeira, vai levando para Patos, para feira livre. E nas terças feiras vai para o Bar do Cuscuz e para o Boi Forte, tudo lá em Campina Grande. E vendemos pra pousadas daqui também. (Entrevistado 22)

Chama a atenção o fato de toda a família se envolver tanto na produção agrícola, quanto nas atividades ligadas ao turismo. Segundo o relato da entrevistada, a assistência técnica ofertada pelo INCRA, quando ocorreria, ajudava na orientação do que produzir e como produzir, entretanto, as vezes ficavam sem assistência técnica, como está ocorrendo atualmente. Todavia, pelo fato de antes de se tornarem assentados já possuírem uma forte relação com a terra, pois sempre foram trabalhadores rurais, não tiveram muitas dificuldades para tornar a propriedade produtiva. Segundo a entrevistada, parte do sucesso das atividades que vêm desenvolvendo na propriedade deve-se também ao SEBRAE/PB, especialmente em relação à produção de doces, a implantação do restaurante e às outras atividades ligadas ao turismo.

O Turismo no assentamento

O grupo "Mulheres Negras do Campo" não possui nenhum envolvimento com o turismo, embora pretendam tornar o local onde funciona a associação e a cozinha industrial, também em ponto de visitação e comercialização dos produtos para os turistas, assim como acontece no Assentamento Tambaba.

Como há um rio que corta e dá nome ao assentamento, o rio Gurugi, existe um local ao qual as pessoas se dirigem para tomar banho e se divertir, tendo sido construídas instalações simples que comercializam alimentos e bebidas para os banhistas. Entretanto, é um local de lazer de moradores da região, eventualmente com um pequeno número de visitantes externos, sem fluxo e organização suficientes para que se possa considerar como uma atividade turística.

Sendo assim, a visita a campo pôde comprovar o que a pesquisa exploratória realizada previamente havia identificado. Há no assentamento apenas uma família que recebe um fluxo considerável e constante de visitantes externos em sua propriedade. Conforme já mencionado, a família oferece serviços de alimentação, trilhas e, eventualmente, hospedagem e camping.

A primeira ação identificada que trata do turismo no assentamento, foi uma matéria vinculada no site do INCRA, em 05 de setembro de 2011 (figura). A matéria trata de uma capacitação em turismo rural promovida pela Consultoria e Planejamento de Projetos Agropecuários (CONSPLAN), com participação do SEBRAE, da Prefeitura Municipal do

Conde e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB), voltadas para assentados de 03 assentamentos do município do Conde.

> Aproveitar as potencialidades das áreas dos assentamentos da reforma agrária para desenvolver o turismo rural e gerar renda extra para os assentados. Este foi o objetivo da capacitação sobre turismo rural que reuniu, na manhã desta segunda-feira (5), no assentamento Gurugi II, representantes dos assentamentos Dona Antônia e Rick Charles, localizados no município do Conde, na Zona da Mata Sul paraibana (...) Os participantes assistiram palestras sobre turismo rural e sobre as ações voltadas para este segmento no município do Conde, além de um vídeo produzido pelo Ministério do Turismo e pelo Sebrae sobre a experiência do Vale do Café, no vale do Paraíba do Sul Fluminense, localizado a cerca de 120 km da cidade do Rio de Janeiro (...) De acordo com a turismóloga e consultora do Sebrae/PB Juliana Gondim, a Zona da Mata Sul paraibana tem muito potencial para atrair turistas nacionais e internacionais por possuir bonitas paisagens naturais - incluindo praias como a naturista Tambaba, que sediou, em 2008, o 31º Congresso Internacional de Naturismo, por estar a apenas 22 km da capital paraibana e, principalmente, por se encontrar a 120km de Recife e a 180km de Natal - cidades que irão sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 (INCRA, 2017).

Chama a atenção dois fatos na citação. O primeiro de a capacitação envolver mais dois assentamentos, o Dona Antônia e o Rick Charles, e o segundo, da referência à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Dois três assentamentos envolvidos na capacitação, apenas no Gurugi II a ação prosperou, e apenas envolvendo uma família de assentados. Quanto a referência à Copa do Mundo, pôde-se observar que em outros Estados também ocorreu a mesma tentativa de estímulo ao turismo em assentamentos a partir da possibilidade dos mesmos receberem os turistas que visitariam o país por conta do evento futebolístico. Inferimos, portanto, que a ocorrência do turismo no Gurugi II está muito mais relacionada com a capacidade empreendedora da família da entrevistada, que por conta da ação governamental. O relato da entrevistada, quando indagada sobre o surgimento do turismo na sua propriedade, evidencia que ela ignora a realização da ação de 2011.

> Começou há 3 anos. Eu comecei fazendo os doces, sempre participo dos eventos em Campina Grande, no Rio Grande do Norte, aí sempre o SEBRAE está nos levando. A ideia do turismo rural foi minha mesmo. Eu faço parte do Conselho Municipal do Turismo Rural. Como uma das conselheiras eu sentia isso na pele. Em um evento em 2013, do SEBRAE, eu fiquei para divulgar os doces. Aí eu ia e levava. Aí no segundo ano, em 2014, eu senti que ficar ali só com os doces, não dava. A gente também sempre entrega nas pousadas. O senhor sabe que depois que chegar ali quem manda é o patrão. Então, ali os doces ficavam parados no canto, não tinha divulgação (...) Era um projeto para ajudar. Aí eu parei um pouco, pensei e depois entrei em contato com as meninas do SEBRAE e disse: "olha, não vou sair do doce, não vou deixar de apresentar nas pousadas, mas não vou ficar como vocês querem todos os finais de semana fardada, bonitinha com doce e o gerente não apresentar" (...) Parei e disse: "eu vou participar eu mesmo". Aí cheguei em casa e disse a minha filha: "menina, eu vou abrir um restaurante"! Ela disse: "mainha, como é que a senhora vai abrir um restaurante? Nós não temos condições". Aí eu disse: "minha filha, eu faço pamonha, faço bolo, faço canjica, não saiu daqui para dar cursos em outros locais e ensinar os outros a trabalharem? E por que nós também não podemos fazer isso? Vamos tentar"! Aí, é como você está vendo, comecei com uma palhocinha pequeninha, duas mesas (...) fiquei debaixo do pé de caju mesmo. Aí fiz e fui convidando uns amigos, uns dois

> ou três para almoçarem e, graças a Deus, desde o primeiro dia deu gente. (Entrevistado 22).

Foto 33 - Restaurante da Tia Nice no Assentamento Gurugi II
Fonte: Sousa, julho/2017

Segundo a entrevistada, quase todos os produtos necessários para atender o cardápio ela produzia na propriedade. Mas recebeu o apoio de um supermercado, que liberava para que ela comprasse e pagasse depois. Ele também a apoiou na divulgação do restaurante. Com o sucesso do restaurante, ela passou a investir em outros atrativos na propriedade. Montou um redário, implantou uma trilha na propriedade, denominada de "roteiro rural", que passa pela mata, pelas plantações e inclui banho no rio Gurugi, que corta a propriedade. A família se envolveu em todas as atividades, ajudando no restaurante e nas atividades opcionais. O filho passou a ser o responsável por conduzir os turistas pela trilha. Também comercializam algumas peças de artesanato produzidas pela filha e pelo filho.

Foto 34 - Áreas para o turismo no Assentamento Gurugi II
Fonte: Sousa, julho/2017

Foto 35 – Espaço para recepção dos turistas no Assentamento Gurugi II
Fonte: Sousa, julho/2017

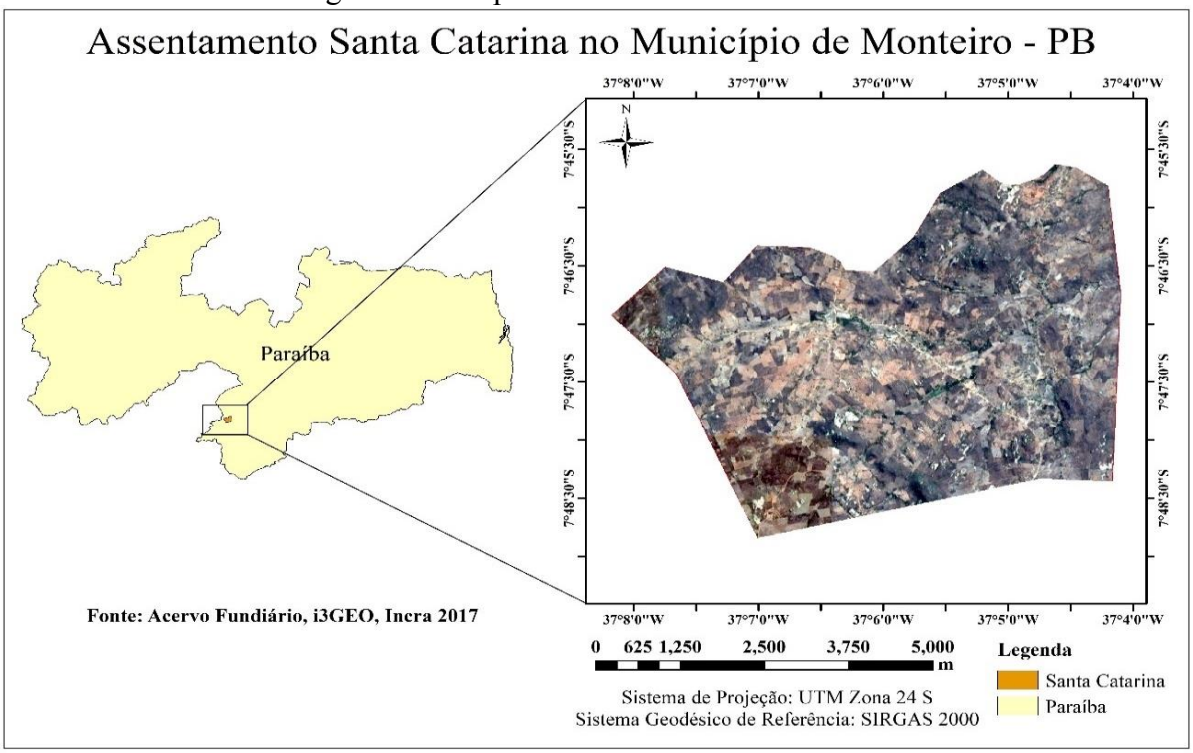
No restaurante o prato que mais sai é Galinha de Capoeira, que custa atualmente R$ 100,00 (serve de 5 a 6 pessoas). A trilha custa R$ 10,00 por pessoa. Entretanto, se houver consumo no restaurante o valor da trilha não é cobrado. Geralmente os turistas adquirem macaxeira, mamão, inhame, e outros produtos da terra, além dos doces caseiros. Segundo seu relato, o SEBRAE/PB orientou na organização do restaurante, na organização dos atrativos, na criação da marca e divulgação, e na elaboração dos preços. Na alta estação, a propriedade recebe em média 50 pessoas por semana. Nos demais períodos, a entrevistada estima cerca de 20 a 30 pessoas por semana. Recebe muitos turistas de Recife, mas também já recebeu estrangeiros, da França e da Alemanha. Segundo a entrevistada o turismo tem sido muito bom para sua família, porém, deve-se ter o cuidado de não esquecer das atividades do campo.

> Para mim o turismo está sendo muito bom, está valendo a pena! E eu sempre aconselho a muitos que vá adiante com esse projeto. Agora tem que ter cuidado para o turismo não tomar conta, porque se a gente deixar o turismo tomar conta, aí vai ficar como? Vai ter o que para eles verem? (Entrevistado 22)

4.1.4.3 Assentamento Santa Catarina

O Assentamento Santa Catarina está localizado no município de Monteiro, no Cariri paraibano. Foi criado em 26 de janeiro de 1995. A desapropriação ocorreu em 1994, correspondendo a uma área de 2.700 hectares. Foram assentadas 262 famílias. No entanto, segundo Silva (2012), o caso do Assentamento Santa Catarina se assemelha mais a uma regularização fundiária do que a um assentamento propriamente dito, já que as famílias eram moradores que habitavam a fazenda Santa Catarina e que arrendavam a terra para plantar. Cada um recebeu um lote correspondente a área que costumava arrendar, configurando-se, portanto, uma reordenação fundiária, pois eram famílias que já detinham a posse da terra (SILVA, 2012). A mediação desse processo ocorreu através da CPT, MST e FETAG (SLVA, 2012).

Figura 18 - Mapa Assentamento Santa Catarina



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O Assentamento Santa Catarina localiza-se em uma região das mais secas da Paraíba. Os solos são pedregosos com reduzida capacidade de retenção hídrica, o índice pluviométrico baixo, as altas temperaturas e taxas de insolação anuais. A vegetação que se desenvolve na região é de Caatinga do tipo arbustivo-arbórea aberta. Há uma tendência natural na área à desertificação, que se agrava quando somadas às atividades humanas principalmente através do desmatamento, da pecuária e da agricultura.

A região onde está inserido é tradicionalmente uma terra de poetas, cantadores, sanfoneiros e pifeiros. Tendo ganhado destaque nas últimas décadas por conta da assentada mais ilustre, Zabé da Loca[114]. A região é palco de festas tradicionais, eventos que atraem um grande público e, por isso, são considerados hoje elementos fundamentais para a geração de renda. No assentamento há também manifestações de dança com grupos de Mazurca e Coco de roda entre artesões.

[114] Isabel Marques da Silva, mais conhecida como Zabé da Loca, era uma tocadora de pife. brasileira. Seu apelido se deriva do fato de ter vivido por mais de 25 anos em uma loca, em Monteiro/PB.

O Turismo no assentamento

O Assentamento Santa Catarina não havia sido identificado como *lócus* de ocorrência do turismo na etapa exploratória da pesquisa. Na etapa final do estudo, durante entrevista com a coordenadora do PACRA, do INCRA/CE, foi identificado a ocorrência de atividade turística naquele assentamento. É um fato novo, decorrente, principalmente, da repercussão nacional e internacional sobre a vida de uma das assentadas do Santa Catarina, Zabé da Loca, uma artista popular, tocadora de pífano, recentemente falecida.

A partir de uma iniciativa do SEBRAE/PB, o assentamento passou a integrar, desde de 2015, a "Rota Cariri Cultural – entre pedras e veredas" (SEBRAE, 2017). É a primeira etapa de um roteiro que envolve outros municípios do cariri paraibano, e que contempla seis pontos de visitação consolidados dentro do Assentamento Santa Catarina. O principal ponto é o Complexo Zabé da Loca, composto por um restaurante, um memorial e a loca onde a artista popular morou por mais de 20 anos. Os outros pontos de visitação envolvem outros dois mestres da cultura popular, o poeta Expedito de Mocinha e o tocador de gaita, João de Amélia, além das Lajes da Moças e de Nevinha, e a Pedra da Lua.

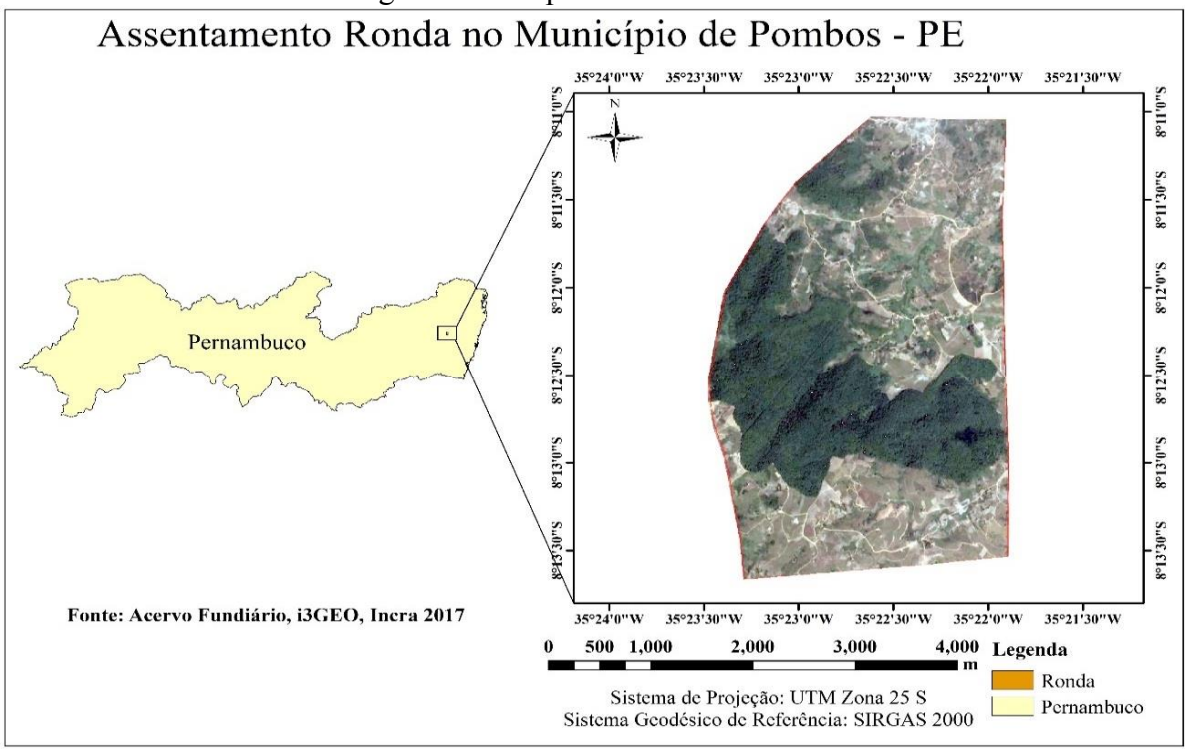
Além do município de Monteiro, com o Assentamento Santa Catarina, foram integrados recentemente a "Rota Cariri Cultural – entre pedras e veredas" mais dois municípios do cariri paraibano: Congo e Prata (SEBRAE, 2017).

4.1.5 Pernambuco

4.1.5.1 Assentamento Ronda

O Assentamento Ronda, como é mais conhecido, pois surgiu a partir da desapropriação do Engenho Ronda, oficialmente é denominado Assentamento Chico Mendes, e está localizado na zona rural de Pombos. Segundo dados do SIPRA, foi criado através da Portaria N□ 69, de 16 de novembro de 1998, da Superintendência Regional do INCRA, em Pernambuco. Foram assentadas 90 famílias em uma área de 1148,0000 hectares, segundo dados do SIPRA. Entretanto, conforme Brasileiro (2009), a área total do assentamento é de 1246 hectares, sendo 512 hectares referentes a mata preservada onde existe a nascente do rio Pirapama. A imissão de posse é de 09 de setembro de 1998, e a desapropriação de 08 de janeiro do mesmo ano. Há no assentamento duas associações. A principal, que representa todos os assentados, denominada de Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Chico Mendes, e outra, exclusiva para os produtores orgânicos do assentamento, denominada de Associação dos Produtores Rurais Orgânicos do P. A. Ronda – Chico Mendes.

Figura 19 - Mapa Assentamento Ronda



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Conforme relato da liderança do assentamento, empregado do antigo Engenho Ronda, desde 1991, a área foi desapropriada por conta do abandono em que se encontravam as cerca de 20 famílias de trabalhadores rurais que moravam na propriedade. Os proprietários do engenho eram produtores de cana de açúcar, criadores de gado e proprietários da cachaça Serra Grande. Contudo, passando por dificuldades financeiras, deixaram as famílias abandonadas, sem recebimento de salários. Além das famílias que já moravam no assentamento, vieram, sob a coordenação do MST, outras famílias de Amaraji, Vitória de Santo Antão e Pombos. O entrevistado relata que um legado importante deixado pelo antigo proprietário foi a preservação da mata existente dentro propriedade.

Foto 36 - Vista panorâmica do Assentamento Ronda
Fonte: Sousa, 2017

Segundo o entrevistado, tão logo saiu a desapropriação do engenho e a situação do assentamento começou a ser organizada, começaram a ocorrer problemas com a liderança escolhida pelo movimento social, naquela época. Os principais problemas eram relativos a retirada de madeira da mata e a venda do patrimônio deixado pelos antigos donos e incorporados ao assentamento, conforme relato do entrevistado.

> A única coisa boa que o ex-patrão deixou como legado para a gente foi a preocupação ambiental, já que a gente tinha uma mata que ela fica centrada no antigo engenho (...) o legado dele era cuidar da mata, não deixar explorar a mata. Passa o tempo, e nós, em 1998, consegue a desapropriação, e a partir daí a gente consegue cada um ter a sua parcela, e tudo mais. A gente não tinha muita experiência com as pessoas acampadas, mas a liderança que chegou de Amaraji se juntou lá um pequeno grupo de menos de 10 e começou a cortando a mata, vendendo umas carradas, e começou umas intrigas lá, porque eles pegavam o dinheiro e não repartiam com os demais acampados, que depois da imissão passaram a ser assentados, mas mesmo assim enquanto o INCRA não liberava o fomento a fome campeava, continuava campeando dentro da área, e só um pequeno grupo ligado a liderança estava se dando bem, e o resto, os demais, numa crise terrível. Isso gerou um mal-estar que todos do assentamento se levantaram, podemos dizer, para tomar uma decisão contra essa liderança (...) o movimento ficou fazendo corpo mole (...) e aí foi quando chamaram o INCRA, e tudo mais. E quando o INCRA chegou, alguns se levantou e disse que não aceitavam mais aquela coordenação, porque eles estavam destruindo a mata, botou alguém também para cortar pedra, aquelas pedras manual, e aí não queriam mais essa coordenação a frente. O INCRA tentou conciliar, pediu que relevasse, a terra estava não mão, não precisavam estar brigando agora (...) não era cabível chegar a expulsar uma liderança que lutou tanto mais eles. Mas aí eles disseram: “não, mas só ele está se dando bem, o filho e o genro, e um pequeno grupo, e o resto é só para obedecer e passar fome, e a gente não quer, a gente não aceita ele mais não”. Então, foram umas três reuniões daquelas explosivas mesmo, e as pessoas disseram que o INCRA estava tentando abafar o assunto (...) Ficamos sem liderança por uma semana, e o pessoal perguntava: “e agora, quem é que vai liderar”? E aí, a gente vai para uma reunião, o clima era muito tenso. E aí, vamos fazer uma votação para ver quem é que ia liderar, porque

> sem uma coordenação ficava ruim (...) Aí foi quando me escolheram e eu fiquei surpreso (...) Aí eu disse: "olha, eu posso até assumir esse negócio aí, mas se vocês me derem carta branca para que a gente possa punir para que bulir na mata. Se lá no passado o patrão tomava de conta, tinha dois vigias, cuidava da mata como se fosse a coisa mais importante da vida dele, e aí nós assume enquanto assentado e passa a explorar a mata e acabar com os recursos naturais que a gente encontramos"? Aí eles disseram: " a gente tem o conhecimento que lá no passado você vendeu boi do patrão e partiu para os moradores que estavam passando fome. A gente quer você"! Aí eu disse: "só vou se vocês prometerem que não vai bulir na mata. Para a gente ser uma referência lá fora a gente precisa preservar a mata". (Entrevistado 23)

Com o apoio dos assentados o entrevistado assumiu a liderança do assentamento. Todavia, os problemas de retirada ilegal de madeira continuaram, porém, com apoio da comunidade, os infratores foram penalizados. Os que eram assentados perderam o lote, os que eram de outros locais passaram a responder na justiça por crime ambiental. Segundo o entrevistado, foram 9 denúncias de crimes ambientais relacionados com a retirada ilegal de madeira da reserva do assentamento. Esse posicionamento da liderança em relação a questão ambiental foi muito importante para o assentamento. Hoje, o Chico Mendes-Ronda é uma referência em produção orgânica, inclusive como espaço de estudos científicos e visitas de universidades e escolas. Das 90 famílias assentadas, cerca de 40 produzem seguindo os princípios agroecológicos, organizados em uma associação específica para essa finalidade, conforme já mencionado.

Foto 37 – Produção orgânica do Assentamento Ronda
Fonte: Sousa, 2017

Inicialmente, os assentados foram apoiados pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que, ao ser procurado pela liderança do assentamento, estabeleceu uma parceria com a comunidade, promovendo cursos de capacitação para o cultivo com manejo agroecológico. A parceria com o SERTA foi muito importante para os assentados que passaram a trabalhar com produção orgânica, pois havia um tempo que estavam dependentes de atravessadores, sendo forçados a comercializar a produção a preços muito abaixo dos preços de mercado. Segundo relato do entrevistado, a parceria também foi importante para o SERTA, pois o assentamento tornou-se um ambiente a ser utilizado pela instituição não governamental para divulgar o seu trabalho e promover estudos científicos, inclusive com a rica diversidade da reserva existente no assentamento.

As condições criadas pela SERTA permitiram que o grupo de assentados com produção orgânica passasse a ter espaço em feiras em Recife, conquistando um mercado importante, ao tempo em que recebia todo um apoio de infraestrutura quando se deslocavam para as feiras organizadas pela SERTA na capital. Contudo, o entrevistado relata que a experiência que foi acumulando ao longo da parceria o fez observar que os produtores orgânicos do Ronda estavam se tornando dependentes agora de um novo atravessador, um atravessador elitizado.

> A nossa decepção com o SERTA foi que a partir do momento que nós começamos a chegar com a produção de hortaliça, eles já chegaram com uma banca para alugar para nós. Ora, se é uma ONG que trabalha para desenvolver o agricultor, que trabalha para trazer uma melhoria para o agricultor, porque agora a gente que ficar lá, a gente estava saindo da CEASA[115], a gente estava saindo de um atravessador que tem nas feiras que a gente chegava com as mercadorias e eles pagavam barato e vendiam na feira muito mais caro, uns 500% a mais. Além de a gente vender a mercadoria barata, a gente tem de trabalhar uma área bastante grande, além de o esforço ser triplicado, não tinha uma valorização da produção no nosso produto. E aí a gente vai para o orgânico e o SERTA chega com essa história de alugar a banca, pagar fundo de feira e tudo mais. E aí a gente começou a observar que eles pegavam nossa produção, escolhiam as melhores produções e levava para revender, e aí a gente caiu na mão de um atravessador elitizado. Então a gente foi vendo que eles só queriam o filé, pagavam barato e trabalhavam com um ágio de mais de 500%. (Entrevistado 23)

Diante dessa situação, o entrevistado relatou que se reuniram e decidiram que deixariam a parceria com a SERTA. Três produtores orgânicos decidiram permanecer com a instituição não governamental, contudo, tiveram problemas para continuar participando das feiras organizadas pela mesma, e foram recebidos de volta pela associação comunitária de produção orgânica, que já havia procurado um novo parceiro para prestar assistência técnica e apoiar na realização de feiras. Foi dessa forma que os produtores iniciaram uma parceria exitosa

[115] Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco – CEASA/PE

com o Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA). A partir desta parceria conseguiram a 1ª feira em Recife, no Sítio Trindade, tendo conseguido com a Prefeitura do Recife um mês de banca de feira sem custo.

> E assim a gente conseguiu quebrar o tabu da comercialização. Além da feira do Sítio Trindade, depois a gente conseguiu outra feira em Casa Forte. Hoje são 8 feiras em Recife. (Entrevistado 23)

Superada essa fase de conquista de mercado, o assentamento tornou-se, conforme já mencionado, uma referência em produção orgânica em Pernambuco. Contudo, segundo o entrevistado, há no assentamento agricultores que trabalham com a produção convencional, e que continuam entregando nas mãos dos atravessadores. Mas, segundo o entrevistado, não há uma "ditadura" na comunidade em relação ao tipo de produção, fica a critério de cada um. Entretanto, para os que participam da associação dos produtores orgânicos, há rigor em relação a seguir os princípios agroecológicos, sendo punido com afastamento os associados que não atenderem a esta condição O transporte da produção orgânica para as feiras é realizado através de um ônibus disponibilizado pela associação.

Há no assentamento uma escola que oferece o ensino fundamental I fase. As demais fases do ensino são ofertadas na sede do município de Pombos. Não há posto de saúde na comunidade. O atendimento médico é ofertado em uma comunidade próxima ao assentamento, em Chã dos Patinhos. Há uma preocupação da comunidade com o problema das drogas entre os jovens, e com o número crescente de assaltos que vem ocorrendo em alguns pontos do assentamento. Quando indagado em relação a qualidade de vida, o entrevistado afirmou que que a mudança depois que tornaram-se assentado foi muito grande, que houve uma mudança "da água para o vinho", citando como exemplo a questão da energia, pois na época do engenho não havia nas casas dos moradores, e após a criação do assentamento todos passaram a ter energia em suas casas. Com o crescimento natural das famílias, hoje moram no assentamento cerca de 150 famílias. Diferentemente de outras lideranças entrevistadas, o entrevistado é favorável a agilização do processo de titulação que está em andamento no INCRA. Afirmou que será melhor para os assentados, discordando da orientação dos movimentos sociais de se posicionarem contrários.

Com relação a recursos recebidos via INCRA, o entrevistado informou que receberam os créditos iniciais e o PRONAF A. Estão atrasados os créditos previstos para reforma. Em relação à assistência técnica, aponta como um ponto falho por conta do INCRA. Segundo seu relato, sempre foi deficiente. Atualmente quem atende a comunidade é um ex-técnico da SERTA que recebe diretamente dos assentados. Receberam apoio através de capacitações e

intercâmbios, além do SERTA, também do IPA e da Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro[116].

O Turismo no assentamento

Quanto ao turismo, o assentamento foi selecionado em virtude de informações obtidas na fase exploratória da pesquisa. Foi identificado matérias jornalísticas que apontavam para a ocorrência de atividades ligadas ao turismo no assentamento, assim como foi identificado uma dissertação de mestrado tratando do tema. Todavia, na visita *in loco* ficou evidenciado que não há exploração da atividade turística por parte da comunidade. Embora, o entrevistado tenha demonstrado o interesse da comunidade em desenvolver o turismo, especialmente nos segmentos científico e pedagógico.

O entrevistado relatou que houve por parte do INCRA, através de uma servidora, uma visita e sondagem sobre a possibilidade de se desenvolver o turismo rural no assentamento, aproveitando como atrativos os recursos naturais, especialmente a reserva de mata, o histórico de produção orgânica e a história da comunidade. No entanto, essa ação nunca teve outros desdobramentos. A comunidade aguarda por uma iniciativa externa, pois eles não possuem *know how* suficiente para desenvolverem por conta própria. Há também o problema da infraestrutura para atender turistas. Segundo relato do entrevistado, havia no assentamento a antiga casa grande do Engenho Ronda, que poderia ser utilizada como meio de hospedagem. Entretanto, ela hoje se encontra em ruínas. A primeira liderança do assentamento não coibiu a retirada de portas, janelas, telhas, madeiras, pisos e outros itens que compunham a casa. Havia também o engenho, que também teve várias peças retiradas, e que poderia ser um dos atrativos do assentamento.

> A ponte do turismo seria uma servidora do INCRA. Ela fez umas anotações da mata, que a gente poderia criar trilhas, e tudo mais, aí bota no papel, mas não acontece. Ela veio aqui e disse: "Olha, tem um pessoal de Bonito que está fazendo um trabalho muito bom e eu quero que vocês participem também com a gente". Aí daí, dá um panfleto e tudo mais (...) A gente queria que acontecesse, porque aí seria mais uma forma de a gente está divulgando o nosso trabalho, e a importância de nos ajudar a preservar a mata. Porque ficar só nós aqui dizendo que é bom é uma coisa, mas tendo mais pessoas participando, é uma outra visão (...) A ideia é boa de transformar essa mata em um ponto de visitação, criando trilha, fazendo uma catalogação de quantos tipos de plantas, de quantas tem, a diversidade (...) mas aí a gente não consegue uma parceria em que as pessoas pudessem desenvolver e ao mesmo tempo a gente tivesse isso aí como um atrativo (...) Mas aí a gente esbarra, além de não ter um técnico para estar trabalhando isso, fazendo essa ponte, a gente esbarra também na infraestrutura

[116] É uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para a construção e fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, através da pesquisa e da intervenção social.

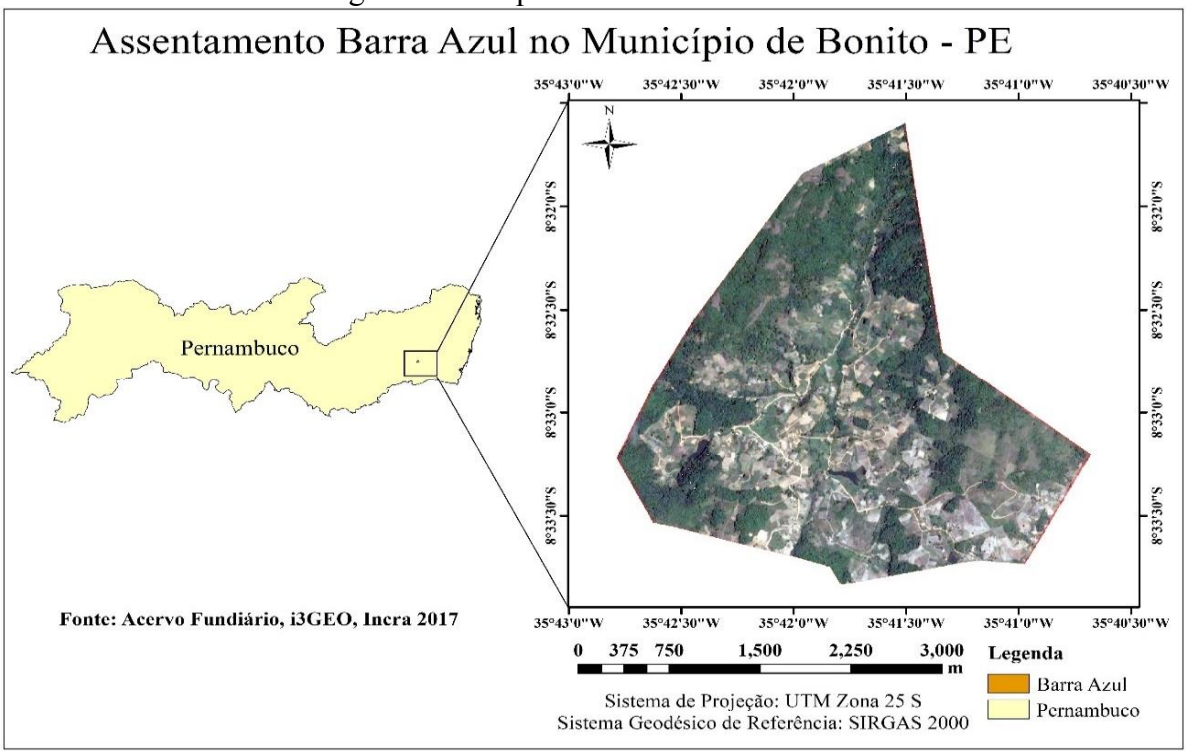
> (...) se tivesse a casa grande era uma boa, ela tinha de 8 a 10 quartos. (Entrevistado 23)

Sendo assim, ficou evidenciado que a iniciativa do turismo rural no assentamento ficou apenas no papel. Houve um diagnóstico elaborado pela Associação dos Engenheiro Agrônomos de Pernambuco, um trabalho de campo de uma servidora do INCRA, com visitação e contato com a liderança do assentamento e divulgação da iniciativa na mídia. Porém, ações efetivas de preparação da comunidade para explorar a atividade turística, de estruturação e comercialização não ocorreram.

4.1.5.2 Assentamento Barra Azul

O Assentamento Barra Azul localiza-se na zona rural do município de Bonito, a 16 km da sua sede. Foi criado através da Portaria N□ 001, de 10 de janeiro de 1995, da Superintendência Regional do INCRA em Pernambuco em uma área remanescente do antigo Engenho Barra Azul, que havia sido desapropriado em 20 de julho de 1993 (INCRA, 2017), correspondendo a uma área total de 820,9320 hectares. A imissão de posse é de 10 de janeiro de 1994. Foram assentadas 68 famílias. Segundo dados do SIPRA, existem no assentamento duas associações comunitárias: a Associação Comunitária dos Jovens de Barra Azul e Associação dos Pequenos Produtores do Engenho Barra Azul. Entretanto, a pesquisa exploratória, permitiu a identificação de uma terceira associação, a Associação Turística Agrícola do Assentamento de Barra Azul (ATABZUL).

Figura 20 - Mapa Assentamento Barra Azul



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Segundo o INCRA (2017), o processo que resultou na desapropriação da propriedade teve início quando a arrendatária do engenho, a Usina 13 de Maio, começou a pressionar 40 famílias de moradores do engenho para se retirarem da área, colocando gado para destruir as lavouras e vendendo as matas para madeireiros. Com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito, os moradores passaram a reivindicar ao INCRA a aquisição das terras para fins de reforma agrária. Houve um acordo com os proprietários, e após vistoria o INCRA adquiriu às terras e iniciou o processo de criação do assentamento. Conforme Queiroz (2006), os moradores também contaram com o apoio do prefeito do município à época, Sr. Laércio Queiroz, e pelo então governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, que interveio, junto ao INCRA, para efetivar a desapropriação do imóvel com fins de reforma agrária. O movimento social que atuou na implantação do assentamento foi o MST.

Por estar localizado no município que é o maior produtor de inhame do Estado, observou-se que predomina no assentamento o cultivo desta raiz, entretanto, também foi observado que há uma grande produção do cará, da mandioca, da macaxeira e da batata doce. Pôde-se observar ainda o cultivo de frutas, hortaliças e milho. Alguns assentados trabalham com a fabricação de doces e polpas de frutas, e com a criação de pequenos animais, como galinha caipira, porco, cabra, guiné, dentre outros. Existe uma família que produz pães e bolos para comercialização no próprio assentamento. Alguns assentados trabalham com apicultura, havendo no assentamento uma casa do mel. Os produtores do assentamento enfrentam um sério obstáculo à comercialização com a precariedade das estradas. Cerca de 20% do assentamento se encontra em área de preservação distribuída em 167,50 hectares, localizadas em três diferentes pontos. Assim como nos demais assentamentos identificados, a assistência técnica oferecida pelo INCRA através de diversas instituições não atende às demandas da comunidade, tanto quanto a regularidade quanto a qualidade.

Quanto aos serviços públicos de saúde e educação, não há posto médico. Há um agente de saúde que é membro da comunidade e que marca consultas na sede do município. Entretanto, em virtude das condições precárias das estradas, esse tipo de atendimento fica prejudicado. A oferta de educação pública e gratuita é feita apenas para a 1ª fase do ensino fundamental. As demais etapas são atendidas na sede do município, mas, também prejudicadas por conta da precariedade das estradas.

Quanto a qualidade de vida, quando comparada com o período anterior a criação do assentamento, os assentados afirmam que é boa, ressaltando-se as dificuldades de acesso à

saúde e educação. Existem relatos do envolvimento de jovens com o uso de drogas, e da ocorrência de assaltos. Há, além da associação principal, uma associação dos jovens do assentamento. Em determinada época era bastante atuante, principalmente organizando o serviço de guias para as cachoeiras e trilhas, e a administração da casa do mel.

Em relação ao acesso a créditos, todos os assentados receberam os créditos iniciais (fomento, habitação e alimentação) e de investimento através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária[117] (PROCERA). Segundo Queiroz (2006), todos ficaram inadimplentes e renegociaram seus débitos. Também foram investidos no assentamento, com recursos do MDA, R$ 287.000,00, a título de melhoria da infraestrutura e para atividades coletivas, como a reforma da casa grande, construção da casa do mel, mobiliários e equipamentos para montar uma pousada, construção de açudes, barreiros e barragens (FADURPE *apud* QUEIROZ, 2006).

Foto 38 – Casa Grande do Assentamento Barra Azul
Fonte: Queiroz, 2006

O Turismo no assentamento

A região onde se encontra o Assentamento Barra Azul já é tradicionalmente conhecida como um ambiente propício para o desenvolvimento da atividade turística, especialmente para o ecoturismo e o turismo rural. Conforme Santos (2012), o município de Bonito possui o mais

[117] Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera), foi substituído pelo PRONAF, em 1996.

belo e conhecido conjunto de cachoeiras do Estado de Pernambuco, sendo as mais visitadas a Barra Azul, a Paraíso, a da Corrente, a da Gruta, a Pedra Redonda, a Véu da Noiva I e Véu da Noiva II. Aliado ao potencial natural, existe um rico patrimônio cultural e uma tradição de produção orgânica na agricultura familiar. Por conta deste potencial já existe em Bonito vários empreendimentos voltados para a exploração da atividade turística, especialmente relacionada aos atrativos naturais.

Foto 39 – Cachoeira Barra Azul
Fonte: Queiroz, 2006

Desde o final da década de 1990 e toda a década de 2000, identificou-se iniciativas tentando agregar aos assentamentos da reforma agrária do município a exploração do turismo rural e do ecoturismo como uma alternativa de geração de emprego e renda para os assentados. Em 2001, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, anunciou a liberação, por meio do PRONAF, de R$ 287.000,00 (R$ 790.244,60 atualizados monetariamente até outubro de 2017) a serem investidos no assentamento Barra Azul, a fim de consolidar o turismo rural e o ecoturismo na comunidade, através de investimentos em infraestrutura, capacitação dos assentados em turismo, incremento e diversificação da produção local e aquisição de mobiliário para transformar a antiga casa grande do engenho Barra Azul em pousada. Segundo

Queiroz (2006), os investimentos chegaram a ser realizados, entretanto, os relacionados ao desenvolvimento da atividade turística não lograram êxito.

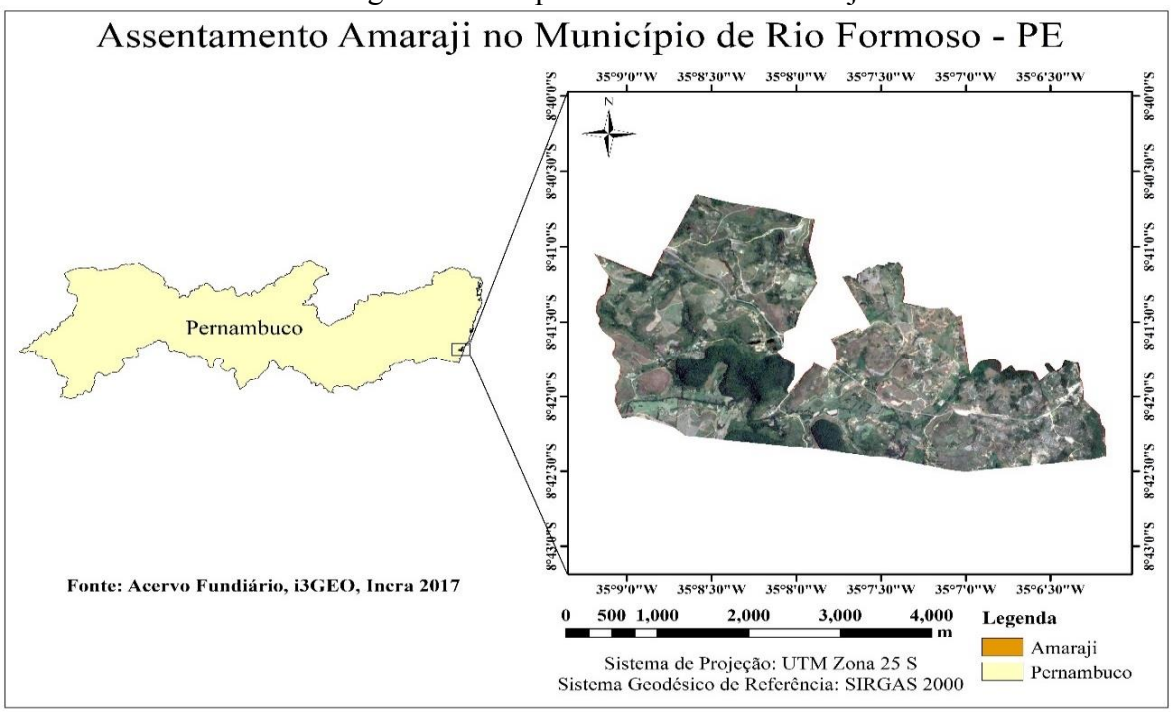
> No que diz respeito aos créditos para infraestrutura e atividades coletivas, como reforma da casa grande, construção da casa do mel, mobiliários e equipamentos para montar a pousada, açudes, barreiros e barragens já foram investidos R$ 287.000,00 (...) A casa grande, que funcionava até 2004 como alojamento para turistas hoje tem outra destinação, demonstrando que o poder local não está trabalhando a perspectiva de dar continuidade ao projeto para hospedar os turistas, conforme estabelecida em parceria anos anteriores, quando o MDA disponibilizou recursos para compra de equipamentos para a casa grande, como freezer, geladeira, fogão e utensílios para montar uma cozinha industrial, móveis diversos, entre outros (QUEIROZ, 2006, p. 90).

A casa grande foi transformada pela prefeitura em escola, e serve de sede para as reuniões das associações existentes no assentamento. Hoje não se encontra no assentamento nenhuma atividade turística sendo organizada ou executada pelos assentados. Há um fluxo natural de turistas para visitação das cachoeiras e trilhas existentes no assentamento, entretanto esses serviços são oferecidos e executados por meio dos empreendimentos turísticos existentes na região que exploram serviços de alimentação, hospedagem, camping, esportes radicais e trilhas.

4.1.5.3 Assentamento Amaraji

O Assentamento Amaraji está localizado na zona rural de Rio Formoso, a 6 km da sede do município. Foi criado através da Portaria N□ 54, de 19 de dezembro de 1997, da Superintendência Regional do INCRA em Pernambuco, em uma área com 1082,9700 hectares, onde era o antigo Engenho Amaraji, desapropriado em 09 de julho de 1997 (INCRA, 2017). A imissão de posse, conforme dados do SIPRA, é de 10 de dezembro de 1997. Foram assentadas 95 famílias. Não houve nenhum conflito para a desapropriação da terra, que aconteceu a pedido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, através da FETAPE. O assentamento é representado pela Associação Produtiva do Engenho Amaraji (APAEA). Há no assentamento uma cooperativa, trata-se da COPAGRO, Cooperativa de Produção Agropecuária, Turismo e Indústria de Rio Formoso.

Figura 21 - Mapa Assentamento Amaraji



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

Antes de se tornar assentamento, o Engenho Amaraji era voltado quase que exclusivamente para o cultivo da cana de açúcar para abastecer as usinas de álcool e açúcar da região. Entretanto, com o declínio da indústria canavieira e o fechamento de várias usinas, a Usina Central Barreiros, a qual o engenho pertencia, entrou em decadência, levando-a a falência com a consequente disponibilização de suas terras para reforma agrária, sendo desapropriadas e destinadas a assentar as famílias dos trabalhadores que ficaram desempregados. Mais de 70% das famílias assentadas no Amaraji são oriundas do próprio município de Rio Formoso. Ao tornar-se assentamento da reforma agrária, o planejamento do Amaraji passou a prever a diversificação das atividades a serem desenvolvidas no assentamento.

Contudo, a mudança no perfil de produção do assentamento não poderia ocorrer simplesmente com a elaboração de um zoneamento, se fazendo necessária assistência técnica voltada para planejar a mudança e orientar os assentados no desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas possíveis a partir do zoneamento. Todavia, assim como foi observado nos demais assentamentos objetos deste estudo, também no Amaraji observou-se que a assistência técnica executada pelas entidades contratadas pelo INCRA, não conseguiram atender a contento as demandas da comunidade, tornando-se um dos principais problemas

enfrentados pelos assentados. No assentamento Amaraji, o vácuo deixado pela assistência técnica oficial foi preenchido em partes por outras instituições, como o Centro Sabiá[118].

Foto 40 – Agrovila do Assentamento Amaraji
Fonte: Sousa, outubro/2017

O assentamento é hoje uma importante base dos projetos do Centro Sabiá, principalmente em relação a produção orgânica, embora a maioria dos assentados ainda trabalhem com a agricultura convencional. Hoje, das 94 famílias que continuam assentadas, apenas 18 trabalham com produção que segue os princípios agroecológicos. O Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) também está presente no assentamento através da atuação do Núcleo de Horticultura desenvolvendo pesquisas e prestando assessoria técnica a alguns agricultores familiares (BRASILEIRO, 2012).

Por conta das ações do Centro Sabiá, do IPA e de outras instituições que têm desenvolvido projetos para produção orgânica, hoje se encontra em algumas parcelas dos agricultores orgânicos sistemas de produção do tipo agroflorestal, produzindo espécies vegetais frutíferas como coco, banana, graviola, acerola, manga, caju, jaca, laranja, limão, abacate dentre outras, além de hortas orgânicas em sistema de mandala agroecológica (BRASILEIRO, 2012). A produção dos assentados que participam dos projetos desenvolvidos no assentamento atende

[118] O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental com sede no Recife. Foi fundada em 1993, e trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia.

ao consumo familiar e o excedente é comercializada em feiras locais ou nos municípios vizinhos.

O Centro Sabiá desenvolveu um projeto na região onde se encontra o Assentamento Amaraji, envolvendo agricultores e agricultoras dos municípios de Rio Formoso, Sirinhaém, Ribeirão e Barreiros, voltado para o beneficiamento de frutas e o processamento de mel. O projeto foi patrocinado pela Petrobrás, através do Programa Desenvolvimento & Cidadania, e chama-se "Projeto Trabalho, Renda e Sustentabilidade no Campo". No Assentamento Amaraji foi construída uma das unidades de beneficiamento de frutas e um entreposto de mel contempladas pelo projeto. Na visita *in loco* encontrou-se as instalações da unidade de beneficiamento e o entreposto de mel fechadas. Embora tenha se observado que o assentamento se tornou uma referência importante em produção orgânica, processamento de frutas e mel, há internamente uma considerável insatisfação por parte de alguns assentados em relação a forma com os projetos do Centro Sabiá estão sendo desenvolvidos na comunidade. Houve relato de que os benefícios não são para todos, e que a estrutura construída beneficia poucas pessoas do assentamento.

> O Sabiá é assim, esse Sabiá chegou com um documento aqui para a gente assinar, dizendo que era da gente, ia ser feito para gente, mas só quando todo mundo assinou, pensando que ia pegar sua fruta e levar para ali (...) ali não chega ninguém e quando chega quer que você pague R$ 1,70 por cada quilo. (Entrevistado 24)

Foto 41 - Unidade de beneficiamento de frutas e entreposto de mel do Assentamento Amaraji
Fonte: Sousa, 2017

Com relação aos créditos previstos para a reforma agrária, os assentados do Amaraji receberam os créditos iniciais de alimentação, fomento e habitação, além dos créditos para investimento, a serem pagos em dez anos, com três de carência, destinados, em sua maioria à fruticultura, ao plantio de inhame e para a aquisição de um "kit" de irrigação para cada assentado (PEREIRA, 2000). Com o objetivo de introduzir a produção de açúcar mascavo, rapadura e melaço, a comunidade recebeu, por meio do PRORURAL[119], recursos para implantação de um engenho de açúcar. Todavia, hoje o engenho está abandonado, sem funcionar.

A comunidade tem uma escola que oferece o ensino fundamental I fase. As demais etapas do ensino são oferecidas na sede do município. Há também um posto de saúde para o atendimento básico. Os casos mais urgentes são dirigidos para a sede do município.

Quanto à segurança, dois moradores que foram entrevistados afirmaram que não existem muitos problemas. Sabem de alguns casos de assalto na estrada que corta p assentamento em direção à praia dos Carneiros. Foi relatado que existem jovens envolvidos com o uso de algum tipo de drogas ilícitas. Todavia, os entrevistados afirmaram que a qualidade de vida na comunidade é boa, especialmente quando comparada com o período em que não eram assentados.

O Turismo no assentamento

O assentamento Amaraji está inserido em um importante *cluster* turístico, a Costa dos Arrecifes[120]. É uma zona que foi priorizada pelo Governo do Estado de Pernambuco para investimentos em infraestrutura e capacitação de mão de obra por conta grande fluxo turístico demandado ao litoral sul do Estado. A área onde está inserido o assentamento corresponde também ao Centro Turístico de Guadalupe[121], e está inserida em duas Áreas de Preservação

---

[119] O Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) é um programa de fomento, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA), que tem como objetivo principal estimular o desenvolvimento sustentável no meio rural pernambucano.

[120] Pólo Costa dos Arrecifes foi criado pelo Governo do Estado de Pernambuco para incentivar o turismo nas praias das cidades costeiras pernambucanas.
O objetivo do Pólo Costa dos Arrecifes é divulgar, criar novas oportunidades de negócios, incrementar o fluxo turístico de visitantes e captar novas parcerias de comercialização e comunicação para essas cidades do litoral pernambucano.

[121] O Centro Turístico de Guadalupe foi uma das ações do Projeto Costa Dourada (o principal projeto do primeiro PRODETUR/NE, em Pernambuco, e que pretendia transformar o litoral sul do Estado de Pernambuco juntamente com o litoral norte de Alagoas, em um grande cluster turístico), e previa a criação de uma zona de desenvolvimento turístico entre as praias de Pontal de Sirinhaém, em Sirinhaém, e Ponta dos Manguinhos, em Rio Formoso, na divisa com o município de Tamandaré.

Ambiental (APA), sendo uma estadual, a APA Guadalupe[122], e outra federal, a APA Costa dos Corais[123]. Reforça a condição privilegiada do assentamento, a quantidade de atrativos turísticos naturais e culturais da região, aliada ao grande número de empreendimentos turísticos privados que estão explorando a atividade turística, especialmente no município de Tamandaré, onde se encontra uma das praias mais conhecidas e procuradas do litoral sul de Pernambuco, a praia dos Carneiros.

Quando o assentamento foi criado foi viabilizada uma estrutura com potencial de agregar valor a um possível produto turístico, como um açude de médio porte, estrada com pontes de concreto, três casas de farinha, um pequeno engenho para a produção artesanal de cachaça, rapadura batida e melaço, a agrovila, um píer. Contudo, o açude não tem nenhuma utilização que não seja a de acumular água, encontrando-se com aspecto de abandono. O engenho, como já mencionado, está abandonado e sucateado.

O antigo proprietário do engenho havia construído o Hotel Fazenda Amaraji, aproveitando a antiga casa grande. O equipamento era administrado por ele e sua esposa, e funcionou muito bem em durante algum tempo, antes da desapropriação. Muitos moradores do engenho, hoje assentados, chegaram a trabalhar no empreendimento. Mas relatam que o mesmo foi entrando em decadência, a qualidade dos serviços foi caindo e os funcionários não recebiam seus salários corretamente, como foi o caso de um dos entrevistados, que fazia o trabalho de condução dos turistas em um passeio realizado dentro da propriedade.

> Eu trabalhei como guia de turismo na Fazenda Amaraji. Foi um tempo que a pousada foi afracando, não tinha mais comida, os turistas reclamavam e diziam que só estavam vindo por causa da gente, que por conta do hotel não dava mais. Foi afracando, afracando, aí eu desisti. Ele não pagava a gente. Sem receber, eu disse; "rapaz, eu vou sair"! (...) depois ele arrendou para uma mulher, mas tá muito ruim. (Entrevistado 24)

---

[122] A Área de Proteção Ambiental de Guadalupe foi criada 1997. Está situada nos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros, em uma área de 44.799 ha. Desse total, tem-se um trecho em área continental - 32.135 ha – e um outro trecho adentrando em três milhas náuticas do Oceano Atlântico - 12.664 ha. A criação da APA teve como objetivo "proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida da população local, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável" (RECIFES COSTEIROS, 2017). http://www.recifescosteiros.org.br/unidades/detalhes/unidade-3

[123] A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC) foi criada em 1997. É a maior unidade de conservação marinha federal, tem mais de 400mil ha, cerca de 120 Km de extensão ao longo da costa, entre os municípios de Tamandaré (PE) e norte de Maceió (AL). Em direção ao oceano, seu limite é a quebra de plataforma, conhecido pelos pescadores como "paredes", distante cerca de 30 km da praia (ICMBio, 2017) http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/quem-somos.html

Foto 42 – Hotel Fazenda Amaraji
Fonte: Sousa, 2017

Também foi construído dentro das terras do antigo engenho um hotel de lazer, o *Resort* Praia dos Carneiros, fruto de uma sociedade entre o antigo proprietário do engenho e investidores portugueses. Assim como o hotel fazenda, o empreendimento não logrou êxito, tendo havido litigio entre os sócios e o *resort* não está funcionando. Conforme Viegas (2006), ambos os empreendimentos funcionavam em regime de exploração dos assentados que prestavam serviços aos referidos estabelecimentos.

> Embora alguns assentados e filhos destes trabalhem com turismo, como funcionários do Hotel Fazenda Amaraji e do *Resort* Praia dos Carneiros, com baixos salários, eles acham que continuam sendo explorados, fazendo uma analogia à maneira como eram as relações de trabalho da monocultura canavieira nos engenhos de açúcar, e afirmam ainda, que o turismo desenvolvido no assentamento não pertence a eles porque não foi desenvolvido pelos mesmos (VIEGAS, 2006, p. 108)

No trabalho de campo pôde-se constatar que o hotel fazenda se encontra em uma precária situação de conservação, mas funcionando. Os assentados entrevistados relataram que os membros da comunidade já não desejam trabalhar no local porque têm dificuldade de receber pelos serviços prestados. Da mesma forma, observou-se que o *resort* se encontra fora de funcionamento. Entretanto, os entrevistados informaram que o mesmo passará por reformas para entrar em atividade novamente.

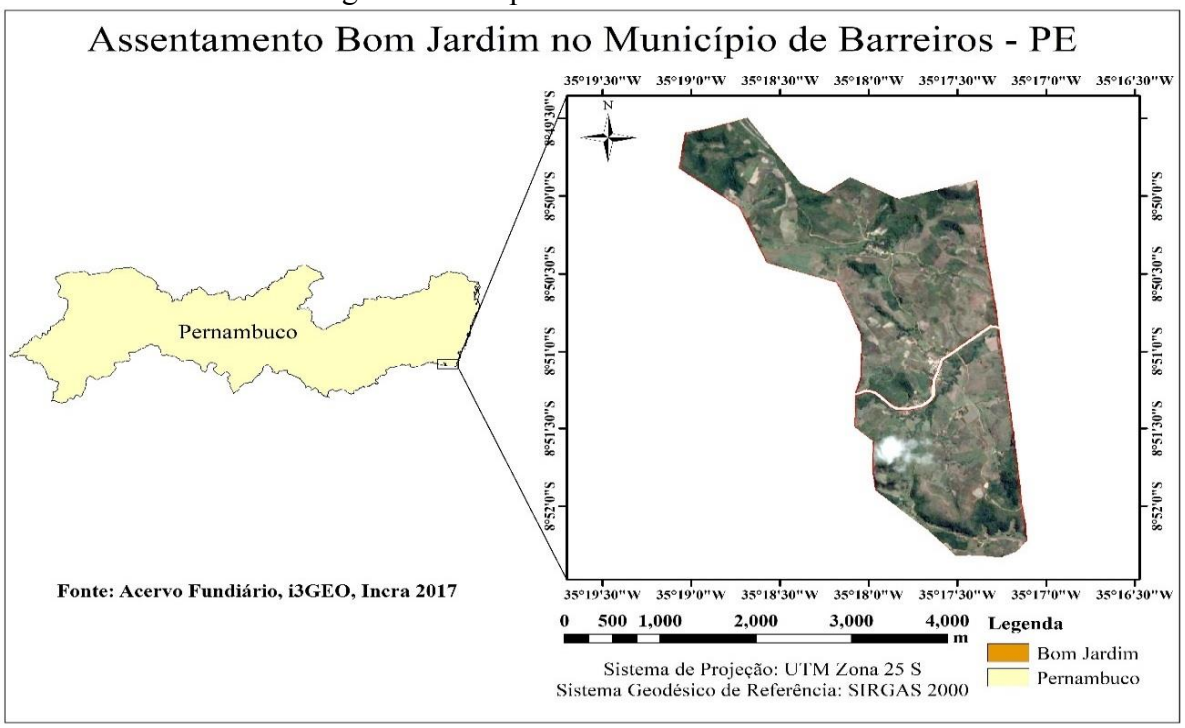
Observou-se que há potencial no assentamento para a prática do turismo, pois além da estrutura que havia sido construída, há potencial a ser explorado dos atrativos naturais, como as áreas de mangue, o estuário do rio Formoso (formado pelos rios Formoso, Ariquindá e dos Pássaros), cachoeira, um grande número de espécies de animais. Todavia, essa condição

privilegiada de localização do assentamento Amaraji, e todo potencial a ser explorado pela comunidade, não se transformou, até o momento, em melhoria das condições de vida dos assentados.

4.1.5.4 Assentamento Bom Jardim

O Assentamento Bom Jardim localiza-se na zona rural do município de Barreiros/PE, a 14 km da sede municipal. Foi criado através da Portaria N□ 09, de 25 de fevereiro de 2003, da Superintendência Regional do INCRA em Pernambuco, em uma área onde existia os Engenhos Bom Jardim e Camarão, totalizando 787,4509 ha, que foi desapropriada em 23 de maio de 2002 (INCRA, 2017). A imissão de posse ocorreu em 28 de janeiro de 2003. Foram assentadas 80 famílias. O processo de ocupação das terras ocorreu, inicialmente, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), em um segundo momento pelo Movimento dos Trabalhadores Brasileiro (MTB), e por fim o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL. A comunidade é representada por três associações. A principal, que representa a comunidade junto ao INCRA, é a Associação dos Produtores Rurais de Bom Jardim/Camarão. Por conta de divergências entre assentados foi criada uma associação pelos assentados moradores do antigo Engenho Camarão, denominada de Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Camarão. A terceira associação foi criada para gerir o sistema de abastecimento de água da comunidade, trata-se da Associação de Serviços Comunitários de Bom Jardim (ASSECO).

Figura 22 - Mapa Assentamento Bom Jardim



Fonte: Acervo Fundiário i3Geo, INCRA (2017)

A realidade do assentamento

O assentamento Bom Jardim fica a 14 km da sede do município e o acesso a comunidade é feito por uma estrada de barro. Inicialmente, foram assentadas 80 famílias, entretanto, por conta do crescimento natural das mesmas, hoje são cerca de 120 famílias residindo na comunidade. Segundo relato da liderança local, mais de 50% dessas famílias são beneficiárias de programas sociais do Governo Federal, especialmente o Bolsa Família. A maioria dos moradores são evangélicos, havendo no assentamento uma Igreja da Assembleia de Deus. Entretanto, há também um considerável número de católicos. Um dado importante é que das 80 famílias que iniciaram o assentamento, 79 já eram moradores dos engenhos que deram origem ao Assentamento Bom Jardim. Apenas uma família veio de outro município, neste caso, Sirinhaém. Em relação as atividades produtivas, os assentados plantam cana-de-açúcar, macaxeira, banana, melancia, batata doce, cultivam hortas convencionais e orgânicas (sistema mandala), além de criarem gado e outros animais de pequeno porte. Alguns assentados trabalham com piscicultura e apicultura. Existem ainda assentados que desenvolvem o sistema agroflorestal.

Foto 43 – Agrovila do Assentamento Bom Jardim
Fonte: Sousa, 2010

Não há posto de saúde na comunidade. Quando há necessidade de utilização deste serviço, os assentados se deslocam para atendimento no Engenho Carassú. Na comunidade há

uma escola que oferece o ensino fundamental I fase. As demais etapas do ensino são oferecidas na sede do município. Uma das principais preocupações da comunidade é quanto a violência e os problemas relacionados ao consumo e tráfico de drogas, especialmente entre jovens. A ocorrência de assaltos na estrada que dá aceso ao assentamento tem aumentado. Os entrevistados relataram que em alguns assentamentos existentes na zona rural do município, e que se localizam ao longo da estrada que dá acesso ao Bom Jardim, tem se constatado a presença de delinquentes envolvidos com assaltos e tráfico de drogas. No período chuvoso, o acesso ao assentamento fica comprometido, dificultando os deslocamentos para a sede do município e o escoamento da produção. Outro problema apontado pelos assentados foi relativo a assistência técnica oferecida pelas empresas contratadas pelo INCRA. As dificuldades apontadas referem-se a baixa qualidade e descontinuidade das ações desenvolvidas. O baixo envolvimento dos jovens da comunidade com as atividades do campo e a migração dos mesmos para a sede do município, ou para outras cidades de maior porte, é também um problema apontado pelos assentados. Contudo, quando indagados sobre a qualidade de vida no assentamento, os entrevistados afirmaram que é boa, especialmente quando comparada com o período anterior a criação do assentamento.

Conforme já mencionado, houve divergências entre os sócios da associação principal, resultando na criação de uma nova associação para representar os moradores do antigo Engenho Camarão, denominada de Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Camarão. Existem duas agrovilas, uma no antigo engenho Camarão e a outra no antigo Engenho Bom Jardim. As divergências se deram principalmente por conta de a comunidade de Camarão não ter sido beneficiada por alguns serviços conquistados pelo assentamento, como telefonia e abastecimento de água, por exemplo. Como a sede da associação principal e da ASSECO, se encontram na agrovila localizada no antigo Engenho Bom Jardim, houve um direcionamento de benefícios em gestões anteriores para esta agrovila, deixando os moradores de Camarão insatisfeitos. A situação agravou-se com a disputas políticas dentro da associação principal, e com a chegada de uma ONG para desenvolver projetos no assentamento. A referida ONG por não ter conseguido um bom relacionamento com o presidente da associação principal, passou a incentivar aos moradores de Camarão, com que possuíam um bom relacionamento, a criarem uma nova associação, podendo assim desenvolver projetos por intermédio da nova associação.

Pôde-se observar que as divergências também ocorreram em virtude de uma divisão territorial natural que já existia entre os moradores dos dois engenhos. No momento da criação do assentamento o INCRA decidiu unificar as duas comunidades em um único projeto de assentamento, não levando em consideração os fatores históricos/culturais e territoriais das

comunidades. Na prática, sempre houve resistência da comunidade de Camarão em participar de reuniões na sede da associação na comunidade de Bom Jardim. Talvez essa ausência nas reuniões tenha contribuindo para que a comunidade de Camarão fosse excluída de alguns benefícios obtidos para o assentamento por meio da associação principal.

Entretanto, mesmo com divergências internas, o assentamento foi beneficiado com várias ações e projetos importantes. Além do acesso aos créditos iniciais previstos no programa da reforma agrária, os assentados tiveram acesso aos recursos previstos para investimento, via PRONAF A. Em 2007, com execução em 2008, o Governo do Estado de Pernambuco, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), implantou um sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário no assentamento. O sistema contemplou obras de abastecimento de água (perfuração de poço, coleta, tratamento, armazenamento e distribuição de água), esgotamento sanitário e instalação de kits sanitários (pia, chuveiro, vaso sanitário, tanque e caixa d'água). O projeto previu a gestão do sistema pela própria comunidade, tendo sido criada uma associação, a ASSECO. A associação cuida da manutenção do sistema, com apoio de um profissional remunerado pela prefeitura, e administra as finanças, fazendo controle de consumo, cobrança e pagamento de despesas.

Em 2010, através de parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, foi desenvolvido no assentamento o projeto "Recuperando o Rio Carimã e construindo um futuro sustentável", financiado com recursos do PROMATA. Esse projeto teve como objetivo recuperar e proteger 15 hectares de Áreas de Preservação Permanente (margens e nascentes) no curso do Rio Carimã, implantar viveiros de mudas e desenvolver ações de educação ambiental. No mesmo ano, o Centro Sabiá passou a desenvolver outra ação no assentamento, o Projeto "Trabalho, renda e sustentabilidade no campo" apoiado pelo Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, buscando a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores através da produção agroflorestal e da apicultura.

Em setembro de 2011, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), através do *Campus* Barreiros, iniciou uma parceria com a comunidade para desenvolver projetos de extensão com o turismo de base comunitária. Essa parceria, além de ações relacionadas ao turismo, permitiu que pudessem ser desenvolvidas ações de extensão rural, principalmente relativas a piscicultura, apicultura e agricultura orgânica. Foram

realizadas capacitações via PRONATEC[124], envolvendo cursos de agricultor orgânico, piscicultor, condutores ambientais e cooperativismo/associativismo.

As ações de extensão realizadas pelo IFPE, envolveram também a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, em 2014, desenvolveu capacitação e orientação em apicultura para os assentados que estavam trabalhando com esta atividade. Em 2012, o IFPE e o Centro Sabiá desenvolveram uma parceria para elaboração de um projeto de recuperação de 6 nascentes do assentamento, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), através do Edital 001/2011, da Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC). A parceria envolveu ainda a Associação dos Produtores Rurais de Bom Jardim/Camarão, a ASSECO, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Camarão e o INCRA. O projeto denominado "Berços do Una: projeto de recuperação e revitalização de nascentes e olhos d'água do assentamento Bom Jardim" foi apresentado pelo Centro Sabiá, foi aprovado em primeiro lugar.

Por conta da parceria com IFPE *Campus* Barreiros foi iniciado em 2016 um projeto de extensão com finalidade de apoiar a comunidade na criação de uma cooperativa. O projeto denominado "Ações para promoção do desenvolvimento local no Assentamento Bom Jardim, em Barreiros/PE, a partir da implantação de uma cooperativa solidária", ainda não foi concluído. Essa ação está sendo desenvolvida com a finalidade de superar uma dificuldade que a comunidade enfrenta quanto a comercialização da produção, especialmente quanto ao acesso ao PAA e PNAE, e ao mercado privado de aquisição de hortifrutigranjeiros. Os assentados que irão participar da cooperativa já tiveram capacitação em cooperativismo e associativismo, fizeram intercambio com outras cooperativas que já se encontram funcionando, participaram de palestras com especialistas em cooperativismo e já iniciaram os contatos com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Pernambuco (SESCOOP/PE) e com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/PE).

O Turismo no assentamento

Até o início da parceria com o IFPE *Campus* Barreiros o assentamento Bom Jardim não possuía praticamente nenhuma experiência com a atividade turística. A única referência a turismo na comunidade é referente a um assentado que possui um bar e restaurante em sua

[124] O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

parcela para onde as pessoas do município se deslocam nos feriados e finais de semana, associando o consumo de alimentos e bebidas com o banho de bica (figura).

Em 2011, um pesquisador e extensionista do IFPE, conhecendo a realidade dos assentamentos da região quanto as poucas alternativas de emprego e renda, apresentou proposta ao presidente da associação comunitária de uma iniciativa de exploração de atividades não agrícolas como alternativa ao complemento de renda das famílias e envolvimento dos jovens nas atividades do assentamento, os motivando a se manterem na zona rural auxiliando os pais e dando continuidade ao trabalho na propriedade.

A parceria resultou no desenvolvimento de cinco projetos de extensão na comunidade, sendo três com a temática do turismo de base comunitária, um voltado para a temática ambiental, e outro para a implantação de uma cooperativa na comunidade. O primeiro, com recursos do próprio IFPE, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), foi desenvolvido no período de setembro de 2011 até agosto de 2012. O segundo, com recursos do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Superior (SESu), foi desenvolvido de 01 janeiro a dezembro de 2013, voltado para o turismo de base comunitária. O terceiro projeto, com recursos da PROEXT/IFPE e voltado especificamente para a elaboração do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) do assentamento, foi desenvolvido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013. O quarto projeto, com a temática do turismo de base comunitária, também com recursos da PROEXT/IFPE, foi desenvolvido no período de 03 de março a 31 de dezembro de 2014. E o último o projeto, conforme mencionado, foi iniciado em 01 de janeiro de 2016, também utilizou recursos da PROEXT/IFPE, e teve a finalidade de contribuir com a implantação de uma cooperativa na comunidade.

Foto 44 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim
Fonte: Sousa, 2011

Foto 45 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim
Fonte: Sousa, 2012

Foto 46 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim
Fonte: Sousa, 2013

Foto 47 – Atividade Projeto de Extensão no Assentamento Bom Jardim
Fonte: Sousa, 2016

Foto 48 – Grupo de estudantes de Turismo da UFPE em visita ao Assentamento Bom jardim
Fonte: Sousa, 2013

Foto 49 – Palestra do líder do Assentamento Bom Jardim aos estudantes de Turismo da UFPE
Fonte: Sousa, 2013.

Embora as ações dos projetos desenvolvidos na comunidade tenham gerado impactos muito positivos, inclusive gerando renda para alguns assentados que participaram de capacitações via PRONATEC, não foi suficiente para conseguir consolidar o turismo na comunidade. Ficou evidenciado que a dependência da comunidade em relação ao agente externo, neste caso o IFPE *Campus* Barreiros, pode ser considerado com um dos fatores determinantes para que as ações não tenham seguimento quanto esse agente se ausenta.

4.2 A RELEVÂNCIA DO TURISMO NOS ASSENTAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE ATORES EXTERNOS

Segundo Wilson e Sperber (2005), a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana, e qualquer estímulo externo ou representação interna que forneça um *input* para processos cognitivos pode ser relevante para um indivíduo em algum momento. Para que este *input* seja relevante é necessário que ele produza um efeito cognitivo positivo (WILSON e SPERBER (2005). Sendo assim, entende-se como atividade turística relevante para os assentamentos analisados, a percepção por parte dos atores sociais locais da existência de práticas e resultados positivos fomentados pelo turismo na comunidade.

Alagoas

Então, a partir desta perspectiva, inferimos que no Assentamento Água Fria, em Maragogi/AL, os atores externos que atuaram no processo de desenvolvimento da atividade turística não conseguiram criar condições para que o turismo viesse a se tornar relevante. O principal agente externo com atuação no Água Fria foi a Associação da Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Foi a partir da Associação das Irmãs que outros atores secundários passaram a colaborar tanto com ações voltadas para o turismo, quanto para as atividades agrícolas, como a COOPEAGRO, a Associação Semear a Vida e o SEBRAE. Embora muitas ações tenham sido desenvolvidas no assentamento, a atividade turística limita-se apenas à Trilha do Visgueiro, envolvendo a visita a sede da Associação Mulheres de Fibra. Levando-se em consideração que o assentamento está localizado no 2º polo turístico do Estado de Alagoas, e um dos principais destinos turísticos do pais, pode-se concluir que o turismo no Água Fria ainda não é uma atividade relevante para a comunidade.

Também em Maragogi, o Assentamento Bom Jesus envolveu-se na atividade turística por intermédio dos mesmos atores externos envolvidos com o Água Fria, tendo a Associação de Irmãs como o principal agente. Como pôde-se observar no capítulo correspondente aos resultados, um Bom Jesus é um assentamento que tem produzido ótimos resultados em relação ao desenvolvimento das atividades agrícolas, permitindo que a maioria dos assentados vivam

exclusivamente destas atividades. No entanto, a atividade turística, quando ocorre é exclusivamente por meio de apenas uma família, e como resultado muito mais da ação da Associação das Irmãs, do que do próprio interesse do assentado. Embora o mesmo tenha plena consciência da importância do turismo como uma pluriatividade potencial para complementar a renda familiar.

Ainda em Alagoas, no município de São Luís do Quitunde, observou-se no Assentamento Duas Barras II, que, embora a atividade turística tenha sido introduzida na comunidade recentemente, a mesma pôde ser considerada como relevante para o assentamento. No trabalho de campo observou-se com claramente o entendimento por parte da comunidade dos resultados e práticas positivas promovidas pela ocorrência da atividade turística. A atuação de três atores externos foram fundamentais para que a atividade se desenvolvesse rapidamente na comunidade. O apoio inicial recebido pela OCB/SESCOOP possibilitou que a comunidade desenvolvesse de forma bastante consistente atividades agrícolas e não agrícolas que se tornaram atrativos importante para o turismo. A atuação conjunta do SEBRAE/AL e a UFAL possibilitaram que o assentamento recebesse em um curto espaço de tempo 9 grupos de turistas. Todavia, o encerramento das atividades de consultoria do SEBRAE tem deixado a comunidade desassistida em uma área de conhecimento estranha ao dia a dia da comunidade. A persistir o afastamento desse importante agente externo será difícil a continuidade da atividade turística na comunidade.

Bahia

Na Bahia foram identificados 42 assentamentos com a ocorrência do turismo, distribuídos em vários territórios do Estado. Por questões de logística e disponibilidade de tempo e recursos financeiros foram selecionados para s visita *in loco* apenas 05. Contribuiu para a escolha a orientação recebida por um servidor do INCRA/BA, ex-coordenador do programa Terra Sol. O Assentamento Andaraí I possui uma das mais relevantes experiências com o turismo em todos os assentamentos identificados. Entretanto, esta relevância está circunscrita a um número pequeno de assentados deste que é um dos 20 maiores assentamentos da Bahia, tanto em número de famílias assentadas quanto em área. Na verdade, o que definiu a relevância do turismo no Andaraí I foi a importância e qualidade do principal atrativo turístico da comunidade, e um dos principais pontos de visitação da Chapada Diamantina, o Poço Azul. Nas entrevistas e nas observações realizadas durante o trabalho de campo pôde-se constatar que, embora tenha se identificado atores externos que atuaram no processo de consolidação do turismo na agrovila Peruca, onde se encontra o Poço Azul, nenhum deles foi crucial para que a atividade se tornasse relevante para a comunidade. O próprio atrativo e o espírito empreendedor

da família contribuíram para o sucesso do turismo na agrovila onde ele se desenvolve. Todavia, não se pode considerar o turismo relevante para as demais famílias assentadas nas três vilas do Andaraí I, pois a atividade, como já mencionada está restrita aos lotes da família Braga e de alguns membros de outras famílias que prestam serviços aos Braga.

Ainda na Bahia, na análise do Assentamento Baixão, é possível observar nitidamente a importância da atuação de atores externos no desenvolvimento da atividade turística e a clara compreensão da comunidade em relação a relevância do turismo para o assentamento. É um dos casos analisados em que o movimento social, no caso o MST, teve papel fundamental no desenvolvimento da atividade turística. Todavia, o envolvimento do MST só se reverteu em resultados práticos por conta da atuação de outros atores externos. A análise dos dados nos permite inferir que o INCRA/BA, através da coordenação do Terra Sol, a ONG GAMBÁ e a Prefeitura Municipal de Itaetê, através da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, foram determinantes para que a atividade tenha se tornado relevante para a comunidade.

O Assentamento Rosely Nunes, tem uma história similar ao do Baixão, observando-se que houve uma integração muito grande entre os atores sociais envolvidos com atividade turística em ambos as comunidades. A atuação dos mesmos atores externos do Baixão permitiram que no Rosely Nunes a atividade turística conquistasse um espaço importante dentro do sistema produtivo da comunidade. A atuação dos atores externos permitiu tanto ao Rosely Nunes quanto ao Baixão, que os jovens pudessem se tornar protagonistas no desenvolvimento da atividade turística, especialmente através da ACVI e seus núcleos.

Na análise dos dados obtidos nos assentamentos Mocambo e Salobrinho, embora ambos tenham participado ativamente de quase todas as ações do Terra Sol na Chapada Diamantina, a atividade turística é praticamente irrelevante. Em ambas as comunidades não foi possível realizar entrevistas com membros destas comunidades por absoluta falta de interesse, ou por ausência dos atores envolvidos com o turismo, no caso do Salobrinho, com o artesanato, a única atividade relacionada ao turismo que está sendo desenvolvida na comunidade. No Salobrinho, o problema da relevância é menor em virtude da estrutura para o artesanato construída com recursos do Terra Sol, embora, a estrutura seja pouco utilizada e haja dependência de outros atrativos da região para que os turistas cheguem a comunidade. No Mocambo, a situação é mais grave, pois a visita ao local e a inexistência de atores sociais da comunidade envolvido com o turismo evidenciou que o turismo não tem, no momento, relevância alguma para os assentados.

Ceará

No Ceará, embora o número total de assentamentos identificados com ocorrência da atividade turística seja de apenas 04, em todos foi identificada grande relevância da atividade turística, sendo que em três deles pôde-se identificar nitidamente a ocorrência do turismo comunitário, e em um o turismo rural. O Assentamento Coqueirinho é o de maior destaque no Ceará, e um dos mais importantes casos de turismo em assentamento da reforma agrária no Brasil. Em 2004 a comunidade começou a se organizar para introduzir o turismo como uma pluriatividade no assentamento. A partir de janeiro de 2005, com a inauguração do restaurante e dos chalés para hospedagem, além da introdução de outros atrativos rurais como as trilhas da agrovila e da mata, visita à mandala, aos quintais produtivos, à horta, passeios de cavalo e charrete. Embora nos anos tenha havido uma queda na frequência de visitantes, a análise dos dados obtidos demonstrou que a atividade turística de base comunitária é extremamente relevante para a comunidade. A atuação de atores externo foram determinantes para que a atividade adquirisse a atual relevância na comunidade. Os primeiros atores externos que contribuíram para o desenvolvimento do turismo no assentamento foram dois voluntários da Cáritas do Brasil, que por conta de sua atuação abriram espaço para que outros atores pudessem contribuir com a consolidação do turismo comunitário no Coqueirinho. A Associação Tremembé teve importante atuação ao viabilizar as principais estruturas de atendimento ao visitante e com o fortalecimento de atrativos culturais, ações que foram apoiadas pelo Instituto Terramar e a Associação Caiçara. O INCRA, através da coordenação do PACRA teve uma participação extremamente importante ao dar vazão ao viés artístico e cultural da comunidade, através da captação de recursos, realização de capacitações e viabilização da participação em eventos culturais. Em 2008, com a criação da Rede Tucum, o assentamento além de passar a integrar esta rede, também passou a ser beneficiado pelas as ações desenvolvidas pela mesma, principalmente em relação a divulgação das comunidades pertencentes à rede, bem como com o trabalho de mobilização destas comunidades pela garantia dos seus territórios e da autonomia econômica das mesmas.

Em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba, pôde-se identificar também que o turismo comunitário se tornou uma atividade de grande relevância para a comunidade, tanto economicamente quanto social, cultural e ambientalmente. Nesta comunidade, e no Assentamento Maceió, a atividade turística também adquiriu uma relevância estratégica de garantir da posse da terra na luta que vem sendo travada por ambas as comunidades em virtude de conflitos fundiários e ameaças por conta da especulação turístico-imobiliária e da implantação de usinas eólicas. A comunidade de Caetanos de Cima, já possui um histórico de

lutas, o próprio processo de desapropriação das terras do assentamento Sabiaguaba é um exemplo da resiliência da comunidade. Entretanto, o turismo tornou-se relevante na comunidade devido a influência de alguns atores externos com recorrente atuação nas comunidades da zona costeira cearense, como o Instituto Terramar, a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, da Suiça, e a Associação Intervita, da Itália. Assim como o Assentamento Coqueirinho, a comunidade de Caetanos de Cima participou da criação da Rede Tucum e passou a tê-la como um importante agente no processo de desenvolvimento da atividade turística de base comunitária. Como foi observado em Coqueirinho, a comunidade de Caetanos de Cima já possuía um viés artístico/cultural importante, que também possibilitou uma forte presença do PACRA, do INCRA, como agente fomentador e indutor de diversas manifestações culturais na comunidade, manifestações essas fundamentais para o fortalecimento do turismo comunitário.

Entretanto, especificamente no caso de Caetanos de Cima, cabe destacar que a análise dos dados qualitativos coletados no trabalho de campo, apontaram para um problema relacionado a relevância da atividade turística. Observou-se no relato de um dos atores sociais da comunidade mais importantes no processo de desenvolvimento do turismo comunitário, que esta atividade tem adquirido um grau de relevância muito elevado e que tem provocado divisões internas, a ponto de provocar o afastamento desse ator social do grupo que gere o turismo na comunidade, e tendendo a perder as características de turismo de base local.

O Assentamento Maceió, embora tenho um histórico recente com a atividade turística, assim como Caetanos de Cima, tem uma história marcada por décadas de luta pela permanência na terra. Da mesma forma que a comunidade vizinha, o turismo que vem sendo desenvolvido no assentamento pode ser caracterizado como de base comunitária, e também obteve relevância como uma estratégia de luta pelo território, que também vem sendo ameaçado pela especulação turístico-imobiliária e da implantação de usinas eólicas. Foram identificados como atores externos importantes no processo de desenvolvimento do turismo no assentamento, o Instituto Terramar, a Rede Tucum e o MST.

O quarto assentamento identificado no Ceará foi o Tijuca/Boa Vista, localizado no sertão cearense. Embora a relevância do turismo da comunidade tenha surgido com um financiamento voltado para viabilização de experiências de turismo de base comunitária (a chamada pública do MTur, de 2008), não se identificou no trabalho de campo que ali havia de fato uma experiência de turismo comunitário. Pôde-se constatar que o turismo teve grande relevância para a comunidade. Entretanto, quando os principais atores externos que contribuíram para o desenvolvimento da atividade turística tornaram-se ausentes na

comunidade, a atividade turística foi totalmente paralisada. Observou-se que a forma como foi desenvolvida a atividade turística, com o envolvimento do Fórum dos Assentados, da Prefeitura de Quixadá, do CETRA e da ONG Aroeira, foi importante para torna-la relevante para a comunidade, todavia, gerou uma excessiva dependência dos atores externos. O desenvolvimento das práticas agroecológicas na comunidade foi uma grande contribuição do CETRA, que dotou o assentamento de um importante atrativo turístico: a produção orgânica. A atuação da ONG Aroeira, viabilizada pelos recursos estruturantes disponibilizados à Prefeitura de Quixadá, via MDA, e pelos recursos do Edital 01/2008, do MTur, foi decisiva para que a atividade turística tivesse início, produzisse resultados importantes e envolvesse a comunidade, tornando-a relevante. Entretanto, ficou evidente que não basta a atuação do agente externo no desenvolvimento do turismo para que a relevância se mantenha, é fundamental que a comunidade tenha sido protagonista no processo, o que não ocorreu no Tijuca/Boa Vista.

Paraíba

Na Paraíba foram identificados 03 assentamentos com a ocorrência do turismo, sendo 02 no município do Conde, e um, o Santa Catarina, em Monteiro, sendo este o caso mais recente, o que impediu que o mesmo fosse incluído no trabalho de campo. O primeiro assentamento visitado naquele Estado foi o Tambaba. Os dados coletados quando ocorreu a visita ao assentamento possibilitou que se concluísse que não há atividade turística consolidada no assentamento. O assentamento, na verdade, é beneficiado pelo turismo que desenvolvido no município por estar localizado estrategicamente em um ponto de passagem de ônibus e outros veículos que conduzem turistas para as praias do município. Uma família de assentados, liderada pelas mulheres, com um perfil empreendedor, produz e comercializa produtos aos turistas que passam pela propriedade, especialmente doces caseiros e artesanato. A família também comercializa as peças de artesanato em uma feira localizada na praia de Jacumã, a principal do município. A ação empreendedora foi incentivada por dois atores externos: o SEBRAE/PB e uma agência de receptivo turístico que atua na região. Sendo assim, não é possível considerar que a atividade turística seja relevante para a comunidade, pois apenas a família empreendedora é a beneficiada com a comercialização de seus produtos para os turistas que visitam a região.

No Assentamento Gurugi II, também no município do Conde, foram identificadas duas realidades diferentes, ambas caracterizadas como atividades empreendedoras relevantes. Todavia, uma delas sem vínculo algum com a atividade turística, como é o caso do grupo Mulheres Negras do Campo, formado por 25 mulheres e que produzem pães, tortas e salgado à base de macaxeira e inhame, os comercializando na própria comunidade, no município, nas

feiras de economia solidária e em eventos. É uma experiência com grande potencial para compor um produto de turismo comunitário. Foram identificados como atores externos importantes para o desenvolvimento das atividades do grupo a COASP, a CPT e a Fundação Baobá.

A segunda realidade identificada no Gurugi II, envolve refere-se a uma família de assentados em outra área do assentamento, que explora tanto atividades agrícolas quanto não agrícolas, como é o caso do turismo e a comercialização de alimentos e bebidas em um restaurante. Ficou evidente a liderança da família através da esposa do proprietário do lote. Embora haja uma estrutura mínima para atendimento ao turista, com um restaurante, trilhas e a possibilidade de hospedagem para visitantes que desejem pernoitar na propriedade, a análise dos dados coletados não permite considerar que a atividade turística seja relevante para o assentamento, pois ela se limita apenas a citada família de assentados. Além do espírito empreendedor da família, pôde-se constatar a influência de

Pode-se considerar como um agente externo que colaborou com o desenvolvimento do turismo no assentamento o SEBRAE/PB, que prestou consultoria gratuita para a família assentada.

Pernambuco

Por fim, em Pernambuco foram identificados 04 assentamentos com a ocorrência do turismo. Entretanto, o trabalho de campo permitiu concluir que em nenhum dos assentamentos a atividade turística tem relevância. Pôde-se observar que em dois casos, o do Assentamento Ronda e do Barra Azul, embora ambos possuam um extraordinário potencial para o desenvolvimento da atividade turística, em ambos as ações desenvolvidas por atores externos não lograram êxito. No Ronda ocorreu apenas sondagens e visitas de técnicos do INCRA e de uma instituição contratada com recursos do Terra Sol para elaboração de um diagnóstico do potencial turístico de assentamentos federais em Pernambuco. No caso do Assentamento Barra Azul, que encontra-se em um região onde a atividade turística já está consolidada, principalmente com o ecoturismo e o turismo de aventura, além das ações de sondagem promovidas pelo INCRA, através da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco, responsável pelo diagnóstico, já haviam sido realizados investimentos com recursos do MDA, que dentre outras finalidades promoveu a reforma da casa grande, aquisição de mobiliários e equipamentos para montar uma pousada, bem como capacitação de mão de obra. A visita *in loco* demonstrou que que não há atividade turística sendo desenvolvida no assentamento, a não ser a visita às cachoeiras e realização de trilhas promovidas por empreendimentos turísticos da região ou por condutores individuais sem envolvimento com a comunidade.

Outro assentamento em Pernambuco onde foi identificada a ocorrência da atividade turística foi o Amaraji, em Rio Formoso, mas que a visita permitiu que se constatasse que não há ocorrência do turismo no assentamento. Embora o assentamento esteja localizado na região mais promissora para o turismo do Estado, a Costa dos Arrecifes, muito próximo a uma das praias mais procuradas do Nordeste, a praia dos Carneiros, e que já tenha ocorrido no antigo engenho que deu origem ao assentamento um fluxo considerável de visitantes para o Hotel Fazenda Amaraji (em situação precária) e o Resort Praia dos Carneiros (fechado), não há relevância alguma do turismo para a comunidade. O último assentamento identificado com ocorrência do turismo em Pernambuco, o Bom Jardim, localizado no município de Barreiros. Este é um caso atípico, pois é o único assentamento onde a ocorrência ocorreu a partir de atividades de extensão de uma entidade educacional. O agente externo, no caso o IFPE *Campus* Barreiros, propôs a comunidade a realização experimental de projetos de extensão destinados ao desenvolvimento do turismo de base comunitária na comunidade. Muitas ações foram desenvolvidas, a comunidade foi capacitada, trilhas foram criadas, e houve visita de um grupo turistas (estudantes da UFPE) em viagem pedagógica. Entretanto, a paralização das atividades com a ausência do agente externo permite-se inferir que, no momento, não há relevância da atividade turística para a comunidade.

4.3 A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DO TURISMO PARA A COMUNIDADE

O turismo enquanto fenômeno social pode desencadear efeitos econômicos, culturais, sociais e ambientais (LAGE e MILONE, 2000), e gerar benefícios, em virtude de seu potencial efeito multiplicador. Da mesma forma, o turismo pode trazer consequências adversas a comunidade receptora, provocando custos sociais e ambientais (MATHIESON e WALL, 1982). Diante das dificuldades identificadas no trabalho de campo em obter dados quantitativos que fornecessem subsídios a uma análise aprofundada da importância socioeconômica do turismo nas comunidades selecionadas, optamos por proceder a análise utilizando também os dados qualitativos obtidos nas entrevistas e na observação. Para a análise da importância socioeconômica do turismo nas comunidades selecionadas, consideraremos conceitualmente as dimensões sociais e econômicas da sustentabilidade propostas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas, e adaptadas pelo IBGE (2015) para a realidade brasileira. A dimensão social correspondendo à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, e a dimensão econômica à eficiência dos processos produtivos na reprodução econômica sustentável a longo prazo (IBGE, 2015).

Alagoas

Em Alagoas, no Assentamento Água Fria foi possível constatar que o impacto socioeconômico da atividade turística é muito pequeno, pois o número de famílias envolvidas na atividade é pequeno. O impacto torna-se mais significativo no grupo de mulheres da Associação Mulheres de Fibra, pois o grupo se encontra mais estruturado, envolve um número maior de famílias e tem possibilitado rendimento sustentável com a venda produção. No Assentamento Bom Jesus o impacto é ainda menor, praticamente insignificante, pois a atividade só envolve uma família e a mesma não demonstrou interesse em dedicar-se a atividade turística momentaneamente. Já no assentamento Duas Barras II, enquanto a atividade turística esteve sendo desenvolvida, quando chegou a receber 9 grupos de turistas, os impactos socioeconômicos foram importantes. Todavia, carecem de continuidade, haja vista que neste ano a comunidade ainda não recebeu nenhum grupo de turistas.

Bahia

Na Bahia, dos 05 assentamentos visitados, cabe destaque para 03. Nos casos dos assentamento Baixão e Rosely Nunes, embora neste ano tenha havido um considerável redução na frequência de turistas e esteja havendo um problema com um guia da ACVI, residente no Baixão, e que tem direcionado visitantes para utilizar os serviços de hospedagem e alimentação para empreendimentos fora das duas comunidades, pôde-se constatar que atividade quando desenvolvida em situação de normalidade gera impactos socioeconômicos importantes para as comunidades, pois a atividade foi estruturada em ambas conforme os princípios do modelo de base comunitária. O caso do Assentamento Andaraí I, os impactos socioeconômicos são muito importantes, pois são sustentáveis. O problema naquela comunidade é que estes impactos não atingem todo o assentamento, eles ficam restritos a família Braga e alguns membros de outras famílias que prestam serviço no Poço Azul. No Assentamento Salobrinho os impactos socioeconômicos são pequenos e estão restritos aos membros do grupo de artesãos. Já no Mocambo, em virtude da inexistência de atividade turística na comunidade, não há impacto socioeconômico importante na comunidade.

Ceará

No Ceará, os impactos socioeconômicos mais importantes são no Assentamento Coqueirinho e na comunidade Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba. São comunidades em que o turismo comunitário se desenvolveu de forma consistente, onde a participação de atores externos tem sido mais frequente. Todavia, é importante ressaltar que os dados coletados no Coqueirinho demonstram que nos últimos dois anos o fluxo de turistas teve uma considerável redução na comunidade. Já em Caetanos de Cima pôde-se constatar que em virtude de importância que a atividade turística ganhou na comunidade, tem surgido problemas

de divisões internas que podem reduzir e comprometer os impactos socioeconômicos a médio e longo prazos. Já no Assentamento Maceió, a atividade turística tem proporcionado mais impactos importantes sociais, pois a estrutura para recepção de visitantes ainda é muito pequena, e a atividade turística está sendo explorada mais como estratégia de ocupação do território que se encontra sob ameaça, do que como estratégia econômica de geração de oportunidade de trabalho e renda. Por fim, no Assentamento Tijuca/Boa Vista, o impacto socioeconômico no momento é inexistente. Enquanto o turismo estava sendo desenvolvido, pôde-se constatar nos dados coletados que a atividade promoveu impactos socioeconômicos importantes na comunidade. O modelo de turismo desenvolvido no assentamento tornou-a vulnerável a impactos socioeconômicos negativos.

Paraíba

No Estado da Paraíba, excluindo o Assentamento Santa Catarina, que não foi incluído no trabalho de campo, destaca-se os impactos socioeconômicos importantes gerados pelo turismo nos assentamentos Gurugi II e Tambada. Todavia, os impactos restringem-se a uma família em cada assentamento.

Pernambuco

Em Pernambuco, em virtude da constatação da não ocorrência da atividade turística em todos os assentamentos identificados, não há impactos socioeconômicos importantes produzidos pelo turismo a serem relatados.

4.4 O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

O crescente do número de estudos sobre o turismo tem feito surgir, de tempos em tempos, novos adjetivos associados ao turismo. O turismo responsável é fruto da evolução desse fenômeno social cada vez mais presente no *modus vivendi* contemporâneo. Conforme a Declaração da Cidade do Cabo[125] (2002), os lugares se tornam melhores para os visitantes, na medida em que eles são lugares melhores para se viver. O turismo responsável, ao minimizar os impactos econômicos, ambientais e sociais negativos, melhora o bem-estar das comunidades anfitriãs ao mesmo tempo em que envolve a população local nas decisões que afetam suas vidas. Desta forma, entendemos que o grau de envolvimento da comunidade com a atividade turística é um fator relevante que deve ser considerado no desenvolvimento do turismo em assentamentos da reforma agrária.

---

[125] A Declaração da Cidade do Cabo, foi elaborada pelo Prof. Harold Goodwin, por ocasião da Primeira Conferência Internacional sobre Turismo Responsável em Destinos, que aconteceu na Cidade do Cabo, em 2002.

Alagoas

A análise dos dados coletados nos três assentamentos alagoanos, permitiram identificar que o Assentamento Duas Barras foi a comunidade onde identificou-se o maior nível de envolvimento dos assentados com a atividade turística. Segundo a liderança local, cerca de 90% das famílias se envolveram no planejamento e na execução das atividades turísticas desenvolvidas com os 09 grupos que visitaram a comunidade em 2016. Já no Assentamento Água Fria, o envolvimento das mulheres do grupo de artesanato é razoável, pois, observou-se que cerca de 30% das famílias dos assentados estão representadas através das 14 sócias da Associação Mulheres de Fibra. Nas trilhas, o envolvimento é bem menor, sendo de 7 famílias, representadas pelos jovens que conduzem os visitantes e a liderança local responsável pela organização da atividade. Em Bom Jesus o envolvimento é muito pequeno, conforme já mencionado, além da família responsável pela organização e execução da visita, outas famílias são envolvidas apenas na recepção dos visitantes em suas propriedades para que os mesmos conheçam o dia a dia do assentamento, entretanto, conforme mencionado, o fluxo de visitantes no Bom Jesus é praticamente inexistente por conta da falta de interesse do assentado em desenvolver a atividade turística.

Bahia

Na Bahia, os Assentamentos Baixão e Rosely Nunes são os que possuem o maior número de assentados envolvidos com o turismo, inclusive, em cada um dos assentamentos existe um núcleo da ACVI. No Baixão são 22 famílias envolvidas diretamente com a atividade turística, desde a organização e planejamento até a recepção de turistas em suas casas para hospedarem-se. No Rosely Nunes o envolvimento é menor, tanto porque são menos famílias assentadas quanto porque não há estrutura de hospedagem neste assentamento. Entretanto, no Rosely Nunes o envolvimento está sendo mais efetivo porque o atual presidente da ACVI reside no assentamento e o mesmo é uma liderança bastante atuante na comunidade e no município, tendo sido eleito vereador na última eleição municipal. No Assentamento Salobrinho o envolvimento ocorre apenas por meio dos integrantes do grupo de artesãos. Já no Mocambo não há nenhum envolvimento dos assentados com a atividade turística.

Ceará

No Ceará o nível de envolvimento dos assentados com o turismo pode ser considerado como bom, destacando-se a comunidade de Caetanos de Cima, onde o número de famílias que se envolve tanto com o planejamento quanto com a execução da atividade é alto e crescente. Há um grupo de turismo que tem a responsabilidade de organizar a atividade e tratar da divulgação. Existe um grupo de mulheres envolvidas com o restaurante que atende os visitantes,

e os grupos de arte e cultura, com envolvimento de jovens em sua maior parte. No Assentamento Coqueirinho, como já foi mencionado, houve uma divisão que levou a comunidade a ser dividida em 04 associações. A primeira e principal associação, a ACOOPAC, foi a que fomentou o turismo no assentamento, tendo hoje 22 famílias associadas, destas, 10 se envolvem diretamente com o planejamento e a execução do turismo comunitário. Das outras associações, apenas a APIAC, que tem 10 famílias associadas, tem uma família que é envolvida com o turismo diretamente, e as demais indiretamente, pois se envolvem com a comercialização de artesanato, visita aos quintais produtivos e fornecimento de produtos para o restaurante comunitário que atende aos visitantes. As outras associações não têm envolvimento algum com turismo, pois surgiram da divisão inicial e eram contrárias ao turismo na comunidade. No Assentamento Tijuca/Boa vista, nos momentos que antecederam o início das atividades turísticas no assentamento, em 2008, e ao longo dos 04 anos seguintes, o envolvimento da comunidade foi intenso. Conforme relato da liderança local, quase todas as famílias se envolveram nas atividades desenvolvidas pela ONG Aroeira, responsável pela execução do projeto de turismo na comunidade. Contudo, a partir de 2013, o envolvimento foi sendo reduzido, levando a paralização total das atividades e a desmobilização da comunidade.

Paraíba

Na Paraíba, observou-se que no Assentamento Tambaba só há envolvimento de uma família com a atividade turística, por meio da comercialização dos doces caseiros e artesanato. No Assentamento Gurugi II observou-se um envolvimento muito grande com o turismo na única família que explora a atividade. A família da liderança local é bastante engajada, todos participam das atividades que são desenvolvidas na propriedade. Ela é presidente de uma das associações existentes no assentamento e faz parte do Conselho Municipal de Turismo. O Assentamento Santa Catarina não foi incluído nas atividades de campo por motivos já mencionados.

Pernambuco

Em Pernambuco, como foi identificado que em nenhum dos assentamentos visitados está havendo ocorrência da atividade turística, também não há envolvimento da comunidade. Entretanto, cabe destacar que no Assentamento Barra Azul, em Bonito, a partir de 2001, quando foram liberados os recursos do MDA para investimentos na atividade turística, até 2004, houve envolvimento da comunidade na atividade turística, inicialmente, participando de capacitações, posteriormente recebendo visitantes. Entretanto, as atividades não tiveram seguimento, com consequente desmobilização dos assentados que se envolviam com a atividade turística. Em 2010, foi criada a ATABZUL, com sede no assentamento, sem, no entanto, ser possível

identificar quais ações foram realizadas pela referida associação e o nível de envolvimento dos assentados. No caso do Assentamento Bom Jardim, enquanto as atividades relacionadas com os projetos de extensão desenvolvidos pelo IFPE *Campus* Barreiros estavam ocorrendo, haviam o envolvimento de jovens e adultos de cerca de 10 famílias assentadas, tanto nas capacitações quanto nas atividades desenvolvidas quando a comunidade recebeu o primeiro grupo de turistas.

4.5 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS ASSENTAMENTOS

Inicialmente, é importante tecer alguns comentários quanto a definição do quem vem a ser política pública. Para Souza (2006) não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Deste modo a referida autora, destaca a definição dos seguintes autores:

> Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

Entretanto, Secchi (2010), afirma que a política pública pode ser compreendida a partir de duas abordagens: a estatista e a multicêntrica. Para o autor, na abordagem estatista, política pública é um monopólio de atores estatais. O que irá determinar se uma política é pública ou não, é a personalidade jurídica do formulador da mesma. Ou seja, a política pública só seria assim considerada se fosse emanada de um ator estatal. Já na abordagem multicêntrica, conforme Secchi (2010), o que importa não é quem formula a política, mas a origem do problema que deverá ser resolvido, ou enfrentado, através de determinada política, podendo ser qualquer um que a formule. Sendo assim, na abordagem multicêntrica, o adjetivo "público" refere-se não a quem formula a política, mas ao caráter público do problema que ela vai enfrentar (SECCHI, 2010).

Desta forma, a abordagem multicêntrica apresentada por Secchi (2010), atende a crítica que alguns autores fazem a visão reducionista das definições encontradas na abordagem estatista. Isto porque, tal visão, por concentrar o foco no papel dos governos, ignora a essência de política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses, deixando de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora

possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre governos e outras instituições e grupos sociais. (SOUZA, 2006).

Sendo assim, ao se propor a analisar a participação e a importância de atores externos como desencadeadores do turismo em assentamentos da reforma agrária no Nordeste do Brasil, compreende-se, neste estudo, que as políticas públicas são os instrumentos imprescindíveis para o sucesso ou fracasso da atividade turística em assentamentos da reforma agrária. Todavia, corroboramos com Secchi (2010), ao entendermos que essas políticas públicas não podem ser um monopólio do Estado. Observou-se na pesquisa que algumas comunidades obtiveram resultados relevantes sem que políticas públicas estatistas fossem determinantes.

Contudo, a política pública não contribui com a solução de problemas sem que esteja contemplada em planos, programas, ações e atividades. Desta forma, ao se identificar os assentamentos da reforma agrária que tinham a ocorrência da atividade turística, procurou-se reconhecer quais ações e atividades haviam sido decisivas para o sucesso ou fracasso do desenvolvimento da atividade turística na comunidade. Só a partir daí buscou-se identificar quais planos ou programas contemplaram estas ações e atividades, sejam eles originados do poder público, ou por meio de instituições privadas, mistas ou sem fins lucrativos.

Alagoas

Em Alagoas, considerando o entendimento de Secchi (2010) quanto a política pública, identificamos que as atividades turísticas desenvolvidas nos assentamentos foram resultados tanto de políticas públicas estatistas quanto multicêntricas.

No caso do Assentamentos Água Fria foi possível identificar tanto política pública estatista quanto multicêntrica, sendo que a última produziu resultados mais efetivos. As políticas públicas para o turismo promovidas por atores externos não estatais no Água Fria foram o projeto de criação da Trilha do Visgueiro, do Roteiro Maragogi Rural e o projeto de criação e organização da sede da Associação Mulheres de Fibra. O projeto da Trilha do Visgueiro teve como agente principal a Associação das Irmãos Filhas do Sagrado Coração de Jesus, em parceria com três empresários locais. Os recursos para viabilização da trilha foram financeiros, materiais e humanos, viabilizados pela Província Autônoma de Trento, que financia as ações da Associação da Irmãs (financeiros, materiais e humanos), e dos empresários parceiros do projeto (materiais e humanos). O projeto do Roteiro Maragogi Rural foi viabilizado financeiramente pela COOPEAGRO e pelo Convention & Visitors Bureau Costa dos Corais[126],

[126] O Costa dos Corais Convention and Visitors Bureau nasceu em 2012, com sede em Maragogi/AL, substituído a AHMAJA (Associação dos Hotéis, Pousadas e Trade Turístico do Litoral Norte do Estado de Alagoas). Hoje

e executado pela própria COOPEAGRO. O projeto da sede da Associação Mulheres de Fibra, foi iniciativa da COOPEAGRO, com recursos e consultoria do SEBRAE/AL, através do Arranjos Produtivos Locais (APL) Costa dos Corais.

A única política pública estatista desenvolvida no Assentamento Água Fria e voltada para o turismo, foi captada para a Trilha do Visgueiro através do projeto Talentos do Brasil, financiado com recursos do MTur. O SEBRAE Nacional foi o órgão executor. Conforme relato dos entrevistados na pesquisa o resultado da aplicação desta política pública foi insatisfatório, não tendo gerado praticamente nenhum benefício para a comunidade.

No Assentamento Bom Jesus a única política pública que beneficiou a comunidade foi multicêntrica, e contemplou a comunidade com um roteiro denominado Cabanos Agritur, que faz parte do Maragogi Rural. Não foi identificada política pública para o turismo do tipo estatista no Bom Jesus.

No Assentamento Duas Barras II, em São Luís do Quitunde, não foi identificada nenhuma política pública para o turismo do tipo estatista. A principal política pública para o turismo foi desenvolvida e financiada pelo SEBRAE/AL por meio de uma consultoria prestada no planejamento e organização dos atrativos turísticos da comunidade, bem como com a capacitação dos assentados envolvidos diretamente com atividade. Pode-se considerar também como uma política pública multicêntrica para o turismo a participação dos profissionais disponibilizados pela OCB/SESCOOP no planejamento e execução das atividades do roteiro turístico, especialmente o trabalho desenvolvido pela nutricionista na elaboração dos cardápios, treinamento dos assentados e no desenvolvimento de técnicas de fabricação de alimentos que agregaram valor à produção, permitindo que os mesmos sejam comercializados durante a visita dos grupos de turistas.

Bahia

A Bahia foi o Estado onde foi identificada a mais importante política pública estatista de fomento ao turismo. Foi naquele Estado onde o Programa Terra Sol promoveu resultados extremamente relevantes nos assentamentos da reforma agrária. Os 05 assentamentos visitados foram contemplados pelo programa, no entanto essa política pública chegou a beneficiar 40 assentamentos em todo o Estado. Alguns apenas com a realização de diagnósticos e estudos preliminares, e outros com capacitações, oficinas, realização de seminários, estudos e diagnósticos, elaboração de projetos, construção e reforma de instalações, aquisição de

---

seu papel é de promover o destino e seus associados em quanto ajuda no desenvolvimento responsável das suas belezas naturais e serviços públicos.

equipamentos, dentre outros investimentos. O programa foi desenvolvido em 03 fases, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 5 – Projetos do Terra Sol - Bahia

Fase	Empresa	Período	Atividades	Investimento	Atualizado
1ª Fase	Cipó Comunicação Interativa	2005/2006	Capacitação com foco em comunicação visual Envolvimento de 05 assentamentos	R$ 90.000,00	R$ 172.119,46
2ª Fase	FUNDESF	2007/2008	Realização de estudos de viabilidade preliminar Realização de eventos técnicos de fomento a atividades não agrícolas. Elaboração de projetos executivos Formação de equipe (técnico ambiental, guia de turismo e turismólogo) Envolvimento de 15 assentamentos	R$ 183.854,68	R$ 322.282,86
	FUNDESF	2008/2009	Realização de estudo integrado (diagnóstico, planejamento estratégico, articulação de parcerias, etc.) Consultorias em turismo de aventura, espeleologia, primeiros socorros, boas práticas da alimentação Capacitações Ampliação da equipe Publicação de artigo cientifico (CITURDES – Porto Alegre/RS) Envolvimento de 40 assentamentos	R$ 447.449,35	R$ 749.013,14
3ª Fase	FUNDESF	2010/2013	Construção de roteiros integrados Participação em eventos de qualificação Intercâmbios entre assentados Realização de Eventos Equipe multidisciplinar (turismólogos, engenheiros agrônomos, técnicos em agropecuária, técnico ambiental e técnico da área social)	R$ 1.355.000,00	R$ 1.932.954,83
	Não identificada	2010	Elaboração de Projetos Executivos	R$ 8.000,00	R$ 12.482,94
	Jukai Construções Ltda - ME	2010//2011	Construção da 01 Pousada Construção de 01 Centro de Artesanato 03 projetos de paisagismo rural	R$ 373.297,50	R$ 367.454,23
			Total	R$ 2.457.601,53	R$ 3.556.307,46

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os dados apresentados no quadro acima demonstram a importância do Terra Sol como política pública fomentadora da atividade turística. Entretanto, mesmo diante de dados tão relevantes, foi observado no trabalho de campo e nas entrevistas realizadas com os principais atores locais envolvidos com o turismo, que problemas relacionados a má aplicação prejudicaram o desenvolvimento da atividade turística nas comunidades. Destaca-se, especialmente, os problemas com a execução dos serviços contratados para reforma da casa grande, onde foi instalada a pousada no Assentamento Baixão, as obras do Centro de Artesanato do Assentamento Salobrinho, e os serviços contratados de paisagismo rural não executados. Segundo relato do ex-coordenador do Terra Sol, quando foi detectado que estava havendo problemas com a empresa contratada para executar os serviços mencionados, foi feita a denúncia nos canais competentes do INCRA/BA, tendo sido iniciado um processo de

sindicância para apurar as referidas denúncias. Segundo o ex-coordenador até o presente momento nenhuma providência prática resultou da referida sindicância.

Contudo, os problemas ocorridos não impediram que o planejamento e a execução do Terra Sol na Bahia passasse a ser referência para a aplicação de políticas públicas como instrumento de fomento à atividade turística em assentamentos da reforma agrária no Nordeste. Segundo dados obtidos através no Portal da Transparência (CGU, 2017), na região Nordeste, além da Bahia, foram investidos recursos do Terra Sol também nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Contudo, no Ceará e Paraíba foram recursos aplicados exclusivamente em atividades não ligadas ao turismo. Em Pernambuco, a maior parte dos recursos foram aplicados em atividades não relacionadas com o turismo, exceto investimentos na ordem de R$ 225.000,00 (R$ 408.485,66 atualizados monetariamente até outubro de 2017), aplicados em 2007, na realização de um diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos federais do Estado, através de convênio com a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco. Em todo o Brasil, desde a sua criação, em 2004, o Programa Terra Sol aplicou R$ 90.700.595,30 no fomento à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas solidárias, incluindo o turismo.

Tabela 8 - Investimentos Terra Sol Total / Terra Sol Bahia Turismo

	Terra Sol Total Brasil	Terra Sol Turismo Bahia	%
2004	4.580.586,55	-	-
2005	7.376.791,72	-	-
2006	7.914.427,45	90.000,00	1,14%
2007	6.959.906,24	183.854,68	2,64%
2008	10.607.093,73	357.959,48	3,37%
2009	13.875.026,34	89.489,87	0,64%
2010	12.167.995,45	8.000,00	0,07%
2011	9.400.635,14	1.148.297,50	12,22%
2012	7.985.759,79	400.000,00	5,01%
2013	8.098.453,63	180.000,00	2,22%
2014	849.228,89	-	-
2015	654.412,69	-	-
2016	230.277,68	-	-
Total	90.700.595,30	2.457.601,53	2,71%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor; Portal da Transparência (CGU, 2017)

Sem aplicar a atualização monetária dos valores, se for observado o que foi aplicado exclusivamente ao fomento do turismo nos assentamentos da reforma agrária da Bahia, e o total investido no Brasil, via Terra Sol, considerando todas as atividades fomentadas, constata-se que o fomento a atividade turística nos assentamentos da Bahia, via Terra Sol, corresponderam a 2,71% do total. Esse é um dado extremamente relevante, e demonstra a importância da atuação dos agentes públicos no sucesso das políticas públicas. O relato do ex-coordenador do Terra

Sol na Bahia, demonstra que a política pública foi aplicada, mesmo com os problemas relatados, em virtude da qualidade do trabalho da equipe que foi montada no INCRA/BA, para atender as demandas identificadas por movimentos sociais, prefeituras e as próprias comunidades beneficiadas.

> Nós fizemos uma primeira parceria com uma ONG chamada Cipó, de comunicação visual, para fazer um seminário, uma capacitação de condutores na Chapada (...) isso foi uma demanda apresentada por esse público, já usando recursos do Terra Sol, foi o primeiro projeto do Terra Sol, e para fazer oficinas de programação visual em assentamentos do Recôncavo e assentamentos da Chapada que estava tendo visitação. No Recôncavo era um turismo religioso, um turismo solidário italiano, e na Chapada uma atividade mais voltada para o ecoturismo (...) e aí nós fizemos essas oficinas de programação visual para placas de sinalização, um kit de condutor de visitante com candeeiro, bota, boné e camisa, com logomarca do projeto e deles, e oficina na Chapada sobre o patrimônio com um professor da UFSBA. E aí fizemos um seminário em Salvador, foi aí que a gente viu com uma pessoa que trabalhava no MDA com o conceito de turismo na agricultura familiar, que, primeiro, a gente não era o único caso no Brasil, e que tinha muito mais assentamentos com potencial, e os outros técnicos do INCRA começaram a falar: "você tem que tá em tal lugar...tal grupo também tá querendo ter essa experiência", e foi a partir daí que a gente procurou constituir uma equipe técnica mínima (...) e aí esses técnicos foram contratados já com um segundo projeto, que foi uma parceria do INCRA com a FUNDESF (...) no primeiro momento tinha sido 05 assentamentos (...) também usamos uma parte dos recursos para participar de eventos na rede de turismo rural na agricultura familiar, que era uma rede nacional (...) com a credibilidade conquistada no INCRA a nível nacional a gente conseguiu um segundo projeto com a FUNDESF, com o dobro do recurso (...) e aí a gente conseguiu ampliar a equipe e agregar além do estudo de viabilidade o que a gente começou a chamar de estudo integrado, que era um estudo que você fazia um planejamento estratégico inicial, além do diagnóstico, e articulava atores parceiros para poder complementar aquilo que não era *expertise* do INCRA (...) e aí no final desse convênio já havíamos passado das 05 comunidades para 15, e dessas 15, em parceria com o programa de assistência técnica, nós chegamos a identificar 40 assentamentos com potencial, todos com estudo de viabilidade preliminar e metade deles com estudo integrado (...) Eu recordo que das 13 zonas turísticas da Bahia a gente trabalhou com 07, e dos 27 territórios de identidade do Estado a gente trabalhou com 10 (...) E ao final dessa segunda parceria com a FUNDESF, nós decidimos registrar e sistematizar tudo em um artigo científico, apresentamos para o CITURDES, em 2010, em Porto Alegre, o artigo foi aprovado, e aí foi que veio um grande reconhecimento do INCRA a nível nacional e do nível regional para que a gente pudesse trabalhar com mais recursos ainda. Aí a gente conseguiu captar R$ 1.500.000,00 para trabalhar com convênio e mais R$ 600.000,00 para elaboração de projetos executivos da implantação da pousada comunitária e do centro de artesanato (...) e nessa última parceria a gente procurou trabalhar a construção de roteiros integrados entre as comunidades, a participação de mais eventos de qualificação (...) e aí na visão de território a gente ampliou os atores e montou uma equipe multidisciplinar em campo. (Entrevistado 4)

Observa-se, portanto, no relato do entrevistado que a execução do Terra Sol na Bahia foi bem planejada, envolvendo diversas parcerias, e, principalmente, conquistando a credibilidade tanto nas comunidades quanto dos órgãos fomentadores da política. Todavia, o Programa Terra Sol não foi o único caso de política pública estatista com efeitos no turismo em assentamentos da reforma agrária ocorrida na Bahia. Antes do início das atividades desenvolvidas pelo INCRA/BA, na Chapada Diamantina, a ONG GAMBÁ, que já atuava nesta região desde a década de 1980, desenvolveu projetos financiados com recursos do Ministério

do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Em 2003, a ONG GAMBÁ iniciou um projeto denominado "Chapada Diamantina Sustentável: Ações Para o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina". Tratava-se de um projeto que dava continuidade as ações do projeto anterior, também desenvolvido pelo GAMBÁ, tendo como produto final o diagnóstico socioambiental do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina. O novo projeto deu continuidade as ações ambientais na região e contemplava duas linhas de ação: a 1ª de agricultura sustentável, e a 2ª de ecoturismo e turismo rural. Essa foi a primeira política pública estatista que fomentou o turismo nos assentamentos da Chapada Diamantina, embora esse não fosse o foco. Foi através desse projeto que o GAMBÁ iniciou suas ações no Assentamento Baixão, através da ACVI. O valor total do projeto foi de R$ 509.964,00 (atualizado monetariamente = R$ 1.045.838,25). Não foi possível identificar quanto dos recursos foram aplicados diretamente nas ações de fomento ao ecoturismo e turismo rural.

Foi identificada ainda, na Bahia, durante o trabalho de campo no Assentamento Andaraí I, que o mesmo, além de ter sido beneficiado com as ações da 3ª fase do Terra Sol, também foi agraciado com ações fomentadas por política pública multicêntrica. Através do SEBRAE/BA, foi disponibilizada para a família de assentados que explora o Poço Azul, uma consultoria especializada em gestão, finanças, divulgação e estrutura organizacional. Conforme relato do entrevistado, foi com essa consultoria que eles "aprenderam a lapidar o diamante"!

Ceará

No Ceará foram identificadas ambos os tipos de políticas públicas, conforme a categorização de Secchi (2010). No Assentamento Coqueirinho, foram investidos por meio da Associação Tremembé, com recursos da Província Autônoma de Trento, R$ 65.000,00. Os recursos foram aplicados na construção de um restaurante e cozinha, 6 chalés e hortas comunitárias. Cada item contemplava um grupo de famílias envolvidas com o turismo. Este recurso foi proveniente de política pública multicêntrica com aplicação direta na atividade turística, no entanto, no Coqueirinho também foram investidos recursos por meio de outras instituições não governamentais com a finalidade de agregar valor ao produto turístico de base comunitária na comunidade. A tabela 7, apresentado no capítulo que trata dos dados levantados no Coqueirinho, demonstra todos os investimentos realizados na comunidade, exceto os relativos a desapropriação da propriedade. Na tabela a seguir são apresentados apenas os recursos investidos com a finalidade de fomentar o turismo, direta ou indiretamente.

Tabela 9 - Projetos desenvolvidos no Assentamento Coqueirinho

Projeto	Fonte	Ano	Valor	Atualização monetária*
Turismo	Tremembé	2005	65.000,00	127.826,76
Cosmetico	Cáritas	2005	2.500,00	4.916,41
Agrofloresta 2	Cáritas	2006	10.000,00	19.139,03
Casa de sementes	Cáritas	2006	2.900,00	5.550,32
Galpão comunitário	Cáritas	2006	2.700,00	5.167,54
PACRA/BNB de Cultura	BNB	2009	20.000,00	32.864,88
PACRA/BNB de Cultura	BNB	2011	10.000,00	14.659,04
Prêmio Agente Jovem de Cultura	MINC	2012	14.000,00	19.570,88
Cultura Viva	MINC/SECULT	2016	60.000,00	60.831,88
Total			187.100,00	290.526,74
Total de Recursos da Cáritas			18.100,00	34.773,30
Total de Recursos Temembé			65.000,00	127.826,76
Total de Recursos BNB			30.000,00	47.523,92
Total de Recursos MINN/SECULT			74.000,00	80.402,76
Total			187.100,00	290.526,74

Fonte: Elaborado pelo próprio autor; dados da pesquisa (2017)

Como pode se observar na tabela, são apresentados recursos aplicados em atividades agrícolas e não agrícolas aparentemente sem relação direta com o turismo. De acordo com os dados coletados através da observação e dos relatos dos entrevistados, é possível inferir que tais recursos foram captados com o objetivo especifico de agregar valor e fortalecer o produto turístico.

A comunidade Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba, também foi beneficiada com políticas públicas estatistas e multicêntricas que direta e indiretamente agregam valor ao turismo. Assim como aconteceu no Assentamento Coqueirinho, através do PACRA, foram realizados investimentos com recursos do BNB de Cultura e do MINC/SECULT, através do Programa Cultura Viva, que possibilitaram a organização de grupos culturais na comunidade, destacando-se o Grupo Raízes do Côco, a Banda Brilho do Mar, o Grupo do Audiovisual e o Grupo de Teatro Frutos da Arte. Todos desenvolvem ações dentro da programação turística da comunidade, coordenadas pelo Ponto de Cultura Abrindo Velas, Pescando Cultura.

Com relação a recursos oriundos de política pública multicêntrica, aplicados diretamente na comunidade, os mesmos foram viabilizados por intermédio dos seguintes atores externos: o Instituto Terramar, a Associação Intervita (da Itália) e a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (da Suíça). Através da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde foram investidos recursos através do projeto Ciranda Produtiva, uma linha de microcrédito, limitado a R$ 1.500,00 por família (12 por rodada), e que financiou atividades produtivas da cadeia do turismo, como os "quintais produtivos". Os recursos são devolvidos pelos beneficiados e redistribuídos com outras famílias. Utilizando este mesmo sistema de microcrédito, a Associação Intervita beneficiou a comunidade com recursos para financiamento das estruturas necessárias para atendimento aos turistas, como meios para hospedagem (pousada e casas de moradores) e um restaurante. O recurso é limitado a R$ 4.000,00 por

família, sendo atendidas 03 famílias de cada vez. Da mesma forma, os recursos retornam e são redistribuídos com outras famílias. Somando as duas políticas foram investidos R$ 30.000,00 na comunidade. Não foi realizada a atualização monetária porque esse recurso continua circulando dentro da comunidade.

Por meio do Instituto Terramar, a comunidade teve acesso uma política pública estatista importante para o turismo de base comunitária, lançada em 2008, no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza/CE, no mês de maio daquele ano. Trata-se do Edital 01/2008, do MTur, voltado para o financiamento específico de projetos de turismo de base comunitária. O Instituto Terramar apresentou proposta com o título "Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e construindo sustentabilidade", que teve como objetivo a formação e desenvolvimento institucional da Rede Tucum. Foram investidos R$ 138.856,00 (R$ 234.146,06 atualizados monetariamente até outubro de 2017). Todavia, esse recurso beneficiou não apenas Caetanos de Cima, mas todas as comunidades que compunham a recém criada Rede Tucum.

Já no Assentamento Maceió os investimentos na atividade turística por meio de políticas públicas ainda são pequenos, pois é recente a opção da comunidade pela introdução do turismo comunitário. Conforme mencionado anteriormente, o turismo está sendo introduzido como uma estratégia de ocupação do território em conflito. A partir de 2011, por intermédio do MST, do Instituto Terramar e da Rede Tucum, passou a ser realizada, anualmente, a Regata Ambiental de Paquetes da Praia do Assentamento Maceió, como forma de atrair visitantes ao assentamento e dinamizar o turismo na comunidade. Recentemente, através do Instituto Terramar e da Rede Tucum, a comunidade foi beneficiada com a construção de um galpão, dois quartos e uma cozinha para atendimento de turistas que visitam a comunidade. Não foi possível identificar os valores investidos para viabilizar estas ações.

No Assentamento Tijuca/Boa Vista a atividade turística foi fomentada através de duas políticas públicas estatistas, uma por meio do MTur, através do Edital 01/2008, já mencionado, e outra atendendo ao PTDRS do Território do Sertão Central, viabilizada pela Prefeitura de Quixadá, com recursos do MDA. A política pública financiada pelo MDA e executada pela Prefeitura de Quixadá, beneficiou a comunidade com a aplicação de R$ 70.000,00 (R$ 118.037,57 atualizados monetariamente até outubro de 2017) na reforma do antigo casarão da fazenda e na aquisição de móveis, equipamentos e utensílios para implantação da Pousada Rural. Por meio do MTur foram investidos R$ 135.000,00 (R$ 227.643,88 atualizados monetariamente até outubro de 2017) na execução do projeto apresentado e aprovado ao edital do MTur, pelo Centro Ecológico Aroeira, contemplando ações de capacitação em formação

cidadã, turismo e meio ambiente, qualidade na prestação de serviços, garçom e garçonete, camareira, recepcionista, culinária regional, bolos, doces e salgados, gestão, condução de trilha ecológica e organização de manifestações folclóricas.

Paraíba

Na Paraíba a primeira ação de fomento a atividade turística em assentamentos ocorreu em 2011, através de uma capacitação realizada pela CONSPLAN, com recursos do INCRA/PB, resultado de uma parceria que envolveu o SEBRAE/PB, a Prefeitura Municipal do Conde e EMATER/PB. Foram envolvidos 03 assentamentos do município do Conde, o Gurugi II, Dona Antônia e Rick Charles. O objetivo era fomentar o turismo rural nestes assentamentos para torná-los pontos de visitação dos turistas que estariam na região por conta da Copa do Mundo de 2014. Não foi possível identificar os valores investidos. A ação prosperou apenas no Gurugi II, e deve-se mais ao espírito empreendedor da única família de assentados que explora o turismo do que pelo fomento de alguma política pública estatista. Contudo, segundo relato da entrevistada, a atuação do SEBRAE/PB prestando consultoria na organização do restaurante, dos atrativos locais, na criação da marca, na divulgação e na elaboração dos preços foi muito importante para o desenvolvimento do turismo no assentamento.

No Assentamento Tambaba, onde também foi identificada a ocorrência da atividade turística, a consultoria do SEBRAE/PB também pode ser considerada como uma política pública multicêntrica que contribuiu para o desenvolvimento da atividade turística. Todavia, em benefício de apenas uma família no Tambaba, o que vai de encontro aos objetivos de uma política pública de fomento a atividade turística em assentamentos da reforma agrária.

Ainda na Paraíba, foi identificado uma ação de fomento ao turismo em assentamento da reforma agrária no município de Monteiro, no cariri paraibano. Trata-se de uma iniciativa do SEBRAE/PB, que incluiu o assentamento Santa Catarina, em 2015, na "Rota Cariri Cultural – entre pedras e veredas".

Pernambuco

Em Pernambuco, embora tenha sido identificado duas políticas públicas de fomento ao turismo em assentamentos da reforma agrária, as mesmas não cumpriram a sua função. Em virtude da repercussão nacional das ações do Terra Sol na Bahia, a equipe do INCRA/PE tentou replicar a experiência em alguns assentamentos. Foram investidos R$ 225.000,00 (R$ 408.485,66 atualizados monetariamente para outubro de 2017), aplicados em 2007, na realização de um diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos federais do Estado, através de convênio com a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco. Segundo relato da ex-coordenadora do Terra Sol na época da aplicação dos recursos, foram identificados

mais de 50 assentamentos no trabalho coordenado pelo Profa. Janeti Viegas, geógrafa e com atuação na área de turismo.

> Foram mais de 50 assentamentos, estes assentamentos estão na Rota Luiz Gonzaga[127], do Ministério do Turismo (...) Veja só, alguns desses assentamentos já desenvolviam algumas atividades de turismo pedagógico, turismo cientifico e não sabiam que estava fazendo turismo. Principalmente o Assentamento Ronda, lá em Pombo, que tem uma presença frequente de universidade, de movimento social, de gente que trabalha com agricultura orgânica, fazendo pesquisa lá, pessoas que pesquisam (...) eles já estão fazendo turismo pedagógico e turismo cientifico e não sabem que estão fazendo turismo. Então, Barra Azul, é mais aquele turismo de marca, porque o município de Bonito é considerado uma das 07 maravilhas do Estado, né? por conta das cachoeiras e já recebe turistas a muitos e muitos anos. Agora, até o momento em que eu acompanhava, que eu estava estudando, não tinha nenhuma preparação, nenhuma organização para qualificar esse turismo. A gente chegou a fazer alguns trabalhos lá, com a rede de turismo rural na agricultura familiar, a rede TRAF, fizemos algumas caminhadas em Barra Azul, já fazendo parte de um roteiro internacional de caminhadas, só que aí depois houve mudança na gestão do INCRA, e a gente não conseguiu mais apoio para melhorar, infelizmente. (Entrevistado 25)

A outra política pública desenvolvida para fomento do turismo em assentamentos da reforma agrária, ocorreu no Barra Azul. Foi uma ação do MDA, em 2001. Foram utilizados recursos do PRONAF, a serem aplicados com o objetivo de consolidar o turismo rural e o ecoturismo na comunidade, através de investimentos em infraestrutura, capacitação dos assentados em turismo, incremento e diversificação da produção local e aquisição de mobiliário para transformar a antiga casa grande do engenho Barra Azul em pousada. Foram investidos R$ 275.000,00, que atualizados monetariamente para outubro de 2017, representariam R$ 757.203,06. Conforme mencionado anteriormente, a ação não logrou êxito.

No Assentamento Amaraji foi identificado que quando o mesmo foi implantado forma feitos investimentos pelo INCRA, também com recursos do PRONAF, para viabilizar uma estrutura (açude, estrada, pontes, casas de farinha, um pequeno engenho, a agrovila e um píer) que agregasse valor a um possível produto turístico. Esta, contudo, foi mais uma ação que não logrou êxito. Não foi possível identificar os valores investidos.

Por fim, no Assentamento Bom Jardim todas as ações de fomento ao turismo foram desenvolvidas por iniciativa do IFPE *Campus* Barreiros, em parceria com a associação comunitária. As ações foram viabilizadas por meio de projetos de extensão, tendo sido utilizados recursos provenientes da PROEXT/IFPE, da PROEXT– MEC/SESu e PRONATEC, para pagamento de bolsas aos estudantes do próprio IFPE envolvidos nos projetos, e aos assentados que participaram das capacitações via PRONATEC.

---

[127] Rota criada pelo Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Turismo, em sintonia com o Plano Nacional de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo, do MTur, e que abrange os municípios de Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Bezerros, Bonito, Gravatá e Moreno (MARQUES, 2013).

5 CONCLUSÕES

A jornada iniciada com o planejamento deste estudo e concluída com a apresentação dos resultados finais, foi longa e exaustiva. O fio condutor desta tese foi a busca por uma resposta a um problema incomodo. A realidade dos assentamentos da reforma agrária no Brasil, em especial na região Nordeste, era desalentadora. A necessidade de contextualização da questão agrária no Brasil, base fundamental para iniciar a compreensão do atual estágio do programa da reforma agrária brasileiro, nos revelou uma realidade dura. As idas e vindas, os avanços seguidos de retrocessos na luta pela redução da excessiva concentração de terras e das desigualdades no campo, foram desnudados quando colocamos sob a lente da ciência os dados e a história fundiária recente do nosso país. Hoje, mais do que nunca, é necessário que a academia busque alternativas que possam contribuir com uma melhor distribuição de terra e de recursos, e mais igualdade e justiça social.

Ao analisar a importância do turismo, associado às atividades agrícolas tradicionais, como instrumentos de promoção do desenvolvimento local nos assentamentos da reforma agrária no Nordeste, fomos conduzidos a conhecer experiências e realidades que estão fazendo a diferença na vida de inúmeras famílias de agricultores familiares. Foi possível constatar que os problemas dos assentamentos da reforma agrária não necessitam de grandes investimentos para serem solucionados. Encontramos diversas experiências de políticas públicas fomentadas por instituições não governamentais e executadas por atores sociais abnegados que transformaram a realidade de vida de inúmeras pessoas, como foi o caso da Assentamento Coqueirinho, no Ceará. O Coqueirinho, inclusive, é um ótimo exemplo tanto de mobilização dos atores sociais locais, quanto da atuação de agentes externos, auxiliando a comunidade e captando recursos a serem investidos na comunidade. Por exemplo, através da Cáritas, da Associação Tremembé e do PACRA/INCRA, foram investidos no assentamento para fomento ao turismo, R$ 187.100,00 (R$ 290.526,74 atualizados monetariamente). Ainda no Ceará, as comunidades Caetanos de Cima e do Assentamento Maceió, estão utilizando a atividade turística comunitária tanto como alternativa de renda como de estratégia para defender o território.

Foi possível concluir que não há uma receita pronta para a solução dos problemas enfrentados pelos assentados da reforma agrária. Encontramos movimentos sociais de luta pela terra que contribuíram para o agravamento da desigualdade social no meio rural e para a manutenção do *status quo* de exploração do homem do campo. Mas também foi possível encontrar movimentos sociais de luta pela terra que fizeram a diferença na busca por alternativas para a viabilização dos assentamentos da reforma agrária, ao tornarem se parceiros

da comunidade no desenvolvimento de atividades não agrícolas no campo, rompendo barreiras e quebrando preconceitos. Na Bahia, uniram-se comunidades, movimentos sociais, ONGs e entes públicos na busca por políticas públicas de fomento ao turismo nos assentamentos, e conseguiram produzir expressivos resultados. Foi possível constatar que os recursos aplicados pelo Terra Sol da Bahia, apenas com o turismo nos assentamentos da reforma agrária, representaram 2,71% de todos recursos aplicados pelo Terra Sol no Brasil, ao longo dos 13 anos de existência do programa e considerando todas atividades fomentadas. Esse é um dado extremamente relevante, pois os recursos foram sendo conquistados a medida em que a política pública ia produzindo resultados. O primeiro projeto executado com recursos do Terra Sol na Bahia importou em R$ 90.000,00, e beneficiou 05 assentamentos. Ao final do programa, haviam sido beneficiados 40 assentamentos e investidos R$ 2.457.601,53, que atualizados monetariamente representariam, em outubro deste ano, R$ 3.336.307,46. Entretanto, podemos tirar lições negativas do caso da Bahia. O programa ao ser finalizado, padeceu dos velhos problemas da má aplicação dos recursos públicos. Foi possível constatar *in loco* quanto falta fez os recursos mal aplicados, e as consequências na teia social da comunidade, com a quebra da confiança e a desmotivação. Podemos constatar essa dura realidade no Assentamento Baixão, ao vermos a Pousada Rural em situação de deterioração por pela má aplicação dos recursos públicos.

A repercussão do trabalho da equipe do Terra Sol da Bahia esteve prestes a ser replicada em outros Estados, como foi o caso de Pernambuco. Foi possível identificar que, em 2007, foram investidos R$ 225.000,00 (R$ 408.485,66 atualizados monetariamente para outubro de 2017) para a elaboração de um diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos da Rota Turística Luiz Gonzaga, nos moldes do que foi feito na Bahia. Contudo, com a mudança de comando no INCRA/PE, segundo relato da ex-coordenadora do Terra Sol, em Pernambuco, o projeto não andou. Perdeu-se uma grande oportunidade em um momento que havia disponibilidade de recursos públicos para investimento nos assentamentos do Estado. Mas, esses não foram os únicos recursos públicos desperdiçados para o fomento ao turismo nos assentamentos de Pernambuco. Em 2001, foram investidos recursos do MDA, na ordem de R$ 275.000,00 (atualizados monetariamente para outubro de 2017, representariam R$ 757.203,06) no Assentamento Barra Azul, em Bonito, para melhoria da infraestrutura turística. No entanto, não lograram êxito. Faltaram planejamento e continuidade da política pública.

A opção por um método misto de pesquisa, nos permitiu identificar na frieza dos dados quantitativos aspectos positivos e negativos que, se corretamente interpretados, podem contribuir para a correção de rumos ou para a manutenção de estratégias exitosas, ao mesmo

tempo em que a vitalidade do método qualitativo, que possibilita um contato direto com os atores sociais através das entrevistas e da observação, permitiram sentir a realidade nua e crua da situação dos assentamentos da reforma agrária. Um exemplo prático da importância da presença do pesquisador em campo, do contato com os atores sociais, pôde ser verificado na Paraíba, no Assentamento Gurugi II. Encontramos duas experiências exitosas e opostas. Uma, com o empreendedorismo e a solidariedade do grupo das Mulheres Negras do Campo, liderada por Ninha, em uma das comunidades do assentamento. A outra experiência, liderada por Dona Nice, que junto com sua família exploram de forma exitosa as atividades agrícolas e o turismo ao mesmo tempo. As marcas do passado violento da luta pela terra ainda mantêm os grupos afastados, mas não as fazem se desmotivar. Para estes dois grupos do Gurugi II a reforma agrária é um sucesso.

Ao definirmos a hipótese do estudo, sugerimos que as atividades não agrícolas, como o turismo, podem ser uma alternativa para promoção do desenvolvimento local dos assentamentos da reforma agrária. A abrangência de assentamentos analisados nos permitiu, ao mesmo tempo, confirmar e refutar essa hipótese. A hipótese pode ser refutada se levarmos em consideração o Assentamento Bom Jesus, em Maragogi. Lá, foi possível constatar que 70% dos assentados vivem exclusivamente do que produzem, não necessitam de pluriatividades para complementar a renda. A maioria já liquidou suas dívidas com os bancos, como afirmou uma das lideranças da comunidade, Sr. Rivaldo. É mais um exemplo de reforma agrária que deu certo. O exemplo que fica do Bom Jesus, é que um dos fatores determinantes para o sucesso da reforma agrária, além assistência técnica e disponibilização de recursos financeiros e materiais, é o processo de formação do assentamento. A formação do assentamento com agricultores oriundos de uma região produtora de frutas, transformou o Bom Jesus, e consequentemente Maragogi, em referência em fruticultura. No Assentamento Água Fria, onde há um dos principais atrativos turísticos do município, a Trilha do Visgueiro, a comunidade tem pouco envolvimento com as atividades agrícolas, quando comparado ao Bom Jesus, e praticamente nenhum envolvimento com atividades não agrícolas, como o turismo. Das 42 famílias assentadas, apenas 7 se envolvem com o turismo, por meio dos jovens que fazem a condução na Trilha do Visgueiro.

Mas, a hipótese da pesquisa é confirmada quando levamos em conta, por exemplo, o Assentamento Duas Barras II, em São Luís do Quitunde/AL. Lá foi identificado um exemplo relevante em que a atividade turística tem grande importância para o desenvolvimento do assentamento. Uniram forças a OCB/SESCOOP, a associação comunitária, o SEBRAE/AL e a UFAL, além de voluntários, para fomentar tanto às atividades agrícolas quanto não agrícolas.

Em agosto de 2016 a comunidade começou a receber grupos de turistas. Um início promissor, que necessita da continuidade da política pública para se firmar.

Voltemos então ao questionamento da pesquisa: *O turismo associado às atividades agrícolas tradicionais pode contribuir com o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agraria no nordeste do Brasil?*

Sim, podemos responder que sim! A pergunta que deverá ser feita agora é: qual o tipo de turismo que deveremos associar às atividades agrícolas como forma de contribuir com o desenvolvimento local dos assentamentos da reforma agrária?

Para responder a este novo questionamento, poderemos utilizar como exemplo o caso do Assentamento Tijuca/Boa Vista, em Quixadá, no Ceará. O que deu errado naquele assentamento? Houve uma parceria entre a comunidade, Fórum de Assentados, Prefeitura Municipal, MDA, MTur e a ONG Aroeira. Foram investidos, na época, R$ 205.000,00 (R$ 345.681,45 atualizados monetariamente), e hoje só restou frustração para comunidade. O que deu errado? Onde está a ONG Centro Ecológico Sabiá? O compromisso era com aplicação do recurso, não com a sustentabilidade do negócio. A comunidade foi treinada para trabalhar com o turismo. O turismo não surgiu como um desejo da comunidade, o turismo surgiu como um projeto a ser executado, um recurso a ser liberado. Esta é a diferença entre as ONGs que atuam com o turismo comunitário no Ceará. O Instituto Terramar, a Associação Tremembé, a Associação Caiçara, a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, a Intervita, a Cáritas. Todas estão lá!

Sendo assim, podemos concluir que o modelo ideal de turismo para contribuir com o desenvolvimento local em assentamentos da reforma agrária é um modelo comunitário, solidário e responsável!

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, D.G.S. **Pescadores de sonhos**: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis-PA. 2003. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003.

AGRITURISMO. **Vacanze nella natura: Modena**(Itália). Zanfi Editori, n. 14, 2000.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo." In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, W.C.; SILVA, J.C.R. **Geografia turística do nordeste.** Recife: Sudene,1987,200p

ASSIS, L.F. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares**: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4ªed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 1977, 2011.

BARRETTO, M. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, Out. 2003.

_____. **Cultura e turismo**: Discussões contemporâneas. Papirus Editora, 2012.

BATISTA, P.N. **O consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino americanos, p. 21-37, 1994.

BENI, M.C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOISIER, Sérgio. Desarollo (Local): De que estamos hablando? In: **Transformaciones globales, instituiciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001.

BONENTE, B.I.; ALMEIDA FILHO, N. **Revista de Economia**, v. 34, n. 1 (ano 32), p. 77-100, jan./abr. 2008. Editora UFPR, 2008.

BORGES, M.C.J. **Natureza, condições de vida e organização no Assentamento Coqueirinho Fortim/CE**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –PRODEMA/UFCE. Fortaleza, 2013.

BOULLÓN, R.C. **Planejamento do espaço turístico**. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

BRANFORD, S. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564 p.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

_____. **Portal de Convênios**. Disponível em http://www.convenios.gov.br. Acessado em: set.2017.

BRASILEIRO, R.S. **Agricultura orgânica e conservação ambiental**: uma viabilidade para a pequena produção familiar no Assentamento Chico Mendes em Pombos–Pernambuco. Geografia em Questão, v. 2, n. 1.

BRITO, B.R. *et al*. **O turista e o viajante**: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In: IV Congresso Português de sociologia. 2017. p. 1-17.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: Metodologia de planejamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAJADO, D.M. **Multifuncionalidade, pluriatividade e pesca artesanal**: um estudo de caso da comunidade Apiques, Assentamento Maceió – Itapipoca-CE. UFC, 2010. Monografia em Engenharia de Pesca. Fortaleza, 2010, 58 p.

CAMARANO, A.A.; BELTRÃO, K.I. **Distribuição espacial da população brasileira**: mudanças na segunda metade deste século. 2000.

CAMPOS FILHO, A. V. *et al*. **Turismo Rural de Base Comunitária em Assentamentos de Reforma Agrária:** Breve Trajetória do Programa Terra Sol do Incra–Bahia. *In:* Anais do VII Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável-CITURDES. 2010. p. 556.

CAMPOS FILHO, A.V. **Projeto de pesquisa Turismo de Base Comunitária em assentamentos rurais Nordestinos**. Relatório de Campo. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº43/2013. 2016.

CARDOSO, F.H. **Desenvolvimento**: o mais político dos temas. Revista de Economia Política, v.15, n.4, out/dez. pp. 148-155, 1995.

_____. **Mãos à obra, Brasil**: proposta de governo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p.

CARREIRÃO, Y. **A eleição presidencial de 2002**: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. Revista de Sociologia e Política, n. 22, 2004.

CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CESAR, A.M.R.; ANTUNES, M.T.P.; VIDAL, P.G. **Método do estudo de caso em pesquisas da área de contabilidade**: uma comparação do seu rigor metodológico em publicações nacionais e internacionais. RIC-Revista de Informação Contábil-ISSN: 1982-3967, v. 4, n. 4, p. 42-64, 2010.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Disponível em: < http://www.portaltransparencia.gov.br >, Acessado em: set.2017.

CIDADE DO CABO, ÁFRICA DO SUL. **Cape Town Declaration in Responsible Tourism. Cape Town Conference on Responsible Tourism in Destinations**. Cidade do Cabo, 2002.

COOPER, C. *et al*. **Turismo**: princípios e prática. Bookman, 2000.

CORIOLANO, L. N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da Natureza. *In*: BARRETTO, M., TAMANINI, E. (orgs). **Redescobrindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS,p.35-59, 2002.

_____. O Desenvolvimento voltado às Condições Humanas e o Turismo Comunitário. *In* Coriolano, L.N.M.T., Lima, L.C. (Orgs.) **Turismo comunitário e responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, p.26-44, 2003.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências. EdUECE, 2007.

COSTA, A.C.; JUNIOR, N.; COSTA, H. Arranjos Produtivos Locais (APL) no Turismo: estudo sobre a Competitividade e o Desenvolvimento Local na Costa dos Corais–AL. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 7, n. 1, 2012.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. CANUTO, Antônio, LUZ, Cássia Regina da Silva. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: CPT, 2003

_____. Comissão Pastoral da Terra. CANUTO, Antônio, LUZ, Cássia Regina da Silva. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: CPT, 2016.

CRESWELL, J.W.; CLARK, V.L. **Pesquisa de métodos mistos**, v. 2, 2013.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Relatório Brasil 2015. Presidente Prudente: NERA /FCT/ UNESP, 2016.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In:* CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social.** O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010a. p. 81-112

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

FERNANDES, B. M. **MST**: espacialização e territorialização. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A judiciarização da reforma agrária**. In: GEOUSP. São Paulo: n. 1, p. 35-39, 1997.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. O campo no século XXI–território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, p. 273-291, 2004.

FERREIRA, M. C, e MENDES, A. M. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento - Itra: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: A. M. Mendes (Org.), **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método, pesquisas** (pp. 111-126). São Paulo: Casa do Psicólogo 5, 2007.

FILIPPI, E.E. **Reforma Agrária**: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: ED UFRGS, 2005. 145p.

_____. **Experiências internacionais de reforma agrária**: entre socialismo e populismo. Ferrante, VLSB, Whitaker, DCA Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa:** coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

FREITAS, H.M.R; CUNHA JÚNIOR, M.V.M; MOSCAROLA, J. **Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 32, n. 3, 1997.

FREYRE, G. Introdução. In: Nabuco, J. **O Abolicionismo**. 4ª ed. Petrópolis: vozes, 1977,

FUSTER, L.F. **Introducción a la Teoría y Técnica del Turismo**. Madrid: Alianza Editorial. 1985.

GALEANO, E. As palavras andantes. Porto Alegre: L & PM Editores, 1994.

_____. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre**:** L & PM Pocket, 2014.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 2, p. 64-89, 2002.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, 35(2), 57-63, 1995.

GOELDNER, C.R. *et al*. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 2002.

GOMES, R.M. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil**: reflexões no contexto das políticas públicas sociais. 2012. 288 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HIRSCHMAN, A. **Ascensão e declínio da Economia do Desenvolvimento**. Revista de Ciências Sociais, 25(1), 1982.

HORN, C.; SIMMONS, D. Community adaptation to tourism: Comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealand. In: **Tourism Management**, v. 23, p.133-143, 2003.

HUNT, D. **Economic Theories of Development**: an analysis of competing paradigms. London: Harvester, 1989.

IANONI, M. **Políticas Públicas e estado**: o Plano real. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 78, p. 143-183, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/indice_de_gini.shtm> Acesso em: 04 set. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes.html Acesso em: 04 set. 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/nao-vai-ter-golpe-vai-ter-reforma-agraria-diz-patrus-ananias>. Acesso em 04 set.2017.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Programa de Certificação em Turismo Sustentável**. Como promover o turismo sustentável brasileiro no mercado internacional. Salvador: Instituto de Hospitalidade, 2006.

IRVING, M. A. Turismo como instrumento para o desenvolvimento local: entre a potência e a utopia. *In:* DÁVILA NETO, M. I; PEDRO, R.M.ML.R. **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Mauad/Bapera Editora, 2003.

JUSTO, M.G. **Capim na fresta do asfalto**: conflito agrário violento e justiça. Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

KOSTER, R.; RANDALL, J. E. Indicators of community economic development through mural-based tourism. In: **The Canadian Geographer**, v. 49, n.1, p. 42-60, 2005.

LAGE, B.H.Ge. *et al*. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, v. 1, 2000.

LIMA, V. L. O. **Desenvolvimento para a vida**: os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no assentamento Sabiaguaba–Amontada/CE. 2012. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –PRODEMA/UFCE. Fortaleza, 2012.

LINDOSO, D. **A utopia armada**: rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: EDUFAL, 2005.

MAGGI, L.B. **Fatores estruturais do desenvolvimento do Brasil e América Latina**. Ensaios sobre a questão agrária. São Paulo: Outras Expressões, p. 45-60, 2013.

MAIA, E. M. M. **Turismo rural na agricultura familiar**: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 15 n. 1., p.1-19, abr. 2015.

MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I.(Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANSFELD, Y., JONAS, A. Evaluating the socio-cultural carrying capacity ofrural tourism communities: a 'value stretch' approach. In: **Tijdschriftvo or Economischeen Social e Geografie**, v. 97, issue 5, p. 583-601, 2006.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário.** Brasília, 2003-2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MARQUES, C. **Turismo**: múltiplos olhares, novos desafios. Recife: Carpe Diem Edições e Produções, 2013.

MARTÍNEZ, A.J.J. **Aproximação à conceituação do Turismo a partir da Teoria Geral de Sistemas**. Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

MARTINS, J.S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo social, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism-Economical, Psysical and Social Impacts**. Longman, London. 1982.

MATTAR, F.N. **Pesquisa mercadológica**. São Paulo: Atlas, v. 1, 1994.

MATTEI, L. **Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, n. 3, p.58-69, jul-set., 2014.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar.** Brasília, 2004 - 2016. Disponível em: http://www.mda.gov.br >. Acesso em: 09 ago. 2016.

MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária**: concepções, controvérsias e questões. IBASE set, 1993. 62pp

MENDONÇA, M.L.R.F. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-26062013-114407. Acesso em: 2017-08-08.

MINAYO, M.C.S *et al*. **O desafio da pesquisa social**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade, v. 28, p. 9-29, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Territórios da cidadania**: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Chamada Pública MTUR n. 001/2008** – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

MITCHELL, R. E., REID, D. G. **Community integration**: Island tourism in Peru. In: **Annals of Tourism Research,** v. 28, n. 1, p. 113-39, 2001.

MITIDIERO JR., M.A. **A ação territorial de uma Igreja radical:** Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 502p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2008.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. Contexto, 2002.

MONTE, F.C.D. **O INCRA e a política de assentamentos rurais: um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública**. 2013. 234 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2013.

MOREIRA, S. B; CRESPO, **Economia do Desenvolvimento**: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. N. Revista de Economia, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012. Editora UFPR.

NASCIMENTO, C. G. **A Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO. Dissertação de Mestrado (Educação). Campinas: FE/Unicamp, 2005.

NETO, G.M. **Dossiê Brasília:** os segredos dos presidentes. Globo Livros, 2005.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana**: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia do Turismo**: Teoria e epistemologia. @ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PEREIRA, J.M. **Os assentamentos rurais em Rio Formoso**: avanços e desafios. In: **Revista Symposium**, Recife, jul/dez. 2000.

PINTO, L.C.G. **Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964 ï 1984**. Reforma Agrária. Campinas, ABRA, p.65-92, jan./abr. 1995.

POMAR, W. **Os latifundiários**. São Paulo: Página 13, 2009.

QUEIROZ, P. G**. Reforma Agrária, turismo rural e desenvolvimento local**. Para onde correm as águas do assentamento Barra Azul no município de Bonito, em Pernambuco? 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2006.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão Agrária Atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Presidente Prudente, 2008. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita.

RAMOS, P. **Uma história sem fim**: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: BUAINAIN, A.M *et al*. **O mundo rural no Brasil do século**, 2014.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social*:*** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo:Atlas, 2009. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ROESCH, S.M.A. *et al*. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, v. 2, 1999.

RUGENDYKE, B., THISON, N. **Conservation costs***:* Nature-based tourism as development at Cuc Phuong National Park, Vietnam. Asia Pacific Viewpoint, v. 46, n.2, p. 185-200, 2005.

SALDANHA NETO, D.C. **Da maniva ao grolado**: práticas produtivas e patrimoniais no processo identitário dos Tremembé de Almofala (CE). 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.

SAMPAIO, C. A.; HENRÍQUEZ, Z. C. E.; MANSUR, C. **Turismo comunitário solidário e sustentável**: da crítica as ideias e das ideias a prática. Blumenau: EDIFURB, 2011.

SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G.,BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária***:* diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, E.M. **Diagnóstico da geodiversidade e potencial geoturístico do município de Bonito, agreste de Pernambuco**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. Expressão Popular, 2006.

_____. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para discussão 30, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

_____. **Reforma agrária de mercado no Brasil***:* um sonho que se tornou dívida. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 18, nº 1, abril, 2010, p. 98-125, 2010.

SCHNEIDER, S. **Território, ruralidade e desenvolvimento**. Org. Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI, v. 1, p. 67-108, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

SEERS, D. **The meaning of development**. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, p.5-50, jul/set. 1970.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, M.F.A; QUEIROZ, T.M.M.O. **Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência**: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. Caderno virtual de turismo, v. 6, n. 4, 2006.

SILVA, E.L., MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SILVA, J.G. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Katia T. P.; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Breno S. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: A Experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SILVA, M.F. **ñReforma Agrária de Mercadoò ou Atualização do Clientelismo?** O Programa Nacional de Crédito Fundiário e os assentamentos de famílias sem terra no Cariri Ocidental paraibano.

SILVEIRA, C.B. da M. **O Paraíso negociado**: ensaio etnográfico sobre turistas em resort. 123 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SOUSA, P.G. **Complexo Turístico Imobiliário The Reef Club em Barreiros-PE**: implantação, desenvolvimento e transformações socioambientais. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –PRODEMA/UFPE. Recife, 2010.

SOUSA, P.G.; MATIAS, E.M.; SELVA, V.S.F. **Do turismo residencial aos complexos turísticos imobiliários**: a apropriação da zona costeira do nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. Ambiente & Sociedade. Número 03. Volume 19. São Paulo. p. 177-198. Julho/Setembro de 2016.

SOUZA, C. **ñEstado do campoò da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 18 nº. 51. fevereiro /2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>. Acesso em 09/03/2015.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STÉDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil:** Programas de reforma agrária - 1946-2003. 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STRAUSS, A.L.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Artmed, 2008.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. Aleph, 2000.

TEIXEIRA, G. **Fatos e mitos da política agrícola do governo FHC**. Rio de Janeiro: CPDA, 1997.

TOSUN, C. Expected nature of community participation in tourism development. In: **Tourism Management***:* Research, Policies, Practice, n. 27, p. 493-504, 2006.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. 3 ed. rev. e ampl.
VERGARA, S.C**. Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WELCH, C. A.*et al*. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas, v. 1. Editora UNESP; NEAD, 2009.

WILSON, D. e SPERBER, D. **Teoria da Relevância**. Linguagem em Discurso, 5, 2005. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/287/301>. Acesso em: out. 2017.

ZAKABI, D. **Sociodrama de projeção de futuro com jovens assentados**: encontros e despedidas. Revista Brasileira de Psicodrama, v. 24, n. 1, 44-51, 2016

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado**: quais as transições? In: Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo, vol. 8, n. 2, p. 1-14, 2008.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SURVEY MONKEY

O turismo de base comunitária como vetor do desenvolvimento local em assentamentos da reforma agrária.

Prezado,

Estamos desenvolvendo um estudo em nível de doutorado que tem por objetivo analisar possibilidades do turismo de base comunitária no processo de desenvolvimento local de assentamentos da reforma agrária no Nordeste brasileiro. Para que esta análise possa refletir a realidade dos fatos é de extrema importância que identifiquemos os assentamentos da reforma agrária na região Nordeste que possuem algum tipo de experiência com a atividade turística, tanto de base comunitária quanto convencional. Para tanto se faz necessária a entrevista dos diversos atores sociais envolvidos com a temática da pesquisa.

Desta forma, solicitamos a sua valorosa contribuição respondendo este breve questionário com a maior brevidade possível. Caso seja do seu interesse tomar conhecimento dos resultados do presente estudo pedimos que nos informe através do e-mail plinio@barreiros.ifpe.edu.br que o enviaremos tão logo seja concluso.

1. Você tem conhecimento de algum assentamento da reforma agrária na área de sua atuação que tenha algum tipo de envolvimento com a atividade turística?

( ) Sim ( ) Não

2. Se sua resposta for sim, descreva qual(is) e como ocorre o desenvolvimento da atividade turística.

3. Você tem conhecimento de alguma política pública voltada para o desenvolvimento da atividade turística em assentamentos da reforma agrária?

( ) Sim ( ) Não

4. Se sua resposta for sim, cite quais são as políticas públicas.

5. Qual o cargo que você ocupa em sua instituição?

6. Há relação entre as funções do cargo que você ocupa com o turismo ou com a reforma agrária?

( ) Sim ( ) Não

7. Se sua resposta for sim, cite qual é a relação.

8. Qual o seu nível de instrução?

- [ ] Fundamental
- [ ] Ensino Médio
- [ ] Graduação
- [ ] Pós-graduação

9. Caso você seja graduado ou pós-graduado cite a área de conhecimento.

Concluído

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA ASSENTADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Roteiro para entrevista com atores do turismo de base comunitária

Nome: _____

Em que atua: _____

Assentamento: _____

1) Falar do projeto e citar objetivos

2) Como surgiu o assentamento? Como é a vida no assentamento? Fale de sua vida no assentamento. Que práticas religiosas prevalecem? Qual a origem dos assentados? Muitos parentes?

3) Como você avalia a qualidade de vida hoje no assentamento? Como era antes e como é hoje? Tem posto de saúde? Tem escola?

4) Fale um pouco sobre a Reforma Agrária.

5) O que é Qualidade de vida para você?

6) Quais os principais problemas que o assentamento enfrenta? O que há de bom no assentamento?

7) O que você e sua família produzem?

8) Como comercializam? Enfrentam dificuldades para comercializar a produção? Quais?

11) Qual a receita média da família, por semana, com essa produção? _____

12) Tem receita originada de outras atividades (emprego, aposentadoria, benefícios, pluriatividades)? Quais e quanto?

13) Lembra de algum programa/projeto ou política desenvolvido no assentamento?

14) Participou dele? Fale um pouco sobre ele.

15) Como você avalia os resultados desse programa/projeto? Por quê?

16) Como é a situação do envolvimento dos jovens, os idosos e as mulheres nas atividades no assentamento?

17) Existe associação ou cooperativa no assentamento? Quais? Em que atuam? Quanto tempo de existência? Quais as dificuldades que enfrentam?

18) Para você o que é Economia Solidária?

19) Quantas famílias vivem no assentamento?

20) Tem escola? Tem Posto de Saúde? Como você avalia a saúde e a educação para os assentados?

21) Como surgiu a ideia do turismo no assentamento? Você se envolve ou já se envolveu com o turismo? Em que?

22) Outras pessoas de sua família também se envolvem com o turismo? Quem e com o que?

24) Para você o que é turismo? E turismo rural? E turismo de base comunitária?

25) Tem ideia da renda média semanal ou mensal da família com o turismo?

26) Alguma entidade pública ou privada participou do processo inicial do turismo? Qual?

27) Como é o turismo é comercializado?

28) Quais são as atividades relacionadas ao turismo que ocorrem no assentamento?

29) Tem ideia de quantos turistas visitam ou visitavam o assentamento por semana, mês ou ano? Quem são e do onde veem?

30) Tem site ou rede social?

31) Para concluir, fale pouco de sua história de vida, sobre a família, idade, filhos, grau de instrução, etc.

32) Considerações Finais

Observações

APÊNDICE C - ROTEIRO ENTREVISTA GESTOR TURISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Roteiro para entrevista com gestor do turismo local

Nome: _____

Em que atua: _____

1) Falar do projeto e citar objetivos

2) Conte um pouco de sua relação com a entidade. Quando e como começou a trabalhar na entidade?

3) Como a entidade atua? Fale um pouco sobre ela.

4) Conhece alguma experiência de turismo em algum assentamento do município ou na região? Qual?

5) Você conhece o Assentamento _____?

6) Como você avalia a possibilidade do desenvolvimento do turismo nos assentamentos da reforma agrária?

7) Lembra de algum programa/projeto ou política desenvolvido para os assentamentos? Participou dele? Fale um pouco sobre ele.

8) Como você avalia os resultados desse programa/projeto? Por quê?

9) Como você avalia o Programa da Reforma Agrária.

10) Para você o que é turismo? E turismo rural? E turismo de base comunitária?

11) Comentários finais

Observações

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

APÊNDICE D - ROTEIRO ENTREVISTA SINDICATO/CMDRS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Roteiro para entrevista com sindicato/cmdrs

Nome: _____

Em que atua: _____

1) Falar do projeto e citar objetivos

2) Conte um pouco de sua relação com a entidade. Quando e como começou a trabalhar na entidade? Como surgiu o sindicato/cmdrs? Como a entidade funciona?

3) Você conhece o Assentamento _____? Como você o avalia? Como era antes e como é hoje?

4) Tem conhecimento da ocorrência de atividade turística no assentamento? E em outros assentamentos?

5) Quais os principais problemas que os assentamentos do município enfrentam? O que há de bom nos assentamentos?

6) O que os assentamentos do município produzem?

7) Como comercializam? Enfrentam dificuldades para comercializar a produção? Quais?

8) Lembra de algum programa/projeto ou política desenvolvido para os assentamentos? Participou dele? Fale um pouco sobre ele.

9) Como você avalia os resultados desse programa/projeto? Por quê?

10) Como você avalia o Programa da Reforma Agrária.

11) Como você avalia a situação da saúde, educação e segurança nos assentamentos?

12) Conhece alguma experiência de turismo em algum assentamento do município? Qual? Como você avalia os resultados?

13) Para você o que é turismo? E turismo rural? E turismo de base comunitária?

14) Comentários finais

Observações

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

APÊNDICE E - ROTEIRO ENTREVISTA REPRES. DE ÓRGÃO/ONG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Roteiro para entrevista com representante de órgão/ong

Nome: _____

Em que atua: _____

1) Falar do projeto e citar objetivos

2) Conte um pouco de sua relação com a entidade. Quando e como começou a trabalhar na entidade?

3) Como a entidade atua? Fale um pouco sobre ela.

4) Conhece alguma experiência de turismo em algum assentamento do município ou na região? Qual?

5) Você conhece o Assentamento _____? Já desenvolveu algum projeto/atividade no assentamento? Qual? Fale sobre ele.

6) Como você avalia a possibilidade do desenvolvimento do turismo nos assentamentos da reforma agrária?

7) Como você avalia os resultados desse programa/projeto? Por quê?

8) Como você avalia o Programa da Reforma Agrária.

9) Para você o que é turismo? E turismo rural? E turismo de base comunitária?

10) Comentários finais

Observações

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO - ENTREVISTADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a) _____para participar, como voluntário (a), da pesquisa *"TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA"*, que está sob a responsabilidade do pesquisador *PLÍNIO GUIMARÃES DE SOUSA*, com endereço na Rodovia PE 60, Km 85, Codomínio Mar de São José/PE, - Telefone: *(81)99676.1006,* e-mail: *plinioguimaraesdesousa@hotmail.com* para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar) e está sob a orientação da *Profª. Drª. Vanice Santiago Fragoso Selva - Telefones: (81)99964.8328 para contato, e-mail: vanice.ufpe@gmail.com. Também participam também desta pesquisa a coorientadora,* Profª. Drª Maria do Socorro Lira Monteiro, Telefones: *(86)99452.0522* para contato e e-mail*: socorrolira@uol.com.br.*

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo. Pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que possa guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e nem receberá qualquer pagamento para participar como voluntário(a). O (a) Sr.(a) será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, a pessoa autorizada por você deverá assinar pelo (a) Sr.(a) este Termo de Consentimento, podendo, também, retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

São objetivos desta pesquisa: 1) Identificar assentamentos da reforma agrária, no Nordeste brasileiro, onde há a ocorrência da atividade turística, convencional ou de base comunitária, bem como as práticas e resultados; 2) Identificar programas e políticas públicas disponíveis para região Nordeste, aplicáveis aos assentamentos da reforma agrária; 3) Comparar as práticas e resultados do turismo convencional e do turismo comunitário nos assentamentos; O período de participação do voluntário nesta pesquisa terá início em_____, com término em_____.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários. Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas, fotos, e etc), ficarão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço informado, pelo período de (mínimo) 05 anos. Garantimos que, se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

_____
(assinatura do pesquisador)

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO - UFPE

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu,_____, CPF_____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo *"TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA"*, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

_____,_____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.

Testemunhas:

Nome: Assinatura:

Nome: Assinatura: